

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO – FAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – PPGCOM

Elizena de Jesus Barbosa Rossy

**CONTROLE SOCIAL E A NARRATIVA
MORALIZANTE DO TELEJORNALISMO**

Brasília
2011

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO – FAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – PPGCOM

Elizena de Jesus Barbosa Rossy

**CONTROLE SOCIAL E A NARRATIVA
MORALIZANTE DO TELEJORNALISMO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, na Linha de Pesquisa Jornalismo e Sociedade, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Comunicação.
Orientadora: Profª Drª Dione Oliveira Moura.

Brasília
2011

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de
Brasília. Acervo 991884.

Rosy, Elizena de Jesus Barbosa.

R838c Controle social e a narrativa moralizante do telejornalismo
/ Elizena de Jesus Barbosa Rosy. -- 2011.
230 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Faculdade
de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação,
2011.

Inclui bibliografia.

Orientação: Dione Oliveira Mura.

1. Telejornalismo - Aspectos sociais. I. Mura, Dione
Oliveira. II. Título.

CDU 301.153.2

ELIZENA DE JESUS BARBOSA ROSSY

**CONTROLE SOCIAL E A NARRATIVA
MORALIZANTE DO TELEJORNALISMO**

Brasília, agosto de 2011

Banca Examinadora

Profª Drª Dione Oliveira Moura (Presidente da Banca)
Universidade de Brasília/FAC

Profª Drª Liliane Maria Macedo Machado

Prof. Dr. Vicente de Paula Faleiros
Universidade Católica de Brasília

Prof. Dr. Luiz Martins da Silva
Universidade de Brasília/FAC

Prof. Dr. Tiago Quiroga
Universidade de Brasília/FAC

Prof. Dr. Fábio Henrique Pereira (Suplente)
Universidade de Brasília/FAC

À minha mãe **FRANCISCA** e
às minhas filhas **AMANDA** e **YASHMIN**.

**Agradeço à minha orientadora,
Profª Drª Dione Oliveira Moura,
pela paciente, dedicada e
carinhosa orientação.**

**Ao Prof. Dr. Luiz Martins da Silva,
cuja dedicação ao ensino, à pesquisa e à poesia
me serviram de estímulo e exemplo
e inspiraram a realização desta pesquisa.
À querida amiga Regina Lúcia Oliveira,
pelo apoio e amizade incondicionais,
que me permitiram continuar a caminhada.**

RESUMO

Separar a opinião dos fatos sempre foi um dos propósitos basilares do jornalismo, dentro do seu ideário de buscar, como filtro de qualidade e idoneidade, manter-se sob a égide da trilogia: objetividade, imparcialidade e neutralidade. No Brasil, no entanto, como se não bastasse ocupar o status de “horário nobre” (paralelamente às novelas), os telejornais, especialmente os da noite, vêm se especializando em uma função caracterizadamente socializadora, a de apresentar “fatos” que enfocam uma perspectiva moralizante sob a ótica dos bons costumes, da boa conduta e do moralmente correto. E, com isso, embutem de forma indireta não apenas opinião, mas, sobretudo, uma mensagem que pode ser entendida como: ‘nós somos uma instância de controle social e temos o poder de normatizar acerca do bem e do mal e apontar quais são as melhores condutas em torno do bom, do belo, do justo e do bem, em síntese’. Nesta pesquisa, tendo como objeto o *Jornal Nacional*, o telejornal brasileiro de maior audiência e o mais nobre dos telejornais da Rede Globo, tentaremos demonstrar a pertinência de nossa hipótese de trabalho: os telejornais procuram se afirmar como uma instância de controle social, para além da sua função primária de noticiar fatos. Essa teleologia, de mostrar personagens bons e exemplares diante de situações de dilema moral – como a de achar dinheiro alheio e o devolver aos donos ou entregá-lo à polícia – também se aproxima do propósito da principal telenovela, que vem logo a seguir, que é o de fornecer ao público – no horário de pico de audiência –, uma espécie de educação sentimental. No Brasil, é com as telenovelas que a televisão mais confirma o seu poder de socializar valores. A TV como agência de socialização não se conteve, porém, à ficção. Ela quebrou os clássicos paradigmas de qualificação da notícia, quais sejam: a objetividade, a imparcialidade e a neutralidade.

Palavras-chave: Telejornalismo; controle social; narrativa, conduta moral e *Jornal Nacional*.

ABSTRACT

Fairness and accuracy with concerns to the views about facts have always been some of the basic purposes of journalism in its ideals to remain, as a filter for quality and reliability, under the aegis of the trilogy: objectivity, impartiality and neutrality. In Brazil, however, as if the status of “prime time” was not enough (which they share with soap operas), TV news programs, especially those at night, have paid special attention to its social function thereby presenting the 'facts' that focus on a moralizing perspective from the viewpoint of morality, good conduct and morally correct. Thus, they indirectly embody not only their view but also a subliminal message that can be understood as: 'we are an instance of social control and we have the power to regulate good and evil; in sum, we can point what the best behaviors are when it comes to good, beautiful, fair and fine.' In this research report we study *Jornal Nacional*, the most important and highest-rated newscast of Globo TV Network in Brazil. I will try to convey the relevance of our working hypothesis: television news programs seek to assert themselves as a tool of social control, therefore going beyond their primary function of reporting facts. Such teleological process that shows good characters that are examples to be followed in situations of moral dilemma – as for instance when one finds other people's money and returns it to the owners or deliver it to the police – is in accordance with the main purpose of the soap opera which comes next: to provide the audience - at the peak time - a kind of sentimental education. In Brazil, more and more television makes use of soap operas to confirm their power to socialize values. TV as a socialization agency did not keep itself in the field of fiction. Therefore, it has shattered the classical paradigms of classification of news, namely: objectivity, impartiality and neutrality.

Keywords: Broadcast Journalism; social control; narrative; moral conduct and *Jornal Nacional*.

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADROS:

Quadro 1: Elementos de classificação da amostra empírica.....	120
Quadro 2: Reportagens que tiveram como ator o Poder Público.....	121
Quadro 3: Reportagens com abordagem valorativa – 2007.....	133
Quadro 4: Reportagens com abordagem prescritiva – 2007.....	146
Quadro 5: Reportagens com abordagem valorativa – 2008.....	154
Quadro 6: Reportagens com abordagem prescritiva – 2008.....	163
Quadro 7: Reportagens com abordagem valorativa – 2009.....	170
Quadro 8: Reportagens com abordagem prescritiva – 2009.....	182
Quadro 9: Reportagens com abordagem valorativa – 2010.....	191
Quadro 10: Reportagens com abordagem prescritiva – 2010.....	196

GRÁFICOS:

Gráfico 1: Média da quantidade de amostras/mês.....	69
Gráfico 2: Principais atores.....	123
Gráfico 3: Abordagem valorativa.....	128
Gráfico 4: Abordagem Prescritiva.....	130
Gráfico 5: Valoração dos comportamentos pelo telejornal – 2007.....	132
Gráfico 6: Valoração dos comportamentos pelo telejornal – 2008.....	153
Gráfico 7: Valoração dos comportamentos pelo telejornal – 2009.....	169
Gráfico 8: Valoração dos comportamentos pelo telejornal – 2010.....	190

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – O TELEJORNALISMO	18
1.1 – A televisão no Brasil.....	18
1.2 – Telejornalismo no Brasil.....	27
1.3 – Ideais do jornalismo.....	35
1.4 – Telejornalismo como laço e controle social.....	44
1.5 – <i>O Jornal Nacional</i>	51
CAPÍTULO 2 – DESENHO DA PESQUISA	56
2.1 – Contextualização.....	56
2.2 – Justificativa.....	63
2.3 – Informações Metodológicas.....	65
2.4 – Hipótese e Objetivo.....	67
2.4.1 – Hipótese.....	67
2.4.2 – Objetivo.....	67
2.5 – Universo e Amostra.....	68
CAPÍTULO 3 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	74
3.1 – As diferentes perspectivas de uma teoria da notícia.....	81
3.1.1 – A teoria do espelho.....	81
3.1.2 – A teoria do <i>gatekeeper</i>	83
3.1.3 – A teoria organizacional.....	84
3.1.4 – As teorias de ação política.....	84
3.1.5 – Teoria estruturalista.....	86
3.1.6 – Teoria etnoconstrucionista.....	86
3.2 – A notícia jornalística.....	87
3.3 – O controle social nas abordagens valorativa e prescritiva da notícia.....	97
3.4 – A narrativa moralizante.....	107

CAPÍTULO 4 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	118
4.1 – Critérios de seleção da amostra, coleta e tratamento dos dados.....	118
4.1.1 – Definição das categorias de análise.....	118
4.1.2 – Classificação das matérias por categorias.....	119
4.1.2.1 – Abordagem valorativa.....	125
4.1.2.2 – Abordagem prescritiva.....	128
CAPÍTULO 5 – DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	132
5.1 – Ano de 2007.....	132
5.1.1 – Abordagem valorativa.....	132
5.1.2 – Abordagem prescritiva.....	144
5.2 – Ano de 2008.....	153
5.2.1 – Abordagem valorativa.....	153
5.2.2 – Abordagem prescritiva.....	162
5.3 – Ano de 2009.....	169
5.3.1 – Abordagem valorativa.....	169
5.3.2 – Abordagem prescritiva.....	181
5.4 – Ano de 2010.....	190
5.4.1 – Abordagem valorativa.....	190
5.4.2 – Abordagem prescritiva.....	196
5.5 – Análise da narrativa jornalística.....	201
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	213
ANEXOS.....	223
Reportagens ano de 2007.....	224
Reportagens ano de 2008.....	226
Reportagens ano de 2009.....	228
Reportagens ano de 2010.....	230

INTRODUÇÃO

Um dos temas mais sensíveis do jornalismo reside na objetividade. Defendê-la é um fator decisivo para que veículos de comunicação e jornalistas mantenham a credibilidade da instituição jornalística. A desconfiança em relação à objetividade pode macular, de forma irreversível, a reputação de uma empresa ou produto jornalístico. Portanto, a clássica trilogia objetividade, neutralidade e imparcialidade é a égide sob a qual o jornalismo é legitimado.

O ideal ou o mito da objetividade, como alguns preferem denominá-lo é uma questão bastante controversa, suscitando debates e discussões acaloradas, tanto entre estudiosos do jornalismo quanto entre jornalistas e outros atores sociais.

Todavia, apesar de criticada, a objetividade é aceita como um padrão no jornalismo. A própria cultura profissional do jornalista impõe rotinas e procedimentos que conformam o fazer jornalístico, ou, nas palavras de Tuchman (1999), 'rituais estratégicos' que auxiliam os jornalistas a serem 'objetivos'.

Sabe-se que o ideal da objetividade nem sempre norteou o fazer jornalístico. Antes de 1830 a objetividade não representava a pedra angular do jornalismo, nomeadamente, do jornalismo norte-americano. Nesse período, esperava-se que os jornais norte-americanos apresentassem um ponto de vista partidário, em vez de uma posição neutra (SCHUDSON, 2010).

Apenas no final do século XIX, com o estabelecimento da ideia de notícia é que o jornalismo começa a se tornar apartidário e se voltar para o estritamente factual. Entretanto, até o início da Primeira Guerra Mundial, a objetividade diferia do modo como a concebemos hoje. A excessiva confiança dos jornalistas nos fatos levava-os a se tornarem reféns destes, ao considerarem os fatos como a própria expressão do real e não a realidade construída discursivamente, o que Schudson (2010) denominou de 'empirismo ingênuo'.

Somente a partir da década de 1920, com a decepção com as experiências da propaganda e das relações públicas no período da guerra, os jornalistas passaram a não mais confiar cegamente nos fatos e a considerar a realidade como produto de uma construção social. A confiança nos fatos foi então substituída pela lealdade a normas e

procedimentos criados por um mundo no qual os próprios fatos estavam em questão. Isso era a 'objetividade' (SCHUDSON, 2010).

Já faz parte do senso comum - apesar de ser vista com reservas por alguns profissionais e acadêmicos da área - associar a atividade jornalística aos critérios de isenção, neutralidade e objetividade, o que conferiria a essa atividade um caráter eminentemente mediador, privilegiando a apresentação dos fatos e acontecimentos. De acordo com essa perspectiva, a opinião e a análise têm um espaço próprio – o editorial e as colunas.

Schudson (2010) afirma que separar fatos de opiniões ainda é uma das primeiras coisas que os jovens repórteres aprendem e uma das únicas que podem ser ensinadas em forma de catecismo. Segundo ele, não é provável que isso mude.

Vale ressaltar que a trilogia – objetividade, imparcialidade e neutralidade – é a diretriz preconizada nos manuais de redação dos principais veículos de comunicação no Brasil, tanto públicos, quanto privados. O próprio editor-chefe, William Bonner, afirma que o objetivo do *Jornal Nacional* é “mostrar aquilo que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo naquele dia, com **isenção, pluralidade, clareza e correção**”¹.

A observação cotidiana dos telejornais, em particular do telejornal brasileiro de maior audiência, o *Jornal Nacional*, aqui denominado *JN*, nos levou a fazer algumas reflexões e, em consequência, a alguns questionamentos a respeito da objetividade jornalística.

O principal deles relaciona-se à compreensão do telejornalismo como dispositivo de socialização de valores, entre eles, os valores morais institucionalizados em nossa sociedade.

A ideia de que os meios de comunicação têm capacidade para favorecer a coesão social e de que possuem mecanismos de controle social, foi desenvolvida pelo sociólogo e um dos fundadores da Escola de Chicago, Robert Ezra Park.

Para Robert Park, os meios de comunicação são um instrumento essencial para o consenso das sociedades plurais, em que se confrontam interesses, tensões, expressões de poder, bem como transmitem valores que conformam o pacto social. Os

¹ Grifos nossos.

meios de comunicação atuariam como instituições de controle social, propulsores do desenvolvimento de identidades coletivas.

Analisando-se a produção noticiosa do JN, observa-se que o telejornal tenta equilibrar em um mesmo enquadramento² da notícia, critérios tradicionais de noticiabilidade com critérios tradicionais de moralidade, como honestidade, respeito, generosidade e altruísmo, revestidos como valores-notícia.

Por ser o telejornalismo a principal fonte de informação da população brasileira, por ser um espaço de construção de sentidos, um dos laços sociais da modernidade (WOLTON, 2004:137), estaria ele apto a proporcionar esse sentido de integração e agregação? Em outras palavras, seria o telejornalismo legitimado a oferecer um solo fértil para a disseminação e promoção de valores?

Em um artigo no qual discorre sobre o jornalismo como teoria democrática, Silva (2010: 18) trabalha com a hipótese de agregação de valor à notícia, valor este que, para além dos valores-notícia que fazem parte do processo de seleção e hierarquização do fato noticiado, fornece informações adicionais ao receptor de modo a facilitar a sua contextualização e de modo que o destinatário possa dispor de elementos para exercer melhor a sua cidadania a partir do fato noticiado.

Na atualidade, está reservada ao jornalismo a função precípua de informar com isenção e objetividade. O relato dos principais acontecimentos dar-se-ia sob a perspectiva de um observador imparcial que sistematiza e sintetiza os principais fatos e acontecimentos ocorridos em um determinado tempo e local.

Entretanto, identifica-se com demasiada frequência no telejornalismo uma extrapolação da função tradicional de informar. Quando o telejornal dá destaque às ações solidárias de um grupo de pessoas; às atitudes de motoristas que arremessam lixo pelas janelas de seus carros; de alimentos que são jogados no lixo, em vez de destinados a comunidades carentes; de motoristas que dirigem bêbados e causam acidentes; de transeuntes que jogam papel no chão em vez de jogá-lo em lixeiras ou às ações desenvolvidas por voluntários, e, além de transformar esses fatos em notícia, também emite um juízo de valor, um julgamento moral sobre essas ações, está, de

² O conceito de enquadramento (*framing*), incorporado aos estudos de jornalismo a partir das contribuições de Erving Goffman, pressupõe que, ao salientar alguns aspectos de uma informação ou acontecimento, o jornalista oferece uma perspectiva particular da notícia, inserindo aí sua interpretação, ressaltando ou omitindo aspectos sob a ótica que julgar mais conveniente.

certa forma, a partir das funções mediadora e socializadora, amplamente institucionalizadas, exercendo um papel regulador, um controle social.

Pode-se argumentar que não haveria nenhuma anormalidade nesse tipo de enfoque, afinal, não seria o papel do jornalismo dar visibilidade, noticiar os vários acontecimentos cotidianos no âmbito social?

Presume-se que realmente não haveria nenhuma atipicidade no fato de um telejornal noticiar um acidente de trânsito, o desperdício de alimentos ou mesmo o descaso das pessoas com o meio ambiente, uma vez que, atendendo aos critérios de noticiabilidade, o fato estaria apto a integrar o discurso jornalístico e, conseqüentemente, atingir o *status* de notícia.

Todavia, nos propusemos investigar a presença de mensagens valorativas inseridas nas matérias ou reportagens exibidas pelo telejornal. O juízo de valor expresso, não de forma subliminar, mas de forma explícita, condenando ou aprovando tais comportamentos, ou ainda prescrevendo a conduta correta.

Essa análise empírica e a constatação de que a narrativa jornalística do *JN* agrega elementos valorativos ancorados em um julgamento moral nos levou à formulação da pergunta que sintetiza o problema de pesquisa: Em que medida o juízo de valor que se identifica na produção noticiosa do Jornal Nacional se constitui uma narrativa moralizante?

A partir desse questionamento, como objetivo da pesquisa, buscamos identificar na narrativa do telejornal elementos que caracterizem a utilização de uma abordagem moralizante, sob a ótica dos bons costumes, da boa conduta e do moralmente correto.

Sob essa perspectiva, é pertinente questionarmos o papel que o jornalismo desempenha nas sociedades contemporâneas e, particularmente o papel desempenhado pelo telejornalismo em sua função precípua de informar. Haveria uma extrapolação de fronteiras? O telejornalismo estaria rompendo seus clássicos princípios norteadores, caracterizados pela isenção e objetividade? As abordagens prescritivas de conduta social seriam uma nova faceta do fazer jornalístico?

Nesse sentido, trabalhamos com a hipótese de que extrapolando sua característica eminentemente mediadora, os telejornais procuram se afirmar como uma instância de regulação, isto é, como um dispositivo de controle social, no sentido

de reforçar bons comportamentos e desestimular comportamentos contrários às normas de conduta arraigadas à sociedade, para além da sua função primária de noticiar fatos.

Por controle social entendemos o conjunto de meios de intervenção, quer positivos, quer negativos, acionados por sociedades ou grupos sociais a fim de induzir os próprios membros a se conformarem às normas que a caracterizam, de impedir e desestimular os comportamentos contrários às mencionadas normas, de restabelecer condições de conformação, também em relação a uma mudança do sistema normativo (BOBBIO et al., 2004:283).

O termo controle social será usado neste trabalho para denominar a forma como a produção noticiosa do *Jornal Nacional* agrega juízos de valor à notícia, sob uma perspectiva moralizante, no que concerne a fatos e ações da vida em sociedade nos aspectos político, econômico e social.

O espaço público se constrói e se desconstrói socialmente pela disputa de poder, de legitimidade, de controle político, de valores éticos e religiosos, de dominação simbólica e de interesses econômicos (FALEIROS, 2005).

Nesse espaço público, a televisão é hoje um dos principais agentes socializadores no mundo contemporâneo e, entre os programas televisivos, o telejornal é o principal meio de informação para milhões de brasileiros. Assim, o telejornalismo apresenta-se hoje como uma disputada arena midiática em que diferentes atores empreendem uma luta simbólica por visibilidade e poder social.

A compreensão do papel que o telejornalismo desempenha na vida social é primordial para que possamos interpretar as relações que se desenvolvem cotidianamente entre os diferentes atores e instituições e, naturalmente, suas consequências, que se apresentam sob a forma de normas de convivência, tensões, conflitos, consensos, construção de sentidos e uma infinidade de representações que têm lugar na sociedade.

Esta tese está dividida em cinco capítulos, além das considerações finais. No primeiro capítulo faremos uma breve contextualização do papel da televisão e do telejornalismo no Brasil. Serão apresentados e discutidos alguns temas como aspectos do telejornalismo no Brasil; os ideais do jornalismo; a proposição do telejornalismo

como laço social, bem como uma breve exposição sobre os principais objetivos, estrutura e rotinas produtivas do *Jornal Nacional*.

O segundo capítulo traz as informações a respeito do desenho da pesquisa, a contextualização, a justificativa, as informações metodológicas preliminares, além da hipótese e objetivo do trabalho.

No terceiro capítulo nos debruçaremos sobre os pressupostos teóricos que orientaram a elaboração da pesquisa. Aqui serão apresentadas as diferentes perspectivas de uma teoria da notícia, enfatizando a concepção de notícia jornalística. Abordaremos o controle social sob a perspectiva das abordagens valorativa e prescritiva.

O capítulo seguinte descreverá os procedimentos metodológicos utilizados na elaboração da pesquisa. Serão apresentados os critérios de seleção da amostra, coleta e tratamento dos dados, bem como a definição das categorias de análise e a classificação do material empírico. Apresentaremos ainda a conceituação das categorias utilizadas na pesquisa: as abordagens valorativa e prescritiva.

O quinto capítulo traz a descrição e a análise dos dados, bem como os principais aspectos da narrativa moralizante identificada na produção noticiosa do *Jornal Nacional*. As reportagens que compõem o *corpus* da pesquisa foram apresentadas em ordem cronológica e de acordo com a classificação da abordagem narrativa. Foi adotado o critério de apresentação por blocos de reportagens. Esse capítulo apresenta também uma análise da narrativa jornalística referente ao conjunto de reportagens do *JN* utilizado na amostra.

Nas considerações finais serão retomados os principais aspectos que nortearam a elaboração da pesquisa. Partiremos de nossa hipótese e analisaremos os resultados obtidos em consonância com o objetivo proposto, avaliando as contribuições e as possibilidades futuras de desdobramentos do trabalho.

CAPÍTULO 1 – O TELEJORNALISMO

1.1 - A Televisão no Brasil

Os meios de comunicação de massa ocupam um lugar central nas sociedades contemporâneas. Dentre esses, pode-se afirmar que no Brasil a televisão é, sem dúvida, o meio ao qual a maior parcela da população tem acesso. Há alguns anos essa hegemonia cabia ao rádio, principalmente nos rincões do país onde o acesso à energia elétrica era precário.

Segundo dados do IBGE³, o fornecimento de energia elétrica foi o serviço público com maior expansão nos últimos 15 anos. Com um crescimento de 3,7% em relação a 2006, 54,7 milhões de domicílios puderam contar com iluminação elétrica em 2007. Dessa forma, 98,5% dos domicílios pesquisados tiveram acesso a esse serviço, ante 88,8% de 1992 e 93,3% de 1997. A universalização do acesso à energia elétrica no período citado fez com que a televisão se firmasse como o meio de comunicação mais acessível à maioria da população.

Temer (2010) afirma que no Brasil, o aparelho de televisão é objeto-fetiche dos consumidores nacionais. Em aparelhos enormes, diz ela, que prometem as sensações do cinema, ou pequenos, do tamanho do celular, distribuídos pelo interior das residências, nas salas de TV ou nos quartos dos filhos, a televisão é sempre objeto do desejo dos consumidores. “O brasileiro adora a televisão, ela é o ponto focal da família, no qual veem as novelas, programas de auditório, *realitys-shows* e, é claro, o telejornal” (TEMER, 2010: 101).

Se em 1997⁴, 90,3% possuíam um aparelho de rádio, em 2007, esse percentual representava apenas 88,4%. Em contrapartida, a televisão estava presente em 86,2% das residências brasileiras em 1997, saltando para 94,8% em 2007 e para 95,7% em 2009.

³ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – 2007. Disponível em www.ibge.gov.br. Acessado em 25 de janeiro de 2009.

⁴ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – 2007. Disponível em www.ibge.gov.br. Acessado em 25 de janeiro de 2009.

Nem o avanço da Rede Mundial de Computadores conseguiu desbancar a televisão como o meio mais acessível ao entretenimento e à informação. Ainda de acordo com o IBGE (2007), o microcomputador está presente em apenas 34,7% dos lares brasileiros e o acesso a Internet está disponível somente para 20,4% da população.

Esses dados ratificam o resultado de inúmeras pesquisas que chamam a atenção para a imensurável influência que a televisão exerce em nossa sociedade. Não por acaso as telenovelas e os telejornais são os principais produtos das emissoras de televisão brasileiras. Os índices de audiência são disputados ponto a ponto e a receita publicitária favorece, evidentemente, as emissoras que angariarem maior audiência junto ao público consumidor.

Castells (1999) afirma que alguns anos após seu desenvolvimento, a televisão tornou-se o epicentro cultural de nossas sociedades. “A televisão é um meio fundamentalmente novo caracterizado pela sua sedução, estimulação sensorial da realidade e fácil comunicabilidade, na linha do modelo do menor esforço psicológico” (p. 358).

Tem-se então, nas telenovelas e nos telejornais produtos midiáticos que privilegiam respectivamente a ficção e a realidade. A despeito da híbrida fronteira que separa a ficção da realidade – observa-se que se tornou lugar-comum entre as obras ficcionais da televisão a abordagem de temas relacionados a diversos problemas sociais como a segurança pública, a violência doméstica, a prostituição – é no telejornalismo que, valores como a credibilidade, a objetividade e a imparcialidade são utilizados como recursos para assegurar o “distanciamento” necessário, isto é, garantir sua função mediadora e esclarecedora dos fatos e acontecimentos.

Para Temer e Tondato (2009), a televisão possui uma linguagem própria marcada pela fragmentação e pelo sincretismo. A abolição das fronteiras entre o real e o imaginário, dizem elas, está presente no conjunto da programação da televisão, mesmo dentro do conteúdo do telejornal, gênero considerado pelo senso comum como a ‘expressão da realidade’. “Além disso, a televisão abre espaço para representações dramáticas e exageradas, aumentando a importância de tudo o que é mostrado na tela. Ou seja, o meio reforça o caráter trágico de histórias, depoimentos e

de tudo que possa ser dramatizado para dar mais movimento ao que acontece na tela” (p. 16-17).

O telejornal é hoje o produto informativo mais importante da televisão brasileira. Esse programa está presente em praticamente todos os canais abertos e algumas emissoras o transformaram em seu principal produto em canais fechados, com notícias 24 horas por dia, a exemplo dos canais *Globo News* e *Band News* e mais recentemente, a *Record News*, esta, porém, operando em canal aberto.

A que se pode creditar todo esse fascínio que o telejornalismo exerce sobre o público? Segundo a maioria dos pesquisadores, esse grande apelo, deve-se, fundamentalmente, às características inerentes ao meio “televisão”.

Presente em 95,7% dos domicílios brasileiros⁵, esse meio popular por vocação tem sido capaz de promover a integração de milhões de pessoas, proporcionando acesso gratuito à informação e ao entretenimento, de norte a sul do País.

Inaugurada no Brasil em 18 de setembro de 1950, por Assis Chateaubriand, um dos homens públicos mais influentes do Brasil no século XX, a televisão, ao longo desses 60 anos vem alcançando um elevado nível de desenvolvimento tecnológico e penetração regional.

Para Wolton (1996), a chegada da televisão na década de 1950 veio revolucionar uma comunicação que, com o rádio, já se havia libertado das limitações de distância. O autor afirma que não apenas o espetáculo em imagem seduzia imediatamente, “como também a janela para o mundo proporcionada pela informação, pelos documentários, filmes e espetáculos estrangeiros fizeram da televisão um dos meios instrumentais da emancipação cultural” (WOLTON, 1996: 5).

Considerada inicialmente como um meio acessível apenas às classes mais abastadas; com a expansão dos serviços de energia elétrica e com a produção em massa, a popularização do aparelho foi se transformando ao longo dos anos em um item praticamente indispensável nos lares brasileiros. Segundo o IBGE⁶, entre os bens duráveis presentes nos domicílios brasileiros, o televisor (95,7%), supera produtos como geladeira (93,4%), máquina de lavar roupas (44,3%) e freezer (15,2%).

⁵ PNAD 2009.

⁶ Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2009.

Um dos pesquisadores mais dedicados ao estudo da televisão, o francês Dominique Wolton refuta o caráter alienador e manipulativo imputado à televisão pela maioria de seus críticos. Afirma que televisão não manipula os cidadãos. Ressalta a influência desta sobre o público, porém, rechaça a posição de passividade e neutralidade da audiência. “O público filtra as imagens em função de seus valores, ideologias, lembranças e conhecimentos” (WOLTON, 1996: 6).

Wolton vê a televisão como o elemento central da democracia de massa e um instrumento de emancipação. Para ele, a televisão aberta, a qual denomina “generalista” é a forma adaptada às democracias, pois, segundo ele, “visa oferecer a todo mundo o maior número possível de programas, garantindo assim uma certa igualdade cultural” (WOLTON, 1996:7).

Para esse autor, a televisão é, fundamentalmente, imagens e laço social. “O divertimento e o espetáculo remetem à imagem, isto é, à dimensão técnica. O laço social remete à comunicação, isto é, à dimensão social” (p. 12).

O pressuposto de que a televisão atua não apenas como um laço social, isto é, como um forte elemento integrador na sociedade, mas também como um importante espaço de construção de sentidos, constituindo um tecido simbólico que afeta cotidianamente práticas coletivas ou experiências individuais é compartilhado por outros teóricos que também se debruçam sobre a análise da comunicação massiva, a exemplo de Castells (2000).

Para Castells (2000: 353), a cultura audiovisual teve sua revanche histórica no século XX, em primeiro lugar com o filme e o rádio, depois com a televisão, superando a influência da comunicação escrita.

Segundo o autor, essa tensão entre a nobre comunicação alfabética e a comunicação sensorial não-meditativa determinou a frustração dos intelectuais contra a influência da televisão, que ainda domina a crítica social da mídia de massa (CASTELLS, 2000: 353).

De acordo com Castells (2000: 361), a televisão modela a linguagem da comunicação societal. O impacto social da televisão, afirma, funciona no modo binário: estar ou não estar. “Desde que uma mensagem esteja na televisão, ela poderá ser modificada, transformada ou mesmo subvertida”.

Para o autor, em uma sociedade organizada em torno da grande mídia, a existência de mensagens fora do circuito midiático fica restrita a redes interpessoais, portanto desaparecendo do inconsciente coletivo. Assim, informação e entretenimento, educação e propaganda, relaxamento e hipnose, tudo isso está misturado na linguagem televisiva.

Em uma análise sobre o desenvolvimento da televisão no Brasil, Wolton (1996) identifica quatro fases: a fase elitista (1955 a 1964), caracterizada pelo acesso restrito à televisão, em função dos altos preços dos aparelhos; a fase da decolagem (1964 a 1975), caracterizada pelo acesso das classes C e D à televisão; a fase do triunfo tecnológico (1975 a 1988), caracterizada pelo início da utilização dos satélites e, finalmente, a fase da expansão internacional (1988 em diante), caracterizada pelo sucesso das telenovelas e a consequente exportação destas.

Em um artigo sobre a evolução histórica da televisão brasileira, Mattos (2010), a exemplo de Wolton, faz uma análise da evolução da televisão no Brasil, a partir da divisão dos períodos analisados em fases. O autor identificou sete fases: 1) a fase elitista (1950 a 1964), quando o televisor era considerado um luxo ao qual apenas a elite tinha acesso; 2) a fase populista (1964 a 1975), quando a televisão era considerada um exemplo de modernidade e programas de auditório e de baixo nível ocupavam grande parte da programação; 3) a fase do desenvolvimento tecnológico (1975 a 1985), quando as redes de TV se aperfeiçoaram e começaram a produzir seus próprios programas visando exportá-los; 4) a fase da transição e da expansão internacional (1985 a 1990), durante a Nova República, quando se intensificam as exportações de programas; 5) a fase da globalização e da TV paga (1990 a 2000), quando o país busca a modernidade a qualquer custo e a televisão se adapta aos novos rumos da democratização; 6) a fase da convergência e da qualidade digital (2000 a 2010), caracterizada pela implantação da televisão digital e 7) a fase da portabilidade, mobilidade e interatividade digital (2010 em diante), caracterizada pelo surgimento e comercialização de novas mídias (MATTOS, 2010: 26-27).

Segundo dados da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT (2010), a televisão colorida tem absoluto domínio do mercado brasileiro de aparelhos receptores. Os televisores coloridos estão presentes em 97,8% de cada 100 domicílios que possuem televisão, isso nas dez principais regiões metropolitanas.

Entretanto, segundo dados da PNAD (2008), a televisão em preto ainda não se tornou uma peça de museu. Quase 1% do total de domicílios com televisão (0,6% em 2008), ainda utiliza esse tipo de aparelho. É importante ressaltar que tal realidade apresentou forte reversão a partir do ano de 2001, quando do total dos domicílios brasileiros, 6,1% ainda possuíam televisão em preto e branco, sendo 12,7% desses domicílios situados na área rural.

Se nos primórdios da TV brasileira, em 1950, existiam apenas 100 aparelhos receptores no país, quatro anos depois do seu lançamento, em 1954, este número passou para 120 mil unidades. Na década de 70, foram mais de seis milhões de unidades. Em 2002, este número já alcançava a casa dos 42,7 milhões, subindo para 54,8 milhões de domicílios ao final do ano de 2008 (ABERT, 2010: 26).

Recente pesquisa encomendada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM⁷ apresenta dados importantes sobre hábitos de informação dos brasileiros, com ênfase para o uso da Internet e da televisão.

Segundo a pesquisa, 46,1% dos entrevistados costumam acessar a Internet. Dentre estes, 66,5% possuem acesso em sua própria residência. A banda larga via cabo é o tipo de conexão utilizado por 65,5% dos entrevistados que possuem Internet em sua própria residência.

A pesquisa revelou que uma parcela expressiva dos internautas brasileiros acessa a Internet diariamente (43,9%). 61,3% afirmaram acessar a Rede Mundial de Computadores pelo menos quatro dias por semana.

De acordo com a pesquisa, o lazer é a principal finalidade de acesso à Internet para 46,3% dos internautas. Outros 24,8% afirmaram que utilizam a Internet principalmente para buscar informações. 47,7% dos internautas costumam ler jornais, blogs ou notícias pela Internet.

Os dados revelaram que uma parcela expressiva da população brasileira, 48,3%, se considera pouco informada. Apenas 6,4% disseram que se consideram muito informados; enquanto 44,8% se consideram pessoas informadas.

⁷ Hábitos de Informação e Formação de Opinião da População Brasileira. Meta – Pesquisas de Opinião. Março de 2010. Acessado em: 07/04/2010. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/planejamento/pesquisa/pesquisas-quantitativas>.

No que diz respeito ao acompanhamento das notícias em geral, a maioria, 68,4% acompanha pouco. 21,4% afirmaram que acompanham muito as notícias e 10,2% não acompanham. 78,6% disseram que acompanham pouco ou nada; enquanto 80,8% acompanham de alguma maneira. A pesquisa revelou que a maioria dos entrevistados, 57,3% percebe as notícias veiculadas pela mídia como tendenciosas, enquanto apenas 24,3% consideram estas notícias como isentas e imparciais.

No que diz respeito à credibilidade dos meios de comunicação, a pesquisa revelou que esta não é grande. Do total de entrevistados, 72,1% acreditam muito pouco nos meios de comunicação, e outros 7,9% não acreditam. Apenas 18,8% afirmaram acreditar muito nesses meios.

De acordo com a pesquisa, o fator renda está fortemente relacionado com a avaliação crítica das notícias e dos meios de comunicação. À medida que aumenta a renda do entrevistado, também aumenta a proporção dos que consideram as notícias veiculadas pela mídia em geral tendenciosas e parciais. Nas faixas de renda maiores a proporção de pessoas que acredita muito no que é dito pelos meios de comunicação é menor em relação às faixas de renda menores.

Mesmo percebendo as notícias veiculadas pela mídia como sendo parciais e tendenciosas, e atribuindo pouca credibilidade aos meios de comunicação, a maioria dos entrevistados, 82,9%, afirmou utilizar no cotidiano as informações obtidas junto aos meios de comunicação. 62,9% admitiram que, algumas vezes, mudam seus pontos de vista a partir de informações transmitidas pelos meios de comunicação.

Embora não queiramos adotar uma perspectiva totalizadora do poder de influência da mídia, podemos observar que os dados mostram a influência que os meios de comunicação exercem nas sociedades contemporâneas. Para Castells (1999: 358) a mídia “é a presença de fundo quase constante, o tecido de nossas vidas. Vivemos com a mídia e pela mídia”.

Castells (1999) observa que nas sociedades urbanas, o consumo da mídia é a segunda maior categoria de atividade depois do trabalho e, certamente, a atividade predominante nas casas. Essa observação, segundo ele, deve ser avaliada para o verdadeiro entendimento do papel da mídia em nossa cultura: ser espectador/ouvinte da mídia absolutamente não se constitui uma atividade exclusiva. “Em geral, essa

atividade é combinada com o desempenho de tarefas domésticas, refeições familiares e interação social” (p. 358).

Ainda segundo a pesquisa anteriormente citada (META, 2010), para 69,4% dos entrevistados a televisão aberta é considerada o meio de comunicação mais confiável e também o meio mais importante para buscar informações.

Segundo dados da Associação Brasileira de Rádio e Televisão - ABERT (2010), o número de emissoras comerciais licenciadas aumentou 17,5%, no período de 2000 até 2009. O número total de geradoras comerciais alcançava 295 emissoras em setembro de 2009. Já o número total de emissoras de televisão, licenciadas e em fase de licenciamento, alcança a casa das 496 emissoras, sendo 295 comerciais e 201 educativas.

De acordo com a ABERT (2010), O caminho para obtenção de uma outorga para geração de serviços de televisão não é simples e pode demorar anos, pois o processo é complexo e a maior parte da legislação tem trinta anos ou mais. A instituição também destaca o importante papel sócio-cultural desempenhado pelas geradoras locais, em virtude da possibilidade de produção de programação aderente à realidade local, dentre as quais se destacam o jornalismo, esportes, lazer, cultura e variedades.

No que se refere à inovação tecnológica, a televisão brasileira já entrou na era digital. No dia 2 de dezembro de 2007, a TV digital (*HDTV – High Definition TV*) ou TV de alta definição foi inaugurada no Brasil, operando, inicialmente, na cidade de São Paulo e, posteriormente, nas principais cidades brasileiras⁸.

O modelo de transmissão escolhido pelo governo brasileiro para ser implantado no país é o SBTVD-T – Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre, baseado no padrão de transmissão ISDB-T, utilizado no Japão. A opção pelo padrão japonês se concretizou após um longo processo de discussão e análise sobre o modelo mais adequado às necessidades e peculiaridades brasileiras. A escolha brasileira foi feita entre os modelos Japonês, Europeu e Americano⁹.

As principais perspectivas da televisão digital são a interatividade e a convergência, entretanto, esses recursos ainda não estão totalmente disponíveis, uma vez que as inúmeras possibilidades de uso dessas tecnologias deverão ser adaptadas às

⁸ Jornal *O Globo*, 5 de dezembro de 2007.

⁹ Idem.

peculiaridades do sistema brasileiro. Além disso, de acordo com o Ministério das Comunicações, o processo de transição do sistema analógico para o digital será concluído apenas em 2016.

Castro (2010) afirma que a passagem da televisão analógica aberta para o modelo digital marca o surgimento de uma televisão híbrida, diferente do que já se viu até então. Essa diferença, diz ela, representada pela digitalização, pela não linearidade, pela possibilidade de usar recursos interativos e pela gratuidade é o que define o valor agregado da nova televisão em relação aos demais modelos.

A autora destaca que em seus primeiros anos, é possível afirmar que a televisão digital é uma mistura da televisão analógica, de cinema e de computadores com recursos de internet e, segundo ela, tende a seguir assim - meio computador na televisão e meio TV analógica - até encontrar sua própria identidade.

Isso, segundo a autora, é algo similar ao que ocorreu quando as primeiras televisões analógicas chegaram ao mercado: eram caras, as pessoas desconfiavam da qualidade de seus programas e a linguagem era uma mistura da estética radiofônica com a cinematográfica. “Demorou um bom tempo – pelo menos 20 anos - até as empresas de televisão, públicas e privadas, encontrarem uma linguagem e estética próprias” (CASTRO, 2010: 31).

De acordo com Tourinho (2009: 69), a TV digital, além de sua inigualável qualidade de áudio e vídeo, traz os conceitos de mobilidade, isto é, pode ser assistida em movimento; portabilidade, que significa permitir o acesso à televisão, a partir do celular, do computador e de aparelhos portáteis e, finalmente, da interatividade, ou seja, o telespectador interage com os conteúdos apresentados: grava, muda ângulos, faz compras, entre outros.

Segundo Roberto Franco¹⁰, presidente do Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital, e do Fórum Internacional do ISDB-T, existem atualmente 130 modelos de televisores com recepção digital no país, sendo 12 deles com recursos de interatividade. O mercado dispõe ainda de seis modelos de receptores *set-top boxes*¹¹, sendo um deles com interatividade. Para recepção móvel e portátil, estão no mercado cinco receptores *USB* para uso em computadores; oito modelos de celulares, sendo

¹⁰ Fonte: www.abert.org.br/site/noticias.

¹¹ Conversores de TV Digital.

dois com interatividade; três *laptops*; seis televisores de mão; e três receptores para uso em carros.

No que se refere à TV por assinatura, dados da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel¹² mostram que o serviço de TV por assinatura já conta com mais de 10 milhões de assinantes, fazendo-se presente em 17% dos domicílios brasileiros.

De acordo com a Agência Reguladora, o aumento da base de assinantes de serviços via satélite se manteve superior ao dos serviços via cabo. Enquanto o crescimento da TV paga via satélite pulou de 3,1% em janeiro de 2011, para 4,3% em fevereiro de 2011, as assinaturas de serviços via cabo avançaram 1,1% no mês de fevereiro, após alta de 0,5% em janeiro do mesmo ano.

1.2 – Telejornalismo no Brasil

A despeito da carência técnica e tecnológica, a interação entre a televisão e o jornalismo teve início desde a inauguração desta. Já no dia seguinte ao lançamento da televisão foi ao ar, pela TV Tupi, canal 6, de São Paulo, o programa jornalístico “Imagens do Dia”, sem horário e duração predeterminados.

Ainda que a escolha do nome - *Imagens do Dia* - demonstre a importância da imagem para o novo veículo, poucas eram as filmagens realizadas especificamente para o telejornal e parte do material exibido eram sobras do cinema e de documentários, que formavam um ‘arquivo informal’: era comum utilizar as cenas de uma enchente antiga para ilustrar a enchente atual, e assim por diante (TEMER, 2008: 2).

As limitações do período inicial ao lançamento da televisão, relacionadas ao baixo acesso da população ao aparelho, à falta de conhecimento técnico e aos poucos equipamentos então disponíveis, levaram, na primeira década da televisão, à produção de telejornais em formatos artesanais e com baixíssima qualidade de produção.

Rezende (2010) afirma que nem mesmo o emprego da câmera de filmar 16 milímetros, sem som direto, principal novidade técnica utilizada nos anos 1950, conseguiu reduzir a influência da linguagem radiofônica sobre os telejornais. Com informações redigidas em forma de ‘texto telegráfico’, diz ele, os noticiários eram

¹² Fonte: Portal Imprensa. Disponível em: http://portalimprensa.uol.com.br/portal/ultimas_noticias/2011/03/29/imprensa41239.shtml. Acessado em 29/03/2011.

apresentados por locutores com estilo ‘forte e vibrante’, copiado do jornalismo radiofônico. “Em termos visuais, os telejornais eram parecidos: uma cortina de fundo, uma mesa e uma cartela com o nome do patrocinador” (REZENDE, 2010:57).

Segundo Rezende (2010), dois anos depois do lançamento da televisão, em 1952, a TV Tupi de São Paulo criou outro telejornal. Ao contrário do *Imagens do Dia*, o *Telenotícias Panair* era exibido diariamente e em horário predeterminado, às 21h.

Ainda no ano de 1952, foi colocado no ar o telejornal que viria a ser o mais importante da década de 1950, o *Repórter Esso*. Apresentado por Gontijo Teodoro, o telejornal foi pela primeira vez ao ar na TV Tupi do Rio de Janeiro e, no ano seguinte, na TV Tupi de São Paulo.

Rezende (2010) explica que nesse período o paradigma dos telejornais era o radiojornalismo. O *Repórter Esso*, afirma, espelhava as características mais evidentes da fase inicial da TV brasileira: “a herança radiofônica, a subordinação total dos programas aos interesses e estratégias dos patrocinadores e o suporte jornalístico da agência de notícias norte-americana *UPI – United Press International*” (REZENDE, 2010: 58).

A chegada da década de 1960 trouxe inovações à televisão no que diz respeito à produção e divulgação de imagens. Nessa época começaram a ser exibidos filmes estrangeiros dublados. A cobertura da inauguração de Brasília, em 1960, levou à aquisição do videoteipe e a novas perspectivas na produção telejornalística, inclusive, com a entrada de novas emissoras no mercado.

De acordo com Rezende (2010), apesar dos avanços técnicos – a chegada do videoteipe, encomendado para a cobertura da inauguração de Brasília, câmeras de estúdio mais ágeis e a lente *zoom* em substituição à torre de lentes – as mudanças na linguagem televisiva só eram visíveis em novelas e *shows*. “O telejornalismo – além da ingerência política – ressentia-se da falta de um estilo próprio. [...] Os telejornais usavam imagens apenas em mapas ou fotos e, mais raramente, o videoteipe” (REZENDE, 2010:58).

Nesse período, em 1962, a TV Excelsior lançou o *Jornal de Vanguarda*, dirigido pelo jornalista Fernando Barbosa Lima, considerado por muitos autores o telejornal responsável pela introdução de uma nova concepção na produção do telejornalismo.

Segundo Temer (2008), o *Jornal de Vanguarda* introduziu muitas mudanças na forma como o telejornalismo era produzido até então. A principal delas foi a participação de jornalistas como produtores e a participação de cronistas especializados como apresentadores, como Newton Carlos, Villas-Bôas Correia, Millôr Fernandes, João Saldanha, Gilda Müller e Stanislaw Ponte Preta, entre outros.

Esse modelo inovador aliado a uma maior qualidade na produção do telejornal, representada por uma preocupação maior com o texto e com a dinamicidade das imagens, conferiu ao telejornal, além do reconhecimento no Brasil, uma premiação internacional – em 1963, recebeu, na Espanha, o prêmio *Ondas*, como o melhor telejornal do mundo.

O Golpe de 1964, entretanto, interrompeu o processo de desenvolvimento e inovação do telejornalismo brasileiro. O período da censura, caracterizado pelo rigoroso controle político, provocou profundas transformações na forma e no modo de produção e apresentação dos telejornais no Brasil.

A criação da TV Globo em 1965 inaugura uma nova era na televisão e, a partir de 1969, com a utilização da tecnologia por micro-ondas, as transmissões via satélite e o surgimento do *Jornal Nacional*, tem início uma nova fase do telejornalismo no Brasil.

Essa nova fase estava relacionada, principalmente, ao conceito de noticiário nacional, prática até então inédita no telejornalismo brasileiro, em oposição ao noticiário local. A partir dessa perspectiva, houve a necessidade de desenvolver critérios que orientassem a seleção e a hierarquização das notícias de forma que se privilegiasse um conteúdo que interessasse aos telespectadores de todo o Brasil, em vez da ênfase em assuntos voltados a temas locais ou regionais.

Essa nova perspectiva exigia uma cobertura de interesse geral e não regional ou particularista. Os assuntos deveriam chamar a atenção tanto do telespectador da Região Norte, quanto da Região Sul. Era necessário não superdimensionar uma região em detrimento de outra, pensar sempre em como determinada matéria poderia repercutir em estados diferentes. Evidentemente, em um país continental, com tantas diferenças regionais, essa era uma tarefa difícil.

No livro que comemora os 35 anos do *Jornal Nacional* é citado um exemplo das dificuldades de se lidar com as diversidades regionais, esse exemplo veio do noticiário meteorológico. Nos primeiros anos, no boletim do *Jornal Nacional* ‘tempo bom’

significava dia de sol e ‘mau tempo’, dia de chuva, até que alguns telespectadores começaram a reclamar. No Nordeste, castigado pela seca, ‘sol’ queria dizer tempo ruim. A partir de então, passou-se a ter o cuidado de não empregar o adjetivo ‘bom’ ou ‘mau’ para se referir ao tempo, usando no lugar as expressões ‘dia ensolarado’ e ‘dia chuvoso’ (MEMÓRIA GLOBO, 2004: 38-39).

Pouco mais de um ano depois da criação *Jornal Nacional*, em 31 de dezembro de 1970, o *Repórter Esso*, telejornal que desde a década de 1950 representava o modelo dominante de telejornalismo no Brasil, chegou ao fim e, com ele o estilo radiofônico, até então predominante.

Lançado com o objetivo de competir com o *Repórter Esso* da TV Tupi, o *Jornal Nacional* desenvolveu um estilo próprio de produzir e apresentar telejornal. Seus maiores trunfos foram a utilização intensiva da tecnologia, a confluência do empreendedorismo comercial com as aspirações de integração nacional do regime militar e a busca obsessiva de um alto padrão de qualidade.

Em seu formato inicial, o *Jornal Nacional* tinha apenas 15 minutos de duração, sendo transmitido de segunda-feira a sábado. As edições eram divididas em três partes: local, nacional e internacional. As manchetes eram lidas alternadamente por dois apresentadores. Para se diferenciar do modelo consagrado pelo *Repórter Esso*, que sempre terminava com a notícia mais impactante do dia, o *JN* concluía o noticiário com informações leves, de conteúdo lírico ou pitoresco (Memória Globo, 2004:33-34).

No rastro do processo de desenvolvimento de um novo padrão de telejornalismo, na década de 1970 outras emissoras também fizeram modificações em seus programas de notícias, a exemplo da TV Bandeirantes de São Paulo, com o jornal *Titulares da Notícia*; da TV Tupi, com a *Rede Nacional de Notícias* e da TV Cultura de São Paulo, com o *Hora da Notícia*.

A década de 1980 se inicia com a extinção da TV Tupi, primeira emissora de televisão brasileira e com a entrada de novos atores no cenário da teledifusão. Duas novas cadeias de televisão foram agraciadas com concessões: o Sistema Brasileiro de Televisão – SBT, do empresário Sílvio Santos, e a Rede Manchete, do grupo Bloch.

Enquanto a Rede Manchete almejava investimentos na produção telejornalística a fim de conquistar melhores índices de audiência e, com isso, aumentar sua inserção, faturamento e credibilidade na área, o SBT, por outro lado,

vinha, sem sucesso, testando vários projetos jornalísticos em formato popular que, “apesar do sucesso junto às classes D e E, tinham fortíssima rejeição da parte dos anunciantes” (SQUIRRA, 1993: 138).

Em uma análise sobre o telejornalismo praticado pelo SBT em meados da década de 1980, Squirra faz referência à visão singular de Sílvio Santos quanto ao estilo de jornalismo que pretendia implantar e difundir em seu canal de televisão. Em uma entrevista, o empresário teria criado muita polêmica ao afirmar que:

[...] O meu jornalismo é diferente porque eu só permito que ele faça elogios, não quero que faça críticas [...] meu jornalismo vai ser imparcial, vai só elogiar, e não vejo razão para alguém ficar aborrecido comigo por só receber elogios [...] É para descobrir no ser humano as qualidades que ele tem. Quando não houver possibilidade de apontar essas qualidades, ou apontar suas obras, suas realizações, nós vamos apenas dar a notícia (SQUIRRA, 1993: 138).

A entrada no mercado dessas duas novas emissoras e a liderança exercida até então pela Rede Globo, aliada ao prestígio de seu principal telejornal, criou expectativas no sentido de que essas novas cadeias de televisão pudessem criar um equilíbrio e evitar a hegemonia da TV Globo, bem como permitir a criação de outros telejornais que pudessem competir com o *Jornal Nacional*.

Se o conteúdo dos telejornais da Rede Globo deixava a desejar pelo fato de ser identificado com o discurso do governo militar, o mesmo não se pode afirmar da qualidade visual e dos recursos técnicos largamente utilizados pela emissora, a exemplo dos equipamentos de última geração e dos recursos de animação e computação gráfica.

Um exemplo disso foi a inauguração, em 1976, na TV Globo, do *Electronic News Gathering* (ENG) – pequenas unidades portáteis – dotadas de câmeras leves e sensíveis, transmissores de micro-ondas, videoteipes e sistemas de edição que permitiam o envio de imagens e sons de qualquer local para a emissora. Esse aparelho permitiu a utilização no Brasil do formato do telejornalismo norte-americano, apoiado na performance de vídeo dos repórteres (MEMÓRIA GLOBO, 2004: 90-96).

A acirrada disputa por audiência levou as emissoras a investirem não apenas em recursos tecnológicos, mas também em jornalistas experientes e em novos formatos de apresentação. Um claro exemplo dessa prática foi a decisão do SBT, em 1988, de fortalecer o telejornalismo da emissora e, em função disso, contratar Boris

Casoy, um jornalista capacitado e experiente para apresentar o principal telejornal da rede. Esse jornalista, segundo Rezende (2010), recebeu liberdade e apoio da emissora para imprimir um formato diferenciado na apresentação do telejornal, permeando a apresentação das notícias com comentários, críticas e, até mesmo, com a utilização de bordões.

Boris Casoy [...] não conformou a sua função de âncora do 'TJ Brasil' ao modelo norte-americano de ancoragem. Além de conduzir o noticiário, passou a fazer entrevistas e emitir comentários pessoais sobre os fatos. A resposta do público se refletiu logo no faturamento e o 'TJ Brasil' veio a se transformar no segundo produto do SBT a atrair mais publicidade, superado apenas pelo programa de Sílvio Santos (REZENDE, 2010: 68).

Para manter a liderança, o *Jornal Nacional*, ao longo dos anos, promove mudanças e inovações e estas não se restringem apenas à troca de apresentadores ou mudanças de cenários, dizem respeito à inclusão de análises, intervenções de comentaristas e até mesmo da mudança de concepção da linha editorial do telejornal. Um fato emblemático dessa mudança de linha editorial ocorreu no dia 1º de abril de 1997, com uma reportagem do jornalista Marcelo Rezende sobre a truculência policial em Diadema, na Grande São Paulo, como explica Rezende (2010):

A notícia baseava-se em gravação em vídeo da pancadaria, feita por um anônimo cinegrafista amador. Além do horror das cenas, as imagens quebravam a rigorosa assepsia visual estabelecida, durante anos, pelo padrão global de qualidade. O valor jornalístico impunha-se à concepção de notícia-espetáculo. Foi um acontecimento que suscitou várias análises de apoio e reconhecimento ao trabalho jornalístico realizado (p. 73).

Observa-se atualmente uma entediante homogeneização nos conteúdos dos telejornais, bem como uma forte tendência destes para a espetacularização da notícia e a ênfase em conteúdos relacionados à violência, reproduzindo, guardadas as devidas proporções, o conteúdo de alguns jornais impressos que na ânsia de alavancarem as vendas dão destaque à violência e ao noticiário policial.

De acordo com Rezende (2010), a competição acirrada entre os telejornais tem favorecido a adoção de práticas de apuração em busca de furos de reportagem e da notícia mais espetacular. A utilização da "câmera escondida" passou a ser uma das estrelas do telejornalismo brasileiro.

O uso intensivo das novas tecnologias de informação e comunicação, sem dúvida, favorece esse tipo de prática, uma vez que, atualmente, câmeras e microfones podem estar acoplados a diferentes suportes, desde celulares a canetas.

Aliada a isso, a difusão de conteúdos via Internet, com *upload* de vídeos e a proliferação de blogs permite um grau de interatividade que pode modificar o modelo de comunicação e a produção noticiosa até então desenvolvida.

Becker (2010) afirma que o crescente processo de midiatização da sociedade afeta a cultura jornalística, suas rotinas produtivas e a própria identidade de seus atores. A noticiabilidade, segundo Becker, “se vê atravessada por lógicas e operações que remetem à existência de uma nova interface entre jornais/fonte e jornal/leitor” (p. 128).

Castells (1999) também afirma que está ocorrendo uma integração de vários modos de comunicação em uma rede interativa. Segundo ele, apesar de toda a ideologia da ficção científica e a publicidade comercial em torno do surgimento da chamada infovia, não podemos subestimar sua importância.

A integração potencial de texto, imagens e sons no mesmo sistema, afirma ele, “interagindo a partir de pontos múltiplos, no tempo escolhido (real ou atrasado) em uma rede global, em condições de acesso aberto e de preço acessível – muda de forma fundamental o caráter da comunicação” (CASTELLS, 1999: 354).

Em um trabalho no qual analisou oito telejornais dos cinco continentes, Becker (2010) afirma que a hibridização entre as ações de ver televisão e acessar a Internet e a conseqüente interação daí advinda permite a inserção de novos atores sociais nos processos de construção da notícia. A autora alerta, entretanto, que a possibilidade de trocar mais informações por um número maior de pessoas e a convergência em si não garantem maior valor informativo à notícia, tampouco, garantiria, afirma ela, um aperfeiçoamento das práticas jornalísticas audiovisuais.

Para Silva e Rocha (2010) com a difusão da Internet e dos inúmeros sítios que produzem e divulgam informação jornalística, o jornalismo televisivo precisou rever suas rotinas de produção para tornar o noticiário mais ágil e atrativo para um telespectador que já poderia ter visto a notícia, em tempo real, nos sítios noticiosos.

Segundo esses autores, o acesso às fontes de informação, antes restritas a grupos ligados à comunicação, tornou-se acessível a um número maior de pessoas. A

consequência disso, afirmam, é um desafio cotidiano em apresentar um produto jornalístico inédito e aprofundado, a partir de “uma matéria-prima fluida e temporal que é o acontecimento” (p. 198).

De acordo com Silva e Rocha (2010), com a criação de sítios eletrônicos ligados aos telejornais, houve a necessidade de as emissoras, adicionalmente, produzirem conteúdos para a TV e para a *web* que sejam complementares entre si, considerando, evidentemente, as características próprias de cada mídia.

Para esses autores, a relação entre o telejornal e o público, que antes se dava somente no momento da veiculação do jornal, foi estendida ao ser transposta para o ciberespaço, permitindo, segundo eles, “a participação do telespectador, agora convertido em usuário, em fóruns, *chats*, enquetes e o acesso a conteúdos multimidiáticos relacionados às notícias apresentadas no telejornal” (p.198).

A inovação tecnológica e as múltiplas possibilidades interativas favorecidas pelo uso da Internet estão levando as redes de televisão a apostarem em novos formatos noticiosos que envolvam a participação do telespectador por meio de ferramentas interativas, como *chats* e fóruns. O fato de o telespectador poder assistir ao seu telejornal favorito em um momento que lhe parecer mais conveniente e em um suporte diferenciado representa, de certa forma, uma ameaça para o alcance e a manutenção dos índices de audiência tão incessantemente buscados por emissoras e anunciantes.

A aposta das emissoras na participação do telespectador a fim de aumentar os índices de audiência está indo além das tecnologias interativas. No início do mês de abril de 2011, a Rede Globo anunciou a criação do *Projeto Parceiros*¹³, que permite que telespectadores participem das reportagens, mostrando suas comunidades, a exemplo do que vem sendo desenvolvido atualmente na emissora carioca. Segundo a Globo, inicialmente, o projeto incluirá apenas os telejornais locais RJTV, SPTV e DFTV.

No Rio de Janeiro foram escolhidos 16 telespectadores, de oito áreas do estado - Cidade de Deus, Complexo do Alemão, Duque de Caxias, Tijuca, Copacabana, São Gonçalo, Campo Grande, e Nova Iguaçu. Os parceiros são de diferentes classes sociais

¹³ Fonte: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/telespectadores-serao-reporteres-em-telejornais>. Consultado em 07/04/2011.

e níveis de instrução, o que inclui donas de casa, professores, autônomos e estudantes.

Os participantes do projeto serão divididos em duplas e receberão uma câmara de vídeo para fazer as reportagens. Todo o processo será supervisionado por jornalistas da emissora.

De acordo com a informação divulgada pela Rede Globo¹⁴, o processo seletivo incluirá provas de português, conhecimentos gerais, raciocínio lógico e redação. Os candidatos participarão de dinâmicas de grupo e serão avaliados por jornalistas. Os selecionados também farão um curso sobre técnicas jornalísticas.

Para Vizeu e Siqueira (2010), a interação entre produção e público nos telejornais não chega a ser uma novidade, segundo os autores “o que mudou foi que as tecnologias tornaram exponencialmente maior esse processo” (p. 90-92).

Segundo os autores, as possibilidades de utilizar conteúdos que não foram produzidos pelas equipes de reportagens foram ampliadas e incorporadas às rotinas produtivas das emissoras. Essa estratégia de abrir espaço para a participação do público na produção do telejornal, afirmam, estimula e atrai o telespectador, estabelecendo um novo laço de proximidade entre a emissora e o público.

1.3 - Ideais do Jornalismo

Wolton (2006) afirma que a comunicação é o resultado de um formidável movimento de emancipação ao mesmo tempo social, cultural e político. E é também, segundo ele, símbolo de liberdade, de democracia, de abertura e de modernidade.

A responsabilidade de informar vai além da simples difusão de dados ou fatos. Implica considerar o receptor em sua real dimensão, ou seja, um ser social imerso em uma diversidade cultural e que se encontra em um processo constante de interação no âmbito dos processos sociais. Como afirma Wolton (2004: 16): “a informação não cria a comunicação. A autonomia e o senso crítico dos receptores nos obrigam a levar em conta a dimensão social e cultural da comunicação”.

¹⁴ Idem.

Para o autor, pensar a comunicação é o meio de se construírem conhecimentos indispensáveis para entender as questões técnicas e econômicas da mundialização da informação e da comunicação. É também, diz ele, o meio de se preservar a dimensão de emancipação que existe nessas duas palavras, e de se organizar a coabitação cultural, condição essencial para a paz no século XXI.

O autor defende a necessidade de um trabalho sobre os conceitos e as relações entre comunicação, democracia e sociedade, para entender as diferentes teorias da informação e da comunicação. Defende também a necessidade de compreender o papel das mídias de massa, com a televisão em primeiro lugar, bem como a “responsabilidade dos jornalistas, as forças e os limites das novas tecnologias a importância da história e do comparatismo e as relações cada vez mais estreitas no cenário da mundialização, entre identidade, cultura e comunicação” (WOLTON, 2004: 20-21).

A credibilidade é um dos cânones do jornalismo moderno, representa o ideal iluminista do esclarecimento. Oferecer informações críveis seria, em última análise, iluminar o caminho, instrumentalizar o cidadão, oferecer subsídios para que ele desenvolva uma visão crítica sobre os fatos que lhes são apresentados.

Por outro lado, a clássica trilogia: objetividade, imparcialidade e neutralidade se constitui no ideário que caracteriza a atividade jornalística. Becker (2005) afirma que o ideal de objetividade e imparcialidade é inalcançável, posto que o uso da linguagem implica subjetividade, escolha de palavras e argumentos e isso, de uma forma ou de outra, se reflete na produção de sentido.

A objetividade no jornalismo é um dos temas mais controversos quando se discute o fazer jornalístico e já foi objeto de atenção de inúmeros autores, entre os quais Rodrigues (1988); Gaye Tuchman (1972); Robert Hackett (1984) e Schudson (1978).

Na introdução do livro *Descobrimo a Notícia*, intitulada, “O ideal da objetividade”, Schudson (2010: 13) questiona:

Mas por que os críticos partem do pressuposto de que a imprensa deveria ser objetiva? A objetividade é uma estranha exigência a se fazer a instituições que, como sociedades comerciais, dedicam-se antes de tudo à sobrevivência econômica. É uma estranha exigência a se fazer a instituições que, com frequência, por tradição ou código explícito, são órgãos políticos. É

uma estranha exigência a se fazer a editores e repórteres que não contam com nenhum dos aparatos profissionais que, no caso de médicos, advogados ou cientistas, supostamente a garantem.

Para esse autor nada, até agora, explica a paixão do século XX pelo ideal da objetividade. Segundo Schudson, a discussão sobre a questão da objetividade assume um particular apelo quando se percebe que, antes de 1830, a objetividade no jornalismo não era um ponto crucial. “Até então, esperava-se que os jornais norte-americanos apresentassem um ponto de vista partidário, em vez de uma posição neutra” (SCHUDSON, 2010: 14).

O autor defende que, somente a partir do início da década de 1930, com a dúvida e o ceticismo que a democracia e o mercado estimulavam, é que o ideal da objetividade, “entendido como declarações consensualmente validadas sobre o mundo, com base numa separação radical entre fatos e valores”, (SCHUDSON, 2010: 144) passa a se estabelecer.

Schudson (2010) afirma que Walter Lippmann foi o mais sábio e enérgico porta-voz do ideal da objetividade. “Em *Public Opinion*, ele explicou o impulso emocional por trás da busca pela objetividade. [...] Lippmann estava preocupado com a subjetividade dos fatos e, ao mesmo tempo, esperançoso em relação à profissionalização do jornalismo já em 1919” (p. 178).

Os escritos de Lippmann, segundo Schudson, fornecem a mais sofisticada base lógica para a objetividade como um ideal no jornalismo. Ressalta que nos anos de 1890, os repórteres raramente duvidavam da possibilidade de escrever realisticamente. Já na década de 1930, afirma, mesmo os jornalistas comprometidos com a objetividade reconheceram que a reportagem objetiva era, em última análise, uma meta inatingível. “Os perigos da subjetividade foram bem reconhecidos”, conclui.

Schudson (2010) afirma que, embora a objetividade, na década de 1930, fosse um articulado valor profissional no jornalismo, esta era uma concepção que parecia se desintegrar tão logo fosse formulada.

A objetividade, afirma, tornou-se um ideal no jornalismo precisamente quando a impossibilidade de superar a subjetividade na apresentação da notícia passou a ser amplamente aceita e a subjetividade passara a ser considerada como inevitável.

“Desde o início, então, a crítica do ‘mito’ da objetividade tem acompanhado a sua enunciação” (SCHUDSON, 2010: 185).

Sousa (2000) argumenta que os meios jornalísticos deveriam atuar, sobretudo, guiados pelo objetivo de informar os cidadãos, pressupondo que estes são atores responsáveis inseridos em um sistema social sobre o qual devem intervir. “Informar jornalisticamente seria, em síntese, permitir que os cidadãos possam agir responsabilmente” (p.63).

Nas palavras de Vizeu (2006), o noticiário televisivo se converteu em um lugar onde se pratica, de uma forma simulada, o exercício democrático das grandes questões sociais. É a “Praça Pública” que converte o exercício da publicização dos fatos como possibilidade da prática da democracia.

Hodiernamente o jornalismo desempenha o papel de agente legitimador, seja na esfera política, econômica ou social. “O fato de termos hoje à nossa disposição a instituição midiática faz com que aquilo que não seja objeto da sua intervenção mediadora não tenha existência socialmente reconhecida” (RODRIGUES, 2002:227). Nas sociedades democráticas contemporâneas, a simplificação da realidade operada pelo jornalismo favorece aos cidadãos a compreensão da realidade social.

Rodrigues (2002) destaca a supremacia da credibilidade e da objetividade jornalística ao afirmar que o fundamento do discurso factual se baseia quase sempre na fiabilidade do testemunho do locutor e não na observação e verificação diretas dos fatos.

Nesse sentido, o fato de assistirmos a um telejornal pressupõe uma relação de confiança. Confiamos nas imagens e nos relatos. “Raramente nos encontramos na situação de podermos verificar *in loco* a veracidade dos fatos relatados” (RODRIGUES, 1999: 32).

Assim, tem-se na objetividade um dos temas centrais do jornalismo e um dos pontos mais polêmicos ao tratar do fazer jornalístico. Soloski (1999), em um artigo sobre os constrangimentos do trabalho jornalístico, defende que a objetividade é a norma profissional mais importante para os jornalistas.

Isso não significa, contudo, que eles sejam observadores imparciais significa, sim, a busca no relato dos fatos de forma mais imparcial e equilibrada possível.

Ao concentrar-se no desvio, no estranho e no insólito, os jornalistas defendem implicitamente as normas e os valores da sociedade. “Como as fábulas, as ‘estórias’ noticiosas contêm uma moral oculta” (SOLOSKI, 1999:97).

Em um longo ensaio no qual se debruça sobre a parcialidade e a objetividade no jornalismo, Hackett (1999) procura demonstrar por meio da análise de alguns pressupostos-chave as fragilidades e idiossincrasias que se impõem no estudo dessa temática.

O autor coteja algumas concepções estabelecidas e as analisa criticamente. Um dos aspectos analisados por Hackett diz respeito à linguagem como elemento da objetividade. O autor afirma que a linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado ou veracidade supostamente inerente aos acontecimentos. Em parte, diz ele, isso acontece porque a rotulagem de algo implica a existência de uma avaliação e de um contexto.

Para Hackett, a linguagem neutra, isenta de juízos de valor, na qual os fatos puros do mundo pudessem ser registrados sem qualquer preconceito, “é impossível porque as avaliações já estão implícitas nos conceitos, na linguagem em função da qual se fazem as observações e os registros” (1999: 107).

Referindo-se à importância do jornalismo nas sociedades democráticas, Traquina (1999) afirma que este, por um lado, determina quais são os acontecimentos com direito a existência pública e, que, por isso, passam a integrar a agenda de preocupações como temas importantes da opinião pública. Por outro lado, define o significado dos acontecimentos, oferecendo interpretações de como compreendê-los.

Nesse sentido, o jornalismo pressupõe “uma comunicação voltada para a informação, para a formação e educação do povo para a cidadania, função essa bastante cara aos filósofos do século das luzes, inventores da ideia de opinião pública” (BUCCI, 2001).

Bucci (2001) afirma que o jornalismo é concebido como função mediadora do espaço público, como veículo de argumentos mais ou menos racionais, isto é, que dialoguem entre si a partir dos pressupostos da razão. O autor ressalta que os valores éticos do jornalismo têm o seu ponto mais alto no compromisso com a verdade, com a busca da verdade, com a honestidade intelectual e com a objetividade.

De acordo com Bucci (2001), não se faz bom jornalismo sem a boa fé - tanto da parte de seus praticantes quanto da parte do público. A base do jornalismo, afirma o autor, é a confiança: “não de que a verdade será revelada a todos, mas de que os fatos e as ideias serão objeto da mais honesta procura e do mais transparente relato”.

Sousa (2000:15) defende que as notícias são artefatos linguísticos que procuram representar determinados aspectos da realidade e que resultam de um processo de construção e fabrico onde interagem, entre outros, diversos fatores de natureza pessoal, social, ideológica, cultural, histórica e do meio físico e tecnológico.

Esses aspectos são difundidos pelos meios jornalísticos e aportam novidades com sentido compreensível em um determinado momento histórico e em um determinado meio sócio-cultural, embora a atribuição última de sentido dependa do consumidor da notícia.

Em outras palavras, o jornalismo democratiza o acesso às representações que produz discursivamente ao conferir notoriedade pública a estas. Torna ainda habitual o seu consumo, ao inseri-las na vida cotidiana.

A compreensão dos mecanismos de produção da notícia (*newsmaking*) aí incluídos os critérios de noticiabilidade e de valor-notícia nos possibilita identificar um fazer jornalístico padronizado, baseado em rotinas internalizadas pelos operadores do jornalismo e compartilhadas por diferentes veículos e meios.

Wolf (2001:190) define a noticiabilidade como o conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, cotidianamente, entre um número imprevisível e indefinido de fatos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias.

Por sua vez, os valores-notícia são definidos como um componente da noticiabilidade. “São, portanto, regras práticas que abrangem um *corpus* de conhecimentos profissionais que, implicitamente e, muitas vezes, explicitamente, explicam e guiam os procedimentos operativos e redatoriais” (WOLF, 2001:196).

Os valores-notícia constituem, desse modo, referências claras, comuns ao saber jornalístico que podem ser utilizadas para facilitar a complexa tarefa da produção noticiosa, visando, principalmente, imprimir agilidade ao processo.

Sousa (2000) destaca ainda que os meios jornalísticos funcionam como agentes de vigilância e controle dos poderes. Nesse sentido, o jornalismo desempenha um

importante papel mediador, uma vez que, ao dar visibilidade pública aos fatos e acontecimentos, os torna objeto de discussão e avaliação no âmbito da sociedade.

Essa mediação, sob uma perspectiva habermasiana de agir comunicativo teria o objetivo de instrumentalizar os cidadãos a respeito de importantes questões que dizem respeito à vida em sociedade. Dito de outra forma, essa mediação proporcionaria subsídios para que as pessoas comuns adquirissem conhecimento e visão crítica de fatos e situações relacionados às suas vidas e ao seu cotidiano.

No que diz respeito à relação entre o homem e o mundo social, Berger e Luckmann (1985:87) destacam que a relação entre o homem, o produtor, e o mundo social, produto dele, é e permanece sendo uma relação dialética, isto é, o homem, enquanto coletividade e seu mundo social atuam reciprocamente um sobre o outro. O produto reage sobre o produtor, afirmam. A exteriorização e a objetivação são momentos de um processo dialético contínuo.

Para Meditsch (2001:5), a constatação da subjetividade inerente a toda e qualquer atividade de conhecimento tende a produzir outras soluções teóricas, que correspondem à ‘filosofia prática’, para recompor a coerência de seus agentes e orientar a sua atuação.

Essas soluções, afirma, podem conduzir a um outro extremo – a suposição de que nenhuma objetividade existe – ou à busca de uma conciliação, admitida como precária, mas tida como necessária – a objetividade perfeita é inatingível, entretanto, é um ideal a perseguir.

Em um artigo no qual aborda a questão da objetividade no fazer jornalístico, Tuchman (1999) afirma que os jornalistas acreditam que podem mitigar pressões contínuas a que estão sujeitos, como prazos, possíveis processos judiciais e as repreensões dos superiores, com a argumentação de que seu trabalho é objetivo.

Em sua análise, a autora se debruça sobre três fatores que, segundo ela, ajudam um jornalista a definir um ‘fato objetivo’: a forma, o conteúdo e as relações interorganizacionais.

A forma, segundo ela, se refere aos atributos das notícias e dos jornais que exemplificam os processos noticiosos, como o uso das aspas. O conteúdo, afirma, são as noções da realidade social que os jornalistas consideram como adquiridas. A autora afirma que o conteúdo é também relacionado com as relações interorganizacionais do

jornalista, pois as suas experiências com essas organizações levam-no a tomar por certas algumas coisas acerca delas.

A autora argumenta que os jornalistas prezam a objetividade pelo fato de que cada notícia acarreta perigos para o corpo redatorial e para a organização jornalística. Cada notícia, explica ela, afeta potencialmente a capacidade dos jornalistas no cumprimento de suas tarefas diárias, afeta sua reputação perante seus superiores, e tem influência nos lucros da organização. Dado que o jornal é composto de muitas notícias, esses perigos são múltiplos e onipresentes.

Tuchman (1999: 88) afirma que devido às pressões a que o jornalista está sujeito, ele tem de ser capaz de se proteger para afirmar que é um profissional 'objetivo'. Afirma também que o jornalista desenvolve estratégias que lhe permitam afirmar que o produto de seu trabalho é uma notícia 'objetiva, impessoal e imparcial'. Por sua vez, continua, os editores e a administração do jornal também precisam ser capazes de afirmar que o conteúdo do jornal é 'objetivo' e que a política informativa e a política editorial são distintas uma da outra.

Para Hackett (1999), o ideal da objetividade sugere que os fatos possam ser separados das opiniões ou juízos de valor. E os jornalistas, por sua vez, afirma, seriam capazes de manter um distanciamento quanto aos acontecimentos do mundo real, transmitindo as notícias por meio de uma linguagem neutra e de competentes técnicas de reportagens. "Assim, os *media* noticiosos ofereceriam o resumo fiel dos acontecimentos mais noticiáveis do dia – os mais relevantes e interessantes para o público" (p. 105).

Contraopondo-se ao ideal da objetividade, Hackett enfatiza o papel da linguagem, que, não sendo neutra, afirma, não pode funcionar como transmissora direta do significado relativo aos fatos e acontecimentos, havendo, portanto, necessidade de escolhas e, conseqüentemente, de subjetivações.

Dessa forma, ao contrário do propalado ideal de observador imparcial, o jornalismo constrói discursivamente a realidade cotidiana, por meio de relatos de acontecimentos que são descontextualizados, para, em seguida, serem recontextualizados, produzindo sentidos e legitimando-se como um agente revestido de veracidade e credibilidade.

Para Berger e Luckmann (1985), a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente.

Para os autores, o mundo da vida cotidiana não somente é tomado como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentido que imprimem a suas vidas, “mas é um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real para eles” (BERGER & LUCKMANN, 1985: 35-36).

A despeito de os próprios jornalistas reafirmarem a objetividade jornalística – a clássica separação entre fatos e opiniões – empiricamente, identifica-se, muito frequentemente, no discurso jornalístico, um alto grau de subjetividade e a emissão de opiniões e juízos de valor em gêneros que pretensamente deveriam ser objetivos, a exemplo do telejornalismo.

Algumas vezes essas opiniões podem estar explícitas ou apresentadas subliminarmente, sob a forma de um discurso que ressalte alguns aspectos de um personagem ou um fato, em detrimento de outros. Essa questão está diretamente relacionada com as práticas discursivas adotadas pelos operadores do jornalismo.

Van Dijk (2008) defende que o caráter subjetivo de um produto jornalístico não pode ser creditado unicamente às estruturas discursivas utilizadas. “Os políticos e os jornalistas rotineiramente se defendem de acusações de tendenciosidade ao dizer que não têm controle sobre o modo como as pessoas leem, compreendem ou interpretam seus discursos” (p. 32-33).

O autor argumenta que esse tipo de defesa não é completamente sem fundamento, uma vez que não há uma relação causal entre o discurso e sua interpretação.

Segundo Van Dijk (2008), há uma compreensão geral das maneiras como o conhecimento, o preconceito e as ideologias são adquiridos também por meio do discurso. “Assim, especialmente os atores profissionais e as organizações devem ter um entendimento acerca de quais são as possíveis ou prováveis consequências de seus discursos sobre as representações sociais dos seus receptores” (Van Dijk, 2008: 33).

De acordo com o autor, já faz parte do senso comum a compreensão de que os discursos em si são apenas um fator em um conjunto complexo de condições que

influenciam a compreensão e a interpretação, tais como o contexto da leitura, o conhecimento dado e as ideologias dos leitores, suas biografias pessoais e experiências correntes, suas intenções e metas atuais e seu papel e *status* corrente, e assim por diante. Ressalta, porém, que a despeito de toda essa complexidade inerente aos discursos, isso não significa que não deve haver uma constante preocupação com a relevância destes nos processos de influência social.

1.4 - Telejornalismo como laço e controle social

Se a objetividade representa um dos pilares do jornalismo contemporâneo, podemos pressupor que a existência de uma relação de confiança, ou nas palavras de Alsina (2009), uma “relação fiduciária” é condição *sine qua non* para a credibilidade do jornalismo como instituição. Todavia, devemos reconhecer que a responsabilidade sobre a qualidade do material informativo não pode ser imputada apenas aos emissores da informação.

Sabemos que o processo comunicacional deve ser entendido como uma via de mão dupla. Normalmente identificada mais com o direito de comunicar – de emitir, difundir informações – em detrimento do direito de receber informações claras, precisas, de interesse e utilidade pública – a comunicação, pela própria etimologia do termo, pressupõe uma atividade compartilhada.

O termo comunicação, como ressalta Martino (2001), é originário do latim *communicatio*, do qual são distinguidos três elementos: “uma raiz *munis*, que significa ‘estar encarregado de’, acrescido do prefixo *co*, que expressa simultaneidade, reunião. Temos a idéia de uma ‘atividade realizada conjuntamente’, completada pela terminação *tio*, que por sua vez reforça a ideia de atividade” (p. 11).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (1983: 277), a democratização da comunicação é o processo mediante o qual: a) o indivíduo passa a ser um elemento ativo, e não um simples objeto da comunicação; b) aumenta constantemente a variedade de mensagens intercambiadas; c) aumentam também o grau e a qualidade da representação social na comunicação ou na participação. O fomento e a formação do espírito crítico, segundo

essa organização, constituem um aspecto primordial da democratização da comunicação.

Assim, de acordo com esse pressuposto, o fomento do espírito crítico e o discernimento possibilitariam ao indivíduo a distinção entre o verdadeiro e o falso, a capacidade de separar a opinião dos fatos, de levar em conta a subjetividade do informador e de distinguir entre o que é efêmero, insignificante e o que é duradouro, sólido e sério.

Sob essa perspectiva, os leitores, ouvintes e espectadores deveriam desenvolver, em relação às mensagens que chegam a eles, “uma dúvida construtiva, ao procurar deduzir da massa de dados e informações os que merecem consideração, suportam o exame e correspondem à sua experiência social e pessoal” (UNESCO, 1983:286).

O Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que: *Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e de expressão; esse direito inclui a liberdade de ter opiniões sem sofrer interferência e de procurar, receber e divulgar informações e idéias por quaisquer meios, sem limite de fronteiras.*

Nesse sentido, a comunicação, como um direito humano, deve ser entendida como “um processo bidirecional, cujos participantes – individuais ou coletivos – mantêm um diálogo democrático e equilibrado” (UNESCO, 1983: 287).

Para Wolton (2004: 49), a comunicação nos dias atuais está indissociavelmente ligada à modernidade em virtude de as técnicas liberarem o homem das condicionantes ancestrais do tempo e do espaço, permitindo a este enxergar, falar e interagir de um lado a outro do mundo todos os dias, permanentemente.

Para esse autor a modernidade é o resultado do lento processo iniciado no século XVII e caracterizado pela abertura progressiva das fronteiras, incluindo aí as mentais e culturais. Segundo ele, essa abertura foi a condição do surgimento do indivíduo, da economia de mercado e, finalmente, no século XVIII, dos princípios da democracia.

Thompson (1995) afirma que o surgimento da comunicação de massa, e especialmente a circulação em massa de jornais no século XIX e a emergência da difusão por ondas no século XX, tiveram um impacto profundo no tipo de experiência e nos padrões de interação característicos das sociedades modernas. “Para a maioria das

pessoas hoje, o conhecimento que temos dos fatos que acontecem além de nosso meio social imediato é, em grande parte, derivado da recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia” (p. 285).

Thompson (1995) denomina *impacto interacional dos meios técnicos*, às maneiras como o desenvolvimento da comunicação de massa afeta a organização social da vida cotidiana. Para esse autor, o desenvolvimento dos meios técnicos está relacionado à reorganização potencial das próprias relações sociais, no sentido de que estes tornam possíveis novas formas de ação e interação no mundo social.

Berger e Luckmann (2004) observaram que os meios de comunicação de massa desempenham um papel-chave na orientação moderna de sentido ou, melhor, na comunicação de sentido. Destacam que estes são intermediadores entre a experiência coletiva e a individual, oferecendo interpretações típicas para problemas definidos como típicos. “Tudo o que as outras instituições produzem em matéria de interpretações da realidade e de valores, os meios de comunicação selecionam, organizam (empacotam), transformam, na maioria das vezes no curso de processo, e decidem sobre a forma de sua difusão” (p. 68).

No livro, *Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*, Dominique Wolton desenvolve a teoria da televisão como laço social. Para ele, a televisão é um instrumento de emancipação, representa o laço social, no sentido de que é um instrumento de comunicação entre indivíduos.

Para esse autor, o mais importante não é o que se vê, mas o fato de se falar sobre isso. “A televisão é um objeto de conversação. Falamos entre nós e depois fora de casa. Nisso é que ela é um laço social indispensável numa sociedade onde os indivíduos ficam frequentemente isolados e, às vezes, solitários” (WOLTON, 1996: 16).

Sobre a definição de laço social, Wolton (1996) explica que esta foi formulada por Durkheim e pela escola francesa de sociologia, numa perspectiva mais institucional do que cultural. Com uma destacada interpretação do papel da religião como laço social, afirma, ela foi, em seguida, utilizada e ampliada pela antropologia e pela antropologia cultural.

Wolton (1996) ressalta que o crescimento das instituições sociais e, em seguida, a multiplicação das políticas, cobrindo progressivamente todos os setores da sociedade (trabalho, educação, família, saúde, transportes) deram a sensação de que o

laço social localizava-se, sobretudo, nas práticas sociais institucionalizadas. “No entanto, essa noção conserva aspectos menos institucionais, dos quais, a meu ver, a televisão é um dos principais exemplos” (p. 123).

Tomando de empréstimo a classificação de Wolton, trabalhamos com a concepção do telejornalismo como laço social, ou seja, como um agente mediador e socializador, institucionalmente legitimado e que desempenha um importante papel na construção social da realidade.

Silva (2010) afirma que o jornalismo, independentemente da natureza do dispositivo econômico ou institucional que o abrigue, cumprirá inevitavelmente um papel emancipatório, ou seja, o de desenvolver uma ação transformadora socialmente autônoma – e não dirigida, manipulada ou seduzida – por parte deste ou daquele segmento, em detrimento de outros.

Há mais de 60 anos os telejornais representam as principais atrações na rede de programação das emissoras brasileiras. Diversas pesquisas apontam que os telejornais são os programas mais importantes e com os maiores índices de audiência no Brasil.

Vizeu e Siqueira (2010) afirmam que o telejornalismo ocupa hoje um espaço central na sociedade brasileira como a primeira, a mais barata e mais cômoda informação que os cidadãos e cidadãs recebem. Segundo os autores, com a transição para a televisão digital, o jornalismo televisivo, diante das possibilidades que se abrem perante a tecnologia, principalmente quanto à interatividade, “deverá permanecer durante um bom tempo como o principal meio de informação para a maioria da sociedade” (p. 83).

A concepção do telejornalismo como laço social está relacionada ao papel desempenhado por este como mediador e regulador social, tal qual as tradicionais instituições como a família, a igreja e a escola atuam no controle social.

Vale ressaltar que no âmbito deste trabalho nos referimos ao controle social como formas de intervenção, positivas ou negativas, acionadas com o objetivo de induzir os membros de uma sociedade ou grupo social a se conformarem às normas estabelecidas, impedindo ou desestimulando comportamentos contrários a estas.

O papel socializador da televisão, de uma forma geral e do telejornalismo, em particular, é utilizado como pano de fundo para a disseminação, por meio da produção noticiosa, de valores morais arraigados na sociedade.

Esses valores, que no âmbito social podem ser considerados como positivos ou negativos, são disseminados de forma a reforçar ou desestimular os comportamentos apresentados por indivíduos ou instituições, de forma que estejam em consonância com o que socialmente se define como “aceitável” ou “reprovável”.

De acordo com Wolton (2004), a crise do laço social resulta da dificuldade para encontrar um novo equilíbrio. Segundo ele, os laços primários, ligados à família, ao vilarejo, ao trabalho desapareceram e os laços sociais ligados à solidariedade de classe e de pertinência religiosa e social desmoronaram. O resultado, diz ele, “é que não sobra grande coisa entre a massa e o indivíduo, entre a massa e as pessoas. Poucos laços perduram” (p. 134).

Para Wolton (2004), nenhuma das referências unitárias que antigamente organizavam o espaço simbólico de nossas sociedades é estável atualmente. “Em todos os lugares predominam dualidades contraditórias cujas consequências se manifestam numa certa fragilização das relações sociais” (p. 134).

No que diz respeito às relações sociais e aos processos de inclusão, cidadania e o consequente fortalecimento dos laços sociais daí advindos, Faleiros (2006) destaca que:

A inclusão e a cidadania são processos complexos, históricos, diversificados, de mobilidade, de redução da desigualdade, da polarização, da assimetria, das formas desiguais de implicação dos sujeitos, e de afirmação da identidade, da segurança, do trabalho, da efetivação dos direitos, da criação de oportunidades, da formação de conhecimentos, competências e habilidade, do fortalecimento dos laços sociais, do respeito, da vida digna, de justiça, do empoderamento, do acesso a ativos e à renda, do respeito à diversidade, à cultura e à vida social e comunitária (p. 12)

Em sua obra, *Da Divisão do Trabalho Social*, Durkheim se refere a dois tipos de solidariedade as quais denomina de positivas: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica. Esta é característica das sociedades modernas, complexas, centradas no indivíduo. Aquela é própria das sociedades tradicionais, em que predominavam os laços familiares e a percepção de comunidade se sobrepunha a de indivíduo.

Em uma análise sobre as origens e a natureza do individualismo moral em Durkheim, Giddens (1998: 149) afirma que na solidariedade mecânica cada indivíduo permanece largamente inconsciente de seu 'isolamento' como indivíduo já que, dominado pela consciência coletiva, ele compartilha traços similares com outros membros da sociedade; os limites da sua autonomia estão estritamente confinados. A força da integração moral da consciência coletiva, segundo Giddens, estava diretamente relacionada à força dos laços que prendiam o indivíduo ao grupo; como um organismo simples, tal sociedade podia dispensar os indivíduos, e até segmentos inteiros de si mesma, sem dificuldade.

A característica da solidariedade orgânica, por outro lado, continua Giddens, estava no fato de que o vínculo do indivíduo com a consciência coletiva era mediado pelos seus laços com outros grupos, especialmente, é claro, os criados pela especialização ocupacional na divisão do trabalho. Aqui, ressalta, a maior autonomia não era apenas permitida, mas, sobretudo, exigida do indivíduo. Não o separava da sociedade, ma aumentava a força do laço recíproco entre ambos.

Para Berger e Luckmann (2004), as reservas de sentido objetivadas e processadas pela sociedade são 'conservadas' em reservatórios históricos de sentido e 'administradas' por instituições. Para esses autores, o agir do indivíduo é moldado pelo sentido objetivo, colocado à disposição pelos acervos sociais do conhecimento e comunicado por instituições, através da pressão que exercem para seu acatamento.

Os autores afirmam que as instituições devem conservar e disponibilizar o sentido tanto para o agir do indivíduo em diversas áreas de ação, quanto para toda a sua conduta. Essa função das instituições, segundo eles, está em uma relação essencial com o papel do indivíduo não apenas como consumidor, mas também de produtor de sentido. Para eles, os desvios são claramente definidos como desvios da norma.

Nesse processo, afirmam os autores, o sentido objetivado está em constante interação com o sentido subjetivamente constituído e com o projeto individual de ação. Ressaltam ainda a relevância da estrutura intersubjetiva das relações sociais na qual o indivíduo atua e vive.

No artigo intitulado *A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência*, Vizeu e Correia (2008) trabalham com a hipótese de

que o telejornalismo representa um *lugar de referência* para os brasileiros, semelhante ao da família, dos amigos, da escola, da religião e do consumo.

Em um trabalho anterior, Vizeu (2006) trabalhara com a hipótese do telejornalismo como um *lugar de segurança* nas sociedades complexas. Essa hipótese, segundo o autor, acabou se mostrando insuficiente para dar conta da relevância dos noticiários como um lugar de mediação entre o mundo dos fatos, dos acontecimentos e a sociedade.

Para Vizeu e Correia (2008) o pressuposto do telejornalismo como um *lugar de referência* leva à reflexão do jornalismo como um lugar relevante e central na construção social da realidade, ou seja, um lugar no qual as pessoas buscam informações cotidianamente, tanto para se manterem informadas, quanto para compreenderem a realidade que as cerca.

Nesse mesmo artigo, os autores se referem também à função pedagógica do jornalismo. Operando de uma forma pedagógica, a notícia faz uma mediação entre os diversos campos de conhecimento e o público. “[...] O telejornal estabelece com o espectador (audiência) uma relação pedagógica, pois ensina como se portar diante do texto televisivo, com que atitude comunicativa e em que condições deve apreender as características do gênero” (VIZEU & CORREIA, 2008: 19).

Entendemos que há uma função pedagógica também na narrativa moralizante do telejornalismo. Ao atuar na regulação de comportamentos e atitudes, incentivando ou desestimulando as condutas dos diversos atores, sob a ótica dos bons costumes, da boa conduta e do moralmente correto, o telejornal toma para si a incumbência de orientação da ação social, sancionando esta positiva ou negativamente e prescrevendo a ação correta, o “dever-ser”.

1.5 - O *Jornal Nacional*

O *Jornal Nacional* foi o primeiro programa em rede nacional gerado no Rio de Janeiro e retransmitido para todas as emissoras da Rede Globo. A emissora conseguiu, em pouco tempo, transformá-lo no mais importante noticiário brasileiro, alcançando, ao longo do tempo, altos índices de audiência.

Antes do advento da televisão em rede, a TV Globo desde sua criação, em 26 de abril de 1965, já possuía telejornais em sua programação, mesmo de maneira precária, devido à falta de recursos técnicos e de profissionais com experiência em televisão. O padrão de telejornalismo adotado até então era o do radiojornalismo.

Nessa época as emissoras de televisão ainda não possuíam departamentos de jornalismo estruturados e os telejornais eram patrocinados por empresas e produzidos por agências de publicidade. “De maneira geral, havia grande ingerência dos patrocinadores e das agências na definição e seleção do material exibido” (MEMÓRIA GLOBO, 2004: 17).

O início da mudança desse padrão de telejornalismo “radiofônico” na TV Globo teve início em setembro de 1966, quando Armando Nogueira assumiu a direção do departamento de jornalismo da emissora e começou a ampliá-lo com mais equipamentos e mais pessoal, principalmente, investindo na contratação de jovens profissionais. “Havia forte preconceito contra a televisão, considerada muito superficial, mais um veículo de entretenimento que de informação” (MEMÓRIA GLOBO, 2004: 18).

Além do *Tele Globo*, em 1966, a TV Globo passou a exibir também o telejornal *Ultranotícias*, patrocinado pelas empresas Ultragaz e Ultralar e produzido pela agência de publicidade *McCann Erickson*. “Na época era comum as agências interferirem na elaboração e até na orientação dos programas jornalísticos. [...] O representante da *McCann Erickson* interferia diretamente. Se não gostasse de alguma matéria mandava cortar” (MEMÓRIA GLOBO, 2004: 18).

Em seu formato inicial o *JN* tinha apenas 15 minutos de duração. As manchetes eram lidas alternadamente por dois apresentadores de maneira rápida e ágil. As dificuldades técnicas no início representavam um desafio. Já havia o videoteipe, mas, essa tecnologia era restrita à dramaturgia e ao entretenimento. Os equipamentos para

gravação eram pesados e isso dificultava o transporte e, conseqüentemente a mobilidade, restringindo o trabalho fora da redação. A produção de reportagens usava o filme 16 mm, o mesmo usado no cinema.

Inserido entre duas novelas a produção do telejornal desde o início se preocupou com o fato de que os apresentadores além de competentes tivessem “boa aparência”. Essa estratégia tinha um objetivo explícito: atrair o público feminino das telenovelas e evitar que a grande audiência destas mudasse de canal (REZENDE, 2000:114).

Entretanto, segundo Rezende (2010) a preocupação com a primorosa estética da forma não se refletia no conteúdo. Com tempo suficiente para dar apenas notícias de uma página de um diário impresso, o *JN* enfrentava na superficialidade do tratamento dos fatos outro empecilho à prática de um jornalismo mais denso e crítico.

Após o período da ditadura militar foram introduzidas mudanças gradativas. “Aos poucos, repórteres ganharam espaço no vídeo e cresceu a participação de comentaristas especializados. Os jornalistas recuperavam um lugar de destaque nos noticiários e alternavam com locutores consagrados a apresentação de telejornais” (REZENDE, 2010:65).

Em seus mais de 40 anos de existência, o *JN* é considerado um ícone não apenas pela tradição que possui e por ser um incontestável líder de audiência, mas, principalmente pelo moderno aparato tecnológico que é utilizado na sua produção e difusão e pela ampla cobertura que alcança praticamente a totalidade do território nacional. Em 2008, o *JN* foi eleito o melhor telejornal da América Latina pela Associação Latino-Americana de Agências de Publicidade¹⁵.

No livro *Jornal Nacional: modo de fazer*, lançado por ocasião da comemoração dos 40 anos do *Jornal Nacional*, William Bonner explica que o *JN* é um programa jornalístico de televisão e por isso, apresenta temas comuns aos jornais impressos, aos programas jornalísticos de rádio, aos sites da internet voltados para notícias e, em parte às revistas semanais de informação.

Por ser um programa de televisão, afirma, procura apresentar esses temas com a linguagem apropriada ao veículo, isto é, um texto claro, para ser compreendido ao ser ouvido uma única vez, ilustrado por imagens que despertem o interesse do público

¹⁵ Fonte: *Jornal Nacional*. 25/03/2008.

por eles – mesmo que não sejam temas de apelo popular imediato (BONNER, 2009:13).

Reiteradas vezes ao longo do livro, repetido tal como um mantra, o autor enfatiza que “O *Jornal Nacional* tem por objetivo mostrar aquilo que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo naquele dia, **com isenção**¹⁶, pluralidade, clareza e correção” (BONNER, 2009: 17, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 93, 103, 110, 117, 127 e 142).

Em seu formato atual, uma edição do *JN* dura em média 33 minutos líquidos (excluindo-se os intervalos). Diariamente o telejornal é transmitido por uma Rede que inclui, hoje, 122 emissoras distribuídas em uma complexa malha que cobre o país de norte a sul, cobrindo um total de 5.477 municípios¹⁷.

No que diz respeito à estrutura de produção do *Jornal Nacional*, o autor afirma que em todo o Brasil 600 equipes completas, todos os dias, trabalham, potencialmente, para o *Jornal Nacional*. “É o dobro do tamanho da redação do maior jornal impresso do país. São 4.500 profissionais trabalhando diariamente para o jornalismo da Globo. Um mar de profissionais sem os quais não se faz o tipo de jornalismo que queremos pôr no ar” (BONNER, 2009:48).

A estrutura de edição do telejornal é formada, segundo Bonner (2009), por editores de texto de telejornalismo – pessoas que redigem os textos dos apresentadores e que orientam os repórteres sobre o rumo da montagem da reportagem.

Bonner (2009) destaca que o *Jornal Nacional* conta com o auxílio de uma legião de profissionais e que na área jornalística propriamente dita, o diretor da Central Globo de Jornalismo, Ali Kamel participa, todas as noites do fechamento do jornal.

No que diz respeito às rotinas produtivas do telejornal o editor-chefe destaca a reunião de caixa – um encontro por videoconferência para alinhar informações entre as diversas equipes que auxiliam a produção do *JN* – da qual participam fisicamente o editor-chefe ou seu representante; o produtor responsável pela atualização do relatório; um editor de arte; um produtor da Divisão de Esportes e um produtor da *Globo News*.

¹⁶ Grifo nosso.

¹⁷ Fonte: Atlas de Cobertura Rede Globo.

A reunião acontece entre a equipe de edição do Rio de Janeiro e as equipes das emissoras afiliadas, por meio de videoconferência. “Todos se veem e se ouvem – e a ordem da chamada de participação de cada um pode ser alterada a qualquer instante” (BONNER, 2009: 80).

A propósito, uma dessas reuniões de caixa, no ano de 2005, da qual participou um grupo de professores da Universidade de São Paulo – USP, convidados por William Bonner para conhecer um pouco mais as rotinas produtivas do *JN*, serviu de matéria-prima para uma grande polêmica gerada pela publicação de um artigo¹⁸ do jornalista e professor da USP, Laurindo Leal Filho, na revista *Carta Capital*.

No artigo, Laurindo Leal critica a analogia feita pela equipe de redação do telejornal entre o personagem de desenho animado americano, “Homer Simpson”, e o telespectador-padrão do *Jornal Nacional*, identificado por meio de uma pesquisa de opinião.

Dados do IBOPE indicam que o *JN* nos últimos anos vem, gradativamente, perdendo preciosos pontos no que se refere aos índices de audiência. Essa queda pode, entre outros fatores ser creditada ao avanço tecnológico que permite o acesso a todo tipo de informações a partir de uma miríade de dispositivos como computadores cada vez mais portáteis, telefones celulares, *iPhones*, *iPads*. Assim, parece compreensível que, em virtude da mobilidade, a necessidade de assistir a um telejornal a partir de uma televisão, nos moldes tradicionais, é cada dia menor.

Jornal Nacional perde audiência anualmente¹⁹

Uma pesquisa realizada pelo o Ibope detectou que o *Jornal Nacional* continua sendo o telejornal de maior audiência do país, no entanto, vem perdendo público anualmente. O jornal encerrou o ano de 2010 com sua pior média de audiência: 29,8 pontos – cada ponto equivale a 60 mil domicílios na Grande São Paulo – e 49,3% de share (participação no número de televisores ligados), sendo esta a primeira vez que a atração fica abaixo de 50% de share. Comparado ao ano de 2000, ano em que o noticiário registrou 39,2 pontos e 56% de share, constatou-se que houve uma perda de 24% de público. O ápice do *Jornal Nacional* ocorreu em 2004, quando atingiu a média de 39,4 pontos e 61,9% de share. Em dez anos, o *Jornal Nacional* perdeu um de cada quatro telespectadores.

¹⁸ "De Bonner Para Homer", copyright Carta Capital, 5/12/05. Disponível em:

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=358asp010>. Acessado em 17/02/2009.

¹⁹ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/855055-em-dez-anos-jornal-nacional-perde-um-de-cada-quatro-telespectadores.shtml>. Acessado em 07/01/2011.

É importante ressaltar, porém, que, mesmo levando em conta que a queda é mensurada em pontos de audiência, é necessário considerar que a metodologia da pesquisa do Ibope mudou expressivamente desde 2000. Em 2001, cada ponto do Ibope equivalia a cerca de 40 mil domicílios sintonizados. Hoje, cada ponto significa um universo em torno de 60 mil domicílios.

É importante observar também que a despeito de os telejornais serem considerados por inúmeras pesquisas como a programação televisiva mais relevante, dados de uma recente pesquisa sobre hábitos de informação dos brasileiros²⁰, mostrou que 57,3% dos entrevistados consideram que as notícias veiculadas pela mídia são parciais ou tendenciosas.

A credibilidade dos apresentadores também foi avaliada. De acordo com a pesquisa²¹, o *Jornal Nacional* tem a dupla de apresentadores mais confiáveis. Para 33,7% dos entrevistados William Bonner é o apresentador mais confiável. Outros 18,1% consideram Fátima Bernardes a apresentadora mais confiável.

Neste capítulo procuramos mostrar o importante papel da televisão na vida do brasileiro, sua popularização, acessibilidade e a preferência por determinados gêneros televisivos, como as novelas e os telejornais.

Falamos também sobre o telejornalismo no Brasil desde a inauguração da televisão em 1950, os ideais que o orientam, e o papel que desempenha na mediação e integração social. Apresentamos um breve histórico do *Jornal Nacional*, falando sobre sua evolução, objetivos e rotinas de produção.

No capítulo seguinte falaremos sobre o desenho da pesquisa, mostrando sua contextualização, justificativa e informações metodológicas preliminares.

²⁰ Hábitos de Informação e Formação de Opinião da População Brasileira. Meta – Pesquisas de Opinião. Março de 2010. Acessado em: 07/04/2010. Disponível em:

<http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/planejamento/pesquisa/pesquisas-quantitativas>.

²¹ Idem.

CAPÍTULO 2 – DESENHO DA PESQUISA

2.1 - Contextualização

No dia 18 de setembro de 2010, comemoraram-se os 60 anos da televisão no Brasil. No mesmo ano comemoravam-se também, no Brasil, os 60 anos de telejornalismo. Ao longo desses 60 anos, o telejornalismo nasceu, desenvolveu-se e reinventou-se. “Nos discursos midiáticos e também na programação das redes, os telejornais vendem credibilidade e atraem investimentos”. (BECKER, 2005: 4).

É bem verdade que isso por si só não garante a qualidade da programação jornalística; muito menos se pode afirmar que, em virtude da quantidade de programas jornalísticos oferecidos ao público, este dispõe de informações plurais, isentas, confiáveis e que, conseqüentemente, esteja a par das principais questões da vida nacional, nos âmbitos econômico, político e social.

Entretanto, apesar dos questionamentos que se possa fazer acerca da qualidade dos programas jornalísticos oferecidos, é inquestionável a crescente importância do telejornalismo nas sociedades contemporâneas.

Os telejornais são atualmente a principal fonte de informação para uma parcela expressiva da população; constroem discursivamente a realidade cotidiana ao desempenharem o papel de mediadores sociais. “[...] A TV cria, através do telejornal, uma experiência diária e coletiva da nação, permitindo uma aproximação mínima entre setores sociais e regionais diversos, agregando valores e lançando contradições nacionais e perspectivas de desenvolvimento (BECKER, 2005: 111).

Becker (2005) afirma que os telejornais desempenham uma função de Estado contemporâneo ao empreenderem uma mediação conscienciosa dos conflitos sociais cotidianos, representando simbolicamente espaços de dominação. Por outro lado, diz ela, esses programas também sustentam espaços de revelação de interesses públicos e de reivindicações de comunidades distintas e singulares.

Essas ações discursivas aparentemente contraditórias, afirma, endossam e valorizam a própria existência dos noticiários, no desempenho da função objetiva de narrar os principais fatos sociais do Brasil e do mundo e da função subjetiva de agendar a realidade social cotidiana, mediando problemas e diferenças sociais. “Nesse

processo, os telejornais realizam, de modo geral, leituras hegemônicas, mas, ao mesmo tempo, oferecem, em alguns momentos, tratamentos discursivos de acontecimentos em dimensões transformativas” (BECKER, 2005: 111).

Toda essa importância do telejornalismo é, em grande parte, creditada à disseminação da televisão como um meio de comunicação barato e acessível a todas as camadas da população. A facilidade de acesso aos inúmeros programas informativos e a comodidade de assistir ao relato dos principais acontecimentos do Brasil e do mundo, em casa, no trabalho, no transporte, enfim, onde quer que se esteja, contribuiu sobremaneira para que os telejornais ocupassem um lugar cativo na grade de programação das emissoras de televisão, tanto públicas, quanto privadas.

Hohlfeld (2010) afirma que a televisão é como que uma unanimidade no país. “Não que estejamos sempre de acordo com ela. Mas ela está sempre conosco. Quase cem por cento dos lares brasileiros possuem um aparelho de televisão”. A nacionalidade, diz ele, passa pelas imagens da televisão. Nossa identidade é mediada pela televisão (p.13).

Uma pesquisa sobre os hábitos de informação do Brasileiro, encomendada pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República – SECOM²², e divulgada em março de 2010, mostrou que o meio de comunicação mais utilizado pela população brasileira é a televisão, citada por 96,6% das pessoas entrevistadas.

De acordo com a pesquisa, os canais do sistema de televisão aberta são os mais assistidos (83,5%). Outros 10,4% assistem também a canais de TV por assinatura. No total, os canais de TV aberta são assistidos por 93,9% dos entrevistados. Apenas 2,7% afirmaram que assistem apenas a canais de TV por assinatura.

Quanto à quantidade de horas diárias dedicadas à televisão, 68,8% dos entrevistados afirmaram que veem em média entre uma e quatro horas diárias. Outros 7,3% afirmaram passar mais de seis horas assistindo à televisão diariamente.

Os telejornais foram considerados, em maior proporção, como a programação televisiva mais relevante para 64,6% dos entrevistados. A segunda programação considerada mais importante foi a novela, com 16,4% das respostas.

²² Hábitos de Informação e Formação de Opinião da População Brasileira. Meta – Pesquisas de Opinião. Março de 2010. Acessado em: 07/04/2010. Disponível em:

<http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/planejamento/pesquisa/pesquisas-quantitativas>.

Ainda de acordo com a pesquisa, o canal de televisão preferido pela maior parte dos entrevistados que assistem à televisão é a rede Globo (69,8%). A rede Record apresentou o segundo percentual de preferência (13,0%). O SBT é preferido por 4,7% e a Bandeirantes, por 2,9% dos entrevistados.

O telejornal mais assistido, segundo a pesquisa, é o *Jornal Nacional*, da Rede Globo (56,4%), seguido pelo *Jornal da Record* (7,4%). A confiança na emissora foi apontada como o principal motivo para assistir ao *Jornal Nacional* por 27,8% dos entrevistados. No caso do *Jornal da Record*, a preferência foi motivada, principalmente, pela identificação com as notícias veiculadas (26,6%) e pela confiança na emissora (26,5%).

Apesar de seu importante papel na construção social da realidade, o telejornalismo, segundo alguns autores, ainda é pouco explorado no que diz respeito a estudos e pesquisas acadêmicas. Entretanto, nos últimos anos, tem-se observado a mobilização de grupos de pesquisadores na produção de estudos, pesquisas e reflexões que têm como objeto o telejornalismo.

A criação da Rede de Pesquisa em Telejornalismo, organizada no âmbito da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor, é um indicativo de que o telejornalismo, a exemplo de seu prestígio entre os programas televisivos, pode também estar se revelando um objeto de pesquisa interessante e desafiador no meio acadêmico.

Confirma essa hipótese, o lançamento, no âmbito da Rede de Pesquisa em Telejornalismo, entre os anos de 2006 e 2010, de três livros que tiveram como temática o telejornalismo: *Telejornalismo: a nova praça pública* (2006); *A sociedade do telejornalismo* (2008) e *60 anos de telejornalismo no Brasil: história análise e crítica* (2010). Esses livros foram organizados por um grupo de pesquisadores capitaneado pelos professores: Alfredo Vizeu, da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Flávio Porcello, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; Iluska Coutinho, da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF e Célia Ladeira Mota, da Universidade de Brasília – UnB.

No que diz respeito especificamente ao tema da pesquisa, observa-se uma reduzida bibliografia a respeito e poucos trabalhos que efetivamente se debruçaram sobre tal temática.

Em um artigo intitulado *A notícia como forma de controle social*, Marocco e Berger (2005) identificam na obra de Park uma abordagem na qual esse autor vislumbrava a atuação do jornalismo como uma forma de controle social. “Em diferentes momentos, ao longo de sua obra, Park dá conta da notícia em sua dupla face: como uma forma elementar de conhecimento e como um dispositivo de controle social” (MAROCCO & BERGER, 2005: 7).

Para as autoras a notícia se apresenta como um instrumento de controle social que pode gerar a coesão social. Elas ressaltam que no duplo sentido, isto é, de coesão dos indivíduos em torno da norma e das limitações coercitivas executadas por uma rede de instituições, poder-se-ia explicar a ordem social.

Marocco e Berger (2005) ressaltam que a concepção parkiana de controle social está situada no âmbito de uma teoria do jornalismo e dos efeitos da notícia. Jornal e notícia, afirmam, vão fazer funcionar um tipo de coação no jogo comunicacional na cidade grande, onde os indivíduos não estariam mais em condições de controlar as suas mensagens. A notícia, na metrópole, ainda de acordo com a concepção parkiana, teria como função organizar os rumores que, nas comunidades primitivas, eram passados de boca em boca, controlá-los dando-lhes repercussão e uma amplitude geográfica. Na visão de Park, afirmam, a notícia seria algo que, como nas comunidades primitivas, coage as pessoas para que essas tentem se adequar às normas e as formas convencionais para que assim se dissipem os rumores e não se fale mais deles.

A constatação de que os telejornais vêm adotando uma abordagem diferenciada na forma de apresentação das notícias, que difere do clássico padrão de “jornalismo imparcial” foi feita por Coutinho (2006) em um trabalho no qual analisava a narrativa dramática do telejornal.

Ali a autora afirmava que “Estabelecer uma aproximação entre notícia e drama na análise da informação na TV pode causar estranheza às definições clássicas de jornalismo [...] A simples menção do termo drama representaria para os defensores do jornalismo imparcial uma perigosa aproximação com o campo do entretenimento ou, pior ainda, da esfera do sensacionalismo” (COUTINHO, 2006: 99).

A autora enfatiza que “[...] E se as telenovelas brasileiras inserem elementos do cotidiano, conteúdos informativos em seu enredo, haveria também um processo de

dramatização nos formatos informativos” (p. 106). Coutinho defende que há uma estrutura dramática na organização e edição das notícias nos telejornais brasileiros.

Sob essa perspectiva, observa-se que há muito mais proximidade entre a novela e o telejornal do que apenas ao fato de ambos ocuparem o “horário nobre”.

Um dos aspectos observados na pesquisa empreendida por Coutinho (2006) e também identificado no trabalho ora desenvolvido é a ênfase dada pelo telejornal em um determinado “personagem”, destacando-o e associando-o a uma lição de moral. “[...] O mais frequente nos tipos ideais dessa categoria, e nos casos registrados pelos programas objetos deste estudo, é o sucesso do herói, personagem. [...] há uma lição de moral, exemplo de vida a ser compartilhado e/ou oferecido nas telas de todo o país, em narrativas que se propagam pelo espectro radioelétrico e que carregariam também um valor de verdade” (COUTINHO, 2006: 117).

Coutinho afirma que a preponderância pela opção narrativa teria estreitas ligações com a própria concepção de jornalismo que também é predominante no Brasil. A narrativa, afirma ela, privilegia as notícias que convencionamos chamar de factuais, em que a percepção do conceito ‘fato’ estaria relacionada à existência de mudanças, alterações ou distúrbios na rotina dos indivíduos e comunidades. “Assim, na medida em que o ‘sair da rotina’ possui caráter de critério de noticiabilidade, os personagens têm suas ações descritas como um acontecimento, uma narrativa organizada, a partir de intrigas de ação, preferencialmente” (p.118).

A autora explica que a conclusão da narrativa de uma ação se daria por meio da apresentação de uma lição de moral, com uma mensagem ‘educativa’ quase sempre acrescida de juízo de valor. Nesse momento, afirma, se reafirmariam os papéis de mocinhos e heróis, enquanto a presumível punição dos personagens identificados como ‘maus’ ou vilões seria justificada.

A autora chama a atenção para o fato de que a ‘lição de moral’ é tradicionalmente aceita nas tramas ficcionais, porém, ressalta, poderia representar um grave equívoco quando inserida em um relato jornalístico que deveria ser objetivo, segundo os padrões seguidos em nosso país. “Por definição, o texto do jornalista deve ser isento de todo e qualquer juízo de valor segundo reafirmam diversos manuais, ainda que essa perspectiva-modelo seja objeto de críticas, acadêmicas e profissionais” (COUTINHO, 2006: 121).

No livro *A televisão em busca da interatividade: uma análise dos gêneros não-ficcionais*, Temer (2009) identifica uma hibridação entre diferentes gêneros não-ficcionais. A autora afirma que o entretenimento ou a possibilidade de entreter é algo que está presente em todos os gêneros televisivos, inclusive, diz ela, nos programas educativos e informativos. Ressalta, porém, que isso não acontece por acaso. “É a possibilidade de entretenimento, de relaxamento e envolvimento pela diversão que seduz o telespectador” (p. 12).

Temer (2009) afirma que da mesma forma como o telejornalismo incorporou técnicas e meios com características do entretenimento para seduzir seu público, o material voltado para o entretenimento também buscou inspiração no material jornalístico. “Nos últimos anos, tem proliferado na televisão uma série de programas que, mesmo sendo eminentemente voltados para o entretenimento, não podem ser simplesmente classificados como material ficcional” (p.13).

Podemos citar também o trabalho desenvolvido por Rezende (2009), cujo título é *Trânsito de temas comuns entre o JN e as telenovelas*. Nesse trabalho Rezende analisou o conteúdo referente ao JN e às duas novelas entre as quais o telejornal está inserido, isto é, a novela das sete e a das nove. O pressuposto do estudo era o de que, com uma frequência considerável, conteúdos se interpenetram nos dois gêneros de programas, não por coincidência, mas como explicitação de um espetáculo contínuo para atrair a atenção do telespectador.

O autor afirma que o sincretismo da realidade e da ficção é um fenômeno universal. Na televisão brasileira, diz ele, essa fusão do real e do imaginário se consolidou com mais intensidade no horário nobre da programação da emissora líder de audiência, Rede Globo. “Há décadas, milhões de brasileiros acompanham regularmente – para não dizer religiosamente – a sequência mais atraente de programas: novela das sete, *Jornal Nacional* – novela das nove” (REZENDE, 2009: 12).

Rezende (2009) afirma que assegurar a fidelidade de uma audiência tão numerosa e heterogênea requer uma grande dose de dedicação, criatividade e talento. “É preciso, todos os dias, manter a continuidade do espetáculo televisivo dentro de padrões técnicos e estéticos rigorosos” (p. 12). Essa operação, diz ele, envolve um meticuloso trabalho para prover a programação do equilíbrio adequado das porções de realidade e ficção, no trânsito entre as novelas e o jornalismo.

De acordo com Machado²³ (2001: 1-2), “a mídia não está fora do mundo que pretende retratar. É imperfeita, complexa e inacabada como ele, e em seu interior se movem sujeitos plenos de pensamentos, idéias e interesses a defender”. A autora destaca que “[...] mesmo quando estes interesses parecem ser nobres ou ter validade universal, mesmo nesses casos jornalistas são sujeitos que lutam para conciliar seus critérios éticos e jornalísticos (o seu *'news judgement'*) com as informações que julgam relevantes e organizadas do ponto de vista que consideram mais adequado”.

Machado (2001: 13) também afirma que o jornalismo informativo, gênero supostamente ‘não contaminado’ pela opinião, pela valoração e pela ideologia define a si mesmo como imparcial e isento. “Faz parte de seu jogo discursivo fazer crer que ele se interpõe entre os fatos e o leitor de forma a retratar fielmente a realidade”.

Em um artigo no qual faz uma retrospectiva das condições de funcionamento do telejornalismo brasileiro, Temer (2008) afirma que apesar de eventuais bons momentos, de ações pontuais e da busca dos profissionais por um jornalismo de qualidade, o material noticioso produzido pela televisão no Brasil parece preservar alguns ‘pecados originais’.

O primeiro deles, afirma, é que, apesar de ter nascido como empresa privada e ter nesse modelo suas redes de maior audiência, o telejornalismo brasileiro tem os olhos voltados para o Estado. Sobre esse ponto, ressalta, é necessário acrescentar que a postura do telejornalismo é de uma relação ‘viciada’, na qual também o estado obtém ganhos com a visibilidade dada ao governo. “O segundo está em uma preocupação maior com os números da audiência do que com produção de um material noticioso que efetivamente instrumentalize o receptor para o exercício da cidadania” (TEMER, 2008: 13-14).

A autora afirma que em muitos aspectos o material noticioso exibido pela televisão brasileira é marcado pela contradição, uma vez que, em nome da defesa da ordem e da denúncia, quebra normas éticas ou mesmo transgride aspectos menores da legislação penal – como o faz, por exemplo, no uso das câmeras ocultas.

Com isso, afirma Temer, o meio presta um mau serviço à população, reafirmando um clima de desrespeito e mostrando que os mais fortes e os mais

²³ MACHADO, Márcia Benetti. *O discurso jornalístico*. 2001. Disponível em: www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/.../machado_jacks2001.rtf. Acessado em 13/02/2008.

especialistas podem sempre se colocar acima da lei. Além disso, continua, a preocupação exagerada com a audiência valoriza apenas o telejornalismo-espetáculo, seja um espetáculo estético – modelo do qual o melhor representante ainda é o *Jornal Nacional* – ou um espetáculo popular/sensacionalista, com um apelo de conteúdos violentos. Em ambos os casos, ressalta, o conteúdo da informação fica comprometido.

2.2 - Justificativa

A compreensão do papel que a televisão – e no âmbito desta, o telejornalismo –, desempenha na vida social é primordial para que possamos entender as relações que se desenvolvem cotidianamente entre os diferentes atores e instituições sociais e, suas consequências, que se apresentam sob a forma de normas de convivência, relações de poder, tensões, conflitos, consensos, construção de sentidos, percepção crítica e uma infinidade de representações que têm lugar no cenário de uma sociedade.

O desenvolvimento da capacidade crítica dos cidadãos é fundamental para a inclusão social, para se pensar no diferente, no inverso da política hegemônica e na estruturação do poder. “Parece-me que não se pode falar em inclusão sem se falar em capacidade crítica, que é a busca de fundamentos na negação do presente, do proposto e do disposto, aliando-se a crítica do cotidiano à crítica mais geral das questões em jogo na estruturação do campo social” (FALEIROS, 2003: 19).

De acordo com Becker (2006: 65), a comunicação e a informação são processos fundamentais de agregação de valores. Para essa autora, a gestão da experiência cotidiana contemporânea está diretamente ligada ao poder da mídia, especialmente da televisão, como instrumento regulador da experiência pública e privada.

Becker (2006) defende que a televisão assume um papel de conservação das relações de poder e, conseqüentemente, desenvolve um controle social no agendamento político e cultural do país, ao desempenhar o papel de agente unificador da sociedade brasileira. “[A televisão] age sobre o cotidiano e produz efeitos de unificação de laços sociais e afetivos, com poderes muitas vezes maiores que os da família, da igreja, da escola e da polícia, já assumindo o lugar do Estado, como defensora dos direitos públicos, principalmente no espaço dos noticiários”.

Esta pesquisa se propõe a compreender e a desvelar a forma como o telejornalismo empreende a tarefa de regulação no âmbito social e os instrumentos que utiliza, uma vez que, dessa forma, estariam sendo quebrados os clássicos paradigmas da isenção, da neutralidade e da objetividade, tão caros ao fazer jornalístico, onde quer que essa atividade seja desenvolvida.

A identificação de uma abordagem atípica no telejornalismo, voltada para uma abordagem subjetiva de valoração de comportamentos e atitudes, nos leva a observar o discurso telejornalístico a partir de uma perspectiva diferenciada que, a despeito de desconsiderar uma pretensa neutralidade, agrega valor à notícia, indo além dos valores-notícia tradicionais e dos clássicos critérios de noticiabilidade. Essa perspectiva é desenvolvida por Silva (2010), a partir do estabelecimento de três categorias de apropriação da notícia: objetivação, subjetivação e intersubjetivação.

A análise do telejornalismo e, como consequência, das notícias, consideradas estas sob a ótica da construção social da realidade, nos revela uma atividade discursiva que pressupõe um fazer interpretativo tanto por parte do enunciador, quanto por parte do receptor. A construção da notícia pode ser concebida como uma realidade simbólica, pública e cotidiana (ALSINA, 2010: 11).

Berger e Luckmann (1985) afirmam que a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente. Atuando como agente socializador, o telejornal constrói, discursivamente, o mundo institucional e, “cria um correspondente manto de legitimações, que estende sobre si uma cobertura protetora de interpretações cognoscitivas e normativas (1985: 88).

A legitimidade conferida ao discurso jornalístico é classificada por Alsina (2009) como um “contrato pragmático fiduciário” e é o elemento que credencia o telejornal a realizar o controle social por meio do produto que oferece à sociedade, isto é, a notícia. “[...] Portanto, essa relação entre o jornalista e seus destinatários estabelece-se por um contrato pragmático fiduciário social e historicamente definido. Os jornalistas têm a incumbência de recopilar os acontecimentos e os temas importantes e dar-lhes sentido” (ALSINA, 2009: 47).

Machado (2001: 7) afirma que o jornalismo é uma narração do real mediada por sujeitos (no exercício de suas subjetividades) e que as escolhas se dão da pauta à

edição, passando pela apuração, pela seleção das fontes e pela hierarquização das informações. “Tendo consciência desse processo ou não, o leitor ainda assim busca no jornalismo uma porta para o real”.

2.3 - Informações Metodológicas

Esta pesquisa teve como objeto o *Jornal Nacional - JN* telejornal brasileiro de maior audiência, produzido pela Rede Globo de Televisão. O *corpus* selecionado foram edições do *JN* referentes aos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010. Utilizou-se como metodologia a análise de conteúdo a fim de procedermos à análise do material selecionado e, posteriormente submetê-lo à avaliação, buscando verificarmos a pertinência de seu enquadramento ou não nas categorias de análise da pesquisa.

De acordo com Herscovitz (2007: 126-127), a análise de conteúdo jornalística é um método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital, encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados, com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação.

Herscovitz (2007) afirma que a análise de conteúdo pode ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. Serve também, diz ela, para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias e para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas (p. 123).

Para melhor compreendermos as relações de sentidos estabelecidas no âmbito do discurso jornalístico optamos por analisar o material empírico sob a perspectiva da Análise pragmática da narrativa jornalística, por meio da metodologia desenvolvida por Motta (2007).

É importante ressaltar que, quando nos referimos à narrativa telejornalística estamos considerando a produção audiovisual do telejornal, isto é, som e imagens,

embora por questões de ordem prática tenhamos reduzido o conteúdo audiovisual a um conteúdo textual para facilitar o manuseio do material empírico.

De acordo com Motta (2007: 164), a narrativa jornalística, por mais que se pretenda isenta e imparcial, é também fortemente determinada por um fundo ético ou moral. O autor afirma que os jornalistas só destacam certos fatos da realidade como notícia porque esses fatos transgridem algum preceito ético ou moral, alguma lei, algum consenso cultural. Nesse sentido, ressalta, a notícia representa sempre uma ruptura ou transgressão em relação a algum significado estável. Nesse sentido, cabe ao analista identificar, interpretar e elucidar o significado simbólico que permeia a produção noticiosa sobre a qual se debruça.

Para Van Dijk (2008), por meio de uma análise detalhada das práticas discursivas organizacionais é possível mostrar como macroestruturas sociais são relacionadas com as estruturas do discurso público e, finalmente, como essas podem influenciar as mentes do público em geral.

Entretanto, o autor destaca que os processos sociais de reprodução não são determinísticos. Ele afirma que as pessoas são influenciadas pelas notícias que leem ou veem, mesmo se leem ou veem as notícias para adquirir e atualizar seu conhecimento sobre o mundo.

Para Van Dijk (2008), a compreensão das notícias e a maneira como as pessoas mudam suas opiniões ou atitudes dependem de suas próprias atitudes ou ideologias prévias (compartilhadas com outros membros do grupo), bem como de suas experiências pessoais. “É essa interpretação pessoal das notícias, esse modelo mental dos eventos, que é a base da ação pessoal específica dos indivíduos” (p. 25).

Coutinho (2006) afirma que o produto oferecido aos telespectadores pelos telejornais “é uma (re)construção da realidade, operada via coleta de imagens, redação de texto, edição, cujo poder de verdade, de celebração do fato, é reforçado muitas vezes pela flexão dos verbos no presente do indicativo” (p. 106).

Dessa forma, ressalta, o que os telespectadores acompanham nos telejornais é uma soma de pequenas tentativas de repetição de alguns fatos, amarrados pelos textos de repórteres e apresentadores.

2.4 - Hipótese e Objetivo

2.4.1 - Hipótese

Nossa hipótese nesta pesquisa é que extrapolando sua característica eminentemente mediadora, os telejornais procuram se afirmar como uma instância de regulação, isto é, como um dispositivo de controle social, no sentido de reforçar bons comportamentos e desestimular comportamentos contrários às normas de conduta arraigadas à sociedade, para além da sua função primária de noticiar fatos.

Buscaremos investigar na análise do material empírico a existência de uma abordagem prescritiva, moralizante ou orientadora, o que poderia sugerir um controle social feito pelo telejornal, instrumentalizado por intermédio da utilização de juízos de valor e julgamento moral.

2.4.2 - Objetivo Geral

Identificar na produção noticiosa do *Jornal Nacional*, elementos que caracterizem uma abordagem moralizante das notícias, sob a ótica dos bons costumes, da boa conduta e do moralmente correto, caracterizando, assim, uma ação reguladora ou, em outras palavras, um controle social.

Compreendemos controle social neste trabalho como o conjunto de meios de intervenção, quer positivos, quer negativos, acionados por cada sociedade ou grupo social a fim de induzir os próprios membros a se conformarem às normas que a caracterizam, de impedir e desestimular os comportamentos contrários às mencionadas normas, de restabelecer condições de conformação, também em relação a uma mudança do sistema normativo (BOBBIO et al., 2004:283).

2.5 - Universo e Amostra

Foi analisado o conteúdo do *Jornal Nacional* referente aos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010. Esse período foi escolhido por dois motivos: em primeiro lugar, por abranger o período de desenvolvimento do doutorado. Em segundo lugar, pela facilidade na obtenção do material empírico em uma análise contemporânea, uma vez que o acesso a edições integrais do telejornal em períodos anteriores não representaria uma tarefa de fácil execução.

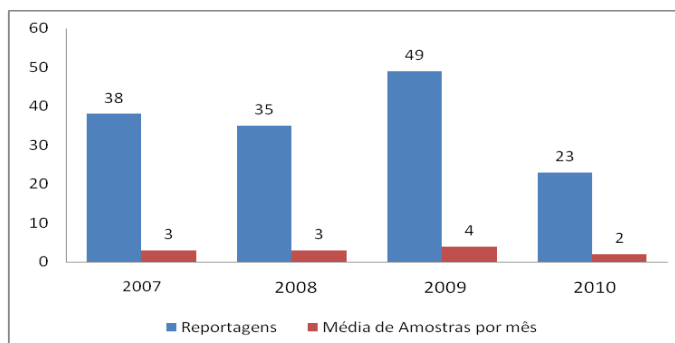
Dessa forma, buscou-se analisar as edições do *JN* e identificar, entre as matérias e reportagens, aquelas que apresentavam as características relevantes para a pesquisa, ou seja, que apresentassem uma abordagem referente a comportamentos ou condutas, entendidos estes como o conjunto de atitudes e reações dos indivíduos em face do meio social. Era necessário também que a matéria ou reportagem contivesse, de maneira explícita, um juízo de valor ou uma prescrição referente à ação dos atores sociais.

Quando não foi possível assistir ao telejornal no momento em que este era apresentado, essa tarefa foi realizada posteriormente na página do *JN* na internet. Dessa forma, quando a matéria ou reportagem era identificada como relevante para a pesquisa, o texto associado ao vídeo desta era copiado, classificado e arquivado em pastas identificadas pelo ano e mês da exibição da reportagem.

Inicialmente, optou-se por analisar o conteúdo do telejornal referente a seis meses de cada ano, selecionados aleatoriamente, correspondentes a semanas simples, de segunda a sábado. Após a análise, seriam selecionadas duas amostras de cada mês. Porém, no decorrer da pesquisa, a fim de reforçar a amostra empírica, decidiu-se ampliar o escopo e analisar mais edições, de forma que obtivéssemos pelo menos duas amostras de cada mês no referido período.

Assim, no ano de 2007, foram selecionadas 38 matérias, com uma média de três amostras por mês; no ano de 2008, 35 matérias, também com uma média de três amostras por mês; no ano de 2009 obtivemos 49 matérias, aumentando a média para quatro amostras por mês e, finalmente, no ano de 2010, foram selecionadas 23 matérias, com uma média de duas amostras por mês. Gráfico 1.

Gráfico 1
Média da quantidade de amostras por mês



2.5.1 - 2007 (38 matérias selecionadas)

1. Exemplos de solidariedade em meio à destruição
2. Vinte toneladas de batatas são jogadas no lixo em cidade do Paraná
3. Suplentes de deputados deixam conta de despesas para serem pagas com dinheiro público
4. Mais oito toneladas de batatas vão parar no lixo no Paraná
5. Batatas ganham um destino nobre
6. Comerciantes que não respeitam o consumidor
7. Madeira ilegal
8. Anjos da estrada
9. Falta de educação ambiental
10. Carnaval deixa mais vítimas nas estradas
11. Mutirão do sonho
12. Desmatamento do bem
13. Ação de combate à dengue desperdiça dinheiro público
14. Fraude na Via Dutra
15. Nova modalidade de fraude na Dutra
16. Falta de fiscalização abre caminho para fraudes nas estradas
17. Barreiras da polícia não impedem em SC a farra do boi proibida por lei
18. Dois grupos indígenas mantêm pedágio ilegal na transamazônica
19. Brasileiros se surpreendem com nível a que chegou a corrupção no país
20. Moradores ribeirinhos ajudam no combate à degradação do maior afluente do Rio São Francisco
21. O perigo de soltar balões
22. Donos de restaurantes estão se apropriando de vagas, que são públicas
23. Falta de espírito olímpico no Pan-Americano
24. Aumenta o número de doadores de medula
25. Queimadas criminosas transformam a Floresta Amazônica em cinzas no Pará

26. Pedreiro sabe valorizar os livros
27. Equipamentos para segurança das estradas estão sendo desativados
28. Milhões de brasileiros estão sendo desrespeitados por médicos conveniados dos planos de saúde
29. Sacos plásticos colocam em risco o meio ambiente
30. Madeiras nobres estão virando carvão no pantanal
31. Falta de informação da maioria das pessoas impede que isopor seja mais reciclado
32. Empresas aéreas e aeroportos descumprem determinação judicial a favor dos passageiros
33. Uma pedra no meio do caminho
34. Motoristas desrespeitam leis de trânsito a cada cinco minutos
35. Vereadores a passeio
36. Flanelinhas agem livremente extorquindo motoristas
37. Brasileiros solidários
38. Gestos de generosidade

2.5.2 - 2008 (35 matérias selecionadas)

39. Falta de educação ameaça as tartarugas
40. A esperança vem da solidariedade
41. Donas de casa mudam uma Praça em Olinda
42. Diretores do Detran de Brasília dão mau exemplo aos motoristas
43. Pedreiro dá lição de cidadania
44. O desrespeito aos direitos dos portadores de deficiências
45. Tudo pago com dinheiro público
46. Combate ao desperdício
47. Mais uma forma de burlar a lei
48. Desrespeito à lei e à vida
49. Honestidade de senhora no Tocantins é recompensada
50. Rede de solidariedade para combater o desperdício de comida
51. Reciclagem de garrafas plásticas triplica em 10 anos
52. Madeireiros ilegais atuam livremente no Pará
53. Fabricantes alteram peso ou volume de produtos e contrariam Código do Consumidor ao esconder a informação
54. Comércio descumpre regra e não informa consumidores sobre taxas
55. Polícia do Paraná dá exemplo e prende homem que deixava acumular água em pneus
56. Solidariedade no sertão
57. O perigo dos balões no céu do Brasil
58. Falta de fiscalização de veículos de carga compromete situação das rodovias
59. Governantes dão jeito de manter parentes no cargo apesar da proibição
60. Moradores de assentamentos vendem lotes recebidos do Incra

61. Madeira apreendida apodrece nos galpões do Ibama, no Pará
62. Congresso ainda não tem mecanismos para acabar com o nepotismo
63. Motoristas de caminhão burlam a fiscalização
64. Água é tratada com descaso no Piauí
65. Falsos pescadores compram documento para receber benefício do governo
66. Governo deixou de investir R\$ 300 milhões para evitar desastres ambientais
67. Agências reguladoras também não cumprem determinações sobre atendimento ao consumidor por telefone
68. Golpistas enganam quem quer limpar o nome
69. Lei do cinto ainda é desrespeitada nos ônibus
70. Desabrigado devolve R\$ 20 mil encontrados dentro de casaco
71. Na rodoviária de SP, dia de espera cheio de saudades e solidariedade
72. Veja porque é tão importante deixar as mágoas de lado e perdoar
73. Procon dá mau exemplo no interior de São Paulo

2.5.3 - 2009 (49 matérias selecionadas)

74. Empresas ainda não cumprem regras de atendimento ao consumidor
75. Redutores eletrônicos estão desativados em estradas do país
76. Descaso deixa rodovia em situação gravíssima
77. CE: fraude ameaça saúde de sertanejos
78. Motoristas se arriscam para não pagar pedágio
79. Natureza é tratada como lixeira no Nordeste
80. MT: terras são vendidas ilegalmente
81. O golpe milionário da madeira ilegal no Pará
82. Desempregados são enganados por falsas empresas
83. Motoristas flagrados jogando lixo nas estradas
84. Pessoas que não foram sequer julgadas são presas em condições subumanas no ES
85. Profissionais arranjam tempo para o voluntariado
86. Catadora acha dinheiro no lixo e devolve ao dono
87. Imprudência e descuido levam perigo às estradas
88. Trotes do bem realizados no Paraná e no Ceará
89. Desperdício de água em região de seca do Sergipe
90. Voluntários ajudam vítimas de Santa Catarina
91. Imprudência causa muitos acidentes no trânsito
92. Programa Farmácia Popular está sendo usado de forma irregular pelas drogarias
93. O Brasil precisa saber que ser diferente é normal
94. O comércio ilegal e imoral de monografias
95. Comércio descumprem lei de apresentação de preços
96. Câmeras flagram desrespeito com pedestres
97. Rio e São Paulo gastam fortunas com lixo nas ruas
98. Ladrões de madeira atuam livremente no nordeste do Pará
99. Pedestres sofrem com calçadas inadequadas

100. Trabalho voluntário atende populações ribeirinhas do Pantanal
101. Reprovados no teste do bafômetro continuam dirigindo
102. Motoristas de ônibus cometem muitas infrações
103. Ciclistas desconhecem regras de trânsito
104. Truque esconde pneu careca em caminhões
105. Clínicas de tratamento estético ignoram perigos do bronzeamento artificial
106. Remédios são vendidos nas feiras livres de Fortaleza
107. Brasileiros compram carros ilegais na fronteira com o Paraguai
108. Cheques roubados são vendidos em Belo Horizonte
109. Celulares pré-pagos são vendidos sem registro
110. Golpistas alteram quilometragem de carros
111. Brasileiros compram gás ilegal na Argentina
112. Estudante exerce ilegalmente a Medicina, em Belém
113. Lei seca não inibe todos os motoristas
114. Feriado registra cenas de desobediência à Lei Seca
115. Motoristas que tiveram o direito de dirigir suspenso ainda estão nas ruas
116. Balões ameaçam voos no Galeão, no Rio de Janeiro
117. Crianças esperam brinquedos em estradas
118. Patrimônio de bibliotecas sofre na mão de usuários
119. PA: lojas se instalam na Câmara de Vereadores
120. Presos são confinados em contêineres no Espírito Santo
121. Motos para salvamento estão paradas na garagem
122. Diarista devolve envelope com dinheiro no DF

2.5.4 - 2010 (23 matérias selecionadas)

123. Caminhões com cargas irregulares são um perigo nas estradas
124. É arriscado avançar o sinal amarelo
125. Notas fiscais falsas estão à venda no Paraguai
126. Na véspera de Carnaval, motoristas dirigem embriagados e provocam acidentes
127. A importância de fazer manutenção do carro
128. Estudantes de Medicina fazem um trote diferente
129. Despachantes lucram com multas dos motoristas
130. Brasil depende de equipamento americano para prever tempestades
131. Autoridades deixam ocupação irregular crescer
132. Tragédia em Niterói poderia ter sido evitada
133. Projetos exploram Amazônia de forma sustentável
134. Camelôs vendem remédio que é controlado pela Anvisa
135. Motociclistas não usam equipamentos de segurança obrigatórios
136. No Brasil faltam lugares adequados para depositar o lixo
137. Caminhões desrespeitam lei nas principais rodovias de SP
138. Tempo para travessia de pedestres em semáforos oferece risco
139. Voluntários ajudam vítimas das enchentes em PE e AL

140. Vereadores no RS usam dinheiro público para fazer turismo
141. Apesar da proibição, lotéricas ainda oferecem bolões
142. Uso de sacolinhas plásticas caiu 20% nos últimos três anos
143. Prédio comercial em SP abriga atacadão da pirataria
144. Mototaxistas vendem remédios proibidos na fronteira Brasil-Argentina
145. Motociclistas ignoram leis de trânsito no Piauí.

Após a análise das edições foram selecionadas 145 matérias, que foram classificadas de acordo com os critérios explicitados no capítulo referente à metodologia.

No capítulo seguinte trataremos dos pressupostos teóricos que orientaram a elaboração da pesquisa, destacando o ideal da objetividade, a teoria da notícia, a notícia jornalística, o controle social nas abordagens valorativa e prescritiva, além dos principais elementos da narrativa moralizante.

CAPÍTULO 3 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A objetividade é um dos cânones do jornalismo. É a pedra angular sobre a qual foram erigidos os pressupostos da idoneidade, da imparcialidade e neutralidade. Para ser digno de credibilidade um produto jornalístico deve, acima de tudo, em tese, separar fatos de valores. Deve estabelecer e renovar cotidianamente uma relação de confiança com leitores ou telespectadores.

Alsina (2009) denomina “contrato pragmático fiduciário” essa relação de confiança que se estabelece entre os produtores da notícia e os seus consumidores. Para esse autor a função principal da informação jornalística é ‘fazer saber’, ou seja, construir socialmente a realidade, oferecer um relato dos acontecimentos mais relevantes da atualidade.

Por isso, o jornalismo é uma instituição socialmente legitimada a produzir essa mediação, a contextualizar e a recontextualizar os acontecimentos construindo uma realidade simbólica, pública e cotidiana. “Os jornalistas são, como todo mundo, construtores da realidade ao seu redor. Mas também conferem estilo narrativo a essa realidade e, divulgando-a, a tornam uma realidade pública sobre o dia-a-dia” (ALSINA, 2009:11).

Nesse sentido, a confiança e a credibilidade são os pilares da atividade jornalística em sua função precípua de informar, de fazer saber, de dar a conhecer. Se não confiamos, se não damos crédito a uma notícia, terá ela alguma utilidade? Terá ela cumprido seu papel?

Alsina (2009) afirma que esse fazer saber precisa, como condição necessária, que acreditemos que a informação da mídia é real porque senão não poderá ‘nos fazer saber’. Se essa condição não se dá, diz ele, nos encontraríamos diante de um falso saber. Dessa feita, continua, a mídia nos propõe um contrato pragmático fiduciário que tem a intenção de que acreditemos que o que eles dizem é verdade, ao mesmo tempo em que nos pedem que confiemos em seu discurso informativo.

O autor ressalta que se as notícias não merecem crédito, então elas não servem para nada; “para que serve, a princípio, a informação jornalística senão para informar?” Questiona. “O que acontece se o destinatário não acredita em determinada informação?”, pergunta ele, para em seguida afirmar: “Estariamos diante de um saber

questionado, isto é, a informação não transmitiria o saber”. Portanto, afirma, para que um discurso seja efetivamente informativo, deve acontecer um contrato pragmático fiduciário. “Devemos acreditar que isso que se diz é verdade, e que aconteceu de fato assim mesmo. Se um jornal, digamos, não tem credibilidade, suas informações perdem o sentido virtual e não servem para a informação” (ALSINA, 2010: 48).

Essa relação de confiança está ligada ao “ideal da objetividade”. Transmitir informações objetivas, isentas e plurais tornou-se, assim, o lema e a bandeira levantada por todos que têm como ofício o exercício cotidiano de produzir e transmitir informações.

Em um artigo no qual analisa a atividade jornalística sob uma perspectiva de uma teoria democrática, Silva (2010) define o que se espera do jornalismo e dos jornalistas: Do jornalismo e dos jornalistas se espera, portanto, zelo por princípios da profissão, mas também valores morais (verdade, objetividade e isenção) e rigor nos procedimentos éticos, afirma o pesquisador.

Para Silva (2010) “o jornalismo é um campo do dever, da obrigação moral (ética) e, em decorrência, um campo dotado de claros compromissos éticos e com uma deontologia própria (decoro profissional circunstanciado ao código de ética de uma categoria)” (p. 3).

Afirmar, portanto, que um determinado produto noticioso utiliza julgamentos de valor, que condena ou reforça comportamentos e atitudes sob uma perspectiva moral, que prescreve ações no âmbito social, buscando conformar os atores sociais aos padrões morais arraigados na sociedade, seria, à primeira vista, uma tentativa de desqualificar e depreciar o trabalho jornalístico.

O apresentador e editor-chefe do *Jornal Nacional*, William Bonner, tanto em seu livro²⁴, quanto em palestras para estudantes de jornalismo, faz questão de enfatizar que o objetivo do *JN* é “mostrar aquilo que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo naquele dia, **com isenção, pluralidade, clareza e correção**”²⁵.

Bonner (2009) é enfático ao afirmar que os apresentadores do *JN* **não emitem opinião**²⁶. Para ele, em um jornal impresso, o espaço para a opinião deve estar sempre

²⁴ *Jornal Nacional*: modo de fazer. São Paulo. Editora Globo, 2009.

²⁵ Grifo nosso.

²⁶ Grifo nosso.

bem delimitado. “Num bom jornal, espera-se que os editoriais, os artigos de opinião, estejam sempre identificados com absoluta clareza – de maneira que jamais possam ser confundidos com o noticiário” (p. 243).

Porém, apesar dessa afirmação peremptória, identificamos no *JN*, abordagens valorativas e prescritivas – e que, portanto, contêm opinião – sob uma perspectiva moralizante e orientadora, no sentido de apontar comportamentos ou atitudes que contrariem ou reforcem os valores morais sedimentados na sociedade.

Entretanto, não estamos, com isso, tentando desqualificar o telejornal, muito menos afirmando que não haja isenção ou imparcialidade na produção das notícias. Esse tipo de abordagem, evidentemente, não invalida os pressupostos que norteiam o fazer jornalístico, não invalida os processos de seleção, os critérios de noticiabilidade, enfim, a rotina produtiva a que está submetida a produção noticiosa.

O que defendemos é que o telejornal tenta equilibrar – em um mesmo enquadramento da notícia –, critérios tradicionais de noticiabilidade com critérios tradicionais de moralidade, como honestidade, respeito, generosidade e altruísmo, ou a falta destes, revestidos como valores-notícia.

Motta (2004: 12) afirma que no jornalismo diário há muitos textos híbridos onde se mesclam narração e descrição. Mesmo as notícias que se ocupam de temas ‘duros’ e são expressas na forma objetiva para enxugar as subjetividades estão segundo ele, impregnadas de fragmentos narrativos. Os jornalistas não conseguem e nem pretendem se despojar de toda subjetividade, afirma.

Podemos constatar essas afirmações ao analisarmos uma reportagem exibida pelo *JN*, no dia 26 de janeiro de 2007:

Apresentador William Bonner: Nesta sexta-feira, o *Jornal Nacional* começa com uma informação que tinha tudo para passar despercebida. Um fato aparentemente menor se for comparado com o encontro de líderes mundiais na Suíça, por exemplo. E, num dia assim, o *Jornal Nacional* abre essa edição para falar de batatas. **Porque só hoje, vinte toneladas foram jogadas no lixo em Guarapuava, no Paraná. Ontem, outras vinte toneladas. E anteontem também. E no dia anterior.** [...] **E como ninguém teve uma idéia melhor sobre o que fazer com as batatas, o *Jornal Nacional* abriu esta edição com as imagens que você acabou de ver, porque essas vinte toneladas de batatas de hoje poderiam ter matado a fome de dez mil pessoas.**²⁷

²⁷ Vinte toneladas de batatas são jogadas no lixo em cidade do Paraná. 26/01/2007.

É evidente que sob uma perspectiva estritamente objetiva, há uma ruptura dos clássicos padrões de objetividade. O que, porém, não desqualifica a notícia. Ao contrário, é como se houvesse uma agregação de valor a esta, no caso, um valor-moral.

Por um lado, no exemplo mostrado acima é inquestionável que despejar vinte toneladas de batatas no lixo, diariamente, durante praticamente uma semana, se enquadra perfeitamente nos critérios jornalísticos de noticiabilidade. Há um valor-notícia intrínseco. Por outro lado, o fato de o apresentador acrescentar [...] *porque essas vinte toneladas de batatas de hoje poderiam ter matado a fome de dez mil pessoas*²⁸, mostra um aspecto do controle social exercido pelo JN.

Há explicitamente um caráter prescritivo: “em vez de serem jogadas no lixo, essas batatas **deveriam** ter sido doadas a pessoas carentes ou a instituições de caridade”. Há uma explícita valoração negativa por parte do telejornal em relação ao fato narrado, o que poderíamos classificar de sanção negativa. Ao afirmar “[...] e como ninguém teve uma ideia melhor sobre o que fazer com as batatas”, está discursivamente mostrando à sociedade a reprovação àquela atitude, ou seja, o desperdício e, de maneira subliminar mostrando que ninguém, além do JN demonstrou preocupação com aquele fato.

Essa incursão ao campo da subjetividade, do julgamento, do uso do juízo de valor, da prescrição de atitudes valoradas pelo telejornal como corretas ou adequadas, estamos denominando, adotando a classificação utilizada por Silva (2010), como valor agregado. E a esse valor agregado, o estamos denominando “valor-moral”.

De acordo com Durkheim (2008) as prescrições da moral parecem marcadas por um sinal exterior que impõe um respeito todo particular. Ele afirma que o domínio da moral parece envolto por uma barreira misteriosa, se assemelhando a um domínio sagrado. Todas as coisas que ele envolve, afirma, são investidas de uma dignidade particular, que as eleva acima das individualidades empíricas, que confere a elas uma espécie de realidade transcendente. “Quem quer que seja que conteste diante de nós que as crianças possuem deveres para com seus pais, que a vida do homem deve ser respeitada, desperta em nós uma reprovação muito diferente daquela que pode

²⁸ Ênfase do apresentador.

suscitar uma heresia científica, e que se assemelha em todos os aspectos àquela que o blasfemador suscita na alma do crente” (DURKHEIM, 2008: 25).

Em uma pesquisa intitulada *O jornalismo como teoria democrática*, Silva (2010: 17) desenvolveu a hipótese segundo a qual mais que avaliar o desempenho dos órgãos de imprensa pela sua coloração ideológica ou pelo seu nível de dependência econômica, seja dos governos, seja dos anunciantes, é fundamental levar em conta um outro diferencial: o nível de agregação de valor às notícias e reportagens que são oferecidas ao público.

Silva denomina de *valor-serviço* “a produção de informações adicionais ao fato noticiado, de modo a facilitar a sua contextualização e de modo que o destinatário possa dispor de elementos para exercer melhor a sua cidadania a partir do fato noticiado” (2010: 17-18).

Porém, ressalta o autor, isso somente se torna possível se, para além dos valores-notícia que geraram a seleção e a hierarquização do fato (principais critérios de noticiabilidade), a narrativa e a edição da matéria incorporar o valor adicional o qual denomina ‘serviço’.

Silva reconhece que o conceito de “serviço” é um conceito difuso, mas, segundo ele, é facilmente identificável entre uma notícia que simplesmente ‘notifica’ o ocorrido e outra que além de ‘notificar o ocorrido’ fornece informações, dados, utilidade pública e contexto (cultural, social, estatístico e histórico).

O autor explica que a agregação de uma segunda camada de valor à notícia faz com que esta adquira um valor duplo (valor-notícia + valor adicional) e, conseqüentemente, um valor agregado. Havendo valor agregado, diz ele, pode-se deduzir que houve mais trabalho, ou melhor, mais sobretrabalho.

O autor ressalta, porém, que tais acréscimos, que à primeira vista poderiam aparentar mais incorporação de mais-valia e em decorrência maior apropriação do trabalho excedente por parte do capital, não representam uma radicalização de um sistema de ‘exploração do homem pelo homem’, uma vez, diz ele, que em um modo de produção como esse a apropriação se dá de forma coletiva, e não privada. “Ora, se a apropriação dos excedentes é coletiva, a notícia estará cumprindo um papel socialmente emancipatório e não de reprodução da alienação da produção e da consciência que resultam do trabalho” (SILVA, 2010: 18).

Para Silva (2010), o importante da agregação de valor à notícia é que a apropriação desse valor agregado não é privada, e sim coletiva. Essa possibilidade, diz ele, gera uma nova compreensão do papel da notícia e do papel do jornalista na sociedade, ou seja, a socialização da informação, por sua vez transmutada em saber.

O autor afirma que o jornalismo, embora forneça peso para os dois pratos de uma balança, está fadado a pender para o lado emancipatório. “Aquele que o caracteriza como provedor de apropriações coletivas do seu trabalho e que possibilita o seu entendimento dentro de uma teoria social, da qual poder-se-ia inferir uma teoria democrática” (SILVA, 2010: 8).

Complementando a assertiva de Silva, Faleiros (2003: 11) classifica como *paradigma emancipatório – cidadão – democrático*, a participação social e política da população e dos grupos mobilizados de forma articulada, em que possam definir seus interesses e o processo da ação de forma democrática, com expressão das divergências em um clima de convivência civilizatória e em um procedimento pactuado de tomada de decisões.

Em uma reportagem na qual foram exibidas infrações de trânsito cometidas por motoristas, observamos que o telejornal a apresenta com uma abordagem que classificamos como valorativa, isto é, de maneira explícita, tanto o apresentador, quanto a repórter emitem juízo de valor quanto às atitudes dos motoristas no trânsito.

Na chamada da reportagem o apresentador afirma que os motoristas cometem “uma infração atrás da outra”. E em seguida completa: “muitos brasileiros não conseguem dirigir por mais de cinco minutos sem desrespeitar o Código de Trânsito”. Por sua vez a repórter afirma que “há muito desrespeito e pouca punição”.

Também aí consideramos que houve uma agregação de valor à notícia. Há um valor-moral contido no julgamento das atitudes dos motoristas. A narrativa utilizada pelo telejornal mostrando as imagens das infrações, ao mesmo tempo em que a repórter descreve cada uma dessas infrações, valorando-as negativamente, reforça o valor-moral agregado à notícia e, conseqüentemente reafirma o controle social exercido pelo telejornal.

Apresentador: O *Jornal Nacional* de hoje começa com cenas de **motoristas que cometem uma infração atrás da outra**. A repórter Graziela Azevedo mostra que **muitos brasileiros não conseguem dirigir por mais de cinco minutos sem desrespeitar o Código de Trânsito**.

Repórter: **O motorista ignora o aviso e entra na contramão. Este dá macha a ré na pista. Outro para no meio da rua pra conversar. Muitos não respeitam a faixa do pedestre. O carro fecha o ônibus, o ônibus fecha o carro e o motoqueiro vai costurando todo mundo. Muito desrespeito e pouca punição**²⁹

Todas as manhãs, as pessoas que querem saber o que está acontecendo no mundo leem jornal, escutam o rádio, veem televisão ou navegam na internet. “Esses indivíduos consomem uma mercadoria especial: as notícias. Pagando ou gratuitamente, [...] recebem uma série de mensagens. Essa informação delimitará, de certa forma, seu horizonte cognitivo” (ALSINA, 2010: 9).

Para Silva (2010: 5), porém, a notícia, é um produto diferenciado, pois o seu conteúdo não se destina ao usufruto único por parte de qualquer consumidor isolado. “Por se destinar à consciência e não ao corpo, o valor da notícia terá de ser classificado muito mais como valor de troca do que como valor de uso”.

Para o autor, o principal proveito de uma notícia será, portanto, o proveito dialógico e dialético, que servirá de insumo para a partilha e para o cotejo das informações e possivelmente, também como combustível para o debate, para a polêmica e até o para o conflito.

Em um recente artigo publicado na revista *Journalism*³⁰, os pesquisadores Carmit Wiesslitz e Tamar Ashuri, ambos da Ben-Gurion University, em Israel, desenvolvem a tese da emergência de novos mediadores na produção das notícias, classificados por eles de “jornalistas morais”.

O artigo foi baseado na análise de um estudo de caso: o trabalho de uma organização formada por mulheres – *Machsom Watch* – que monitora os direitos humanos nos pontos de checagem montados pelo exército israelense para controlar a entrada de palestinos nas fronteiras ocupadas. As informações são divulgadas na página da organização, na Internet.

²⁹ “Motoristas desrespeitam leis de trânsito a cada cinco minutos” – 19/11/2007.

³⁰ ‘Moral journalists’: The emergence of new intermediaries of news in an age of digital media. In: *Journalism* – Junho de 2011. Disponível em: <http://jou.sagepub.com/>. Consultado em 10/06/2011.

Esses mediadores, segundo os autores, diferentemente do jornalista ‘objetivo’ – que em tese relata com isenção e objetividade – ou do jornalista que se dedica ao *advocacy* – que se empenha na defesa de uma causa – teriam como principal propósito de sua atuação, a mudança da realidade social que vivenciam.

3.1 – As diferentes perspectivas de uma teoria da notícia

DeFleur (1993: 165) ressalta que, embora as explicações da influência da comunicação de massa estejam alicerçadas nos paradigmas gerais das ciências sociais, as linhas de influência entre as duas não foram de forma alguma perfeitamente esclarecidas.

Frequentemente, segundo ele, estudiosos da mídia reinventam a roda quando não se dão conta de que determinada forma de comportamento tem sido estudada há décadas pelas ciências sociais. Por outro lado, continua, frequentemente os cientistas sociais têm ignorado o papel da comunicação de massa ao adotarem paradigmas que relacionam símbolos, comunicação, a ordem social e o comportamento individual.

De maneira sucinta e reproduzindo a descrição elaborada por Nelson Traquina, no livro *O estudo do jornalismo no século XX* pontuaremos as principais teorias da notícia que, segundo Traquina (2003), tentam responder à pergunta: por que as notícias são como são? Esse autor chama a atenção para o escopo do termo “teoria” que muitas vezes, segundo ele, pode significar apenas uma explicação interessante e plausível e não um conjunto elaborado e interligado de princípios e proposições.

3.1.1 - A teoria do espelho

Essa foi a primeira teoria oferecida para explicar por que as notícias são como são e é também a teoria oferecida pela própria ideologia dominante no campo jornalístico. “É a teoria mais antiga e responde que as notícias são como são porque a realidade assim as determina” (2003: 65).

A ideia central dessa teoria é a de que o jornalista é um comunicador desinteressado, sem interesses específicos a defender e que o desviam da sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, doar a quem doer.

Traquina afirma que a ideologia jornalística defende uma relação epistemológica com a realidade que impede quaisquer transgressões de uma fronteira indubitável entre realidade e ficção, havendo sanções graves impostas pela comunidade profissional a qualquer membro que viole essa fronteira.

Segundo Traquina (2003), o *ethos* dominante, os valores e as normas identificadas com um papel de árbitro, os procedimentos identificados com o profissionalismo, fazem com que dificilmente os membros da tribo jornalística aceitem qualquer ataque à teoria do *espelho*. A legitimidade e a credibilidade dos jornalistas, diz ele, estão assentes na crença social que as notícias refletem a realidade, “que os jornalistas são imparciais devido ao respeito às normas profissionais, e pelo trabalho de recolher a informação e relatar os fatos, sendo simples mediadores que ‘reproduzem’ o acontecimento na notícia” (TRAQUINA, 2003: 67-68).

Traquina (2003) argumenta que as notícias são um produto centrado no referente onde a invenção e a mentira são violações das mais elementares regras jornalísticas. Assim, o referente, ou seja, a realidade, não pode deixar de ser um fator determinante do conteúdo jornalístico.

Nesse sentido, o autor afirma que a teoria do espelho, intimamente ligada à própria legitimidade do campo jornalístico, é uma explicação pobre e insuficiente, que tem sido posta em causa repetidamente em inúmeros estudos sobre o jornalismo, e, na maioria dos casos, sem qualquer intuito de pôr em causa a integridade dos seus profissionais.

3.1.2 - A teoria da ação pessoal ou teoria do *gatekeeper*

Na literatura acadêmica sobre o jornalismo, a primeira teoria que surgiu foi a do *gatekeeper* (selecionador), proposta ainda nos anos 50 por David Manning White. O próprio White foi o primeiro a aplicar o conceito ao trabalho cotidiano de seleção das notícias. Ao longo dos anos essa teoria tornou-se objeto de inúmeros estudos e pesquisas na área do jornalismo.

O termo *gatekeeper* refere-se à pessoa que toma uma decisão em uma sequência de decisões, explica Traquina. De acordo com Wolf (2001), o conceito de *gatekeeper* foi elaborado por Kurt Lewin, em um estudo datado de 1947, sobre as dinâmicas que agem no interior dos grupos sociais, em especial no que se refere aos problemas ligados à modificação dos hábitos alimentares.

Wolf (2001: 180) explica que, ao identificar os ‘canais’ por onde flui a sequência de comportamentos relativos a um determinado tema, Lewin notou que existem neles zonas que podem funcionar como ‘cancela’, como ‘porteiro’.

O conjunto das forças antes e depois da zona de filtro é, decididamente, explica, diferente de tal forma que a passagem ou o bloqueio da unidade através de todo o canal, depende, em grande medida, do que acontece na zona de filtro. Isso sucederia não só com os canais de alimentação, mas também com a sequência de uma informação, dada por meio dos canais comunicativos, em um grupo.

White (1999) afirma que em seu último artigo, Lewin salientou que a passagem de uma notícia por determinados canais de comunicação estava dependente do fato de certas áreas dentro dos canais funcionarem como *gates*. “Levando a analogia ainda mais longe, Lewin afirmou que certos setores dos *gates* são regidos ou por regras imparciais ou por um grupo no ‘poder’ tomar a decisão de ‘deixar entrar’ ou de ‘rejeitar’ [a informação]” (p. 142).

Nessa teoria, explica Traquina, o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates*, isto é, ‘portões’, que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais, o jornalista, isto é, o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não. “Se a decisão for positiva, a notícia acaba por passar pelo portão; se não for, a sua progressão é impedida, o que na prática significa a sua morte, porque significa que

a notícia não será publicada, pelo menos nesse órgão de informação” (TRAQUINA, 2003: 69).

A conclusão do estudo de White, segundo Traquina, é que o processo de seleção é subjetivo e arbitrário. As decisões dos jornalistas, afirma, eram altamente subjetivas e dependentes de juízo de valor baseados no ‘conjunto de experiências, atitudes e expectativas’ do *gatekeeper*.

3.1.3 - A teoria organizacional

Essa teoria foi desenvolvida a partir de um estudo feito por Warren Breed, intitulado *Controle social da redação: uma análise funcional*, no qual insere o jornalista no seu contexto mais imediato, a organização para a qual trabalha.

Traquina afirma que essa teoria alarga a perspectiva teórica do âmbito individual a um nível mais vasto, a organização jornalística. Segundo ele, Breed destaca a importância dos constrangimentos organizacionais relacionados à atividade profissional do jornalista ao considerar que este conforma-se mais com as normas editoriais da política editorial da organização do que com quaisquer crenças pessoais que tiver trazido consigo.

Nesse aspecto, os pontos de vista da direção da empresa jornalística chegam a controlar o trabalho do jornalista ao longo do tempo, sobretudo por um processo que pode ser comparado ao de osmose.

Dessa forma, a cultura organizacional enfatiza o processo de socialização organizacional e, no âmbito deste, é destacada a cultura da organização, em detrimento da cultura profissional jornalística.

3.1.4 - As teorias de ação política

Nas teorias de ação política, os *media* noticiosos, segundo Traquina (2003), são vistos de uma forma instrumentalista, isto é, servem objetivamente a certos interesses políticos: “na versão da esquerda, os *media* noticiosos são vistos como instrumentos

que ajudam a manter o sistema capitalista; na versão da direita, servem como instrumentos que põem em causa o capitalismo” (p. 81).

Traquina ressalta que, seja de esquerda ou de direita, essas teorias “defendem a posição de que as notícias são distorções sistemáticas que servem aos interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos, que utilizam as notícias na projeção da sua visão do mundo, da sociedade, etc” (2003: 81).

Ainda em relação às principais teorias que se debruçaram sobre a construção da notícia, Traquina afirma que com o surto da investigação acadêmica sobre o jornalismo a partir dos anos 60 e 70, marcado por novas interrogações e por inovações metodológicas, emergem duas teorias que partilham o novo paradigma das notícias como construção social – as teorias estruturalista e etnoconstrucionista. Essas teorias, segundo ele, são, sobretudo, complementares, mas divergem em alguns pontos importantes.

O autor afirma que ambas as teorias rejeitam a *teoria do espelho* e criticam o ‘empiricismo ingênuo’ dos jornalistas. Para ambas as teorias as notícias são o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da organização.

Ambas as teorias, diz ele, são micro e macrosociológicas. Ambas situam o jornalista no seu local de trabalho, reconhecendo a importância dos constrangimentos organizacionais, integrando assim as perspectivas fornecidas por Warren Breed e outros autores identificados com a teoria organizacional.

Entretanto, ressalta Traquina, ao contrário dos teóricos da teoria organizacional, ambas as teorias defendem a perspectiva de que o neófito se integra por um processo de *osmose*, não só em uma organização, mas também em uma comunidade profissional, podendo também ser denominadas teorias *transorganizacionais*.

Ambas as teorias, diz ele, sublinham a importância da cultura jornalística, nomeadamente a estrutura dos valores-notícia dos jornalistas, a ideologia dos membros da comunidade, e as rotinas e procedimentos que os profissionais utilizam para levar a cabo seu trabalho. Ambas, afirma, reconhecem que os membros da comunidade jornalística exercem um grau de autonomia. Assim, emenda, ambas

contestam a visão de que os jornalistas são observadores passivos e defendem a posição de que, ao contrário, são de fato participantes ativos na construção da realidade.

Traquina (2003) enfatiza que na perspectiva do paradigma construtivista, embora sendo índice do 'real', as notícias registram as formas literárias e as narrativas utilizadas para enquadrar o acontecimento. "A pirâmide invertida, a ênfase dada à resposta às perguntas aparentemente simples *Quem? O que? Onde? Quando?* A necessidade de selecionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento – processo orientado pelo enquadramento escolhido – são alguns exemplos de como a notícia, dando vida ao acontecimento, constrói o acontecimento e constrói a realidade" (TRAQUINA, 2003: 86-87).

3.1.5 - Teoria estruturalista

A teoria estruturalista – em grande parte devido à herança marxista que a teoria estruturalista partilha com a teoria da ação política, na versão de esquerda, desenvolvida por Herman e Chomsky –, sublinha enfaticamente o papel dos *media* noticiosos na reprodução da ideologia dominante. Porém, ao contrário da teoria da ação política de Herman e Chomsky, a teoria estruturalista reconhece a autonomia relativa dos jornalistas em relação ao controle econômico direto.

3.1.6 - Teoria etnoconstrucionista

Para essa teoria as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima – os acontecimentos – em um produto – as notícias.

Sob essa perspectiva, os acontecimentos constituem um imenso universo de matéria-prima; a estratificação desse recurso consiste na seleção do que irá ser tratado, ou seja, na escolha do que se julga ser matéria-prima digna de adquirir a existência pública de notícia, isto é, ter noticiabilidade.

Para a teoria etnoconstrucionista, segundo Traquina, os jornalistas vivem a tirania do fator tempo, e têm o desafio cotidiano de elaborar um produto final, seja uma notícia, um jornal, um telejornal, diariamente ou semanalmente. “O trabalho jornalístico é uma atividade prática e cotidiana orientada para cumprir as horas de fecho”.

De acordo com essa teoria, as notícias são o resultado de processos de interação social não apenas entre os jornalistas e as fontes, mas também entre os próprios jornalistas, vistos como membros de uma comunidade profissional.

3.2 – A Notícia Jornalística

No famoso ensaio intitulado *A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento*, publicado em 1940, no *The American Journal of Sociology*, Robert Ezra Park, buscando fundamentar o conceito de notícia, faz a distinção entre duas formas de conhecimento, as quais denomina ‘o conhecimento de’ e ‘o conhecimento acerca de’.

Segundo Park (1970), o ‘conhecimento de’ é o conhecimento que adquirimos em primeira mão, por meio do uso e do hábito, é o conhecimento intuitivo ou instintivo, também denominado por Park de conhecimento ‘sintético’, isto é, o conhecimento que se incorpora ao hábito e ao costume.

Por sua vez, o ‘conhecimento acerca de’, afirma Park, é o conhecimento formal, racional e sistemático. Baseia-se, segundo o autor, na observação e no fato, porém, alerta Park, no fato verificado, rotulado, sistematizado. “É o conhecimento que atingiu certo grau de precisão e exatidão, substituindo a realidade concreta por ideias e as coisas por palavras” (PARK, 1970: 171).

Park (1970) diferencia os dois tipos de conhecimentos ao afirmar que o ‘conhecimento acerca de’, ou conhecimento formal pode ser comunicável, ao contrário do ‘conhecimento de’ ou senso comum.

O autor afirma que o ‘conhecimento acerca de’, na medida em que é científico, “passa a ser parte da herança social, um corpo de fatos e teorias averiguados e

acreditados, em que novos acréscimos tendem a verificar, afirmar ou qualificar todas as contribuições de investigações anteriores” (p. 173).

A notícia não é um conhecimento sistemático como o das ciências físicas, antes, ressalta Park, se assemelha à História. O autor afirma que por serem invariavelmente fixos no tempo e localizados no espaço, os acontecimentos são unidos e não podem ser classificados como as coisas.

Entretanto, sublinha Park, a notícia não é História e seus fatos não são fatos históricos. “Não é História, diz ele, porque, em primeiro lugar, se refere, em conjunto, a acontecimentos isolados e não procura relacioná-los uns aos outros, nem como sequências causais, nem como sequências teleológicas” (p. 174).

Diferentemente do historiador, enfatiza Park (1970), o repórter procura tão somente registrar cada acontecimento isolado, à proporção que ocorre e só se interessa pelo passado e pelo futuro, diz ele, na medida em que estes projetam luz sobre o real e o presente.

A notícia, como forma de conhecimento, não cuida essencialmente nem do passado nem do futuro, senão do presente e, por isso, afirma Park, foi descrita pelos psicólogos como o ‘presente especioso’, no sentido de ser sumamente perecível. “A notícia só é notícia até o momento em que chega às pessoas para as quais tem ‘interesse noticioso’. Publicada e reconhecida a sua significação, o que era notícia se transforma em História” (p. 175).

O autor ressalta que a característica transitória e efêmera se constitui na própria essência da notícia e está intimamente ligada a todas as outras características que a notícia exhibe. Na mais elementar de suas formas, diz ele, o relato de uma notícia é um mero ‘lampejo’ a anunciar que um acontecimento ocorreu.

Se o ocorrido tiver real importância, diz Park, o interesse por ele acarretará novas indagações e um conhecimento mais completo das circunstâncias em que se verificou. “O acontecimento deixa de ser notícia, entretanto, assim que haja cessado a atenção que despertou e assim que a atenção pública tenha sido dirigida para outro aspecto do *habitat* ou algum outro incidente tão novo, emocionante ou importante que seja capaz de prendê-la” (p. 175).

De acordo com Park (1970), a notícia chega em forma de breves comunicações independentes, que podem ser fácil e rapidamente compreendidas. Na verdade, diz

ele, a notícia realiza, de certo modo, para o público, as mesmas funções que realiza a percepção para o indivíduo, isto é, não somente o informa, como principalmente o orienta, inteirando cada um e todos do que está acontecendo. “E fá-lo sem qualquer esforço do repórter por interpretar os acontecimentos relatados, exceto o esforço do repórter para os tornar compreensíveis e interessantes” (p. 176).

O fato de que a notícia costuma circular espontaneamente e sem quaisquer ajudas adventícias, parece ser responsável, afirma Park, por outro caráter que a ela se prende, diferenciando-a de tipos correlatos, porém, menos autênticos de conhecimento, ou seja, o boato e o falatório. “Para que um relato de acontecimentos em curso tenha características de notícia não deve apenas circular – possivelmente por tortuosos canais subterrâneos – mas ser publicado, se necessário pelo pregoeiro da cidade ou pela imprensa pública” (PARK, 1970: 177-178).

A publicação, diz o autor, tende a dar à notícia um pouco do caráter de documento público. A notícia, afirma, é mais ou menos autenticada por haver sido exposta ao exame crítico do público a que se dirige e a cujos interesses se relaciona.

A primeira reação típica do indivíduo a uma notícia será, provavelmente, argumenta Park, o desejo de repeti-la a alguém. Isso, acrescenta, gera a conversação, desperta novos comentários e talvez uma discussão. O autor enfatiza que a singularidade desse fato é que iniciada a discussão, o acontecimento discutido deixa de ser notícia e, sendo diferentes interpretações de um acontecimento, discussões se transferem do plano da notícia para o dos problemas que ela suscita.

Para Traquina (1999), as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real. Para ele, “as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e de textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento” (p. 168).

No discurso jornalístico, afirma Rodrigues (1999), o acontecimento constitui o referente de que se fala, o efeito de realidade da cadeia dos signos, uma espécie de ponto zero da significação. “É acontecimento tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história, dentre uma multiplicidade aleatória de fatos virtuais” (p. 27).

Pela sua natureza, diz o autor, o acontecimento situa-se, portanto, algures na escala das probabilidades de ocorrência, sendo tanto mais imprevisível quanto menos provável for a sua realização. É por isso, diz ele, em função da maior ou menor

previsibilidade que um fato adquire o estatuto de acontecimento pertinente do ponto de vista jornalístico: quanto menos previsível for, mais probabilidade tem de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico.

Para Rodrigues (1999), o acontecimento jornalístico é, em síntese, “um acontecimento de natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pela lei das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência” (p. 27).

Molotch & Lester (1999: 34) afirmam que na vida cotidiana, as notícias contam-nos aquilo a que nós não assistimos diretamente e dão como observáveis e significativos *happenings* que seriam remotos de outra forma.

De acordo com eles, as notícias são, assim, o resultado da necessidade invariante de relatos do inobservado, da capacidade de informar aos outros, e o trabalho de produção daqueles que se dedicam à produção e difusão de material informativo.

Para Hall et al. (1999: 224), as notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia com a escolha e a seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas.

O autor afirma que os acontecimentos, enquanto notícias são regularmente interpretados dentro de enquadramentos que derivam, em parte, da noção de consenso enquanto característica básica da vida cotidiana. São elaborados, diz ele, através de uma variedade de ‘explicações’, imagens e discursos que articulam o que o público supõe pensar e saber da sociedade.

Para Hall (1999), os *media* apresentam a primeira, e muitas vezes a única fonte de informação acerca de muitos acontecimentos e questões importantes. Ressalta ainda que, dado que a notícia está repetidamente relacionada com acontecimentos que são ‘novos’ ou ‘inesperados’, aos *media* cabe a tarefa de tornar compreensível o que classifica como ‘realidade problemática’.

Os *media*, de acordo com Hall, definem para a maioria da população os acontecimentos significativos, mas também oferecem interpretações poderosas acerca da forma de compreender esses acontecimentos. “Implícitas nessas interpretações

estão as orientações relativas aos acontecimentos e pessoas ou grupos nelas envolvidos” (HALL et al., 1999: 227-228).

Tuchmann (1999: 258-262), afirma que os relatos de acontecimentos noticiosos são ‘estórias’ – “nem mais nem menos”. Porém, faz questão de ressaltar que “dizer que uma notícia é uma ‘estória’ não é de modo nenhum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia”. De acordo com a pesquisadora, essa afirmação alerta-nos para o fato de que a notícia é uma realidade construída, possuidora da sua própria validade interna. Para ela, os relatos noticiosos são documentos públicos que colocam um mundo à nossa frente.

Bird & Dardenne (1999) afirmam que na opinião da maior parte dos escritores americanos, há dois tipos de notícias, variavelmente chamadas *hard*, em oposição a *soft*; ‘importantes’, em oposição a ‘interessantes’; ‘notícias’, em oposição a ‘interesse humano’ e ‘informação’, em oposição a ‘estória’.

Segundo os autores, é aceito que a notícia *hard* é informativa e factual, enquanto a notícia *soft* é divertida. Em termos de ideias, essa divisão, dizem eles, é feita pelo conteúdo – certos tipos de notícias ‘são’ *hard*, outras *soft*. Essas qualidades, segundo eles, são intrínsecas à narração dos acontecimentos.

Essa percepção, afirmam, deixa-nos incapazes de ver a forma como os mecanismos narrativos são utilizados em toda a escrita noticiosa, mantendo a ilusão “de que todos os dispositivos estruturais utilizados em notícias *hard* são meramente técnicas neutras que atuam como canais de transformação de acontecimentos em informação, mais do que meios para a criação de um determinado texto narrativo” (p. 264-265).

Wolf (2001) é um dos principais autores que se debruçaram sobre os processos de produção da informação noticiosa (*newsmaking*). Segundo esse autor, a abordagem do *newsmaking* articula-se, principalmente dentro de dois limites: a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos da notícia.

As conexões e as relações existentes entre esses dois elementos, segundo Wolf, estabelecem um conjunto de critérios de relevância que definem a noticiabilidade (*newsworthiness*) de cada acontecimento, isto é, sua aptidão para ser transformado em notícia.

Citada por Wolf, Tuchman (1977) afirma que um meio de informação não pode trabalhar sobre fenômenos idiossincráticos e que, devido à superabundância de fatos é necessário que os órgãos de informação, para produzirem notícias, cumpram três obrigações:

1. Devem tornar possível o reconhecimento de um fato desconhecido (inclusive os que são excepcionais) como acontecimento notável;
2. Devem elaborar formas de relatar os acontecimentos que não tenham em conta a pretensão de cada fato ocorrido a um tratamento idiossincrático;
3. Devem organizar, temporal e espacialmente, o trabalho de modo que os acontecimentos noticiáveis possam afluir e ser trabalhados de uma forma planejada. Essas obrigações estariam relacionadas entre si (WOLF, 2001: 189).

Wolf (2001: 190) afirma que a noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirirem a existência pública de notícias.

Dito de outro modo, a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, cotidianamente, dentre um número imprevisível e indefinido de fatos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias.

No que se refere aos valores-notícia, Wolf (2001) os define como um componente da noticiabilidade. Segundo esse autor, os valores-notícia constituem a resposta à seguinte pergunta: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?

O autor destaca que na seleção dos acontecimentos que serão transformados em notícias, os critérios de relevância funcionam conjuntamente, isto é, são as diferentes relações e combinações que se estabelecem entre diferentes valores-notícia que recomendam a seleção de um fato.

Esses critérios de relevância não estão presentes apenas na seleção das notícias. São considerados ao longo de todo o processo de produção, embora com graus diferentes de relevância em cada etapa.

O autor afirma que os valores-notícia funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido e o que deve ser prioritário na preparação das notícias. “Os valores-notícia são, portanto, regras práticas que abrangem um *corpus* de conhecimentos profissionais que, implicitamente, e, muitas vezes, explicitamente, explicam e guiam os procedimentos operativos redatoriais” (p. 195).

De acordo com Wolf (2001: 200), os valores-notícia derivam de pressupostos implícitos ou de considerações relativas:

- a) Às características substantivas das notícias;
- b) Ao seu conteúdo;
- c) À disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo;
- d) Ao público;
- e) À concorrência.

Ele explica que a primeira categoria de considerações se refere ao acontecimento a transformar em notícia; a segunda se refere à importância e ao interesse das notícias; a terceira está relacionada ao conjunto dos processos de produção e realização; a quarta se refere à imagem que os jornalistas têm acerca dos destinatários e a última é referente às relações entre os *mass media* existentes no mercado informativo.

No que diz respeito às rotinas produtivas, que são o processo pelo qual as notícias são produzidas, a exemplo de um processo industrial, Wolf explica que este se compõe de diversas fases, que variam segundo a organização do trabalho específico de cada redação e de cada meio de comunicação. As três principais fases desse processo são: a recolha, a seleção e a apresentação das notícias.

Para Sousa (2000), a despeito de a notícia não se esgotar na produção, fase que compreende essencialmente, a recolha, a seleção, processamento e hierarquização da

informação, essa é a etapa que mais concentra a atenção dos estudiosos, talvez, segundo ele, pelo fato de ser a menos visível.

Baseado em Schudson (1988) e Shoemaker e Reese (1996), Sousa (2000) elaborou seis níveis de influência que poderiam explicar as notícias em função de fatores que atuam na conformação destas. “As notícias são um artefato construído pela interação de várias forças, que podemos situar ao nível das pessoas, do sistema social, da ideologia, da cultura, do meio físico e tecnológico e da história”.

Os níveis de influência desenvolvidos por Sousa (2000: 18-19) são:

1. Ação pessoal: as notícias resultam parcialmente das pessoas e das suas intenções;
2. Ação social: as notícias são fruto das dinâmicas e dos constrangimentos do sistema social, particularmente do meio organizacional, em que foram construídas e fabricadas;
3. Ação ideológica: as notícias são originadas por forças de interesse que dão coesão aos grupos;
4. Ação cultural: as notícias são um produto do sistema cultural em que são produzidas;
5. Ação do meio físico e tecnológico: as notícias dependem dos dispositivos tecnológicos que são usados no seu processo de fabricação e do meio físico em que são produzidas;
6. Ação histórica: as notícias são um produto da história.

Segundo o autor, determinados acontecimentos, ideias e temáticas são, de algum modo, os referentes dos discursos jornalísticos. Contudo, ressalta que o acontecimento é o mais relevante, pois, considerando o ritmo do trabalho jornalístico, seria impensável que fosse dada ênfase às problemáticas e aos processos sociais invisíveis e de longa duração.

Todavia, afirma Sousa, aquilo que, de uma forma geral, entendemos por acontecimento, e do qual podemos falar como acontecimento, parece-me que tem naturezas profundas distintas: “não podemos, julgo, meter no mesmo bolso os Jogos Olímpicos, a Guerra do Golfo, uma conferência de imprensa, um grave acidente

automobilístico ou o homem que morde o cão, embora todos estes exemplos sejam de acontecimentos” (SOUSA, 2000: 24).

Para o autor, a previsibilidade ou imprevisibilidade dos acontecimentos poderá ser uma marca distintiva, embora não seja a única. “De qualquer modo, com base nesse pressuposto, poderemos classificar, à falta de melhor, como ‘verdadeiros’ acontecimentos, os acontecimentos imprevistos, como uma catástrofe natural”.

O pesquisador se refere também aos pseudo-acontecimentos, ou seja, acontecimentos provocados e fabricados com o intuito de se tornarem objeto do discurso jornalístico, sendo, dessa forma, acontecimentos previsíveis.

Outra categoria seriam os acontecimentos midiáticos – planejados e programados para se tornarem notícia. Entretanto, esses acontecimentos ocorreriam mesmo sem a presença dos meios de comunicação, a exemplo das cerimônias oficiais, jogos, competições, entre outros.

Dessa forma, Sousa (2000) faz uma subclassificação dos acontecimentos em: acontecimentos imprevistos que, segundo ele seriam os ‘verdadeiros’ acontecimentos; pseudo-acontecimentos; acontecimentos midiáticos; acontecimentos não categorizados e não acontecimentos.

Nesse sentido, afirma que os acontecimentos imprevistos e notórios, de alguma maneira se impõem aos *media*. “Mas, podemos igualmente considerar que alguns dos acontecimentos previsíveis, mais do que se impõem aos *media*, são quase como que ‘impostos’ pelos *media* (SOUSA, 2000: 27).

Referindo-se à necessidade de ser criterioso, em virtude da limitação de tempo, no que diz respeito à escolha e à hierarquização das notícias na produção do *Jornal Nacional*, Bonner (2009: 93-109) expõe os critérios utilizados pelos editores na seleção do material que irá ao ar. Segundo o editor-chefe, esses critérios são classificados em primários e secundários.

Os critérios primários incluem:

1. A abrangência: quanto maior o universo de pessoas atingidas por um fato, maior a probabilidade de ser publicado. Segundo Bonner, isso vale sempre para assuntos nacionais, mas nem sempre para os internacionais;

2. Gravidade das implicações: quanto maior for a gravidade de um fato, maior a possibilidade de ser noticiado no *JN*.
3. Caráter histórico: o editor-chefe explica que existem notícias que se destacam das demais de imediato, notícias que, segundo ele, têm valor 'absoluto'. "Não importa o dia, o espaço disponível no jornal, a duração do telejornal, elas se impõem no 'cardápio' de assuntos";
4. O peso do contexto: "um fator que não pode ser desprezado quando se elegem os assuntos que serão destacados por uma edição jornalística é a importância relativa de uma notícia quando comparada às demais daquele dia";
5. A importância do todo: "devemos ser claros para todos, independentemente de sua posição social, seu nível de escolaridade, suas particularidades culturais e regionais".

Como critérios secundários foram citados:

1. A complexidade: quanto mais complexo um assunto, maior a probabilidade de ser tratado em uma reportagem maior, com um repórter que a conduza, com entrevistas que a balizem, com imagens e recursos de arte que a ilustrem, explicou o editor-chefe do *JN*;
2. O tempo: a limitação do tempo pode fazer com que uma notícia, a despeito de sua relevância, apareça de forma a permitir que o público simplesmente tome conhecimento dela.

Alsina (2009: 45) diferencia a passagem do acontecimento para a notícia, afirmando que o acontecimento é um fenômeno de percepção do sistema, enquanto que a notícia é um fenômeno de geração do sistema.

O autor afirma que relaciona o acontecimento-notícia com a realidade social a partir da noção da construção da realidade como produção de sentido, por meio da prática produtiva e das rotinas da organização da profissão jornalística.

Para Silva (2010: 5), cognitivamente, três seriam as categorias de apropriação da notícia: a primeira, pela objetivação, ou seja, a notícia como um fator

proporcionador e facilitador de contato com a realidade objetiva e com as objetivações possíveis; a segunda, pela subjetivação, isto é, a notícia como um valor a ser contextualizado no universo de uma determinada subjetivação do mundo, por parte de indivíduos que comungam de determinado gênero, classe ou interesse; a terceira, pela intersubjetivação, ou seja, as diversas possibilidades de apropriação partilhada (discutida) de um mesmo ‘fato noticioso’ por parte de distintos segmentos da sociedade, alinhados seja por interesses, seja por opiniões diversas – diferentes cosmovisões ou diferentes ideologias.

3.3 – O Controle Social nas abordagens valorativa e prescritiva da notícia

Denominamos “abordagens” às formas como são feitos os relatos das notícias pelo telejornal, a ênfase que imprime a personagens ou a certos aspectos do fato, em outras palavras, seria a forma peculiar como o telejornal realiza a narrativa jornalística dentro de determinados contextos.

Na narrativa classificada como abordagem valorativa identifica-se um explícito uso, por parte de telejornal, de juízo de valor ou julgamento moral. Isto é, a notícia é apresentada com uma explícita posição editorial, em outras palavras, uma “editorialização”³¹ da notícia.

Por sua vez, a narrativa feita sob uma abordagem prescritiva, além do julgamento moral, traz adicionalmente uma recomendação, uma prescrição da ação correta, um “dever-ser”.

Em um artigo no qual analisa o uso do conceito de ideologia no processo de seleção de notícias, Motta (2002) defende que este não se restringe ao ato de decidir o que vai e o que não vai ser publicado. De acordo com ele, esse processo pode incluir fatores objetivos e subjetivos que condicionam tais determinações.

De fato, diz ele, a seleção da parte do real que vai sair no jornal do dia seguinte ou no telejornal da noite começa desde a elaboração da pauta, passando pela escolha das fontes, pelos cortes que os repórteres fazem da realidade, pelas prioridades atribuídas, pelos ângulos de cada matéria, pela forma como o real é submetido ao

³¹ O termo remete a editorial, isto é, texto que expressa a opinião do jornal ou telejornal.

texto, pelos cortes, enquadramentos e ênfases subsequentes dos diagramadores e dos editores. Esse processo, afirma, é complexo e sujeito, em todo o seu percurso, a pressões e a condicionamentos políticos, ideológicos e econômicos.

Nesse artigo Motta (2002: 128) faz uma revisão sucinta sobre algumas formas de controle social na produção das notícias a partir de uma perspectiva da sociologia funcionalista. Explica que existem diversos estudos que variam desde o controle direto exercido pelos proprietários e executivos da indústria de comunicação de massa até as mais sofisticadas teorias da conspiração manipuladora, genericamente identificadas como os estudos do controle social da mídia.

De maneira geral, quando se fala em controle social por parte dos meios de comunicação, este fica subentendido no pior sentido do termo, isto é, de manipulação, de controle de consciências, tendo como pano de fundo, quase sempre uma perspectiva ideológica. Nesse contexto, a ideologia adquire um aspecto negativo ou, como a classifica Thompson (1995), uma “concepção crítica de ideologia”.

Segundo Thompson (1995), concepções críticas [de ideologia] são aquelas que possuem um sentido negativo ou pejorativo. Diferentemente das concepções neutras, diz ele, as concepções críticas deixam implícito que o fenômeno caracterizado como ideologia – ou como ideológico – é enganador, ilusório ou parcial. “A própria caracterização de fenômenos como ideologia carrega consigo um criticismo implícito ou a própria condenação desses fenômenos. Concepções críticas de ideologia diferem com respeito aos fundamentos dos quais eles derivam um sentido negativo” (p. 73).

O termo controle social é entendido aqui como uma forma de regulação feita por um agente institucionalmente legitimado – no caso, o *Jornal Nacional* – sob a ótica dos bons costumes, da boa conduta e do moralmente correto.

De acordo com Bobbio et al. (2004: 283), por controle social se entende o conjunto de meios de intervenção, quer positivos, quer negativos, acionados por uma sociedade ou grupo social a fim de induzir os próprios membros a se conformarem às normas que a caracterizam, de impedir e desestimular os comportamentos contrários às referidas normas, de restabelecer condições de conformação, também em relação a uma mudança do sistema normativo.

Bobbio (2004) identifica duas formas principais de controle social de que se serve um determinado sistema: os controles externos e os controles internos. Os

primeiros se referem aos mecanismos (sanções, punições, ações reativas) que se acionam contra indivíduos quando estes não se uniformizam com as normas dominantes.

Quanto aos controles internos, são os meios com os quais a sociedade procura conformar os indivíduos – especialmente durante a socialização primária – sobre as normas, os valores e as metas sociais consideradas fundamentais para a própria ordem social.

Bobbio (2004) afirma que os controles internos são aqueles que não ameaçam uma pessoa externamente, mas por dentro de sua consciência. Os controles internos, diz ele, dependem de uma socialização bem sucedida. O autor afirma que se a socialização foi realizada adequadamente, “então o indivíduo que pratica certas transgressões contra as regras da sociedade será condenado pela sua própria consciência que na realidade constitui a interiorização dos controles sociais” (p. 284).

Sobre a utilização do termo “controle social”, Alvarez (2004) afirma que este é com frequência utilizado pelos mais diversos autores e em contextos teóricos e metodológicos igualmente heterogêneos. Sua utilização, diz ele, extrapolou mesmo o âmbito das discussões acadêmicas especializadas, de tal modo que não é incomum que a expressão seja empregada em debates públicos acerca de temas como da violência, do funcionamento da justiça criminal, das políticas de segurança, entre outros.

Alvarez (2004) afirma que a perspectiva Durkheimiana de controle social aponta tanto para os mecanismos gerais de manutenção da ordem social quanto para fenômenos ou instituições específicas que buscam fortalecer a integração e reafirmar a ordem social quando esta se encontra ameaçada.

A unidade de análise nas discussões de Durkheim e de outros autores do século XIX, afirma, era o conjunto da sociedade, e o problema principal consistia, de modo mais geral, em como estabelecer um grau necessário de organização e de regulação da sociedade de acordo com determinados princípios morais, mas sem o emprego excessivo da pura coerção.

Para Alvarez (2004), se as reflexões de Durkheim antecipam as questões relativas ao controle social, a expressão propriamente dita, diz ele, foi cunhada e

posteriormente desenvolvida pela Sociologia norte-americana, sobretudo no século XX.

Em autores como George Herbert Mead (1863-1931) e Edward Alsworth Ross (1866-1951) – que geralmente é indicado como o primeiro a utilizar a expressão em inglês para definir um campo específico de estudos –, o termo passa a ser utilizado para apreender, sobretudo, os mecanismos de cooperação e de coesão voluntária da sociedade norte-americana (ALVAREZ, 2004: 169).

Alvarez (2004) afirma que ao invés de pensar a ordem social como regulada pelo Estado, os pioneiros do tema na Sociologia norte-americana estavam mais interessados em encontrar na própria sociedade as raízes da coesão social.

O autor destaca, porém, que houve ao longo do tempo um movimento pendular entre duas perspectivas de controle social: a perspectiva inicial, baseada na solidariedade e na integração social e a perspectiva predominante após a Segunda Guerra Mundial que via o controle social como resultado de práticas de dominação organizadas pelo Estado ou pelas ‘classes dominantes’. “Será esta orientação negativa da temática do controle social que ganhará cada vez mais importância tanto na Sociologia quanto na História a partir dos anos 60 do século XX” (ALVAREZ, 2004: 170).

De forma paradoxal, portanto, diz Alvarez (2004: 170), ao longo das discussões em torno da noção de controle social desde o final do século XIX até o final do século XX, a teoria social parece ter se limitado, neste aspecto, a simplesmente inverter os polos de uma mesma equação – a onipresença de uma integração social que garantiria a ordem social para além de todos os conflitos da modernidade foi simplesmente substituída, afirma ele, pela onipresença de uma dominação que submeteria qualquer forma de resistência – ou a reproduzir, por caminhos curiosamente tortuosos, uma vulgata do diagnóstico de Weber acerca do processo de racionalização da modernidade como desenvolvimento incontornável da ‘férrea prisão’.

Robert Park vê os meios de comunicação como instituições sociais com um amplo poder de influência e, conseqüentemente, com capacidade para favorecer a coesão social. Segundo ele, por meio da imprensa, são reforçados os necessários mecanismos de controle social que amortecem os antagonismos e lutas de interesses e permitem dar estabilidade ao conjunto.

Nesse sentido, a imprensa aparece como um elemento central no desenvolvimento da cultura urbana e um instrumento de organização das forças desordenadas que concorrem na sociedade.

Em sua tese de doutorado intitulada *A multidão e o público*, aparecem as primeiras definições sobre os meios como instância de socialização, que desenvolveu ao longo de sua obra. Para Robert Park, os meios de comunicação são um instrumento essencial para o consenso das sociedades plurais, em que se confrontam interesses, tensões, expressões de poder, bem como transmitem valores que conformam o pacto social.

Os meios, segundo Park, atuam como instituições de controle social, propulsores do desenvolvimento de identidades coletivas. Não obstante essa profusão de potencialidades, Park adverte sobre os riscos que podem advir dos meios de comunicação quando estes são orientados por interesses alheios aos interesses da própria sociedade. Quando orientados pela lógica mercantil poderiam chegar a subverter sua função social de coesão.

Segundo Van Dijk (2008, 43-44), uma condição importante para o exercício do controle social por meio do discurso é o controle do discurso e sua própria produção. Sendo assim, complementa, “as perguntas centrais são: quem pode falar ou escrever o que, para quem, em quais situações? Quem tem acesso aos vários gêneros e formas do discurso ou aos meios de sua reprodução?”

Esse controle, segundo ele, pode ser analisado de modo mais sistemático nas formas de (re)produção do discurso, especificamente em termos de sua produção material, articulação, distribuição e influência.

O exercício e a manutenção do poder social, segundo Van Dijk (2008: 43), pressupõem um estrutura ideológica. Essa estrutura, formada por cognições fundamentais, socialmente compartilhadas e relacionadas aos interesses de um grupo e seus membros, é adquirida, confirmada ou alterada, principalmente, por meio da comunicação e do discurso.

Segundo Van Dijk (2008), apesar da variedade de posturas em relação ao conceito de ideologia, pressupõe-se em geral, que o termo refere-se à consciência de um grupo ou classe, explicitamente elaborada ou não em um sistema ideológico, que subjaz às práticas socioeconômicas, políticas e culturais dos membros do grupo, de

forma tal que seus interesses (do grupo ou da classe) materializam-se (em princípio, da melhor maneira possível).

Segundo o autor, tanto a ideologia em si quanto as práticas ideológicas derivadas dela “são frequentemente adquiridas, exercidas ou organizadas por meio de várias instituições, como o Estado, os meios de comunicação, o aparato educacional, a Igreja, bem como por meio de instituições informais como a família” (p. 47).

Van Dijk (2008) chama a atenção para o fato de que a articulação do controle social é efetivada por grupos de atores sociais que também são classificados como ‘elites simbólicas’, tais como jornalistas, escritores, artistas, acadêmicos, entre outros.

Esses grupos, diz ele, possuem relativa liberdade e, por essa razão, relativo poder para tomar decisões sobre os gêneros de discurso dentro de seu domínio de poder e determinar tópicos, estilo ou forma de apresentação de um discurso. Esse poder simbólico, afirma, não se limita à articulação em si, mas também inclui o modo de influência: eles podem determinar a agenda da discussão pública, influenciar a relevância dos tópicos, controlar a quantidade e o tipo de informação, especialmente quanto a quem deve ganhar destaque publicamente e de que forma.

Esses atores sociais, segundo o autor, são os fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias e dos valores públicos. Portanto, completa, seu poder simbólico é também uma forma de poder ideológico. “Defendemos que, ao lado das elites política, militar e econômica, as elites simbólicas desempenham um papel essencial ao dar sustentação ao aparato ideológico que permite o exercício e a manutenção do poder em nossas modernas sociedades da informação e da comunicação” (VAN DIJK, 2008: 45-46).

Para Motta (2007: 145), a comunicação narrativa pressupõe uma estratégia textual que interfere na organização do discurso e que o estrutura na forma de sequências encadeadas. Pressupõe também uma retórica que realiza a finalidade desejada. Implica ainda na competência e na utilização de recursos, códigos, articulações sintáticas e pragmáticas.

Motta (2007) afirma que as narrativas midiáticas não são apenas representações da realidade, mas uma forma de organizar nossas ações em função de estratégias culturais em contexto. As narrativas e narrações, diz ele, são dispositivos discursivos que utilizamos socialmente de acordo com nossas pretensões. Narrativas e

narrações, afirma, são formas de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação. “O discurso narrativo literário, histórico, jornalístico, científico, jurídico, publicitário e outros participam de jogos de linguagem, todos realizam ações e *performances* socioculturais, não são só relatos representativos” (p. 145).

Na análise do discurso como forma de interação social, Van Dijk (2008: 52) argumenta que se obtém um controle direto sobre a ação por meio de discursos que possuem funções pragmáticas diretivas (força ilocutória), tais como comandos, ameaças, leis, regulamentos, instruções e, mais indiretamente, por meio de recomendações e conselhos. Os falantes, ressalta, costumam ter um papel institucional e seus discursos apóiam-se com frequência no poder institucional. Nesse caso, afirma, consegue-se a aquiescência muitas vezes por meio de sanções legais ou de outros tipos de sanção institucional.

Segundo Motta (2004: 11-12) o jornalismo configura narrativas de experimentação ética e moral, revela-se como via de reconfiguração da cultura contemporânea. Essa reconfiguração, afirma, se realiza nos atos de leitura das notícias de cada dia quando o leitor, ouvinte ou telespectador criativamente reinterpreta, sob o mesmo fundo cultural do autor, o percurso de representação dos dramas e tragédias do homem moderno.

Assim, continua o autor, uma análise da narrativa jornalística não fica dependente da descoberta de pequenas incrustações de formas narrativas no texto predominantemente objetivo e descritivo do jornalismo nem de descobrir até onde o texto descritivo de uma notícia ou reportagem transfigura-se em mini ou pseudo narrativas.

Berger e Luckmann (1985: 114) afirmam que o sentido objetivo da ordem institucional apresenta-se a cada indivíduo como um dado universalmente conhecido, socialmente admitido como natural e certo enquanto tal. Se há algum problema, deve-se, todavia, a dificuldades subjetivas que o indivíduo pode ter na interiorização de significados a respeito dos quais existe acordo social.

Para Motta (2007: 146-147), quem narra tem algum propósito ao narrar, nenhuma narrativa é ingênua. A ênfase está no ato da fala, na dinâmica da reciprocidade, na pragmática comunicativa, não na narrativa em si mesma.

A narrativa, segundo ele, não é vista como uma composição discursiva autônoma, mas como um dispositivo de argumentação na relação entre sujeitos. “Pretende-se observar as narrativas jornalísticas como jogos de linguagem, como ações estratégicas de constituição de significações em contexto, como uma relação entre sujeitos atores do ato de comunicação jornalística” (p. 147).

Apresentador: Brasileiros que precisam limpar o nome na praça estão sendo enganados por **aproveitadores. Golpistas** que cobram por um serviço que qualquer um pode fazer sem intermediários.

Repórter: Constrangida, uma mulher não quer ser identificada. **Deve quase cinco mil reais no comércio e acreditou em um anúncio de jornal que prometia tirar o nome dela do SPC, pagando menos de trezentos reais.** Tudo combinado por telefone. **Depois de fazer o depósito, ela percebeu o golpe.** [...] Quem caiu no golpe aprendeu que **a única forma de limpar o nome é pagando o que deve. Não há outra maneira de sair da lista de inadimplentes**³².

Apresentador: O *Jornal Nacional* tem mostrado, esta semana, **um esquema montado por caminhoneiros para trafegar com excesso de peso nas estradas.** Hoje nossos repórteres revelam que **a falta de fiscalização abre caminho para outras fraudes.**

Repórter: [...] Andamos 250 quilômetros até encontrar uma balança. A placa indica "pesagem obrigatória". **Todos os caminhões deveriam passar pela balança. Mas grande parte passa reto, nem toma conhecimento da pesagem.** Caminhoneiros seguem por fora do posto, **como se os fiscais do DNIT nem existissem. E nada acontece.** [...] **Os motoristas simplesmente ignoram a balança e o Código de Trânsito brasileiro, sem que ninguém tente impedir**³³.

Nas duas reportagens acima, o fio condutor da narrativa são os comportamentos valorados negativamente pelo telejornal. Estes são classificados como “golpe”, “esquema” e “fraude”. Os personagens são identificados como “golpistas”, “aproveitadores” e “motoristas que ignoram o Código de Trânsito Brasileiro”.

Na primeira reportagem, uma pessoa está endividada e precisa limpar o nome na praça. E como não está disposta a despendar o valor que corresponde à dívida, procura uma forma de limpar o nome de uma forma mais econômica e acaba sendo enganada por “golpistas e “aproveitadores”.

³² “Golpistas enganam quem quer limpar o nome” - 05/12/2008.

³³ “Falta de fiscalização abre caminho para fraudes nas estradas” - 06/04/2007.

Na segunda reportagem há normas que devem ser seguidas por motoristas e, particularmente, por motoristas de caminhão em rodovias. São mostradas imagens de uma placa próxima a uma balança indicando “pesagem obrigatória”. O jornal contextualiza as informações, mostra que o excesso de peso prejudica a conservação das rodovias e pode causar acidentes. O telejornal também mostra que o Poder Público é o responsável pela fiscalização e pelo cumprimento da lei. Entretanto, a falta de fiscalização deste (ênfatisada pelo telejornal) permite que as normas não sejam cumpridas.

Os motoristas de caminhão - como mostra a reportagem -, ignoram a balança e, conseqüentemente, o Código de Trânsito Brasileiro. O telejornal faz questão de enfatizar que os motoristas agem “como se os fiscais do DNIT não existissem”, apesar de as imagens mostrarem que estes estão em seus postos de trabalho nas rodovias.

Como um agente institucionalmente legitimado, o *Jornal Nacional* desempenha seu papel de regulação e controle, apontando atitudes que considera inadequadas e prejudiciais tanto no âmbito individual como coletivo.

As narrativas vêm sempre acompanhadas de uma lição moral como: “Quem caiu no golpe aprendeu que a única forma de limpar o nome é pagando o que deve. Não há outra maneira de sair da lista de inadimplentes”, ou ainda uma prescrição, um “dever-ser”: “Todos os caminhões deveriam passar pela balança”.

Em um artigo intitulado *Telejornal e narrativa dramática: um olhar sobre a estrutura da informação em TV*, Coutinho (2006) faz uma análise das notícias apresentadas em dois telejornais – *Jornal Nacional* e *Jornal da Cultura* – e chega à conclusão de que nesses programas a notícia é estruturada como um drama cotidiano.

Em um primeiro momento, diz ela, essa associação foi evidenciada pela existência do conflito narrativo nas matérias veiculadas. A autora explica que é por meio desses conflitos, quase sempre evidenciados nos textos dos apresentadores de cada programa, que as narrativas do telejornal se organizariam. “A estruturação do noticiário televisivo em torno de problemas, ações e disputas guardaria semelhanças com o que classificamos como um drama cotidiano” (COUTINHO, 2006: 99).

De acordo com a pesquisadora, como forma de organização textual da narrativa as matérias dos telejornais têm sempre apresentado o conflito narrativo

como ponto de partida para o drama registrado pelas lentes das emissoras, observado por repórteres e concretizado em verdade audiovisual nas edições dos telejornais.

A preponderância desse tipo de opção narrativa, segundo Coutinho (2006), teria estreitas ligações com a própria concepção de jornalismo que também é predominante em nosso país.

Essa opção, segundo a autora, privilegia as notícias que convencionamos chamar de factuais, em que a percepção do conceito denominado 'fato' estaria relacionada à existência de mudanças, alterações ou distúrbios na rotina de indivíduos ou comunidades. "Assim, na medida em que o 'sair da rotina' possui caráter de critério de noticiabilidade, os personagens têm suas ações descritas como um acontecimento, uma narrativa organizada a partir de intrigas de ação, preferencialmente" (COUTINHO, 2006: 118).

Coutinho (2006: 119) explica que é a partir do conflito ou de uma intriga que se desenrolam as ações, na medida em que nos são dados a conhecer os personagens e ainda os outros elementos daquela história, tais como cenário, contexto, referências temporais.

Nos telejornais, diz ela, esse 'marco inicial' de apresentação do conflito, ocorre no texto de abertura das matérias, interpretado pelos locutores-apresentadores como uma espécie de 'convite' ao acompanhamento do VT. "Talvez por isso, no jargão profissional, esse elemento de composição do telejornal receba o nome de 'chamada' ou 'cabeça de apresentação'".

A autora avalia que a inserção de conteúdos valorativos na produção noticiosa poderia representar uma oportunidade de apresentação de determinada visão de mundo, conhecimento e educação, um modelo de cidadania ou participação a ser exercitado na TV ou para além dela.

3.4 – A Narrativa Moralizante

Na obra *As regras do método sociológico* (1895), Durkheim apresenta sua definição de fato social: “é toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então, que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais” (DURKHEIM, 2002: 40).

As principais características de um fato social consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo e dotadas de um poder coercivo que se impõe sobre este. Durkheim alerta para o fato de que o termo coerção pode causar impacto para os adeptos do que classifica como “individualismo absoluto”.

É certo que o termo coerção [...] corre o risco de assustar os zelosos partidários de um individualismo absoluto, Como professam que o indivíduo é perfeitamente autônomo, parece-lhes que se está a diminuí-lo sempre que lhe fazem sentir que não depende unicamente de si próprio (DURKHEIM, 2002: 33).

O autor exemplifica como um fato social característico, a socialização primária, classificando esta como uma pressão permanente do meio social exercida sobre a criança, buscando moldá-la à sua imagem. Os pais e professores seriam, assim, meros representantes e intermediários do meio social.

Dessa forma, os fatos sociais são constituídos pelas crenças, tendências e práticas do grupo tomado coletivamente. Os fatos sociais são reconhecidos pelo poder de coerção externa que exercem ou que sejam suscetíveis de exercer sobre os indivíduos.

Por sua vez, esse poder de coerção é reconhecido pela existência de uma sanção determinada ou pela resistência que o fato opõe a qualquer iniciativa individual que tende a violá-lo. Durkheim ressalta, porém, que a coerção é fácil de ser verificada quando se traduz exteriormente por uma reação direta da sociedade, como no caso do direito, da moral, das crenças, dos usos e até das modas. Porém, acrescenta, quando é somente indireta, como a que exerce uma organização econômica, nem sempre é tão perceptível (2002: 38).

No prefácio à segunda edição de *As regras do método sociológico*, o autor se refere às controvérsias suscitadas pelo livro desde que este apareceu pela primeira vez. Segundo Durkheim, uma das proposições que mais causaram controvérsia foi a de que os fatos sociais devem ser tratados como coisas – proposição que está na base das regras do método sociológico.

Durkheim (2002) afirma que acharam paradoxal e escandaloso que as realidades do mundo exterior fossem comparadas às do mundo social. Segundo o autor, essa comparação não tem como objetivo rebaixar as formas superiores do ser até às formas inferiores, pelo contrário, pretende reivindicar para as primeiras um grau de realidade pelo menos igual ao que todos reconhecem às segundas. “Não dizemos que os fatos sociais sejam coisas materiais, mas sim que são coisas, tal como as materiais, embora de uma outra maneira” (DURKHEIM, 2002: 16).

Mas, as controvérsias em relação às ideias de Durkheim não se restringem à proposição de que os fatos sociais devem ser tratados como coisas. O desenvolvimento de uma argumentação que põe em foco a supremacia da sociedade em relação ao indivíduo, tem como corolário a qualificação de Durkheim por alguns críticos como um fervoroso “anti-individualista”.

Em um ensaio no qual discorre sobre a correlação existente entre as esferas da moralidade e da eticidade, analisando o tema a partir de várias abordagens teóricas, Barbara Freitag (2007) critica a fundamentação sociológica da moralidade, ancorada fundamentalmente nas ideias de Durkheim, classificando-a de “mudança de óptica”.

Em termos gerais, afirma a autora, a reformulação sociológica da moralidade relega o sujeito a um segundo plano. Dessa forma, continua, a existência objetiva da lei (ética) assume prioridade diante da consciência da necessidade do respeito à lei (moralidade).

Segundo Freitag (2007), a dialética entre sujeito e sociedade, presente na argumentação de Kant e Piaget, na qual cabe ao pólo do sujeito o comando do processo legislador, é redefinida, atribuindo-se exclusivamente à sociedade a competência de formular a lei objetiva. Ao indivíduo, diz ela, cabe sujeitar-se à lei, integrar-se no contexto societário, subordinando-se ao interesse geral.

A hegemonia da sociedade em face do indivíduo, diz Freitag, é legitimada pela afirmação de que a sobrevivência do todo tem primazia sobre a sobrevivência do

sujeito. Esse sujeito, afirma, transformado em mero elemento ou parte integrante do todo, é despido das características que expressavam a sua essência, isto é, razão e liberdade. “A sociologia positivista, em princípio, contrária a qualquer forma de reducionismo, comete o reducionismo mais fatal: identifica sociedade com natureza, leis sociais com leis físicas” (FREITAG, 2007: 27).

Giddens (1998: 147) defende que muitas das críticas em relação aos escritos de Durkheim devem-se ao fato de que muitos dos intérpretes secundários do autor deixaram de conectar sua discussão analítica do individualismo como abordagem metodológica para a teoria social, com sua concepção desenvolvimentista da emergência do individualismo como moralidade nascida do crescimento da divisão do trabalho diferenciada.

Os escritos de Durkheim, afirma Giddens, no que diz respeito ao individualismo, representam uma tentativa de separar o ‘individualismo liberal’, encarado como concepção das características da ordem social moderna, do ‘individualismo metodológico’.

Freitag (2007: 31) afirma que o deslocamento do foco de interesse do sujeito para a sociedade fica explícito na *Regras do Método Sociológico*, nas quais Durkheim postula que os fatos sociais devem ser encarados como coisas, externas à vontade e à consciência dos indivíduos, dotados de existência própria, fora de suas consciências.

Giddens (1998: 148) defende que a sociologia não poderia estar baseada em uma teoria que tratasse o indivíduo como ponto de partida da análise. O ‘individualismo moral’ ou ético, segundo Giddens, teria que estar referido a um processo social, que é muito importante na sociedade moderna.

Para Giddens (1998: 148), a articulação geral da posição de Durkheim foi estabelecida na obra *Da divisão do trabalho social*, mas foi esclarecida substancialmente em seus escritos posteriores. A questão primária que Durkheim se colocou, afirma Giddens, era: ‘Como se dá que, ao mesmo tempo em que o indivíduo se torna mais autônomo, ele dependa mais ainda da sociedade? Como ele pode ser ao mesmo tempo mais pessoal e mais solidário?’

Na obra *Da divisão do trabalho social*, Durkheim, apoiado na célebre diferenciação de Ferdinand Tönnies – *Gemeinschaft und Gesellschaft* (comunidade e

sociedade) – desenvolve os conceitos de solidariedade mecânica ou por similitudes e solidariedade devida à divisão do trabalho ou orgânica.

A solidariedade mecânica seria típica das sociedades tradicionais. Nelas o indivíduo permanece inconsciente de seu isolamento como indivíduo, afirma Giddens, já que dominado pela consciência coletiva ele compartilha traços similares com outros membros da sociedade.

A solidariedade orgânica, por sua vez, é inerente às sociedades modernas. Segundo Giddens, a característica desse tipo de solidariedade estaria no fato de que o vínculo do indivíduo com a consciência coletiva é mediado pelos laços deste com outros grupos, especialmente os criados pela especialização ocupacional na divisão do trabalho.

Durkheim nunca duvidou de que tais laços fossem morais – isto é, de que haveria um ‘elemento não contratual’ que governava a negociação dos contratos, afirma Giddens. A questão, diz ele, é que isso pressupunha mais uma diversidade moral do que uma uniformidade: o homem ‘universal’ da sociedade tradicional foi substituído pelo ‘homem especialista’ moderno.

Para Giddens, a maior autonomia que não era apenas permitida, mas, sobretudo, *exigida*³⁴ do indivíduo, não o separava da sociedade, mas realmente aumentava a força do laço recíproco entre ambos.

De acordo com o autor, esse elemento básico que não foi completamente esclarecido em *A divisão do trabalho social* não é a natureza da solidariedade orgânica em si, “mas a relação entre a ‘moralidade da especialização’, gerada pela solidariedade orgânica, e a moralidade da *conscience collective*, que vinha a ser centralizada no culto do indivíduo” (GIDDENS, 1998: 149-150).

Os fatos sociais, afirma Freitag (2007), impõem-se coercitivamente ao indivíduo, exercendo sobre ele autoridade e exigindo dele obediência e sujeição. A objetividade do conhecimento da natureza e da sociedade é assegurada pelas regras do método, elaboradas pela ciência.

Sob essa perspectiva, Freitag afirma que a ciência é um fato social, produzido pelo coletivo. enquanto ‘coisa’, fato objetivo, a ciência tem a mesma realidade e

³⁴ Grifo do autor.

objetividade que o mundo natural e social que ela analisa. As regras do método constituem, assim, os instrumentos que tornam o conhecimento possível.

Ao contrário de Durkheim que considera a sociedade a base da moralidade, para Kant, a condição da possibilidade da moralidade é o sujeito, afirma Freitag. “Trata-se de um sujeito livre, disposto a agir segundo certos princípios (máximas), concretizando fins autodeterminados. Esse sujeito é dotado de vontade e razão”.

De acordo com a autora, esse seria o sujeito moral do ‘imperativo categórico’. Suas faculdades se concretizarão na formulação e no respeito de uma lei geral e necessária que tem como valor último e supremo a defesa da dignidade humana.

Freitag (2007) afirma que a questão da moralidade em Kant resume-se, pois, em três postulados: existe um sujeito moral, ele é dotado de vontade e razão e é capaz de legislar para o mundo dos costumes (sociedade) em defesa da dignidade do homem.

Kant forneceu, assim, de acordo com Freitag, todos os conceitos necessários para pensar em termos contemporâneos a questão da moralidade. Ao distinguir entre razão prática e razão teórica, deixou claro que a razão prática age livre no mundo do fazer – a sociedade – e que a razão teórica reconhece um mundo determinado – a natureza. “O sujeito epistêmico complementa o sujeito moral; a ciência é necessária para sobreviver na natureza, a moralidade é necessária para constituir a sociedade. Cidadão dos dois mundos (o natural e o social), o homem precisa defender-se no primeiro e afirmar-se no segundo” (FREITAG, 2007: 83-84).

No livro *A educação moral*, Durkheim distingue três elementos da moralidade: i) o espírito de disciplina; ii) a adesão aos grupos sociais, e iii) a autonomia da vontade. O primeiro fortalece na criança a obediência à regra; o segundo, é condição *sine qua non* de uma vida moral; e o terceiro, consiste na liberdade que o indivíduo tem de aceitar a regra como dever, ou seja, o sujeito fica exonerado da responsabilidade social e desautorizado de agir e julgar segundo suas convicções próprias.

Em síntese, Durkheim acredita numa moralidade heterônoma (aceitação inquestionável da coerção do grupo) consonante com formas de solidariedade que exprimem representações coletivas (SILVA, 1995: 19).

Em suas lições sobre educação moral, Durkheim expõe os pressupostos que, segundo ele, devem orientar a educação moral do indivíduo para a sociedade. As

normas sociais, constituídas por um sistema de regras, representariam a moral, que dirige e orienta o comportamento dos indivíduos na sociedade.

Durkheim (2008) afirma que uma regra moral não é simplesmente uma maneira de agir habitual, é uma maneira de agir em relação à qual não sentimos a liberdade de mudar de acordo com a nossa vontade.

Ela é, diz Durkheim, na própria medida em que é uma regra, subtraída à nossa vontade. Há nela algo que resiste a nós, que nos ultrapassa, que se impõe a nós, que nos constrange, afirma. “Não depende de nós que ela exista ou deixe de existir, que seja diferente do que é. Ela é aquilo que é, independente do que somos. Bem longe de exprimir nossa vontade, ela nos domina” (DURKHEIM, 2008: 43-44).

De acordo com Durkheim (2002:4), as regras da moral individual têm por função, com efeito, fixar na consciência do indivíduo as bases fundamentais e gerais de toda a moral; é sobre essas bases que repousa todo o resto. Ao contrário, as regras que determinam os deveres que os homens têm uns para com os outros, pelo único fato de serem homens, são a parte culminante da ética. É seu ponto mais elevado. É a sublimação do resto.

A moral não seria oriunda da vontade divina, como no caso da teologia, ou de qualquer forma de razão universal, constitutiva de cada ser humano, como no caso de boa parte da filosofia. Ao contrário, a sociedade, entendida como conjunto das interações e representações sociais elaboradas ao longo da história, é que seria sua verdadeira origem. É na sociedade mesma que se deveriam encontrar as categorias fundamentais inerentes a esse tipo de problema.

Durkheim tratou, sobretudo, de propor uma maneira “sociológica” de abordar a questão, que, a seu ver, deveria constituir uma ruptura com a abordagem propriamente filosófica (WEISS, 2007).

O autor constrói os pressupostos de uma educação moral dissociada da religião ao destacar que não seria suficiente realizar um ensino leigo da moral, mas seria imprescindível o ensino de uma moral laica. Defende a tese de que a educação moral está assentada em uma perspectiva racional. Ao fazer uma analogia entre Deus e a sociedade, mostra que a origem da moral está na sociedade. Isto é, as estruturas sociais conformam o senso moral nos indivíduos.

Na primeira lição do curso sobre Educação Moral, Durkheim ressalta o papel pedagógico para o desenvolvimento desta, mostrando a importância da pedagogia para o desenvolvimento moral. A pedagogia é, portanto, afirma Durkheim, algo intermediário entre a arte e a ciência. Ela não é a arte, diz ele, porque não consiste em um sistema de práticas organizadas, mas em um sistema de ideias relativas a essas práticas. Ela é um conjunto de teorias, sentencia. “Nesse sentido ela se aproxima da ciência. Contudo, enquanto as teorias científicas têm como única finalidade exprimir a verdade, as teorias pedagógicas têm como objetivo guiar a conduta” (DURKHEIM, 2008:18).

Freitag (2007: 84-85) afirma que, para Durkheim, a condição da possibilidade da moralidade é a sociedade. Isso pressupõe a obediência do sujeito e sua subordinação às leis da sociedade vigente.

Durkheim, afirma Freitag, exige a dissolução do sujeito no social. “Para o bem ou para o mal, via educação ou punição, os indivíduos são coagidos a subordinar-se à lei geral (moral), a qual é conferida o estatuto de lei natural”. Assim, continua a autora, a consciência moral do indivíduo é o reflexo da consciência coletiva. A ação moral traduz o modo de sentir e agir da coletividade.

Segundo Freitag (2007), na ótica sociológica os critérios do bem e do mal, do justo e do injusto, do legítimo e do ilegítimo não se encontram mais arraigados no sujeito, mas estão inscritos nas estruturas sociais, nas instituições, nos mecanismos de controle social.

A autora ressalta que os conflitos morais não pertencem ao repertório do *homo sociologicus*, que só conhece conflitos entre papéis diferentes e conflitos no interior de um mesmo papel social. “Eles exprimem desajustamentos do sistema social e de suas funções e podem ser facilmente eliminados institucionalizando-se mecanismos sociais para sua regulamentação” (FREITAG, 2007:30).

De acordo com Freitag, a sociedade para Durkheim tem um caráter próprio, expressa uma realidade *sui generis*, mas, ao mesmo tempo, se integra na natureza, da qual representa o estágio mais elevado e a expressão mais complexa.

[...] A sociedade é uma realidade específica, mas não é um império em um império; faz parte da natureza, da qual é a mais alta manifestação. O reino social é um reino natural, que difere dos outros somente por sua maior complexidade (DURKHEIM *apud* FREITAG, 2007:32).

Em um artigo intitulado *Os sete matizes da ética*, Silva (2006) trabalha com os conceitos de *moralidade, eticidade, deontologia, legalidade, legitimidade, altruísmo e urgência*. A cada uma dessas esferas, as quais o autor denominou *matizes da ética*, são associadas práticas que se coadunam com a convivência cooperativa baseada em princípios universais.

De acordo com o autor, em geral, os conceitos de moral, ética e deontologia são tratados como uma única noção, por vezes, até pelos dicionários de filosofia. Entretanto, afirma que há recortes importantes a serem feitos, pois, “enquanto a moral faz parte do discurso prático, a ética e a deontologia fazem parte do discurso teórico”.

De qualquer forma, explica o autor, na busca do estabelecimento de valores, seja para um universo mais abrangente – nacional ou global –, seja para contextos circunscritos, de uma deontologia profissional, “o certo é que as buscas de compreensão em torno do que é o bom, o belo, o justo e o bem configuram um processo dinâmico e com fronteiras interrelacionais”.

Sobre os costumes, afirma que é um tipo de ética difusa e não necessariamente escrita, mas, inscrita na capacidade que todo ser humano tem (seja a priori, seja construtiva) de pensar e agir moralmente e na compreensão geral e cumulativa na sucessão dos tempos, a propósito do compromisso de todos para com o bem comum.

Universalmente, destaca, há valores acerca do que é o bom, o belo, o justo, o bem, o *summum bonum* (termo de Platão), o supra-sumo do bem. “Pode-se afirmar, portanto, que todos estão aptos a discorrer sobre o bem e a praticar o bem conforme uma consciência individual e uma consciência coletiva”. Enfatiza que, quando polemizamos sobre as diversas maneiras de praticar o bem, estamos no campo do discurso teórico (da ética), já que a moral, segundo ele, faz parte do campo do discurso prático.

Vale ressaltar que na análise do material empírico identificamos na narrativa jornalística elementos que perpassam os “sete matizes” classificados por Silva.

Quando o *Jornal Nacional* exhibe reportagens nas quais são enfatizados comportamentos e atitudes como solidariedade, desperdício de alimentos ou de dinheiro público, omissão, infrações à lei, violação dos direitos humanos, consciência ambiental, utilização de um bem público para fins comerciais, conduta irregular de

agentes públicos, está se referindo a aspectos éticos e morais das ações individuais ou coletivas, ao mesmo tempo em que aponta a conduta adequada ou dissonante e prescreve o agir correto.

A questão da legalidade é um exemplo. Em várias reportagens exibidas pelo *Jornal Nacional*, identificamos que a atitude enfatizada pelo telejornal dizia respeito a uma infração legal. Seja uma infração ao código de trânsito, ao código de defesa do consumidor, à lei seca ou à legislação ambiental. E na maioria das vezes o telejornal critica o não cumprimento da lei, o descaso de quem deveria obedecê-la e, principalmente, a falta de fiscalização do Poder Público, que é o agente institucionalmente legitimado para exigir o cumprimento de uma regulamentação legal.

Sobre a legalidade, Silva (2006) afirma que em todos os lugares, em todas as culturas e em todos os contextos (incluindo os profissionais), as convenções morais e éticas se encaminham para uma escritura, para os termos jurídicos.

Segundo o autor, forma-se tão fortemente uma compreensão e um consenso sobre determinados valores e determinadas condutas, que estes têm de ser transformados em leis e implicar punições às desobediências e contravenções.

Nesse patamar, explica Silva, o sujeito da ação moral encontra pela frente, por vezes, uma determinação exterior até contrária à determinação da sua consciência (imperativo categórico), mas superior em termos de coerção (externa). “Já não estamos, portanto, no campo da ética-dever (obrigação moral), mas perante as barras da lei (obrigação legal)” (SILVA, 2006: 94).

No dia 02 de dezembro de 2008, o *JN* exibiu uma reportagem na qual mostrava que as Agências reguladoras, encarregadas de fiscalizar o mercado, não cumpriam, elas próprias, as determinações do Decreto que exige rapidez e eficiência no atendimento ao consumidor.

O apresentador William Bonner foi enfático: “Uma opção para quem precisa reclamar do atendimento prestado pelas empresas é recorrer às agências reguladoras. Elas foram criadas exatamente para atuar como fiscais do mercado. Mas é aquela velha história: casa de ferreiro, espeto de pau”.

Outro exemplo de crítica pelo telejornal de atitudes que contrariam a legislação foi a reportagem que foi ao ar no dia 11 de janeiro de 2008, mostrando que dois

diretores do Departamento de Trânsito de Brasília acumulavam multas e pontos na carteira de motorista. O apresentador fez a seguinte chamada da matéria: “Diretores do Detran de Brasília dão mau exemplo aos motoristas. Eles acumulam multas de trânsito e pontos na carteira”.

Em seguida, o repórter completou: “[...] Pela lei, o motorista que em um prazo de doze meses ultrapassar vinte pontos na carteira perde o direito de dirigir por até oito meses e é obrigado a fazer um cursinho de reciclagem. Os dois diretores do Detran já teriam pontos suficientes para ficar sem a carteira, mesmo assim continuam dirigindo pelas ruas de Brasília”.

Sob uma perspectiva da sociologia do conhecimento - Berger e Luckmann (2004), no livro *Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno* - analisam as diferentes perspectivas relativas ao individualismo e ao pluralismo, questões extremamente presentes na contemporaneidade.

Para os autores, é na constituição subjetiva de sentido que reside a origem de todo o acervo social do conhecimento, do reservatório histórico do sentido, do qual se nutre a pessoa nascida em uma determinada sociedade e em uma determinada época.

Berger e Luckmann (2004) afirmam que as áreas de sentido são estratificadas entre si. As tipificações ‘inferiores’, simples, relacionadas a fatos da natureza e do mundo social, dizem eles, são o fundamento de diferentes padrões de experiência e processamento.

Sobre o fundamento dessa tipificação, os autores afirmam que são desenvolvidos esquemas de ação. Esses esquemas seriam orientados por máximas comportamentais para valores maiores. ‘Configurações de valores’ superiores, dizem eles, foram transformadas em sistemas de valores por peritos religiosos e, mais tarde, também filosóficos desde as antigas culturas mais avançadas.

De acordo com Berger e Luckmann, esses sistemas pretendem explicar e regular significativamente “a conduta do indivíduo, tanto na relação com a sociedade e nas rotinas do dia a dia, quanto na superação de suas crises em vista das realidades que transcendem o cotidiano” (BERGER & LUCKMANN, 2004: 21).

Para os autores, o sentido de todas as experiências e ações e, com maior razão, o sentido de toda a conduta de vida estão relacionados a valores supraordenados e, portanto, são moralmente relevantes.

Porém, argumentam que o sentido em alguns esquemas de experiência e de ação é explícito e diretamente relacionado a valores, ao passo que, em outros casos a relação supraordenada é indireta e implícita.

Os autores afirmam que todas as sociedades estão envolvidas em processos de gerar sentido, mesmo que não tenham desenvolvido instituições especiais de produção de sentido. Em todos os casos, dizem eles, controlam a recepção dos elementos de sentido pelos estoques sociais de conhecimento e organizam a intermediação das reservas históricas de sentido para os membros da sociedade, adaptando-as às novas necessidades.

Berger e Luckmann (2004) acreditam que por meio de suas instituições as sociedades conservam as partes essenciais de sua reserva de sentido. Eles afirmam que as sociedades comunicam sentido ao indivíduo e às comunidades de vida em que o indivíduo cresce, trabalha e morre. “Elas determinam o sentido subjetivo em amplas esferas de seu agir, enquanto o sentido objetivo desse agir é ditado pelas grandes instituições de poder e economia” (BERGER & LUCKMANN, 2004: 76).

Os autores defendem que o indivíduo tem de superar nas sociedades modernas tanto as incertezas de sentido quanto a indecisão do julgamento moral. As instituições, afirmam, “têm sua organização racional-finalista que determina objetivamente o agir e, além disso, talvez algo assim como uma ética de área específica” (p. 76).

Assim, para eles as comunidades de vida com diferentes reservas de sentido não estão separadas entre si por altos muros de proteção, e as comunidades de convicção atravessam, por assim dizer, a sociedade.

Os autores enfatizam o papel preponderante desempenhado pelos meios de comunicação de massa como mediadores no processo de socializar, integrar e disseminar conhecimentos e valores.

No capítulo seguinte trataremos dos procedimentos metodológicos utilizados na elaboração da pesquisa. Explicaremos os critérios de seleção da amostra empírica, os procedimentos de coleta e tratamento dos dados.

CAPÍTULO 4 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 - Critérios de seleção da amostra, coleta e tratamento dos dados

4.1.1 - Definição das Categorias de Análise

Utilizou-se como critério para a seleção da amostra a referência explícita a códigos sociais³⁵, entendidos estes como formas de comportamento/conduita ou atitudes de indivíduos, grupos ou instituições no âmbito da sociedade. Esse critério está relacionado à característica da pesquisa, isto é, investigar se existe um enquadramento³⁶ sob uma perspectiva moralizante.

De acordo com Durkheim (2008), há uma característica comum a todas as ações que comumente chamamos morais, que é o fato de que estas se dão segundo regras preestabelecidas. Conduzir-se moralmente é agir em conformidade com uma norma, que determina a conduta a ser seguida antes mesmo que tomemos partido acerca do que devemos fazer. Para Durkheim, o domínio da moral é o domínio do dever e o dever é uma ação prescrita.

Durkheim (2008) afirma que se observarmos a moral tal como ela existe, veremos que ela consiste em uma infinidade de regras especiais, precisas e definidas, que fixam a conduta dos homens nas diversas situações que se apresentam cotidianamente.

Algumas dessas regras, diz ele, determinam como devem ser as relações entre os cônjuges; outras, a conduta dos pais para com os filhos; outras ainda, quais são as relações das coisas com as pessoas. Durkheim afirma que “algumas dessas máximas estão enunciadas nos códigos e são sancionadas de forma precisa; outras estão inscritas na consciência pública, sendo traduzidas nos aforismos da moral popular e

³⁵Códigos Sociais representam modelos culturais que exercem determinado "constrangimento" sobre a ação de indivíduos e grupos; são normas de conduta, cujo poder de persuasão ou de dissuasão repousa, em parte, nas sanções positivas ou negativas, de aprovação ou desaprovação, que as acompanham. Fonte: OSBORNE, Richard. Dicionário de Sociologia. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/7771703/Richard-Osborne-Dicionario-de-Sociologia-PDF>. Acesso em 25 de abril de 2009.

³⁶O conceito de enquadramento (*framing*), incorporado aos estudos de jornalismo a partir das contribuições de Erving Goffman, pressupõe que, ao salientar alguns aspectos de uma informação ou acontecimento, o jornalista oferece uma perspectiva particular da notícia, inserindo aí sua interpretação, ressaltando ou omitindo aspectos sob a ótica que julgar mais conveniente.

são simplesmente sancionadas pela reprovação vinculada ao ato que as viola, e não por punições definidas” (DURKHEIM, 2008: 40).

As reportagens selecionadas para a amostra deveriam, explicitamente, fazer referência a comportamentos ou atitudes de indivíduos ou instituições e, além disso, deveria haver também um julgamento de valor, de maneira explícita, do telejornal em relação à notícia apresentada.

No que diz respeito à relação entre atitudes e comportamentos, Boudon (2002) destaca que à primeira vista, as primeiras deveriam determinar os segundos. Mas uma atitude não é, em geral, o único determinante de um comportamento: constrangimentos, interesses, outras atitudes podem também intervir, assim como as atitudes para com os outros comportamentos possíveis. Além disso, complementa, se a ideia de que as atitudes determinam o comportamento é a mais imediata, a relação inversa é também possível.

Usaremos o termo “norma” com o conjunto de regras que regem as condutas individuais e coletivas, indissociáveis de uma ordem de valores que em cada sociedade orienta o comportamento dos atores e dos grupos (Boudon, 2002).

As normas são maneiras de fazer, de ser ou de pensar, socialmente definidas e sancionadas, valores que orientam de modo difuso a atividade dos indivíduos, fornecendo-lhes um conjunto de referências ideais, e, ao mesmo tempo, uma variedade de símbolos de identificação, que os ajudam a situar a si e aos outros em relação a esse ideal (BOUDON & BOURRICAUD, 2002:394).

4.1.2 - Classificação das Matérias por Categorias

Após a audiência da amostragem citada, o material foi decupado, de forma a compor as categorias de análise. A fim de facilitar a classificação foi elaborado um quadro onde foram destacados os principais elementos que seriam considerados. Esses elementos são os seguintes:

- Título da reportagem
- A notícia
- O ator
- A ação

- A conduta
- A sanção³⁷ (avaliação positiva ou negativa do telejornal).

Quadro 1

Elementos de classificação da Amostra Empírica

Chamadas(título da matéria ou reportagem)	Notícia	Ator Social	Ação social	Comportamento	Sanção (avaliação positiva ou negativa)
1. Exemplos de solidariedade em meio à destruição	Diante de tantas perdas e destruição há muitas pessoas dispostas a deixar a vida de lado para ajudar a reconstruir a vida de outras. A correnteza levou muitos bens, mas a solidariedade parece mais firme que nunca.	Pessoas	Ajuda às famílias desabrigadas pela enchente	Solidariedade	Positiva
2. Vinte toneladas de batatas são jogadas no lixo em cidade do Paraná	[...]E como ninguém teve uma idéia melhor sobre o que fazer com as batatas, o <i>Jornal Nacional</i> abriu esta edição com as imagens que você acabou de ver, porque essas 20 toneladas de batatas de hoje poderiam ter matado a fome de dez mil pessoas.	Produtores de batatas	Alimentos jogados no lixo	Desperdício de alimentos	Negativa
3. Suplentes de deputados deixam conta de despesas para serem pagas com dinheiro público	Os suplentes de deputado que assumiram o mandato para trabalhar durante um mês num Congresso vazio já estão se despedindo mas deixam a conta das despesas para serem pagas com dinheiro público.	Suplentes de deputados federais	Uso de toda a verba indenizatória em apenas um mês de trabalho	Desperdício de dinheiro público	Negativa

A identificação dos atores sociais citados nas reportagens permitiu que estes fossem divididos em duas categorias: Poder Público e Sociedade.

Das 145 matérias da amostra, 22, ou seja, 15,17% referiam-se a notícias que tinham como ator o Poder Público. O quadro a seguir mostra as chamadas, a instituição citada, a ação destacada na reportagem e o comportamento valorado pelo telejornal.

³⁷ De acordo com Johnson (1997), sanção é a recompensa ou castigo que uma norma impõe a um comportamento. As sanções podem ser formais ou informais.

Quadro 2

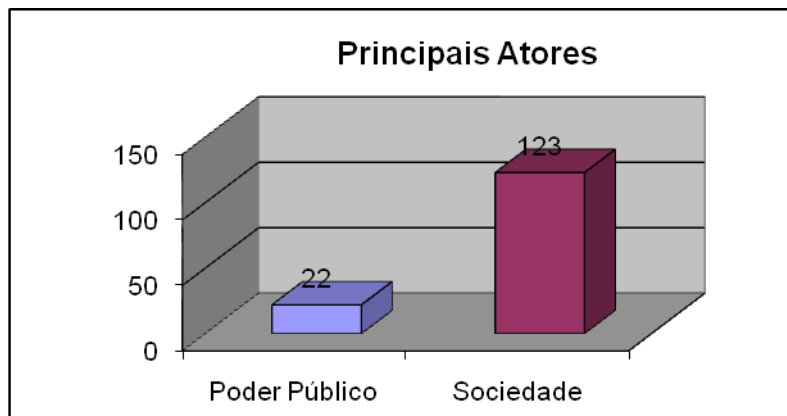
Reportagens que tiveram como ator o Poder Público

Chamadas(título da matéria ou reportagem)	Ator Social	Ação social	Comportamento
1. Ação de combate à dengue desperdiça dinheiro público	Ministério da Saúde	Compra de material inadequado	Desperdício de dinheiro público
2. Falta de fiscalização abre caminho para fraudes nas estradas	ANTT	Falta de fiscalização	Omissão
3. Menos equipamentos contra acidentes nas estradas brasileiras	DNIT	Desativação de balanças, radares e lombadas eletrônicas nas estradas federais.	Descaso e omissão
4. Falta de fiscalização de veículos de carga compromete situação das rodovias	DNIT	Falta de fiscalização de veículos e cargas nas rodovias brasileiras.	Omissão
5. Madeira apreendida apodrece nos galpões do Ibama, no Pará	IBAMA/PA	Deixar a madeira apreendida apodrecer nos galpões	Descaso
6. Congresso ainda não tem mecanismos para acabar com o nepotismo	Congresso Nacional	Contratação de parentes	Nepotismo
7. Água é tratada com descaso no Piauí	Prefeituras	Os poços perfurados estão abandonados por falta de tubulação e energia elétrica.	Desperdício de dinheiro público
8. Governo deixou de investir R\$ 300 milhões para evitar desastres ambientais	Governo Federal	Deixou de investir recursos na prevenção de desastres e na defesa civil.	Omissão
9. Agências reguladoras também não cumprem determinações sobre atendimento ao consumidor por telefone	Agências Reguladoras	As agências reguladoras não cumprem o Decreto que exige rapidez e eficiência no atendimento ao consumidor	Infração à lei
10. Procon dá mau exemplo no interior de São Paulo	PROCON	Não respeita o Estatuto do idoso	Infração à lei

11. Redutores eletrônicos estão desativados em estradas do país	DNIT	Redutores de velocidade desativados nas estradas brasileiras	Omissão
12. Descaso deixa rodovia em situação gravíssima	DNIT	Rodovias federais estão esburacadas e sem sinalização	Descaso
13. Pessoas que não foram sequer julgadas são presas em condições subumanas no ES	Delegacia da cidade de Serra/ES	Presos são colocados dentro de contêineres trancados com correntes e cadeados, sem grades ou janelas.	Violação dos Direitos Humanos
14. Câmeras flagram desrespeito com pedestres	DNIT	Equipamentos de controle de velocidade desativados	Omissão e descaso
15. Pedestres sofrem com calçadas inadequadas	Prefeituras	Colocação de orelhões, mesas e cadeiras em calçadas, além de buracos e pisos escorregadios.	Descaso e omissão
16. PA: lojas se instalam na Câmara de Vereadores	Câmara de Vereadores de Belém	Lojas comerciais funcionam nas dependências da Câmara sem pagar nada	Utilização de um bem público para fins comerciais
17. Presos são confinados em contêineres no Espírito Santo	Delegacia de Serra/ES	Manter presos em contêineres	Violação dos Direitos Humanos
18. Motos para salvamento estão paradas na garagem	Governo Federal	Veículos adquiridos para atendimento de emergência estão parados.	Desperdício de dinheiro público
19. Brasil depende de equipamento americano para prever tempestades	Governo brasileiro	Brasil não possui equipamento próprio para prevenção de acidentes naturais	Dependência
20. Autoridades deixam ocupação irregular crescer	Prefeituras	Não impede as ocupações irregulares	Negligência
21. Tragédia em Niterói poderia ter sido evitada	Defesa Civil Municipal	Não houve serviço de alerta	Negligência
22. No Brasil faltam lugares adequados para depositar o lixo	Poder Público	Faltam lugares adequados para depositar o lixo	Ameaça ambiental

O gráfico 2 mostra a distribuição da amostra empírica em dois principais grupos: Poder Público e Sociedade.

Gráfico 2
Principais Atores



Por meio da identificação de expressões e palavras-chave, situadas dentro de determinados contextos, as reportagens foram agrupadas em dois tipos de abordagens:

- Abordagem Valorativa
- Abordagem Prescritiva

É importante destacar que a totalidade da amostra empírica apresenta juízo de valor em relação às notícias apresentadas, bem como, aponta para comportamentos e atitudes, valorados positivamente ou negativamente pelo telejornal, conformando-os às normas e valores morais solidificados na sociedade.

Ambas as abordagens, valorativa e prescritiva, em um primeiro momento se assemelham por utilizarem, explicitamente, juízos de valor sob uma perspectiva moral. Entretanto, quando fazemos a distinção entre abordagem valorativa e abordagem prescritiva, identificamos nesta um valor agregado adicional, isto é, a prescrição de uma ação considerada pelo telejornal como correta e adequada àquela situação peculiar, um “dever-ser”.

Dito de outra forma, se na abordagem valorativa há a identificação de condutas e a conformação destas a padrões determinados, com a explicitação de juízo de valor;

na abordagem prescritiva o telejornal vai além, prescrevendo, isto é, orientando a conduta dos atores sociais.

A análise da produção noticiosa do *JN* sob uma perspectiva do controle social nos levou a classificar o material empírico a partir das duas categorias acima citadas, isto é, o tipo de abordagem predominantemente utilizado – valorativa ou prescritiva.

Adicionalmente, verificamos dentro de cada abordagem, a utilização pelo telejornal de referências a infrações legais, ou seja, observamos se as reportagens citavam, de maneira explícita, se havia uma violação a normas jurídicas, isto é, normas impostas pelo Estado.

Entendemos como infração o comportamento humano, comissivo ou omissivo, isto é, baseado em uma ação ou omissão, contrastante com exigências impostas ao homem quanto à conduta que deva guardar em sociedade. Em síntese, a infração legal seria a ação humana contrária ao preceito de norma jurídica, isto é, aquela imposta pelo Estado.³⁸

De modo a facilitar a apresentação e a análise do material empírico, optou-se por organizar a apresentação das reportagens em ordem cronológica da amostra e de acordo com a abordagem valorativa ou prescritiva.

A apresentação dos dados foi realizada na seguinte sequência: ano da amostra; reportagens classificadas como abordagem valorativa e reportagens classificadas como abordagem prescritiva. Em cada tipo de abordagem, as reportagens foram apresentadas em dois blocos. O primeiro bloco apresentou as reportagens que fizeram referência a infrações legais. No segundo bloco foram descritas as reportagens valoradas positivamente ou negativamente pelo telejornal, sem, contudo, fazer referência a infrações legais.

³⁸ Fonte: Dicionário Jurídico On-line. Disponível em: www.stf.jus.br. Acessado em 13/02/2010.

4.1.2.1 - Abordagem Valorativa

Utilizou-se essa categoria para classificar as reportagens nas quais os apresentadores e/ou repórteres, de maneira explícita, utilizavam juízo de valor, valorando, positiva ou negativamente as atitudes mostradas nas reportagens.

Na abordagem valorativa, como já destacado anteriormente, identifica-se um nítido julgamento moral. Isto é, a notícia é apresentada de forma a deixar claro para os telespectadores que os apresentadores ou repórteres aprovam ou condenam aquela determinada atitude. Essa forma de abordagem da notícia se assemelha à posição adotada em editoriais, o que nos levou a comparar a abordagem valorativa a uma espécie de “editorialização” da notícia.

A construção da realidade social passa pela apropriação do discurso jornalístico e de seus elementos referenciais e cognitivos. A efetividade do discurso jornalístico está em saber fazer chegar a informação, embora sem deixar de lado que também pode fazer crer (persuadir), fazer (manipular) e fazer sentir (emocionar) (ALSINA, 2009: 10).

De acordo com Alsina (2009), no estudo do fazer comunicativo do discurso jornalístico informativo, precisamos levar em conta que nos encontramos diante de um discurso social, e como tal, está inserido em um sistema produtivo que possui suas próprias características.

As exigências organizativas e estruturais e as características técnico-expressivas próprias de cada meio de comunicação de massa são elementos fundamentais para a determinação da reprodução da realidade social fornecida pelos *mass media* (WOLF, 2001: 185).

Ao classificarmos as reportagens de acordo com uma perspectiva valorativa e prescritiva, estamos levando em consideração além dos elementos inerentes à notícia, valores agregados, responsáveis pelo caráter valorativo e/ou prescritivo.

Quando nos referimos a valores agregados à notícia, nos referimos a elementos extrínsecos ou não inerentes à notícia, da forma como a concebemos no âmbito de suas rotinas produtivas.

No livro *A Construção da Notícia*, Rodrigo Alsina (2009) classifica o que entende por notícia, acontecimento e informação. A notícia, diz ele, é a narração de um fato ou

o reescrever de uma outra narrativa, enquanto que o acontecimento é a percepção do fato em si ou da notícia. Para o autor a informação pode ser entendida como uma indústria que tem como *inputs* os acontecimentos e como *outputs* as notícias. “No entanto, devemos destacar que um acontecimento não é uma realidade objetiva externa nem alheia ao sujeito que percebe esse acontecimento” (ALSINA, 2009: 12-13).

De acordo com Alsina (2009), dentro da perspectiva da construção social da realidade, a construção da notícia pode ser concebida como a realidade simbólica, pública e cotidiana.

A produção das notícias é conformada por um processo peculiar que inclui basicamente os valores-notícia, os critérios de noticiabilidade e a objetividade. Esses elementos fazem parte de um fazer jornalístico amplamente institucionalizado na cultura profissional jornalística.

Dentre esses elementos, a objetividade talvez se apresente como o mais polêmico e controvertido critério do fazer jornalístico e objeto das mais contundentes críticas e defesas, tanto no meio profissional quanto no âmbito da sociedade.

Para Schudson (2010), a crença na objetividade pode ser definida como a ideia de que se pode e se deve separar fatos de valores. Fatos, nesta perspectiva, diz ele, são declarações sobre o mundo, abertas a uma validação independente.

Os fatos, segundo Schudson, se colocam além das influências distorcedoras de quaisquer preferências pessoais. E os valores, nesta perspectiva, observa, são as predisposições conscientes ou inconscientes de um indivíduo sobre o conceito de mundo. “Em última análise, eles são vistos como subjetivos e, portanto, sem sustentação legítima sobre outras pessoas. A crença na objetividade é uma confiança nos ‘fatos’, uma desconfiança dos ‘valores’ e um compromisso com a segregação de ambos” (SCHUDSON, 2010: 16).

Os valores agregados à notícia exercem um papel peculiar na conformação do discurso jornalístico e na intencionalidade do agente enunciativo. Segundo Van Dijk (2008), o discurso não é analisado apenas como um objeto ‘verbal’ autônomo, mas também como uma interação situada como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política.

A seguir, destacamos, a título de ilustração, quatro trechos de reportagens exibidas no *Jornal Nacional* que mostram a utilização de juízo de valor por apresentadores e repórteres, caracterizando, assim, o que classificamos como abordagem valorativa. Os trechos em negrito destacam o juízo de valor identificado nas reportagens.

Diante de tantas perdas e destruição há muitas pessoas dispostas a deixar a vida de lado para ajudar a reconstruir a vida de outras. **A correnteza levou muitos bens, mas a solidariedade parece mais firme do que nunca** (*JN*, 10/01/2007)³⁹.

O que será que está errado quando o errado já não é mais exceção? Quando quem devia ensinar o certo, dá mau exemplo? Quando quem dá mau exemplo, ainda por cima, tripudia? E quando não há mais vergonha alguma em admitir uma ilegalidade? (*JN*, 21/05/2007)⁴⁰.

Estacionar nas ruas das grandes cidades é um desafio que milhares de motoristas enfrentam todos os dias. **Mas alguns deles, que têm direito a vagas especiais, esbarram em uma dificuldade ainda maior: a falta de educação** (*JN*, 17/01/2008)⁴¹.

Na lista imensa de leis de trânsito que são desrespeitadas sem a menor cerimônia no Brasil, o repórter Renato Biazzi destaca uma criada com o objetivo de aumentar a segurança e proteger vidas (22/04/2010)⁴².

Das 145 reportagens da amostra, 93 foram classificadas como valorativas, representando 64% do material empírico, sendo 27 em 2007; 23 em 2008; 31 em 2009 e 12 em 2010. O gráfico 3 mostra a quantidade de reportagens em cada ano, classificadas como valorativas.

³⁹ Exemplos de solidariedade em meio à destruição.

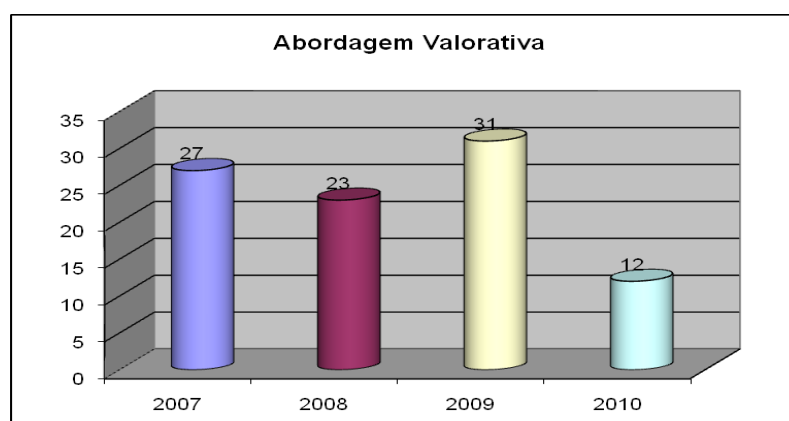
⁴⁰ Brasileiros se surpreendem com nível a que chegou a corrupção no país.

⁴¹ O desrespeito aos direitos dos portadores de deficiências.

⁴² Motociclistas não usam equipamentos de segurança obrigatórios.

Gráfico 3

Abordagem Valorativa



4.1.2.2 - Abordagem Prescritiva

Utilizou-se essa categoria para classificar as reportagens que além de utilizarem explicitamente juízo de valor, trazem adicionalmente uma recomendação, uma prescrição da ação correta, o “dever-ser”. De maneira geral, observou-se que a abordagem prescritiva além de enfatizar a ação moral, pode também fazer referência a atos normativos, como leis, decretos, ou outras regulamentações para legitimar a ação prescritiva embutida na notícia.

Consideramos que na abordagem prescritiva há uma agregação adicional de valor à notícia, o qual denominamos valor-moral. O valor-moral pode ser definido como o valor agregado que o telejornal adiciona à notícia de modo que o telespectador disponha de informações que possam auxiliá-lo não apenas na compreensão dos fatos, mas na percepção de comportamentos e atitudes que exercem influência nas relações e no convívio social.

De acordo com Silva (2010: 18), a agregação de uma segunda camada de valor à notícia, faz com que ela adquira um valor duplo (valor-notícia + valor-adicional) e, conseqüentemente, um valor agregado.

O autor argumenta que se a apropriação do valor adicional é coletiva, significa que a notícia está cumprindo um papel socialmente emancipatório. Em outras palavras, significa que a notícia está agregando um valor em benefício da sociedade,

incorporando informações que, de maneira geral, representem, no âmbito da sociedade, a possibilidade de funcionar como ação transformadora da realidade.

Em uma análise do acontecimento, Alsina (2009: 44-45) destaca que este sempre está relacionado com um sistema e observa que na passagem do acontecimento para a notícia, o acontecimento se apresenta como um fenômeno de percepção do sistema, enquanto que a notícia é um fenômeno de geração do sistema.

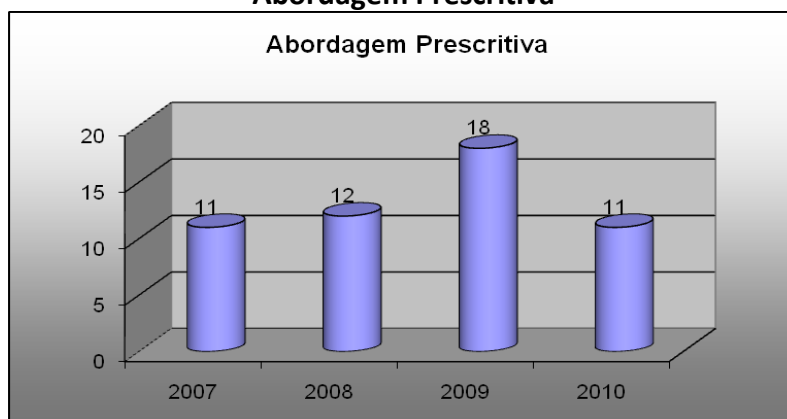
Alsina (2009: 45) relaciona o acontecimento-notícia com a realidade social a partir da noção da construção da realidade como produção de sentido, através da prática produtiva e das rotinas de organização da profissão jornalística. Dessa forma, a concepção dessa construção da realidade vai variar segundo o caráter que lhe for dado pela própria realidade social.

Nesse sentido, devemos considerar que o caráter prescritivo como valor agregado à notícia está relacionado ao reconhecimento da atividade jornalística como uma manifestação socialmente reconhecida e compartilhada e, por isso, legitimada.

Alsina (2009) denomina o caráter de legitimidade do discurso jornalístico como um “contrato pragmático fiduciário”. Segundo esse autor, “[...] Esse contrato baseia-se em atitudes epistêmicas coletivas, que foram se compondo através da implantação do uso social da mídia como transmissores da realidade social de importância pública. A própria mídia é a primeira que realiza uma prática contínua de autolegitimação para reforçar esse papel social”.

Das 145 reportagens da amostra, 52 foram classificadas como prescritivas, representando 36% da amostra. No material referente ao ano de 2007 foram identificadas 11 reportagens classificadas como prescritivas; no ano de 2008, 12; no ano de 2009, 18 e no ano de 2010, 11 reportagens. O gráfico 4 mostra a quantidade de reportagens classificadas sob a abordagem prescritiva.

Gráfico 4
Abordagem Prescritiva



A seguir, destacamos, a título de ilustração, três trechos de reportagens exibidas no *Jornal Nacional* que mostram a utilização de juízo de valor por apresentadores e repórteres e, adicionalmente, identifica-se uma prescrição, uma recomendação do que seria a ação moralmente correta, o “dever-ser”. Os trechos em negrito destacam a prescrição identificada nas reportagens.

Apresentador: Todo mês, cada brasileiro usa, em média, sessenta sacolas de plástico, segundo a organização ambiental Fundação Verde. Mas a exatidão desse número é o que menos importa.

Repórter: [...] **Se cada um começar a usar o carrinho da feira e as sacolas de pano, as caixas de plástico ou papelão, vai ajudar a diminuir a impressionante conta de trezentos milhões de sacolinhas plásticas que todos os dias saem do comércio, passam por nossas casas e acabam poluindo o meio ambiente.** (*JN*, 24/09/2007)⁴³.

Apresentador: **A lei determina que o preço, na vitrine, deve ser detalhado, mostrando o valor a ser pago à vista e os juros incluídos nas vendas a prazo.** Mas, nas lojas, é difícil encontrar essas informações.

Repórter: [...] **Pela lei, todos os produtos na vitrine têm que estar com o preço. A etiqueta deve informar sempre o valor à vista. Se o lojista quiser expor também a prazo, tem que informar o valor das prestações, o total a ser pago, taxa de juros mensal e anual** (*JN*, 03/02/2007)⁴⁴.

⁴³ Sacos plásticos colocam em risco o meio ambiente.

⁴⁴ Comerciantes que não respeitam o consumidor.

Apresentador: O governo deixou de gastar, este ano, mais de trezentos milhões de reais **que poderiam ter ajudado a evitar desastres ambientais como o do Vale do Itajaí.**

Repórter: Em Santa Catarina, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo os estragos são visíveis. E os governos – federal, estaduais, municipais – ainda não sabem quanto vão gastar para recuperar, para reconstruir o que ficou assim. **Um gasto que poderia até ser um pouco menor se a administração pública tivesse feito todas as obras de prevenção a desastres, como as enchentes. Obras previstas no orçamento da União, no Programa de Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres.** [...] O ministro da Integração Nacional reconhece que o governo pode fazer mais e concorda que com obras preventivas os gastos pós-tragédias seriam menores. (JN, 01/12/2008)⁴⁵.

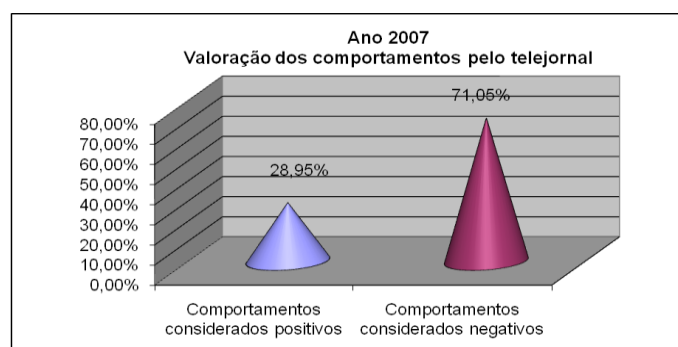
No capítulo seguinte apresentaremos a descrição e a análise dos dados que compuseram a amostra referente aos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010. O material será apresentado em ordem cronológica e de acordo com as categorias definidas na pesquisa: abordagem valorativa e abordagem prescritiva.

⁴⁵ Governo deixou de gastar mais de trezentos milhões de reais que poderiam ter ajudado a evitar desastres ambientais.

Capítulo 5 – Descrição e análise dos Dados

5.1 - Ano de 2007

Gráfico 5
Valoração dos comportamentos pelo telejornal – 2007



5.1.1 - Abordagem Valorativa

Das 38 matérias referentes ao ano de 2007, 27 foram classificadas como valorativas, isto é, faziam referências explícitas a comportamentos ou atitudes valorados pelo telejornal como positivos ou negativos. Nesse tipo de abordagem, apresentadores e repórteres utilizam juízo de valor para julgar, sob uma perspectiva moral, os comportamentos/atitudes dos personagens da narrativa jornalística.

Das 27 reportagens classificadas como valorativas 14 faziam referência a infrações legais, representando 52% da amostra. Essas infrações foram classificadas pelo telejornal como crime ambiental, infração ao Código de Trânsito Brasileiro, fraude, cobrança ilegal de pedágio, corrupção, apropriação privada de espaço público, omissão, transporte irregular de cargas e uso indevido de recursos públicos.

A amostra referente à abordagem valorativa do ano de 2007 será apresentada em dois blocos. O primeiro bloco descreve as reportagens classificadas pelo telejornal como infrações legais. Em seguida, no segundo bloco, serão apresentadas as reportagens nas quais o telejornal enfatizou atitudes valoradas positivamente como solidariedade, valorização da educação e da cultura, consciência ambiental e generosidade; ou negativamente como desperdício de dinheiro público, falta de

educação ambiental e extorsão. As ações relacionadas a cada comportamento/atitude estão descritas no Quadro 3.

Quadro 3
Reportagens com abordagem valorativa - 2007

Chamadas(título da matéria ou reportagem)	Ator Social	Ação social	Comportamento
1. Exemplos de solidariedade em meio à destruição	Indivíduos	Ajuda às famílias desabrigadas pela enchente	Solidariedade
2. Suplentes de deputados deixam conta de despesas para serem pagas com dinheiro público	Suplentes de deputados federais	Uso de toda a verba indenizatória em apenas um mês de trabalho	Desperdício de dinheiro público
3. Madeira ilegal	Madeireiros	Derrubada de árvores em reserva ambiental	Infração legal - Crime ambiental
4. Anjos da estrada	Voluntários	Voluntários trabalham no resgate de pessoas nas estradas de MG durante o carnaval	Solidariedade
5. Falta de educação ambiental	População	Jogar lixo nas ruas	Falta de educação ambiental
6. Carnaval deixa mais vítimas nas estradas	Motoristas	Acidentes nas estradas	Infração legal – Código de Trânsito Brasileiro
7. Mutirão do sonho	Empresários	Arrecadação de doações e organização de mutirões para construir casas para pessoas de baixa renda.	Solidariedade
8. Desmatamento do bem	Operários	Derrubada de pinus para preservar a vegetação nativa do parque	Cuidados com o meio ambiente
9. Ação de combate à dengue desperdiça dinheiro público	Ministério da Saúde	Compra de material inadequado	Desperdício de dinheiro público

10. Fraude na Via Dutra	Motoristas de caminhão	Transferência de carga para enganar a fiscalização	Infração legal – Fraude
11. Nova modalidade de fraude na Dutra	Motoristas de caminhão	Utilização de equipamento para enganar a fiscalização	Infração legal – Fraude
12. Dois grupos indígenas mantêm pedágio ilegal na Transamazônica	Grupos indígenas	Montagem de barreira e cobrança de pedágio na Rodovia Transamazônica	Infração legal - Cobrança ilegal de pedágio
13. Brasileiros se surpreendem com nível a que chegou a corrupção no país	Brasileiros	Pagar propina, busca de vantagens pessoais.	Infração legal – Corrupção
14. Moradores ribeirinhos ajudam no combate à degradação do maior afluente do Rio São Francisco	Ribeirinhos	Ajuda de moradores para a recuperação do Rio das Velhas	Consciência ambiental
15. Donos de restaurantes estão se apropriando de vagas, que são públicas	Donos de bares e restaurantes	Colocação de cones em vias públicas para reservar vagas para estabelecimentos comerciais	Infração legal - Apropriação privada de espaço público
16. Aumenta o número de doadores de medula	Doadores	Doação de medula	Solidariedade
17. Queimadas criminosas transformam a Floresta Amazônica em cinzas no Pará	Fazendeiros	Desmatamento da floresta amazônica para formação de pastos	Infração legal - Crime ambiental
18. Pedreiro sabe valorizar os livros	Indivíduo	Montou uma biblioteca em casa com 40 mil livros	Valorização da educação, da cultura e dos livros
19. Equipamentos para segurança das estradas estão sendo desativados	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	Desativação de balanças, radares e lombadas eletrônicas nas estradas federais.	Infração legal – Omissão
20. Milhões de brasileiros estão sendo desrespeitados por médicos conveniados dos	Planos de saúde	Médicos exigem pagamento por fora do plano de saúde para	Infração legal - Cobrança ilegal

planos de saúde		consultas e outros procedimentos.	
21. Uma pedra no meio do caminho	Motoristas de caminhão	Transporte inadequado de pedras de granito causando acidentes nas estradas	Infração legal – transporte irregular de cargas
22. Motoristas desrespeitam leis de trânsito a cada cinco minutos	Motoristas brasileiros	Dirigir na contramão; dar marcha à ré na pista; parar no meio da rua para conversar; não respeitar a faixa de pedestres.	Infração legal – Código de Trânsito Brasileiro
23. Vereadores a passeio	Vereadores	Viagens a passeio para o exterior pagas com dinheiro público	Infração legal - Uso indevido de recursos públicos.
24. Flanelinhas agem livremente extorquindo motoristas	Flanelinhas	Exigência de pagamento para estacionar em locais públicos	Extorsão
25. Brasileiros solidários	Cidadãos	Doar roupas, brinquedos e alimentos para pessoas necessitadas.	Solidariedade
26. Gestos de generosidade	Voluntários	Distribuição de brinquedos para crianças carentes	Generosidade
27. O perigo de soltar balões	Baloeiros	Soltar balões	Infração legal - Crime ambiental

Primeiro Bloco

Esse primeiro bloco mostra as reportagens que fizeram referência a comportamentos/atitudes classificadas pelo *Jornal Nacional* como infrações. Os trechos em negrito destacam a referência às infrações legais.

No dia 07/02/2007, foi ao ar a reportagem “Madeira ilegal”, que mostrava madeireiros retirando “ilegalmente” madeira de uma reserva indígena. A ação foi classificada pelo telejornal como “crime ambiental”.

Apresentador: Madeireiras estão derrubando árvores de uma reserva indígena do Pará.

Repórter: Na estrada que leva à reserva, caminhões circulam carregados de **madeira ilegal**.

Repórter: [...] Sem nenhuma fiscalização, os caminhões avançam pelas estradas clandestinas. **Os motoristas sabem que estão cometendo um crime ambiental**.

Na reportagem cuja chamada era “Dois grupos indígenas mantêm pedágio ilegal na Transamazônica”, exibida no dia 18/05/2007, o *JN* mostrou que dois grupos indígenas criaram, segundo o telejornal, um “pedágio clandestino” e classificou a cobrança como “ilegal”. Ressaltou ainda que o Poder Público, representado pela Funai e pela Polícia Rodoviária não pretendia intervir.

Apresentador: Cinco meses depois de o *Jornal Nacional* mostrar um **pedágio clandestino** em plena Transamazônica, dois grupos indígenas insistem na **cobrança ilegal** e os motoristas que passam por lá estão desconsolados, porque nem a Funai, nem a Polícia Rodoviária, pretendem intervir.

Repórter: A parada é obrigatória, e o pagamento também. [...] A cobrança é organizada: os índios já têm livro-caixa e emitem recibos, **tudo ilegal**. O pedágio está sendo imposto pelos Tenharins e Diahos há oito meses num trecho da BR-230, a Transamazônica, no sul do Amazonas.

A apropriação privada do espaço público para fins comerciais foi tema da reportagem “Donos de restaurantes estão se apropriando de vagas, que são públicas”, que foi ao ar no dia 30/06/2007. A reportagem ressaltou o caráter “ilegal” da atitude e também a “falta de fiscalização do Poder Público”.

Apresentador: Donos de bares e restaurantes **estão se apropriando dos espaços públicos** em diferentes cidades do país. Sem autorização de ninguém, eles reservam vagas na rua para seus clientes e negam a outros motoristas o direito de estacionar.

Repórter: Os cones são colocados em áreas públicas e estão cada vez mais comuns nas grandes cidades. Flanelinhas, bares, restaurantes, boates reservam vagas nas ruas para os clientes que pagarem por elas, **e não são incomodados pela fiscalização**. No Recife, manobristas montam bancas na rua. O serviço custa de dois a três reais. Em Belo Horizonte, custa cinco reais. A equipe do *Jornal Nacional* foi de carro a uma área reservada. O funcionário **defendeu o uso dos cones que impediam a parada**.

As queimadas na floresta amazônica, no Sudoeste do Pará foram classificadas como “criminosas” pelo telejornal na reportagem do dia 28/08/2007, cuja chamada era “Queimadas criminosas transformam a Floresta Amazônica em cinzas no Pará”.

A reportagem mostrava que a floresta estava sendo transformada em “cinzas” e que “Fazendeiros põem fogo na mata e transformam a floresta em pasto para a

criação de gado”. O telejornal afirmava que a “destruição ocorre em áreas de terras públicas, ocupadas por forasteiros”.

Apresentador: **Queimadas criminosas**, que se repetem ano após ano no período de seca, estão transformando a Floresta Amazônica em cinzas no sudoeste do Pará.

Repórter: [...] Nesta época do ano, as queimadas arrasam a Floresta Amazônica. Aqui no sudoeste do Pará, a pecuária está diretamente ligada ao desmatamento. Fazendeiros põem fogo na mata e transformam a floresta em pasto para a criação de gado. Esta já foi uma área de mata fechada, hoje a vegetação queima o dia todo e não há quem combata os incêndios na região. A destruição ocorre em áreas de terras públicas. Propriedades ocupadas por forasteiros e que nunca foram regularizadas pelo Governo Federal.

A falta de fiscalização nas estradas brasileiras caracterizada, segundo o telejornal, pela “desativação de balanças, radares e lombadas eletrônicas” nas estradas federais foi tema da reportagem cuja chamada foi “Equipamentos para segurança das estradas estão sendo desativados”, exibida no dia 17/09/2007.

Nessa reportagem o apresentador declarou que “a imprudência mata” e que os equipamentos que poderiam “tentar reduzir o número de acidentes” estavam sendo “desativados pelo Poder Público”. A reportagem foi pródiga em mostrar os exemplos da falta de ação do órgão fiscalizador: “Na BR-101, no Espírito Santo, um posto de pesagem está abandonado; outro serve de moradia para uma família”, “[...] a parada é obrigatória, mas os caminhões passam direto”, “Além das balanças, os radares também estão sendo desativados”.

Apresentador: Nas estradas brasileiras, **onde a imprudência mata**, equipamentos instalados para tentar reduzir o número de acidentes **estão sendo desativados**.

Repórter: [...] **A parada é obrigatória, mas os caminhões passam direto**. A balança de Carandaí, que fiscalizava cerca de vinte e sete mil veículos por mês, está fechada. O Brasil, que neste ano tinha trinta e três balanças fixas em funcionamento, agora tem apenas sete.

Repórter: **Além das balanças, os radares também estão sendo desativados**. Das trezentas e vinte lombadas eletrônicas instaladas nas estradas federais do país, cem já foram desligadas.

Repórter: **Nada de multa, nem controle de velocidade na BR-040**, em Minas. Em vários estados o contrato do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) com as empresas responsáveis pelos equipamentos terminou.

A “ilegalidade” da cobrança de pagamento “por fora”, feita por médicos conveniados pelos planos de saúde foi objeto da reportagem exibida no dia

21/09/2007, cuja chamada foi “Milhões de brasileiros estão sendo desrespeitados por médicos conveniados dos planos de saúde”.

Nessa reportagem a apresentadora se mostrou claramente indignada ao afirmar que “Alguns dos milhões de brasileiros, que pagam em dia as mensalidades dos planos de saúde, estão sendo desrespeitados e, praticamente, sem chances de defesa”.

No dia 19/11/2007 o *JN* exibiu uma reportagem cuja chamada era “Motoristas desrespeitam leis de trânsito a cada cinco minutos”. Nessa reportagem o telejornal chamou a atenção para as inúmeras infrações cometidas por motoristas brasileiros no trânsito e a falta de punição aos infratores pelos órgãos fiscalizadores.

O apresentador afirmou que “muitos brasileiros não conseguem dirigir por mais de cinco minutos sem desrespeitar o código de trânsito” e que os motoristas “cometem uma infração atrás da outra” e a repórter enfatizou: “muito desrespeito e pouca punição”.

Apresentador: O Jornal Nacional de hoje começa com cenas de motoristas que cometem uma infração atrás da outra. A repórter Graziela Azevedo mostra que muitos brasileiros não conseguem dirigir por mais de cinco minutos sem desrespeitar o Código de Trânsito.

Repórter: O motorista ignora o aviso e entra na contramão. Este dá macha a ré na pista. Outro para no meio da rua pra conversar. Muitos não respeitam a faixa do pedestre. O carro fecha o ônibus, o ônibus fecha o carro e o motoqueiro vai costurando todo mundo. Muito desrespeito e pouca punição.

“O perigo de soltar balões”, tema da reportagem do dia 08/07/2007, alertava para uma prática classificada pelo telejornal como “ilegal”. O apresentador alertava que o “perigo se espalha por todo o Brasil”. A reportagem enfatizou que “Soltar balão é crime com pena de detenção de um ano a três anos, além da multa de sete mil e quinhentos reais”,

Apresentador: O Jornal Nacional começa com um alerta para uma prática ilegal, frequente nesta época do ano: soltar balões. O perigo se espalha por todo o Brasil.

Repórter: [...] Perigo no ar, perigo no chão. A lei da gravidade é implacável. [...] Só em São Paulo, em dois anos, balões caíram em cima de um depósito de móveis, no Centro Cultural São Paulo, na pista do aeroporto, no telhado de uma casa, em chamas, sobre o barraco onde dormiam gêmeas de sete meses.

No dia 26/11/2007, o *JN* levou ao ar a reportagem “Vereadores a passeio” que mostrava vereadores passeando na Argentina, segundo o telejornal, com dinheiro público. A reportagem mostrou que os vereadores tinham viajado sob a alegação de que participariam de um congresso na capital argentina; eles teriam recebido passagens aéreas, hospedagens e diárias, porém, o congresso não havia ocorrido.

Apresentador: *O Jornal Nacional* convida você a uma viagem surpreendente. Não pelas paisagens do nosso destino turístico, mas por causa dos acompanhantes. **São vereadores brasileiros passeando na Argentina com dinheiro público.**

Repórter: **É o seu dinheiro que banca um passeio, em Buenos Aires, capital da Argentina** e sede do sétimo Congresso Sul-Americano de Prefeitos, Vereadores e Assessores. **Tudo pago com verba pública.**

No dia 22/02/2007, em uma reportagem sobre a quantidade de acidentes nas estradas brasileiras durante o carnaval, o telejornal enfatizou que a “imprudência ao volante” era a responsável pelo grande número de acidentes.

Apresentador: **A imprudência ao volante** foi mais uma vez apontada como uma das principais responsáveis por estatísticas preocupantes nas estradas brasileiras. O carnaval teve mais acidentes, com mais feridos e mais mortes, em relação ao mesmo período do ano passado.

Com a chamada: “Fraude na Via Dutra”, no dia 04/04/2007, o *JN* exibiu uma reportagem mostrando o que classificou como “ilegalidade”, “fraude” e “esquema” montado por caminhoneiros para, segundo o telejornal, “burlar a fiscalização”. O repórter ainda completou: “como se não houvesse balança, como se não existisse lei”.

Apresentador: *O Jornal Nacional* começa hoje **com imagens que comprovam uma fraude.** Em uma das estradas mais movimentadas do Brasil, nossos repórteres **flagraram um esquema montado por caminhoneiros para burlar a fiscalização e trafegar com excesso de carga.** Um risco para a vida de milhares de brasileiros que passam pela Via Dutra.

Repórter: **Carregar excesso de peso na estrada é ilegal,** destrói o asfalto, compromete o sistema de freios e causa acidentes. Mas, para não pagar mais de um frete, os transportadores de carga preferem a fraude. [...] Mais uma passagem de carga e, de novo, a rodovia, **como se não houvesse balança, como se não existisse lei.**

A corrupção foi objeto de uma reportagem que foi ao ar no dia 21/05/2007, com a chamada “Brasileiros se surpreendem com nível a que chegou a corrupção no país”. Nessa reportagem observou-se uma reflexão típica de um editorial: “O que será que está errado quando o errado já não é mais exceção? Quando quem devia ensinar o

certo, dá mau exemplo? Quando quem dá mau exemplo, ainda por cima, tripudia? E quando não há mais vergonha alguma em admitir uma ilegalidade?”

Apresentador: Nos últimos dias, a Polícia Federal prendeu políticos, funcionários públicos, empresários. Apresentou fotos e gravações. Acusou até um ministro e, mais uma vez, os cidadãos se surpreenderam **com o nível a que chegou a corrupção.**

Repórter: O que será que está errado quando o errado já não é mais exceção? Quando quem devia ensinar o certo, dá mau exemplo? Quando quem dá mau exemplo, ainda por cima, tripudia? **E quando não há mais vergonha alguma em admitir uma ilegalidade?**

A “imprudência e a negligência” de alguns caminhoneiros foram o tema da reportagem “Uma pedra no meio do caminho”, exibida no dia 15/11/2007. A reportagem enfatizava “situações de desrespeito à lei”.

Apresentador: As estradas são a grande preocupação dos motoristas neste começo de feriadão. Os buracos e o mau tempo não são os únicos problemas. **A imprudência e a negligência de alguns caminhoneiros também fazem vítimas.** No Espírito Santo, caminhões que transportam granito **foram flagrados em situações de desrespeito à lei.**

Segundo Bloco

No segundo bloco serão apresentadas as reportagens que mostraram comportamentos/atitudes valorados positivamente ou negativamente pelo telejornal.

Na reportagem do dia 10/01/2007, intitulada “Exemplos de solidariedade em meio à destruição”, o telejornal destacou as atitudes de pessoas que se mobilizaram para ajudar as vítimas de enchentes em Minas Gerais.

Apresentador: Em meio à destruição provocada pelos temporais, também surgem exemplos de solidariedade. Como os que a repórter Cristina Maia encontrou, no sul de Minas.

Repórter: Diante de tantas perdas e destruição há muitas pessoas dispostas a deixar a vida de lado para ajudar a reconstruir a vida de outras. A correnteza levou muitos bens, mas a solidariedade parece mais firme que nunca.

A reportagem mostrou exemplos de pessoas que se dispuseram a ajudar os atingidos pelas enchentes. As imagens mostraram moradores ajudando no resgate de vítimas; enfermeiras que se deslocavam de barco para prestar atendimento e lavradoras que se incumbiam da tarefa de encontrar locais para alojar os desabrigados.

No dia 16/02/2007, o telejornal apresentou a reportagem “Anjos da estrada”, na qual mostrava que um grupo de voluntários de Minas Gerais iria abrir mão da folia para trabalhar no resgate de vítimas de acidentes nas estradas mineiras e que esse era o único serviço de resgate para 16 cidades do estado.

Apresentador: Em Minas Gerais, um grupo de voluntários vai abrir mão da folia em nome da solidariedade. Eles fazem plantão de 24 horas para salvar vidas. É o único serviço de resgate para 16 cidades do estado. São 56 pessoas que se dedicam a uma causa: voluntários da estrada.

A reportagem mostrava que os voluntários são profissionais das mais diversas áreas que cumprem diariamente uma jornada de trabalho e que, mesmo assim, se dedicam a salvar vidas.

No dia 24/02/2007, o *JN* apresentou a reportagem “Mutirão do Sonho”. Nela foi mostrado o empenho de um grupo de empresários do Rio de Janeiro que arrecadava alimentos em feiras e supermercados para preparar refeições para pessoas de baixa renda e que teve a idéia de estender o trabalho de arrecadação de doações para a organização de mutirões com o objetivo de construir casas para famílias que moravam precariamente.

Apresentador: O sonho de uma casa própria parecia distante para alguns moradores da Região Serrana do Rio que não tinham nem o que comer. Parecia, até que um grupo solidário decidiu doar muito mais do que pratos de comida.

No dia 08/08/2007, foi apresentada uma reportagem sobre o aumento do número de doadores de medula óssea no Brasil e os desafios enfrentados por quem espera por um transplante. Na reportagem foi dada ênfase à solidariedade de “milhares de brasileiros”.

Apresentador: A solidariedade de milhares de brasileiros ajudou a aumentar, nos últimos anos, a doação de medula óssea no país. Mas a repórter Cláudia Gabriel mostra o caminho longo que ainda há pela frente.

No dia 19/12/2007, na reportagem “Brasileiros solidários”, o *JN* mostrou a preocupação de muitos brasileiros em comprar roupas, alimentos e brinquedos para distribuí-los a pessoas que não conhecem, mas que necessitam de ajuda.

Apresentador: No Brasil todo, nesses dias de movimento intenso no comércio, uma legião de cidadãos está fazendo compras para pessoas que nem conhecem. A tradição é presentear os parentes e amigos, mas cresce o número de brasileiros preocupados com o Natal de quem não teria como festejar.

Uma ação de derrubada de árvores foi noticiada no dia 24/03/2007 como “Desmatamento do Bem”. A reportagem enfatizava a necessidade de derrubar as árvores de pinus em virtude do equilíbrio do ecossistema em um parque no Paraná. A chamada da reportagem faz claramente um contraponto às inúmeras matérias exibidas pelo telejornal contra o desmatamento.

Apresentador: No Paraná, operários estão derrubando milhares de árvores no parque de Vila Velha, um dos mais antigos do Brasil. Neste caso, acredite, a natureza agradece.

Repórter: [...] O pinus faz sombra e mata as plantas mais baixas, que servem de comida para insetos e pequenos animais. As folhas estreitas, que caem, também mudam a composição química do solo, desequilibrando o meio ambiente.

O trabalho desenvolvido por moradores ribeirinhos como voluntários no projeto de recuperação do Rio das Velhas, em Minas Gerais, foi tema da reportagem “Moradores ribeirinhos ajudam no combate à degradação do maior afluente do Rio São Francisco”. A reportagem destacou o trabalho desenvolvido pelos moradores ribeirinhos classificando-os como “novos aliados” do Projeto ambiental desenvolvido na região.

Apresentador: O maior afluente em extensão do Rio São Francisco ganhou novos aliados contra a sujeira e a degradação. Os moradores ribeirinhos.

Repórter: [...] Treinados por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais, os vizinhos do rio viraram aliados do projeto ambiental Manuelzão. Como voluntários, os moradores ribeirinhos vão ajudar naquilo que a fiscalização ainda não conseguiu.

A valorização da educação, da cultura e dos livros foi tema da reportagem “Pedreiro sabe valorizar os livros” exibida no dia 14/09/2007. A reportagem mostrou uma biblioteca montada em casa por um pedreiro que recolhia livros que encontrava nas ruas e no lixo e os levava para casa.

Apresentador: No Rio de Janeiro, os repórteres Flávio Fachel e Rogério Lima trazem o exemplo de um cidadão brasileiro que sabe valorizar a educação, a cultura e os livros.

Repórter: [...] A biblioteca do Seu Evando começou há nove anos com 50 livros no cantinho da sala. Com o passar do tempo, ele foi recebendo doações e até recolheu livros nas ruas. Um exemplar de *A cidade e as serras*, de Eça de Queiroz e o outro de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de

Machado de Assis, ele achou em uma lata de lixo, trouxe tudo pra casa e, aos poucos, o espaço da família foi dando lugar a um paredão de cultura.

“Gestos de generosidade” foi o tema da reportagem exibida pelo *JN* no dia 22/12/2007. A reportagem ressaltou a atitude de pessoas que compraram roupas, brinquedos e alimentos para distribuírem a famílias carentes e instituições de caridade na semana do natal.

Apresentador: A generosidade de amigos desconhecidos antecipou a festa de Natal em Minas Gerais. Foram várias iniciativas e todas levaram alegria à criançada.

Repórter: A festa de Natal em Minas Gerais foi antecipada. Voluntários levaram alegria para quem nada tem.

Na reportagem do dia 26/01/2007, “Suplentes de deputados deixam contas de despesas para serem pagas com dinheiro público”, o telejornal mostrou a conta deixada “à custa dos cofres públicos” pelos suplentes de deputados federais que trabalharam “apenas um mês em um Congresso vazio”.

Apresentador: Os suplentes de deputado que assumiram o mandato para trabalhar durante um mês num Congresso vazio já estão se despedindo, mas deixam a conta das despesas para serem pagas com dinheiro público.

Repórter: Deputado por um mês, ele diz que teve que correr para gastar a verba indenizatória – dez mil e cem reais - com pesquisa sobre seu desempenho. Mais combustível, hospedagem e comida, deu quatorze mil reais. O curto mandato também não foi problema para os gastos de mais oito deputados.

No dia 26/03/2007, a reportagem “Ação de combate à dengue desperdiça dinheiro público” mostrou que tampas e capas para caixas d’ água compradas pelo Ministério da Saúde para prevenir a proliferação do mosquito da dengue em todo o Brasil, estavam se deteriorando e sem utilidade em Pernambuco, pois, naquele Estado a maioria das caixas d’ água é redonda e as tampas e capas compradas e enviadas para os Estados pelo Ministério da Saúde eram quadradas.

Apresentador: Uma das ações de combate a dengue do Ministério da Saúde se transformou, em Pernambuco, num exemplo de desperdício de dinheiro público.

Repórter: [...] Há quatro anos o Ministério da Saúde comprou três milhões de tampas e capas para caixas d’ água e enviou para o todo o país. Para Pernambuco, foram 250 mil. A grande maioria era quadrada e os reservatórios de caixas d’ água são redondos. Elas não se adaptavam. No Recife, o mato cresce entre as tampas que não puderam ser usadas. São milhares, empilhadas a céu aberto. Muitas já estão quebradas ou soltando pedaços. A população tenta aproveitar as tampas, mas a diferença no tamanho, não protege os reservatórios.

A “Falta de educação ambiental” foi objeto da reportagem que foi ao ar no dia 21/02/2007. A reportagem defendeu que o hábito de jogar lixo no chão, em vez de jogar nas lixeiras agrava os transtornos causados pela chuva, pois, os bueiros ficam entupidos, causando alagamentos.

O repórter destacou “a força do mau hábito” ao observar que embalagens de sorvete e copos descartáveis eram jogados no chão em vez de serem jogados no lixo.

Apresentador: Nas maiores cidades brasileiras, os transtornos que vêm com a chuva são agravados pela falta de educação. Educação ambiental - como mostra a reportagem de Rodrigo Bocardi.

Repórter: O sorvete vai para boca e o papel para o chão. As meninas passam e o copinho fica. É a força do mau hábito. E de um em um são dezessete mil toneladas de lixo, por dia, produzidas na cidade de São Paulo. A quantidade de sujeira retirada de aproximadamente trinta bueiros impressiona. Garrafas de plástico de diversos tamanhos, pedaços grandes de madeira, muitas folhas secas, pedras e terra. Tudo vira obstáculo. Quando vem a chuva, a água não escoar. É o começo de um ponto de alagamento que pode se transformar em uma enchente.

A cobrança de dinheiro feita por flanelinhas nas maiores cidades brasileiras foi classificada como “extorsão” pelo *JN*, na edição do dia 05/12/2007. Logo na abertura da reportagem o apresentador declarou: “A hora de estacionar é a hora da extorsão”. O repórter afirmava que os flanelinhas “parecem os donos da rua” e ressaltou que as vagas estão localizadas em “área pública”.

Apresentador: Quem tem carro e mora nas nossas maiores cidades já está habituado. Muitos até conformados. A hora de estacionar é a hora da extorsão.

Repórter: [...] Eles parecem os donos da rua. Surpreendem os motoristas com o valor da vaga em área pública.

5.1.2 - Abordagem Prescritiva

Das 38 matérias selecionadas para a amostra do ano de 2007, 11 foram classificadas como prescritivas, isto é, além de apontarem comportamentos ou atitudes sob um aspecto moral, adicionalmente, prescreviam atitudes, ou seja, havia na matéria ou reportagem uma recomendação, um “dever-ser”, sobre modos de agir.

Das 11 reportagens classificadas como prescritivas cinco faziam referência a infrações legais, representando 45% da amostra. Essas infrações foram classificadas pelo telejornal como infração ao Código de Defesa do Consumidor, transporte irregular

de cargas, infração à lei que proíbe a Farra do boi, crime ambiental e descumprimento de decisão judicial.

A amostra referente à abordagem prescritiva do ano de 2007 será apresentada em dois blocos. O primeiro bloco descreve as reportagens classificadas pelo telejornal como infrações legais. Em seguida, no segundo bloco, serão apresentadas as reportagens nas quais o telejornal enfatizou atitudes valoradas positivamente como doação de alimentos e consciência ambiental; ou negativamente como desperdício de alimentos, falta de espírito olímpico e falta de informação. As ações relacionadas a cada comportamento/atitude estão descritas no Quadro 4.

Quadro 4

Reportagens com abordagem prescritiva - 2007

Chamadas(título da matéria ou reportagem)	Ator Social	Ação social	Comportamento
28. Vinte toneladas de batatas são jogadas no lixo em cidade do Paraná	Produtores de batatas	Alimentos jogados no lixo	Desperdício de alimentos
29. Mais oito toneladas de batatas vão parar no lixo no Paraná	Produtores de batatas	Alimentos jogados no lixo	Desperdício de alimentos
30. Batatas ganham um destino nobre	Produtores de batatas	Doação de alimentos que seriam jogados no lixo	Doação de alimentos
31. Comerciantes que não respeitam o consumidor	Comerciantes	Preços dos produtos não estão expostos, de acordo com o que determina a lei	Infração legal – Código de Defesa do Consumidor
32. Falta de fiscalização abre caminho para fraudes nas estradas	Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT	Falta de fiscalização	Infração legal – Transporte irregular de cargas
33. Barreiras da polícia não impedem em SC a farra do boi proibida por lei	Moradores	Perseguição a bois como forma de diversão	Infração legal – Farra do boi
34. Falta de espírito olímpico no Pan-Americano	Torcedores	Vaiar atletas estrangeiros	Falta de espírito olímpico
35. Sacos plásticos colocam em risco o meio ambiente	População	Substituir o uso de sacolas plásticas por sacolas de pano ou caixas de papelão.	Consciência ambiental
36. Madeiras nobres estão virando carvão no Pantanal	Donos de carvoaria	Utilizar madeiras nobres cortadas ilegalmente na produção de carvão vegetal	Infração legal - Crime ambiental
37. Falta de informação da maioria das pessoas impede que isopor seja mais reciclado	População	Jogar isopor no lixo, em vez de separar para reciclagem	Falta de informação
38. Empresas aéreas e aeroportos descumprem determinação judicial a favor dos passageiros	Companhias aéreas e aeroportos	Não cumprimento de liminar da justiça que exige que o passageiro receba todas as informações referentes ao seu voo.	Infração legal - Descumprimento de determinação judicial.

Primeiro Bloco

Esse primeiro bloco mostra as reportagens que fizeram referência a comportamentos/atitudes classificadas pelo *Jornal Nacional* como infrações. Os trechos em negrito destacam a referência às infrações legais.

A reportagem exibida no dia 03/02/2007, cuja chamada era “Comerciantes que não respeitam o consumidor”, destacou o que classificou com “desrespeito ao consumidor”, ou seja, os preços dos produtos em algumas lojas não estavam expostos, de acordo com o que determina a lei.

Apresentador: A lei determina que o preço, na vitrine, deve ser detalhado, mostrando o valor a ser pago à vista e os juros incluídos nas vendas a prazo. Mas, nas lojas, é difícil encontrar essas informações.

Repórter: [...] **É uma atitude ilegal. Pela lei, todos os produtos na vitrine têm que estar com o preço. A etiqueta deve informar sempre o valor à vista. Se o lojista quiser expor também a prazo, tem que informar o valor das prestações, o total a ser pago, taxa de juros mensal e anual.**

A abordagem prescritiva se identifica na seguinte afirmação: “Pela lei, todos os produtos na vitrine têm que estar com o preço. A etiqueta deve informar sempre o valor à vista. Se o lojista quiser expor também a prazo, tem que informar o valor das prestações, o total a ser pago, taxa de juros mensal e anual”.

A infração à lei também foi tema da matéria “Barreiras da polícia não impedem em SC a farra do boi proibida por lei”, exibida no dia 07/04/2007. A matéria destaca que a farra do boi é uma prática proibida por lei e, mesmo assim, alguns moradores do município de Governador Celso Ramos, a cinquenta quilômetros de Florianópolis participaram da perseguição ao animal pelas ruas da cidade.

Apresentador: Barreiras montadas pela polícia em Santa Catarina não impediram a chamada Farra do Boi, **que é proibida por lei. [...] Pela lei dos crimes ambientais, a pena para quem maltratar animais é de até um ano de cadeia mais multa. Se o animal morrer, a pena aumenta em um terço.**

A abordagem prescritiva é identificada na matéria quando o apresentador afirma que “Pela lei dos crimes ambientais, a pena para quem maltratar animais é de até um ano de cadeia mais multa. Se o animal morrer, a pena aumenta em um terço”. Nesse caso fica explícito o caráter de reprovação pelo telejornal à ação dos moradores. A citação da lei dos crimes ambientais legitima a condenação e reforça o caráter destacado pelo telejornal de “infração à lei”.

A falta de fiscalização nas estradas federais brasileiras foi o tema da reportagem cuja chamada foi: “Falta de fiscalização abre caminho para fraudes nas estradas”, exibida no dia 06/04/2007. A reportagem mostrou como caminhoneiros burlam a fiscalização para transportar cargas com excesso de peso. O caráter prescritivo fica evidente ao ser ressaltada a “falta de fiscalização” e a prescrição de que o Poder Público deveria fiscalizar: “Todos os caminhões deveriam passar pela balança. Mas grande parte passa reto, nem toma conhecimento da pesagem. Caminhoneiros seguem por fora do posto, como se os fiscais do DNIT nem existissem. E nada acontece”.

Apresentador: O *Jornal Nacional* tem mostrado, esta semana, um esquema montado por caminhoneiros para trafegar com excesso de peso nas estradas. Hoje nossos repórteres revelam que a falta de fiscalização abre caminho para outras fraudes.

Repórter: [...] A placa indica "pesagem obrigatória". **Todos os caminhões deveriam passar pela balança. Mas grande parte passa reto, nem toma conhecimento da pesagem.** Caminhoneiros seguem por fora do posto, como se os fiscais do DNIT nem existissem. E nada acontece. [...] Os motoristas simplesmente ignoram a balança e o Código de Trânsito brasileiro, sem que ninguém tente impedir.

A reportagem “Madeiras nobres estão virando carvão no Pantanal”, que foi ao ar no dia 15/10/2007, mostrou árvores nobres que, segundo o telejornal, “deveriam ser protegidas por lei”, estavam sendo destruídas, no Mato Grosso do Sul.

Apresentador: Árvores nobres, **que deveriam ser protegidas por lei, estão virando carvão em Mato Grosso do Sul.** É o que mostra a reportagem de Honório Jacometo e Gilberto Juvenal.

Repórter: [...] Há dois meses, os fiscais do Ibama estiveram em uma carvoaria. Eles multaram o dono e embargaram os quarenta fornos. **A queima deveria ter parado, mas não é o que acontece. A fumaça que sai dos fornos é sinal de que árvores nativas do cerrado, que deveriam estar sendo protegidas, continuam virando carvão.**

Identifica-se já na chamada da reportagem “Madeiras nobres estão virando carvão no Pantanal”, uma avaliação negativa da ação, ao afirmar que “madeiras nobres” estariam “virando carvão”. O caráter prescritivo perpassa toda a reportagem: “Árvores nobres, que deveriam ser protegidas por lei, estão virando carvão em Mato Grosso do Sul”; “A queima deveria ter parado, mas não é o que acontece”; “...é sinal de que árvores nativas do cerrado, que deveriam estar sendo protegidas, continuam virando carvão” e “...A gente também tem que lutar pela preservação do meio-ambiente”.

Na mesma linha de atuação de não conformidade com as normas prescritas, insere-se a reportagem “Empresas aéreas e aeroportos descumprem determinação judicial a favor dos passageiros”, veiculada no dia 02/11/2007. A reportagem enfatiza o descumprimento da liminar da Justiça que determina que os passageiros devem receber todas as informações referentes ao seu voo. O caráter prescritivo da reportagem fica evidente ao longo de toda a reportagem: “Companhias aéreas e aeroportos não estão cumprindo uma liminar da Justiça que poderia deixar a vida dos passageiros bem mais tranquila”; “A irritação dos passageiros poderia ser evitada se as companhias aéreas cumprissem uma liminar judicial que está valendo desde o dia 11 de outubro em todo o país”; “[...] O passageiro tem que ser informado se o voo está atrasado, o tempo de espera, e o motivo. As informações devem ser atualizadas a cada quinze minutos no painel eletrônico, ou pelo serviço de alto-falante”.

Apresentador: Companhias aéreas e aeroportos **não estão cumprindo uma liminar da Justiça** que poderia deixar a vida dos passageiros bem mais tranquila. Veja com o repórter Mauricio Ferraz.

Repórter: A irritação dos passageiros **poderia ser evitada se as companhias aéreas cumprissem uma liminar judicial que está valendo desde o dia 11 de outubro em todo o país**. De acordo com a liminar, a empresa aérea não pode esconder informação do consumidor, que tem o direito de saber todos os detalhes do voo que vai pegar. Logo no check-in, o passageiro tem que ser informado se o voo está atrasado, o tempo de espera, e o motivo. As informações devem ser atualizadas a cada quinze minutos no painel eletrônico, ou pelo serviço de alto-falante. Se o passageiro tiver urgência em viajar e o voo estiver atrasado, a companhia tem que endossar o bilhete para outra empresa. O consumidor, no entanto, deve provar o compromisso.

Segundo Bloco

No segundo bloco serão apresentadas as reportagens que mostraram comportamentos/atitudes valorados positivamente ou negativamente pelo telejornal.

No dia 29/01/2007 o telejornal exibiu uma reportagem – “Batatas ganham um destino nobre” – em que mostrava que toneladas de batatas que os produtores não conseguiam vender tinham, finalmente, após a denúncia do JN, sido doadas para consumo, em vez de jogadas no lixo, como vinha sendo feito. Observa-se aí o caráter prescritivo da reportagem. A apresentadora classificou a atitude como “absurdo” e afirmou que as imagens tinham provocado “indignação no Brasil todo”.

Apresentador: Na última sexta-feira, o *Jornal Nacional* mostrou toneladas de alimentos indo para o lixo. Um absurdo que vinha se repetindo desde meados de dezembro no interior do Paraná. As imagens provocaram indignação no Brasil todo e as batatas, finalmente, ganharam um novo destino.

Repórter: Os caminhões da prefeitura chegaram hoje aos armazéns de Guarapuava. Vieram buscar as batatas que, desde o fim do ano passado, iam parar no lixo. Dia após dia, cenas de batatas no lixo se repetiram. Ao todo, seiscentas toneladas foram jogadas fora. Os agricultores dizem que a produção foi maior do que o consumo e que, mesmo baixando o preço, não conseguiram vender tudo o que foi colhido.

Na reportagem cuja chamada foi “Sacos plásticos colocam em risco o meio ambiente”, que foi ao ar no dia 24/09/2007, o *JN* chamou a atenção para o fato de que as sacolas plásticas poluem o meio ambiente e que é necessário que sejam adotadas medidas para reduzir a demanda por esse tipo de material.

A abordagem prescritiva da reportagem é explicitada na seguinte “recomendação”: “Se cada um começar a usar o carrinho da feira e as sacolas de pano, as caixas de plástico ou papelão, vai ajudar a diminuir a impressionante conta de trezentos milhões de sacolinhas plásticas que todos os dias saem do comércio, passam por nossas casas e acabam poluindo o meio ambiente”.

Apresentador: Todo mês, cada brasileiro usa, em média, sessenta sacolas de plástico, segundo a organização ambiental Fundação Verde. Mas a exatidão desse número é o que menos importa.

Repórter: [...] **Se cada um começar a usar o carrinho da feira e as sacolas de pano, as caixas de plástico ou papelão, vai ajudar a diminuir a impressionante conta de trezentos milhões de sacolinhas plásticas que todos os dias saem do comércio, passam por nossas casas e acabam poluindo o meio ambiente.**

Duas reportagens tiveram como objeto o “desperdício de alimentos”. Essas reportagens tiveram as seguintes chamadas: “Vinte toneladas de batatas são jogadas no lixo em cidade do Paraná”, exibida no dia 26/01/2007 e “Mais oito toneladas de batatas vão parar no lixo no Paraná”, que foi ao ar no dia 27/01/2007.

Ambas as reportagens mostraram toneladas de batatas sendo jogadas no lixo, pelo fato de ter havido uma superprodução e o preço do produto haver caído muito. O telejornal enfatizou que as batatas deveriam ter sido doadas, em vez de jogadas no lixo e que “até agora, ninguém tentou mudar esse trajeto, encurtar a distância entre o alimento que sobra e as pessoas que precisam dele”.

Apresentador: Nesta sexta-feira, o *Jornal Nacional* começa com uma informação que tinha tudo para passar despercebida. Um fato aparentemente menor se for comparado com o encontro de líderes mundiais na Suíça, por exemplo. E, num dia assim, o *Jornal Nacional* abre essa edição para falar de batatas. Porque só hoje, vinte toneladas foram jogadas no lixo em Guarapuava, no Paraná. Ontem, outras vinte toneladas. E anteontem também. E no dia anterior. [...] **E como ninguém teve uma idéia melhor sobre o que fazer com as batatas, o *Jornal Nacional* abriu esta edição com as imagens que você acabou de ver, porque essas vinte toneladas de batatas de hoje poderiam ter matado a fome de dez mil pessoas.**

Apresentador: O *Jornal Nacional* mostrou, ontem, o desperdício diário de batatas em Guarapuava, no interior do Paraná. Por causa da produção excedente que derrubou os preços, produtores estão despejando as sobras no lixão da cidade. Toneladas de sobra. [...] Hoje, a prefeitura informou que desconhecia a situação e se comprometeu a tomar providências. Mas a cena voltou a se repetir.

Repórter: [...] Desde o começo do ano, os agricultores da região de Guarapuava, no centro-oeste do estado, já jogaram fora seiscentas toneladas de batata, porque não conseguem vendê-las, nem baixando o preço. [...] **Os caminhões trazem a batata dos armazéns até o lixão todos os dias. Isso vem acontecendo há pelo menos um mês. Até agora, ninguém tentou mudar esse trajeto, encurtar a distância entre o alimento que sobra e as pessoas que precisam dele.**

A falta de informação sobre a reciclagem de materiais foi tema da reportagem que foi ao ar no dia 03/10/2007. Nela, o *JN* destacou a importância de as pessoas conhecerem as vantagens da reciclagem do isopor, tanto do ponto de vista financeiro, quanto em relação ao meio ambiente. O caráter prescritivo fica evidente nas seguintes afirmações: “Mas poderia ser mandado para a reciclagem”; “Ele é 100% reciclável, mas, a porcentagem de brasileiros que sabem disso é muito pequena”; “...Poderia fazer o triplo”; “Na verdade, o isopor é um tipo de plástico que deveria ganhar espaço nos cestos de reciclagem...”.

Apresentador: **Um tipo de material que entra nas nossas casas dentro das mais variadas embalagens costuma ir para o lixo sem nenhuma cerimônia por falta de informação da maioria das pessoas. Mas poderia ser mandado para a reciclagem, como conta o repórter Ernesto Paglia.**

Repórter: [...] Do isopor limpo não se perde nada. Ele é 100% reciclável, mas, a porcentagem de brasileiros que sabem disso é muito pequena. **Tanto que só tem uma empresa de reciclagem na Grande São Paulo e ela processa apenas cem toneladas mensais. Poderia fazer o triplo.**

A falta de “espírito olímpico” nos jogos Pan-Americanos foi o tema da reportagem do dia 26/07/2007. O telejornal destacou que as vaitas “tinham

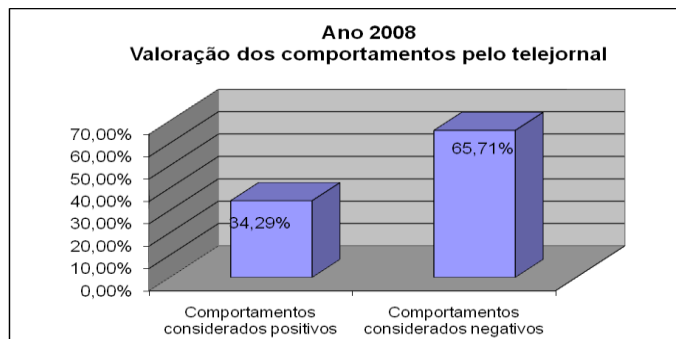
ultrapassado os limites” e destacou que “...Para um país que sonha sediar uma olimpíada, pede-se um pouco de espírito olímpico”.

Apresentador: A vibração da torcida tem sido fundamental para incentivar nossos atletas a conquistar um número recorde de medalhas douradas neste Pan. Mas o repórter Renato Ribeiro mostra que, em algumas ocasiões, muitos torcedores têm esquecido um pouco o chamado espírito olímpico.

Repórter: As vaias são comuns no esporte. Dentro de um limite que, ao que parece, tem sido ultrapassado. [...] Vaia não combina com a alegria dos brasileiros. Não são todos que pensam assim. Na ginástica, a trilha sonora da arena olímpica foi implacável com os adversários dos brasileiros. [...] Para um país que sonha sediar uma olimpíada, pede-se um pouco de espírito olímpico.

5.2 – Ano de 2008

Gráfico 6
Valoração dos comportamentos pelo telejornal – 2008



5.2.1 - Abordagem Valorativa

Das 35 reportagens referentes ao ano de 2008, 23 foram classificadas como valorativas, isto é, faziam referências explícitas a comportamentos ou atitudes valorados pelo telejornal como positivos ou negativos. Nesse tipo de abordagem, apresentadores e repórteres utilizam juízo de valor para julgar, sob uma perspectiva moral, os comportamentos/atitudes dos personagens da narrativa jornalística.

Das 23 reportagens classificadas como valorativas 14 faziam referência a infrações legais, representando 61% da amostra. Essas infrações foram classificadas pelo telejornal como infração à lei que destina vagas de estacionamento para portadores de deficiências, uso indevido de recursos públicos, crime ambiental, infração ao Código de Trânsito Brasileiro, venda de lotes recebidos do programa de reforma agrária, omissão, fraude, infração ao Decreto que exige rapidez no atendimento ao consumidor, crime contra a saúde pública e nepotismo.

A amostra referente à abordagem valorativa do ano de 2008 será apresentada em dois blocos. O primeiro bloco descreve as reportagens classificadas pelo telejornal como infrações legais. Em seguida, no segundo bloco, serão apresentadas as reportagens nas quais o telejornal enfatizou atitudes valoradas positivamente como solidariedade, lição de cidadania, mobilização da comunidade, honestidade e consciência ambiental; ou negativamente como falta de educação ambiental. As ações relacionadas a cada comportamento/atitude estão descritas no Quadro 5.

Quadro 5

Reportagens com abordagem valorativa - 2008

Chamadas(título da matéria ou reportagem)	Ator Social	Ação social	Comportamento
39. Falta de educação ameaça as tartarugas	Pessoas	Jogar lixo no meio ambiente	Falta de educação
40. A esperança vem da solidariedade	Brasileiros	Doar medula	Solidariedade
41. Donas de casa mudam uma praça em Olinda	Comunidade	Transformação de um espaço inóspito em um espaço de convivência para a comunidade	Mobilização da comunidade
42. Pedreiro dá lição de cidadania	Cidadão	Construção de uma biblioteca	Lição de cidadania
43. O desrespeito aos direitos dos portadores de deficiências	Motoristas	Ocupar vagas destinadas aos deficientes físicos	Infração legal – Direitos aos portadores de deficiências
44. Tudo pago com dinheiro público	Deputados estaduais do Acre	Expedição pelos rios da Amazônia paga pela AL do Acre	Infração legal – Improbidade administrativa
45. Mais uma forma de burlar a lei	Fazendeiros e Grileiros	Derrubada ilegal de árvores na Amazônia	Infração legal – Crime ambiental
46. Desrespeito à lei e à vida	Motociclistas	Não usar capacete	Infração legal Código de Trânsito Brasileiro
47. Honestidade de senhora no Tocantins é recompensada	Pensionista	Devolveu dinheiro encontrado	Honestidade
48. Reciclagem de garrafas plásticas triplica em 10 anos	População	Reciclagem de garrafas plásticas	Consciência ambiental
49. Madeiros ilegais atuam livremente no Pará	Madeiros	Derrubar árvores para produzir carvão vegetal	Infração legal - Crime ambiental
50. Solidariedade no sertão	Lavradores	Ajudam-se mutuamente	Solidariedade
51. Moradores de assentamentos vendem lotes recebidos do Incra	Moradores de assentamentos	Vendem lotes recebidos no programa de Reforma Agrária	Infração legal - Venda ilegal de lotes
52. Madeira apreendida	IBAMA/PA	Deixa a madeira apreendida	Infração legal- omissão

apodrece nos galpões do Ibama, no Pará		apodrecer nos galpões	
53. Motoristas de caminhão burlam a fiscalização	Motoristas de caminhão	Utilizam mecanismos para esconder as placas dos veículos	Infração legal Código de Trânsito Brasileiro
54. Água é tratada com descaso no Piauí	Prefeituras	Os poços perfurados estão abandonados por falta de tubulação e energia elétrica.	Infração legal - Uso inadequado do dinheiro dos impostos
55. Falsos pescadores compram documento para receber benefício do governo	Falsos pescadores	Solicitam o seguro-defeso sem trabalhar como pescador	Infração legal – fraude
56. Agências reguladoras também não cumprem determinações sobre atendimento ao consumidor por telefone	Agências Reguladoras	As agências reguladoras não cumprem o Decreto que exige rapidez e eficiência no atendimento ao consumidor	Infração legal – Não cumprem Decreto
57. Desabrigado devolve R\$ 20 mil encontrados dentro de casaco	Desabrigado	Devolveu o dinheiro que encontrou em um casaco doado	Honestidade
58. Na rodoviária de SP, dia de espera cheio de saudades e solidariedade	Passageiros	Passageiros levam ajuda para desabrigados pelas enchentes	Solidariedade
59. Polícia do Paraná dá exemplo e prende homem que deixava acumular água em pneus	Indivíduo	Prender indivíduo que acumulava objetos que permitiam a proliferação do mosquito da dengue.	Infração legal – crime contra a saúde pública
60. Governantes dão jeito de manter parentes no cargo	Governantes	Parentes em cargos	Infração legal – Nepotismo
61. Congresso ainda não tem mecanismos para acabar com o nepotismo	Congresso Nacional	Contratação de parentes	Infração legal – Nepotismo

Primeiro Bloco

Esse primeiro bloco mostra as reportagens que fizeram referência a comportamentos/atitudes classificadas pelo *Jornal Nacional* como infrações. Os trechos em negrito destacam a referência às infrações legais.

A viagem de deputados estaduais do Acre pelos rios da Amazônia, a bordo de um “luxuoso iate, alugado por trinta mil reais”, foi objeto da reportagem cuja chamada foi “Tudo pago com dinheiro público”, que foi ao ar no dia 18/01/2008.

O apresentador destacou que “Deputados estaduais do Acre aproveitaram o recesso parlamentar para fazer uma expedição de nove dias pelos rios da Amazônia a bordo de um luxuoso iate alugado por trinta mil reais. O telejornal enfatizou que a viagem, paga pela Assembléia Legislativa do Acre, reuniu vinte e quatro pessoas entre deputados, vereadores, jornalistas e parentes”.

No dia 06/02/2008, o *JN* exibiu a reportagem cuja chamada foi: “Mais uma forma de burlar a lei”. Nela foi mostrado que “fazendeiros” e “grileiros” tinham encontrado uma nova forma de “burlar” a lei: estavam derrubando árvores no período chuvoso, pois, nesse período, o monitoramento por satélite fica prejudicado devido às nuvens.

Na reportagem o apresentador frisou que “Os responsáveis pela derrubada criminosa de árvores da Amazônia encontraram mais uma forma de burlar a vigilância e a lei, no sul do estado”.

“Desrespeito à lei e à vida”. Essa foi a chamada da reportagem exibida no dia 18/02/2008, pelo *JN*, mostrando que motociclistas, em Salvador, desrespeitavam as leis de trânsito e colocavam em risco suas próprias vidas ao não usar capacetes.

Apresentador: O Conselho Nacional de Trânsito transferiu para junho a obrigatoriedade de colocação dos selos do Inmetro e das faixas refletivas nos capacetes. Mas, na Bahia, **muitos motociclistas sequer usam capacete**. Mas enquanto não entram em vigor essas medidas complementares, a providência fundamental nem sempre tem sido respeitada. Quem mostra é o repórter Giacomo Mancini.

Repórter: Sem camisa, de chinelos e até com crianças também sem capacete. Os motociclistas circulam livremente, passam por carros da SET, o órgão que controla o trânsito na capital baiana **e não são abordados**.

Policiais militares também parecem não se importar **com o flagrante de desrespeito às leis de trânsito**.

No dia 11/03/2008, o *JN* exibiu uma reportagem destacando as ações de “madeireiros ilegais” no Pará. O apresentador afirmou: “Madeireiros que exploram ilegalmente a Amazônia estão atuando livremente no Pará”.

O caráter de crime foi enfatizado pelo repórter: “[...] As nuvens de fumaça revelam um crime ambiental. Parte da madeira retirada ilegalmente da floresta é trazida para carvoarias clandestinas que funcionam noite e dia. Lá, as árvores da Amazônia são transformadas em carvão”.

A “venda ilegal” de lotes recebidos do INCRA foi objeto da reportagem que foi ao ar no dia 06/09/2008. Nela, o apresentador utiliza vários adjetivos para qualificar as ações dos “moradores de assentamentos”, como “golpe” e “empréstimo irregular”.

A reportagem mostrou que “Moradores de assentamentos no interior de São Paulo inovaram na venda ilegal de lotes recebidos no programa de reforma agrária. O golpe, agora, inclui um empréstimo irregular de talões de notas fiscais”.

O repórter afirmou: “[...] Nos assentamentos, é proibido qualquer tipo de negociação das áreas que foram destinadas à reforma agrária. Mas aqui a lei não é cumprida. Comprar ou vender um lote é fácil, basta, apenas, ter o dinheiro”.

“Água é tratada com descaso no Piauí”. Essa foi a chamada da reportagem exibida no dia 30/10/2008, pelo *JN*. Na abertura da reportagem o apresentador afirma que “o uso inadequado do dinheiro dos impostos é um problema nacional” e o repórter enfatiza a falta de cuidado com o uso da água, classificando-a como “um certo descaso”, bem como a falta de ação do poder público em não equipar os poços”.

O apresentador Willian Bonner ressaltou que “O uso inadequado do dinheiro dos impostos é um problema nacional”. Repórter: “[...] Um presente da natureza, que é tratado com um certo descaso, no município de Cristino Castro. Milhões de litros d'água enchem piscinas e abastecem postos de lavagem de carros. [...] Mas há também desperdício. É tanto desperdício que quase não dá para acreditar que tem tanta gente sofrendo por falta d'água na mesma região. Centenas de poços como este não abastecem os sertanejos, porque nunca foram equipados”.

A compra de documento para permitir o recebimento de benefício pecuniário do governo, foi tema da reportagem que foi ao ar no dia 08/11/2008, cuja chamada foi “Falsos pescadores compram documento para receber benefício do governo”. No início da reportagem o apresentador explicou o que seria o seguro-defeso e em

seguida completou: “Mas, na divisa entre São Paulo e Minas Gerais, mesmo quem não sabe o que é um anzol consegue o documento que dá direito a receber essa ajuda”.

Apresentador: Durante o período de restrição da pesca, o governo paga um auxílio aos pescadores que têm registro profissional. É o chamado seguro-defeso. Mas, na divisa entre São Paulo e Minas Gerais, **mesmo quem não sabe o que é um anzol consegue o documento que dá direito a receber essa ajuda.**

No dia 02/12/2008, o JN apresentou uma reportagem em que mostrava que as Agências reguladoras, encarregadas de fiscalizar o mercado, não cumpriam, elas próprias, as determinações sobre o atendimento ao consumidor, por telefone. Para enfatizar esse comportamento o apresentador afirmou: “Mas é aquela velha história: casa de ferreiro, espeto de pau”.

Por sua vez, o repórter “explicou” ao telespectador que “a função das agências é regular e fiscalizar os serviços prestados pelas empresas, mas as próprias agências não são reguladas por ninguém”. Em seguida, acrescentou “Nem o decreto que exige rapidez e eficiência no atendimento ao consumidor vale para elas, que sequer dão o exemplo”.

Apresentador: Uma opção para quem precisa reclamar do atendimento prestado pelas empresas é recorrer às agências reguladoras. Elas foram criadas exatamente para atuar como fiscais do mercado. Mas é aquela velha história: casa de ferreiro, espeto de pau.

Repórter: [...] A função das agências é regular e fiscalizar os serviços prestados pelas empresas, mas as próprias agências não são reguladas por ninguém. **Nem o decreto que exige rapidez e eficiência no atendimento ao consumidor vale para elas, que sequer dão o exemplo.**

No dia 17/01/2008, o telejornal exibiu uma reportagem em que criticava o “desrespeito” e a “falta de educação”. A chamada da reportagem foi: “O desrespeito aos direitos dos portadores de deficiências”.

Fica evidente o caráter de reprovação por parte do telejornal, pela afirmação do apresentador: “Estacionar nas ruas das grandes cidades é um desafio que milhares de motoristas e enfrentam todos os dias. Mas alguns deles, que têm direito a vagas especiais, esbarram em uma dificuldade ainda maior: a falta de educação”.

A atitude do IBAMA em permitir que a madeira apreendida apodrecesse nos galpões do órgão, no Pará, em vez de ser doada, foi classificada como “absurda” pelo

telejornal na reportagem exibida no dia 07/10/2008, cuja chamada era: “Madeira apreendida apodrece nos galpões do IBAMA, no Pará”.

Apresentador: “Os efeitos de um crime ambiental muito comum no Norte do Brasil têm sido agravados por uma situação absurda. É o que mostra o repórter Rodrigo Bocardí”.

E o repórter acrescentou: “[...] A céu aberto, vemos no diâmetro das toras, o tamanho da agressão à natureza. Depois de passar mais de cem anos na floresta amazônica, essas árvores foram cortadas ilegalmente. Debaixo de sol, de chuva, tantos dias, quase três anos, que as madeiras nobres - jatobás, ipês - ficaram secas e não servem para praticamente mais nada. [...] Se não chegasse a esse ponto, o destino da madeira também poderia ser nobre”.

No dia 23/10/2008, o *JN* exibiu a reportagem cuja chamada era “Motoristas de caminhão burlam a fiscalização”. A reportagem chamava a atenção para os mecanismos utilizados por motoristas de caminhão para esconder as placas e evitar as multas por trafegarem com excesso de peso nas estradas e infringirem o Código de Trânsito Brasileiro.

O nepotismo no serviço público foi objeto de duas reportagens. Nelas o telejornal enfatizava a proibição pelo Supremo Tribunal Federal, da contratação de parentes de políticos para ocuparem cargos sem concurso público. As duas reportagens que foram ao ar nos dias 27/08/2008 e 13/10/2008 tiveram, respectivamente, as seguintes chamadas: “Governantes dão jeito de manter parentes no cargo apesar da proibição” e “Congresso ainda não tem mecanismos para acabar com o nepotismo”.

No dia 17/04/2008, foi exibida uma reportagem cuja chamada era: “Polícia do Paraná dá exemplo e prende homem que deixava acumular água em pneus”. O apresentador ressalta o “exemplo” da prisão de uma pessoa que “reciclava pneus usados e despejava os restos de borracha num terreno, onde se multiplicavam focos do mosquito transmissor da dengue”, representando uma grave ameaça à saúde pública.

Segundo Bloco

No segundo bloco serão apresentadas as reportagens que mostraram comportamentos/atitudes valorados positivamente ou negativamente pelo telejornal.

“Falta de educação ameaça as tartarugas”, essa foi a chamada da reportagem exibida pelo *JN*, no dia 04/01/2008. O apresentador foi enfático: “No litoral do Espírito Santo, a ameaça que paira sobre as tartarugas marinhas não está ligada exatamente ao efeito estufa, mas à falta de educação. É contra isso que os voluntários estão trabalhando”.

No dia 5/01/2008, a reportagem cuja chamada era “A esperança vem da solidariedade”, mostrou que graças à solidariedade de muitos brasileiros as doações de medula óssea no Brasil tinham aumentado bastante.

A solidariedade também foi o tema da reportagem que foi ao ar no dia 21/04/2008, cuja chamada foi “Solidariedade no sertão”. A reportagem mostrou que lavradores de Sergipe encontraram na solidariedade um meio de enfrentar as dificuldades no campo. “Com chuva ou com seca, o trabalho comunitário tem feito a diferença na hora da colheita”, afirmou o apresentador.

No dia 22/12/2008, mais uma vez a solidariedade aparecia em uma edição do *JN*. A reportagem mostrou pessoas embarcando na rodoviária de São Paulo e que estavam indo ao encontro de amigos e familiares em diversas cidades atingidas por enchentes. “Além da saudade, dos presentes e de muitas histórias, neste ano a bagagem dos moradores da maior cidade do país vai carregada de solidariedade”, afirmou o repórter.

Duas reportagens tiveram como tema a honestidade. Em ambas a notícia foi a devolução de dinheiro. “Honestidade de senhora no Tocantins é recompensada”. Essa foi a chamada da matéria que foi ao ar no dia 19/02/2008, a qual mostrava uma pensionista que havia recebido de volta o dinheiro encontrado e entregue à polícia há um ano. “Um ano e um mês depois de entregar à polícia dez mil reais encontrados no quintal de casa, uma pensionista de Palmas teve uma surpresa nesta terça: o dinheiro voltou para ela”.

A reportagem enfatizou a honestidade da pensionista e a recompensa pela atitude: “[...] Como o dono não foi encontrado, a quantia deveria ir para os cofres da

prefeitura, mas a honestidade da pensionista Divina Domingues foi levada em consideração. Ainda mais porque ela passa por dificuldades financeiras”, acrescentou o repórter.

“Desabrigado devolve vinte mil reais encontrados dentro de casaco”. Essa foi a chamada da reportagem da edição do *JN* do dia 17/12/2008. O apresentador destacou que o agricultor Daniel da Silva perdeu a casa e cinco parentes nas enchentes de Santa Catarina. A neta dele encontrou o dinheiro na manga de uma roupa doada e ele devolveu a quantia ao dono.

De acordo com a reportagem, o dinheiro foi devolvido para a família que enviou as doações. “[...] A família que fez a doação não quer se identificar, mas confirmou que esqueceu o dinheiro no casaco e que ficou surpresa com o gesto de Seu Daniel. Para agradecer, deu mil reais para o agricultor”.

A reportagem deixou implícita a aprovação à atitude do agricultor com a seguinte mensagem: “Ele perdeu a lavoura de onde tirava o sustento, mas diz que o trabalho é a melhor forma de recomeçar”.

A mobilização da comunidade foi o tema da reportagem “Donas de casa mudam uma praça em Olinda”, que foi ao ar no dia 05/01/2008. Na chamada da reportagem o apresentador destacou: “Você vai conhecer um exemplo da força de mobilização de uma comunidade. A conquista de moradores de Olinda ocupa um pequeno espaço, mas o resultado ninguém consegue medir. E, sim, apenas traduzir numa palavra: paz”.

No dia 12/01/2008, o telejornal destacou a “lição de cidadania” dada por um pedreiro. “Um pedreiro que só aprendeu a ler aos 45 anos de idade levou um sonho adiante e deu uma lição de cidadania no interior de São Paulo. O *Jornal Nacional* apresenta o senhor José Ferreira”, destacou o apresentador.

E o repórter acrescentou: “[...] Como se cada livro fosse um tijolo, o pedreiro construiu aos poucos os alicerces para o conhecimento. Em quatro anos o material que teria o lixo como destino deu lugar a uma biblioteca com três mil e quinhentos títulos. É a única do bairro. Uma das poucas da cidade. Por isso tem muitos associados. A maioria crianças da comunidade”.

Na reportagem que foi ao ar no dia 25/02/2008, sobre o aumento da reciclagem de garrafas plásticas, o repórter destacou: “As máquinas trituram o

desperdício. Removem a sujeira e devolvem à sociedade mais do que minúsculos pedaços de plástico: alívio para o meio ambiente e lucro para a empresa. Ao todo, 10% da produção são exportados”.

5.2.2 - Abordagem Prescritiva

Das 35 matérias selecionadas para a amostra do ano de 2008, 12 foram classificadas como prescritivas, isto é, além de apontarem comportamentos ou atitudes sob um aspecto moral, adicionalmente, prescreviam atitudes, ou seja, havia na matéria ou reportagem uma recomendação, um “dever-ser”, sobre modos de agir.

Das 12 reportagens classificadas como prescritivas sete faziam referência a infrações legais, representando 58% da amostra. Essas infrações foram classificadas pelo telejornal como infração ao Código de Trânsito Brasileiro, infração ao Código de Defesa do consumidor, crime ambiental, transporte irregular de cargas, e infração ao Estatuto do Idoso.

A amostra referente à abordagem prescritiva do ano de 2008 será apresentada em dois blocos. O primeiro bloco descreve as reportagens classificadas pelo telejornal como infrações legais. Em seguida, no segundo bloco, serão apresentadas as reportagens nas quais o telejornal enfatizou atitudes valoradas positivamente como solidariedade, combate ao desperdício de água e perdão; ou negativamente como falta de investimento em prevenção e golpe. As ações relacionadas a cada comportamento/atitude estão descritas no Quadro 6.

Quadro 6

Reportagens com abordagem prescritiva - 2008

Chamadas(título da matéria ou reportagem)	Ator Social	Ação social	Comportamento
62. Combate ao desperdício	População	Economizar água	Combate ao desperdício de água
63. Diretores do Detran de Brasília dão mau exemplo aos motoristas	Agentes públicos	Infrações	Infração legal Código de Trânsito Brasileiro
64. Rede de solidariedade para combater o desperdício de comida	Empresas e ONG's	Doação de frutas, legumes e verduras que não servem mais para venda mas que estão bons para o consumo.	Solidariedade
65. Fabricantes alteram peso ou volume de produtos e contrariam Código do Consumidor ao esconder a informação	Fabricantes	Alteram o peso e o volume dos produtos e escondem a informação	Infração legal – Código de Defesa do Consumidor
66. Comércio descumpre regra e não informa consumidores sobre taxas	Comerciantes	Não informam ao consumidor tudo o que ele terá de pagar em uma compra a prazo	Infração legal – Código de Defesa do Consumidor
67. O perigo dos balões no céu do Brasil	Baloeiros	Soltar balões	Infração legal – Crime ambiental
68. Falta de fiscalização de veículos de carga compromete situação das rodovias	Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT	Não fiscalização de veículos e cargas nas rodovias brasileiras.	Infração legal – transporte irregular de cargas
69. Governo deixou de investir R\$ 300 milhões para evitar desastres ambientais	Governo Federal	Deixou de investir recursos na prevenção de desastres e na defesa civil.	Falta de investimento em prevenção
70. Golpistas enganam quem quer limpar o nome	Golpistas	Enganam devedores	Golpe
71. Lei do cinto ainda é desrespeitada nos ônibus	Passageiros	Não usam cinto de segurança nos ônibus	Infração legal Código de Trânsito Brasileiro

72. Veja porque é tão importante deixar as mágoas de lado e perdoar	Brasileiros	Não guardar mágoas para viver melhor	Perdão
73. Procon dá mau exemplo no interior de SP.	PROCON	Não respeita o Estatuto do idoso	Infração legal – Estatuto do Idoso

Primeiro Bloco

Esse primeiro bloco mostra as reportagens que fizeram referência a comportamentos/attitudes classificadas pelo *Jornal Nacional* como infrações. Os trechos em negrito destacam a referência às infrações legais.

“Quem vai ao supermercado deve prestar muita atenção na hora da compra”. Essa prescrição de atitude foi feita na edição do *JN*, do dia 29/03/2008, e tinha o propósito, segundo o telejornal, de alertar para o fato de que “Alguns fabricantes alteram o peso ou o volume dos produtos e essa informação geralmente fica escondida, contrariando o Código de Defesa do Consumidor”.

Apresentador: Quem vai ao supermercado deve prestar muita atenção na hora da compra. Alguns fabricantes alteram o peso ou o volume dos produtos e essa informação geralmente fica escondida, **contrariando o Código de Defesa do Consumidor**.

Repórter: O consumidor tem que ser avisado toda vez que houver uma mudança na quantidade de um produto embalado. O aviso deve vir na parte da frente da embalagem em destaque. Ainda de acordo com a portaria do Ministério da Justiça, a informação tem que constar no rótulo por, no mínimo, três meses.

Observa-se uma abordagem prescritiva na reportagem veiculada no dia 01/04/2008, que informava que o comércio “descumpre” regra e “não informa” consumidores sobre taxas embutidas nos preços dos produtos nas compras a prazo: “O comércio deveria informar ao comprador tudo o que ele teria que pagar numa compra a prazo”, afirmou a apresentadora. Em seguida, a repórter explicou: “De acordo com a resolução do Conselho Monetário Nacional, o consumidor tem que ser informado sobre todas as taxas e cobranças de financiamentos e de empréstimos. E o cliente tem que ter esses dados logo no início de qualquer negociação”.

Apresentador: Você, que acompanha o *Jornal Nacional*, deve lembrar: há um mês, o **Banco Central criou regras novas para as compras no crediário**.

O comércio deveria informar ao comprador tudo o que ele teria que pagar numa compra a prazo. Mas a repórter Isabela Scalabrini mostra que não é bem assim.

Repórter: **De acordo com a resolução do Conselho Monetário Nacional, o consumidor tem que ser informado sobre todas as taxas e cobranças de financiamentos e de empréstimos.** E o cliente tem que ter esses dados logo no início de qualquer negociação. Pela resolução, as financeiras ou bancos que têm parceria com as lojas têm que divulgar o custo efetivo total. Até os informes publicitários devem trazer os juros, o seguro e despesas com terceiros contratados pela instituição. Tudo o que o consumidor vai pagar.

A abordagem prescritiva também está presente na reportagem que mostrava que a “Falta de fiscalização de veículos de carga compromete situação das rodovias”, exibida no dia 09/07/2008. O telejornal enfatizou que “As irregularidades poderiam ser evitadas se as balanças estivessem funcionando”. No início da reportagem a apresentadora fez questão de destacar: “A fiscalização dos veículos de carga foi regulamentada pelo Código Nacional de Trânsito, mas é como se não existisse”.

Apresentador: **A fiscalização dos veículos de carga foi regulamentada pelo Código Nacional de Trânsito, mas é como se não existisse** - dois, em cada três postos de pesagem estão desativados nas rodovias federais.

Repórter: **As irregularidades** poderiam ser evitadas se as balanças estivessem funcionando, mas o contrato da empresa que fazia a fiscalização venceu no ano passado.

Outro exemplo desse tipo de abordagem pode ser identificado na reportagem exibida no dia 29/12/2008. A reportagem mostra imagens de uma senhora de 68 anos que não recebeu atendimento preferencial em uma unidade do PROCON no interior de São Paulo. O apresentador enfatiza que “Uma instituição criada para zelar pelos direitos do cidadão deu um péssimo exemplo hoje, no interior de São Paulo” e em seguida, citando o Estatuto do Idoso, prescreve que “[...] artigo três, parágrafo único, item um: todo idoso tem direito a atendimento preferencial, imediato e individualizado nos órgãos públicos e privados que prestam serviços à população”.

No dia 11/01/2008, o *JN* exibiu uma reportagem que mostrava o “mau exemplo” dos diretores do DETRAN de Brasília. O caráter prescritivo é identificado na seguinte afirmação: “Pela lei, o motorista que em um prazo de doze meses ultrapassar vinte pontos na carteira perde o direito de dirigir por até oito meses e é obrigado a fazer um cursinho de reciclagem. Os dois diretores do Detran já teriam pontos suficientes para ficar sem a carteira, mesmo assim continuam dirigindo pelas ruas de Brasília”.

“O perigo dos balões no céu do Brasil” foi a chamada da reportagem que foi ao ar no dia 22/05/2008. A reportagem mostrava o perigo que os balões representam ao tráfego aéreo, aos sistemas de comunicação, às redes elétricas e o risco de incêndio em reservas florestais ao caírem e se incendiarem. Ao longo de toda a reportagem o telejornal procurava mostrar que a prática de soltar balões é perigosa e que é classificada como crime.

No dia 13/12/2008, o telejornal exibiu a reportagem “Lei do cinto ainda é desrespeitada nos ônibus”. Na abertura da matéria, o apresentador afirmou: “Muitos passageiros que viajam de ônibus pelo Brasil não cumprem uma lei que foi feita para garantir a vida deles”.

A abordagem prescritiva ficou evidenciada na seguinte afirmação do repórter: “O passageiro pode não gostar, alegar uma série de motivos para não usar o equipamento de segurança, mas é lei. E a exigência vale para os ônibus fabricados a partir de 99, quando o cinto passou a ser obrigatório em todos os veículos”.

Segundo Bloco

No segundo bloco serão apresentadas as reportagens que mostraram comportamentos/atitudes valorados positivamente ou negativamente pelo telejornal.

O anúncio de que o governo “deixou de gastar mais de trezentos milhões de reais que poderiam ter ajudado a evitar desastres ambientais”, mostra a abordagem prescritiva utilizada pelo telejornal na reportagem que foi ao ar no dia 01/12/2008.

Apresentador: O governo deixou de gastar, este ano, mais de trezentos milhões de reais **que poderiam ter ajudado a evitar desastres ambientais como o do Vale do Itajaí.**

Repórter: Em Santa Catarina, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo os estragos são visíveis. E os governos – federal, estaduais, municipais – ainda não sabem quanto vão gastar para recuperar, para reconstruir o que ficou assim. **Um gasto que poderia até ser um pouco menor se a administração pública tivesse feito todas as obras de prevenção a desastres, como as enchentes. Obras previstas no orçamento da União, no Programa de Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres.** [...] O ministro da Integração Nacional reconhece que o governo pode fazer mais e concorda que com obras preventivas os gastos pós-tragédias seriam menores.

“Golpistas enganam quem quer limpar o nome”. Essa foi a chamada da reportagem que foi ao ar no dia 05/12/2008. Essa reportagem mostrava uma mulher que devia cerca de cinco mil reais e se interessou por um anúncio no jornal que prometia limpar o nome dela pagando apenas trezentos reais.

Após efetuar o pagamento, descobriu tratar-se de um “golpe”. A reportagem deixou a seguinte lição: “A única forma de limpar o nome é pagando o que deve. Não há outra maneira de sair da lista de inadimplentes”.

Apresentador: Brasileiros que precisam limpar o nome na praça estão sendo enganados por aproveitadores. Golpistas que cobram por um serviço que qualquer um pode fazer sem intermediários.

Repórter: Constrangida, esta mulher não quer ser identificada. Deve quase cinco mil reais no comércio e acreditou em um anúncio de jornal que prometia tirar o nome dela do SPC, pagando menos de trezentos reais. Tudo combinado por telefone. Depois de fazer o depósito, ela percebeu o golpe. [...] A única forma de limpar o nome é pagando o que deve. Não há outra maneira de sair da lista de inadimplentes.

No dia 24/01/2008, o *JN* exibiu a reportagem “Combate ao desperdício”. Nela, o telejornal prescreveu aos telespectadores alguns cuidados para economizar água, afirmando que estes “seriam ótimos para o meio ambiente e para o bolso”.

Apresentador: No mundo todo os ambientalistas vivem repetindo que a proteção dos recursos da natureza depende de cada um e não só de ações de governos. No Brasil desses dias, em que chove menos do que o necessário, alguns cuidados com a água, por exemplo, seriam ótimos para o meio ambiente e para o bolso.

Repórter: O combate ao desperdício exige cuidados na casa inteira. Mas de todos os cômodos, este é o que merece mais atenção. É no banheiro que a economia pode fazer a maior diferença. É onde ocorrem 60% do consumo de água de uma família. Apertar a descarga embutida mais do que o necessário é um erro comum. O banho mais rápido economiza água e energia elétrica, outro motivo de preocupação. Segundo a Eletrobrás, o brasileiro poderia economizar em média 15% da luz que consome.

Na reportagem “Rede de solidariedade para combater o desperdício de comida”, exibida no dia 23/02/2008, o telejornal aponta que “Trinta por cento de tudo o que poderia ir para a mesa dos brasileiros acaba no lixo” e mostra uma ação solidária que, segundo o telejornal, “faz a ponte entre o desperdício e a fome”.

Apresentador: Trinta por cento de tudo o que poderia ir para a mesa dos brasileiros acaba no lixo. Para combater o desperdício de comida uma rede de solidariedade se multiplica. [...] Em uma creche de São Paulo o almoço de cada dia é fruto de uma colheita, uma colheita urbana.

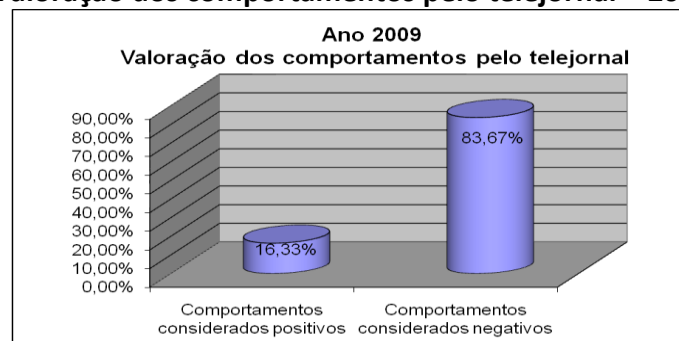
Repórter: Para chegar até a creche os alimentos que vêm do supermercado não passam pelo caixa. [...] Nós brasileiros desperdiçamos diariamente trinta e nove milhões de quilos de alimentos. Esse desperdício acontece na colheita, na produção, na industrialização. Nós consumidores temos nessa

conta uma participação importante: desperdiçamos 17% dos alimentos que consumimos.

“Veja porque é tão importante deixar as mágoas de lado e perdoar”. Esse apelo foi feito na edição do dia 23/12/2008, pelo *JN*. A reportagem mostrava que sentimentos como raiva, ódio, rancor e mágoas desenvolvem uma ansiedade crônica que aumenta o estresse e pode desencadear uma série de doenças. A reportagem prescrevia: “Para a raiva que pesa, o rancor que envenena, a mágoa que fere existe um antídoto, um remédio chamado perdão”.

5.3- Ano de 2009

Gráfico 7
Valoração dos comportamentos pelo telejornal – 2009



5.3.1 - Abordagem Valorativa

Das 49 reportagens referentes ao ano de 2009, 31 foram classificadas como valorativas, isto é, faziam referências explícitas a comportamentos ou atitudes valorados pelo telejornal como positivos ou negativos. Nesse tipo de abordagem, apresentadores e repórteres utilizam juízo de valor para julgar, sob uma perspectiva moral, os comportamentos/atitudes dos personagens da narrativa jornalística.

Das 31 reportagens classificadas como valorativas 23 faziam referência a infrações legais, representando 74% da amostra. Essas infrações foram classificadas pelo telejornal como omissão, fraude, infração ao Código de Trânsito Brasileiro, venda ilegal, falsidade ideológica, crime ambiental, venda clandestina de medicamentos, sonegação fiscal, roubo, crime contra a ordem econômica, exercício ilegal da medicina, infração à Lei Seca, violação dos direitos humanos e desperdício de dinheiro público.

A amostra referente à abordagem valorativa do ano de 2009 será apresentada em dois blocos. O primeiro bloco descreve as reportagens classificadas pelo telejornal como infrações legais. Em seguida, no segundo bloco, serão apresentadas as reportagens nas quais o telejornal enfatizou atitudes valoradas positivamente como solidariedade e honestidade; ou negativamente como descaso, desrespeito e falta de educação. As ações relacionadas a cada comportamento/atitude estão descritas no Quadro 7.

Quadro 7

Reportagens com abordagem valorativa - 2009

Chamadas(título da matéria ou reportagem)	Ator Social	Ação social	Comportamento
74. Descaso deixa rodovia em situação gravíssima	DNIT	Rodovias federais estão esburacadas e sem sinalização	Infração legal – omissão
75. Fraude ameaça saúde de sertanejos no Ceará	Prestadores de serviço	Abastecem em locais com água contaminada	Infração legal – fraude
76. Motoristas se arriscam para não pagar pedágio	Motoristas	Andam na contramão	Infração legal Código de Trânsito Brasileiro
77. Terras são vendidas ilegalmente em Mato Grosso	Posseiros	Venda de lotes destinados à assentamentos para Reforma Agrária.	Infração legal – venda ilegal
78. Motoristas flagrados jogando lixo nas estradas	Motoristas	Atirar de dentro do carro coco, garrafas plásticas, copos e todo tipo de lixo nas estradas.	Infração legal Código de Trânsito Brasileiro
79. Profissionais arranjam tempo para o voluntariado	Profissionais	Realização de trabalho voluntário	Solidariedade
80. Voluntários ajudam vítimas de Santa Catarina	Voluntários	Ajuda às vítimas das enchentes	Solidariedade
81. Imprudência causa muitos acidentes no trânsito	Motoristas	Acidentes de trânsito causados por imprudência de motoristas	Imprudência
82. O comércio ilegal e imoral de monografias	Estudantes	Compra de trabalhos acadêmicos	Infração legal – falsidade ideológica
83. Câmeras flagram desrespeito com pedestres	DNIT	Desrespeito	Infração legal Código de Trânsito Brasileiro
84. Ladrões de madeira atuam livremente no Nordeste do Pará	Ladrões de madeira	Árvores são cortadas e transportadas ilegalmente	Infração legal- Crime ambiental

85. Pedestres sofrem com calçadas inadequadas	Prefeituras	Obstáculos e perigos em calçadas	Desrespeito com o pedestre
86. Trabalho voluntário atende populações ribeirinhas do Pantanal	Voluntários	Atendimento a populações ribeirinhas	Solidariedade
87. Reprovados no teste do bafômetro continuam dirigindo	Motoristas	Recuperar carteira de motorista apreendida	Infração legal Código de Trânsito Brasileiro
88. Motoristas de ônibus cometem muitas infrações	Motoristas de ônibus	Imprudência	Infração legal Código de Trânsito Brasileiro
89. Truque esconde pneu careca em caminhões	Caminhoneiros	Utilização de bandas de borracha sobre o pneu careca.	Infração legal Código de Trânsito Brasileiro
90. Remédios são vendidos nas feiras livres de Fortaleza	Ambulantes	Vendem remédios em feiras	Infração legal – venda clandestina de medicamentos
91. Brasileiros compram carros ilegais na fronteira com o Paraguai	Brasileiros	Comprar carros na fronteira com o Paraguai, mais baratos e livres de impostos.	Infração legal – sonegação fiscal
92. Cheques roubados são vendidos em Belo Horizonte	Golpistas	Vendem folhas de cheques roubados	Infração legal - roubo
93. Golpistas alteram quilometragem de carros	Golpistas	Adulteração da quilometragem dos carros.	Fraude – Código do Consumidor
94. Brasileiros compram gás ilegal na Argentina	Brasileiros	Comprar botijões de gás na Argentina	Infração legal- crime contra a ordem econômica
95. Estudante exerce ilegalmente a Medicina, em Belém	Estudante de medicina	Exercício ilegal da medicina	Infração legal - Exercício ilegal da medicina
96. Lei seca não inibe todos os motoristas	Motoristas	Dirigir bêbado	Infração legal- Lei Seca e Código de Trânsito Brasileiro

97. Feriado registra cenas de desobediência à Lei Seca	Motoristas	Dirigir embriagado	Infração legal- Lei Seca e Código de Trânsito Brasileiro
98. Motoristas que tiveram o direito de dirigir suspenso ainda estão nas ruas	Motoristas	Ultrapassaram 20 pontos na carteira e tiveram o direito de dirigir suspenso	Infração legal Código de Trânsito Brasileiro
99. Crianças esperam brinquedos em estradas	Pedestres	Acampar nos acostamentos das estradas com crianças	Imprudência
100. Patrimônio de bibliotecas sofre na mão de usuários	Usuários das bibliotecas	Falta de cuidados com os livros	Falta de educação
101. PA: lojas se instalam na Câmara de Vereadores	Câmara de Vereadores de Belém	Lojas comerciais funcionam nas dependências da Câmara sem pagar nada	Utilização de um bem público para fins comerciais
102. Presos são confinados em contêineres no Espírito Santo	Delegacia de Serra/ES	Manter presos em contêineres	Infração legal- Direitos Humanos
103. Motos para salvamento estão paradas na garagem	Governo Federal	Veículos adquiridos para atendimento de emergência estão parados.	Desperdício de dinheiro público Omissão e negligência
104. Diarista devolve envelope com dinheiro no DF	Diarista	Devolveu o envelope que achou com R\$ 4.500,00	Honestidade

Primeiro Bloco

Esse primeiro bloco mostra as reportagens que fizeram referência a comportamentos/attitudes classificadas pelo *Jornal Nacional* como infrações. Os trechos em negrito destacam a referência às infrações legais.

A reportagem exibida no dia 13/01/2009, mostrou o que o telejornal classificou como “descaso das autoridades”. A apresentadora enfatizou: “[...] o descaso das autoridades produziu uma situação gravíssima”. As imagens mostravam a rodovia

dividida por uma linha sinuosa que atrapalhava a visão dos motoristas, além de lama e buracos.

Apresentador: Na BR-101 Norte, entre o Espírito Santo e a Bahia, **o descaso das autoridades produziu uma situação gravíssima**. Quem conta é o repórter André Junqueira.

Repórter: Não é ilusão de ótica, nem a simulação do que poderia ser a visão de um motorista embriagado. Este trecho da BR-101 Norte, que liga o Espírito Santo à Bahia, foi sinalizado dessa forma: uma faixa contínua, sinuosa, que se estende por sete quilômetros.

“Uma fraude na Operação Carro-Pipa está pondo em risco a saúde dos sertanejos no Ceará”, afirmou o apresentador na reportagem exibida no dia 14/01/2009, sobre a qualidade da água que abastece uma comunidade no Ceará. O repórter explica: “Este vídeo gravado por um cinegrafista amador mostra a origem do problema. Um carro-pipa faz a coleta neste açude da cidade, basta uma garrafinha para constatar a péssima qualidade da água do reservatório que está sempre cercado de urubus”.

No dia 19/01/2009, o telejornal exibiu uma reportagem mostrando a atitude de motoristas que, para economizar no pedágio, andavam na contramão e cortavam o canteiro central da rodovia. A apresentadora enfatizou que os motoristas estavam cometendo “infrações de trânsito gravíssimas em rodovias federais”. E o repórter completou: “[...] Os motoristas infratores não se intimidam com a presença da polícia. [...] muitos motoristas driblam a cobrança de forma perigosa. Para escapar, dois seguem na contramão pela pista do canto de uma rodovia federal. [...] Ao tentar economizar desviando do pedágio, o motorista já está cometendo três infrações gravíssimas: manobra perigosa, trafegar na contramão e cortar o canteiro central”.

“Terras são vendidas ilegalmente em Mato Grosso”, essa foi a chamada da reportagem que foi ao ar no dia 21/01/2009. O apresentador afirmou que “lotes de terra destinados à reforma agrária estão sendo vendidos em Mato Grosso e servindo à exploração ilegal de madeira”. E o repórter complementou: “Além do comércio de lotes, a área do assentamento também está sendo usada para exploração ilegal de madeira”.

No dia 03/02/2009, o *JN* exibiu uma reportagem que mostrava motoristas jogando lixo pela janela do carro. O apresentador enfatizou: “Não é de hoje que você vê, aqui no *Jornal Nacional*, flagrantes de imprudência e de excesso de velocidade nas

nossas estradas, mas o que você vai ver agora é um outro comportamento que tem chamado a atenção da Polícia Rodoviária Federal”. O comportamento foi classificado pelo repórter como “lamentável”; a reprovação é explicitada: “Em outra cena, a mão, que deveria segurar o volante, está do lado de fora do carro e segura uma garrafa d'água”.

A “imprudência de motoristas” foi objeto da reportagem que foi ao ar no dia 03/03/2009. Nela, o apresentador relembra uma reportagem anterior que relacionava o aumento do número de acidentes com o aumento da frota de carros e motos, porém, acrescenta uma variável adicional: “a imprudência dos motoristas”. A repórter mostra aos telespectadores um comportamento “imprudente”: “A moto avançou o sinal vermelho, na Zona Sul do Rio, e o motorista do ônibus não conseguiu parar. O motociclista levava a mulher e o filho de seis anos na garupa. Ela morreu na hora, o menino teve ferimentos leves e o estado do pai é gravíssimo”. Mais imagens de comportamentos “imprudentes” de motociclistas são mostradas e a repórter acrescenta: “Eles se espremiam entre os carros no meio do trânsito, andam pela faixa dos ônibus, aceleram nos corredores, conversam pelo telefone e, se erram o caminho, dão um jeito para não perder ainda mais tempo”.

O “comércio ilegal e imoral de monografias” foi objeto da reportagem exibida no dia 27/03/2009. O apresentador abre a reportagem afirmando: “O que você vai ver a seguir é uma denúncia que traz à tona um comércio ilegal e imoral: a venda de trabalhos acadêmicos que dão direito a um diploma universitário”. Respalhando-se nas afirmações de um advogado, o repórter sentencia “quem vende monografias comete crime de falsidade material e, quem compra, falsidade material e ideológica”.

Apresentador: O que você vai ver a seguir é uma denúncia que traz à tona **um comércio ilegal** e imoral: a venda de trabalhos acadêmicos que dão direito a um diploma universitário.

Repórter: "Não transforme sua graduação ou pós em uma enorme dor de cabeça [...]". [...] Segundo este advogado, **quem vende monografias comete crime de falsidade material e, quem compra, falsidade material e ideológica.**

No dia 12/06/2009, o JN exibiu a reportagem “Ladrões de madeira atuam livremente no Nordeste do Pará”. Na abertura da matéria o apresentador afirmou: “Em uma das regiões mais devastadas da Amazônia, o Nordeste do Pará, ladrões de madeira operam livremente”. Em seguida, o repórter destacou: “[...] Os motoristas

desses caminhões estão cometendo um crime que tem pena de até um ano de detenção: transportam madeira roubada da floresta amazônica”.

No dia 23/06/2009, o *JN* mostrou que “Reprovados no teste do bafômetro continuam dirigindo normalmente em Fortaleza”. O apresentador destacou: “O Jornal Nacional revelou, na última segunda-feira, o esquema usado por alguns motoristas embriagados para driblar a fiscalização da lei seca, em Fortaleza. Nesta terça, o repórter Alessandro Torres mostra quanto tempo se leva para recuperar uma carteira de habilitação apreendida numa blitz”.

E o repórter explicou: “Depois de serem reprovados no teste do bafômetro, os motoristas alcoolizados recebem a notificação da multa e têm a carteira de habilitação recolhida pelos fiscais”. Em seguida explicou que os próprios fiscais do DETRAN orientam o condutor para recuperar a carteira no dia seguinte, pois, de acordo com a lei, o motorista só pode perder a carteira depois que todas as possibilidades de defesa se esgotam.

A “imprudência no trânsito” foi novamente objeto da reportagem exibida no dia 14/07/2009. Nela, o telejornal destacou que: “Nem mesmo o grande número de multas aplicadas reduz as ações que põem em riscos pedestres e passageiros”. A reportagem mostrou também o “risco de ser conduzido sem cuidado” por motoristas de ônibus que cometem infrações.

Apresentador: O *Jornal Nacional* desta terça-feira **mostra imagens de imprudência no trânsito** da maior cidade brasileira. Os autores são motoristas de ônibus. Nem mesmo o grande número de multas aplicadas **reduz as ações que põem em riscos pedestres e passageiros**, como mostra o repórter César Menezes.

Repórter: Um péssimo jeito de começar o dia. E ônibus lotado é só um dos problemas. Pior é o risco de ser conduzido sem cuidado.

Na edição do dia 25/07/2009, o *JN* mostrou o que classificou como uma “prática comum e perigosa”. A tal prática é a reforma de pneus, denominada na reportagem de “perucagem”. O telejornal afirmou que “Caminhoneiros têm desrespeitado normas de segurança nas estradas para baratear os custos do transporte”. O repórter afirmou que “Reformar pneus não é proibido desde que sejam respeitadas as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas, do Departamento Nacional de Trânsito e do Inmetro”.

O “desrespeito à lei, aos cofres públicos e à saúde”, foi o tema da reportagem que foi ao ar no dia 04/08/2009. O apresentador iniciou a reportagem afirmando que os repórteres foram à feira “mas não para fazer compras”. Em seguida, o repórter mostra que “Entre frutas, verduras e legumes, os consumidores das feiras livres de Fortaleza encontram remédios, vendidos em bancas, como qualquer outro produto”. O telejornal deixou claro que “A venda clandestina de medicamentos é crime com pena prevista de 10 a 15 anos de prisão”.

Apresentador: Essa edição do *Jornal Nacional* vai começar com uma denúncia dos nossos repórteres em Fortaleza. Alessandro Torres e Fabiano Moreira foram à feira, mas não para fazer compras. **Eles registraram um desrespeito à lei, aos cofres públicos e à saúde.**

Repórter: Entre frutas, verduras e legumes, os consumidores das feiras livres de Fortaleza encontram remédios, vendidos em bancas, como qualquer outro produto. [...] **A venda clandestina de medicamentos é crime com pena prevista de dez a quinze anos de prisão.** Estes vendedores foram presos em flagrante ao vender centenas de medicamentos em uma feira livre.

No dia 05/08/2009, o telejornal mostrou que brasileiros à procura de carro mais barato estavam se interessando por “vantagem criminosa”. O telejornal alertou que “todas essas vantagens são, na verdade, crimes. Um brasileiro não pode simplesmente comprar um carro estrangeiro para rodar aqui”.

Apresentador: Muitos brasileiros à procura de carro mais barato estão se interessando por ofertas anunciadas na fronteira do Brasil com o Paraguai.

Apresentador: Mas a reportagem de Tiago Eltz e Zito Terres **mostra que a vantagem é criminosa.**

Repórter: [...] Esses carros paraguaios não pagam IPVA, licenciamento ou seguro obrigatório no Brasil. As multas que levam dificilmente são cobradas, já que eles estão registrados em outro país. **Mas todas essas vantagens são, na verdade, crimes.** Um brasileiro não pode simplesmente comprar um carro estrangeiro para rodar aqui.

No dia 10/08/2009, foi ao ar uma reportagem cuja chamada era “Cheques roubados são vendidos em Belo Horizonte”. Na abertura do telejornal, a apresentadora afirmou: “Esta edição do *Jornal Nacional* começa com o flagrante de um crime”. Em seguida, continuou: “Cheques roubados ou perdidos são negociados à luz do dia no centro de Belo Horizonte”.

Na edição do dia 15/08/2009, o *JN* mostrou que “proprietários e mecânicos estão adulterando a quilometragem de carros usados para vendê-los como se fossem mais novos”. Na reportagem os proprietários e mecânicos foram classificados como “golpistas” e a adulteração foi classificada como “fraude”. O telejornal ainda alertou: “Quem vende carro com o hodômetro adulterado comete crime contra o consumidor e pode pegar de três meses a um ano de prisão. Quem altera a quilometragem pode passar mais tempo atrás das grades”.

No dia 22/08/2009, o *JN* afirmou que “Brasileiros compram gás ilegal na Argentina”. O apresentador destacou: “Brasileiros estão atravessando a fronteira para comprar botijões de gás pela metade do preço, na Argentina, o problema é que os botijões são enchidos em barracões clandestinos”.

“Estudante exerce ilegalmente a Medicina, em Belém”, essa foi a chamada da reportagem que foi ao ar no dia 24/08/2009. Na chamada da matéria o apresentador enfatizou: “Você vai ver agora um flagrante do exercício ilegal da medicina num hospital público de Belém. O homem de branco que examina os pacientes e receita os remédios não é um médico. Mas tem a confiança do diretor”.

Na edição do dia 17/09/2009, a notícia da prisão de um médico acusado de dirigir bêbado e provocar vários acidentes em Belo Horizonte e a informação de que ele possuía mais que o dobro da pontuação permitida na carteira, levou a apresentadora a afirmar que “nem sempre a punição a esses motoristas chega a tempo de evitar novas imprudências”.

O “desrespeito à lei seca” foi destacado pelo apresentador na abertura da reportagem que mostrava motoristas que se envolveram em acidentes depois de ingerir bebida alcoólica, na edição do dia 12/10/2009. Foram mostradas imagens do “desrespeito” de um motorista que, segundo a reportagem, tinha bebido o dia inteiro.

No dia 12/10/2009, o *JN* mostrou que “Motoristas que tiveram o direito de dirigir suspenso ainda estão nas ruas”. O apresentador informou: “Motoristas que já ultrapassaram os 20 pontos na carteira e tiveram o direito de dirigir suspenso ainda estão nas ruas apenas porque não entregaram o documento ao Detran”.

No dia 12/10/2009, o telejornal exibiu uma reportagem em que mostrava “flagrantes de imprudências de pedestres”. Destacou também a falta de ação da Polícia Rodoviária.

As imagens mostravam famílias acampadas nos acostamentos das estradas, no Rio de Janeiro, à espera de um presente pelo dia da criança. A reportagem enfatizou que “o Código Brasileiro de Trânsito não permite que pedestres fiquem parados no acostamento. Mas a patrulha da Polícia Rodoviária que passou pelo local nada fez com as famílias que estavam na beira da estrada”.

A imagem de presos confinados em contêineres em uma delegacia da cidade de Serra, no Espírito Santo, foi classificada pela apresentadora do *JN* como uma “situação absurda”, na reportagem exibida no dia 06/11/2009.

Apresentador: No início deste ano, o *Jornal Nacional* mostrou uma situação absurda em uma delegacia da cidade de Serra, no Espírito Santo. **Presos confinados em contêineres**. O repórter André Junqueira comprovou hoje que esse absurdo não teve fim.

Repórter: Dentro da estrutura de metal feita de chapas de aço, sem grades ou janelas, os presos reclamam pela pequena abertura, usada para entregar comida.

A crítica ao que o telejornal classificou como “um investimento milionário do governo federal”, foi mostrada na edição do *JN* do dia 26/11/2009. Os apresentadores foram enfáticos em mostrar que dois anos depois de o serviço de atendimento de emergência por meio de motos haver sido criado, ainda não estava funcionando plenamente: “Um investimento milionário do governo federal para salvar vidas no trânsito violento das nossas cidades ainda não espalhou benefícios pelo país. [...] E isso dois anos depois de ser criado”.

O repórter destacou que a maioria das quatrocentas motolâncias adquiridas pelo Ministério da Saúde, “até agora, não ajudou a socorrer ninguém”.

Segundo Bloco

No segundo bloco serão apresentadas as reportagens que mostraram comportamentos/atitudes valorados positivamente ou negativamente pelo telejornal.

No dia 07/02/2009, o *JN* exibiu uma reportagem que mostrava o trabalho de profissionais que se dedicam ao voluntariado. O apresentador destacou que “mesmo com a agenda apertada, muitos profissionais conseguem dedicar parte do tempo a trabalhos voluntários”. O repórter questionou: “O consultório, a oficina, a clínica, o

salão já têm seus clientes e por que não atender quem precisa e não pode pagar?” O telejornal utilizou uma metáfora: “Não é exagero dizer que em uma casa cedida pelo hospital Beneficência Portuguesa na Zona Oeste de São Paulo há anjos trabalhando”.

Apresentador: Mesmo com a agenda apertada, muitos profissionais conseguem dedicar parte do tempo a trabalhos voluntários. E com isso, acabam realizando os sonhos de muita gente. A reportagem é de Graziela Azevedo.

Repórter: O diploma está na parede. O consultório, a oficina, a clínica, o salão já têm seus clientes e por que não atender quem precisa e não pode pagar? Sim é possível abrir um pequeno espaço na agenda e com esse gesto simples, fazendo exatamente o que sabem, milhares de brasileiros se tornam voluntários.

Repórter: [...] Não é exagero dizer que em uma casa cedida pelo hospital Beneficência Portuguesa na Zona Oeste de São Paulo há anjos trabalhando.

No dia 24/02/2009, o JN exibiu uma reportagem cuja chamada era “Voluntários ajudam vítimas de Santa Catarina”. O apresentador afirmou que “profissionais liberais e funcionários públicos trocaram o carnaval pelo trabalho voluntário” e o repórter destacou: “É o bloco da solidariedade”.

O trabalho voluntário também foi o tema da reportagem exibida no dia 20/06/2009, cuja chamada foi “Trabalho voluntário atende populações ribeirinhas do Pantanal. A reportagem mostrou voluntários a bordo de um barco atendendo a população ribeirinha no Pantanal. Esse trabalho foi apresentado pelo telejornal como: “A bordo de um barco, médicos, estudantes, e pessoas com vontade de fazer o bem, levam esperança para famílias que vivem praticamente isoladas”.

A reportagem que foi ao ar no dia 11/12/2009 e mostrou uma diarista do Distrito Federal que devolveu um envelope com quatro mil e quinhentos reais encontrados na rua, foi apresentada com a seguinte chamada: “Numa cidade bem próxima de Brasília, a repórter Poliana Abritta registrou uma história que envolve dinheiro e caráter. Mas com um desfecho diferente”.

E a repórter completou: “[...] A história de dona Creuza virou notícia. Ela que sempre foi uma pessoa discreta, pouco conhecida, agora é motivo de orgulho para os vizinhos que não se cansam de comentar o gesto de honestidade”.

“Câmeras flagram desrespeito com pedestres”, foi a chamada da reportagem exibida no dia 02/05/2009. Na abertura da reportagem o apresentador avisou: “Você vai ver agora flagrantes que nossos repórteres fizeram no Espírito Santo. São imagens da falta de segurança no trânsito, causada por lombadas eletrônicas desativadas nas

estradas brasileiras”. E o repórter alerta: “Esta é a BR 101 Norte, que corta a cidade de serra, na grande Vitória. o perigo passa por aqui todo dia. Quem tem compromisso do outro lado da pista não tem outro caminho. Sem faixa de pedestre ou equipamentos eletrônicos para que os motoristas reduzam a velocidade, atravessar a pista aqui vira uma aventura. [...] A placa indica a velocidade menor. Mas quem se preocupa com a fiscalização eletrônica? Os equipamentos estão desligados em todo o país”.

No dia 15/06/2009, o *JN* mostrou “uma forma muito comum de desrespeito aos cidadãos brasileiros”. Na chamada da reportagem o apresentador enfatizou: “O *Jornal Nacional* vai mostrar uma forma muito comum de desrespeito aos cidadãos brasileiros. Tão comum que pode ser percebida em praticamente todas as nossas cidades, inclusive na sua”. A reportagem mostrava que, na maioria das cidades brasileiras, as calçadas estão ocupadas com mesas, cadeiras, orelhões, possuem piso escorregadio e buracos, dificultando a locomoção dos pedestres.

A “falta de educação” dos usuários de uma das bibliotecas da Universidade Federal do Espírito Santo foi mostrada na reportagem exibida no dia 24/10/2009. O apresentador afirmou: “A falta de educação pode acabar com um dos maiores patrimônios da Universidade Federal do Espírito Santo”. O repórter destacou: “Na estante, em uma das bibliotecas da Universidade Federal do Espírito Santo, tem histórias de horror para quem trabalha com educação. Os livros são vítimas. O vilão, os próprios usuários”.

Repórter: Na estante, em uma das bibliotecas da Universidade Federal do Espírito Santo, tem histórias de horror para quem trabalha com educação. Os livros são vítimas. O vilão, os próprios usuários. O descuido acontece a todo momento.

Repórter: [...] Acontece de tudo. O livro levado para casa voltou com uma mordida de cachorro. O tratado de medicina foi usado como guarda-chuva. Quem fez isso se protegeu da água, mas deixou o livro empenado e páginas coladas umas nas outras. Foram alunos, que vão ter que pagar o prejuízo.

Repórter: [...] Os livros também sofrem com ataques inexplicáveis. O romance perdeu a graça com páginas rasgadas. Do livro de direito, páginas foram arrancadas. E na publicação de filosofia, o que é mais importante? Praticamente tudo foi riscado com caneta marca texto. Em outras bibliotecas ligadas à universidade, mais livros que não resistem ao descaso.

Em reportagem no dia 02/11/2009, o telejornal mostrou que “Quem visita a Câmara de Vereadores de Belém pode imaginar que bateu na porta errada”.

A reportagem mostrou que “Empresas particulares estão usando o espaço público para vender de tudo. E sem pagar nada por isso”.

Apresentador: Quem visita a Câmara de Vereadores de Belém pode imaginar que bateu na porta errada. Empresas particulares estão usando o espaço público para vender de tudo. E sem pagar nada por isso.

Repórter: Tudo em dez vezes sem juros e com desconto de até 40%. Parece loja, mas é a Câmara dos Vereadores de Belém. Quem passa por aqui costuma encontrar motos, colchões, travesseiros e ofertas de eletrodomésticos.

5.3.2 - Abordagem Prescritiva

Das 49 matérias selecionadas para a amostra do ano de 2009, 18 foram classificadas como prescritivas, isto é, além de apontarem comportamentos ou atitudes sob um aspecto moral, adicionalmente, prescreviam atitudes, ou seja, havia na matéria ou reportagem uma recomendação, um “dever-ser”, sobre modos de agir.

Das 18 reportagens classificadas como prescritivas nove faziam referência a infrações legais, representando 50% da amostra. Essas infrações foram classificadas pelo telejornal como infração ao Código de Defesa do Consumidor, fraude, golpe, violação dos direitos humanos, infração ao Código de Trânsito Brasileiro, uso irregular do programa Farmácia Popular, infração à lei que determina o cadastramento dos usuários de celulares pré-pagos e crime ambiental.

A amostra referente à abordagem prescritiva do ano de 2009 será apresentada em dois blocos. O primeiro bloco descreve as reportagens classificadas pelo telejornal como infrações legais. Em seguida, no segundo bloco, serão apresentadas as reportagens nas quais o telejornal enfatizou atitudes valoradas positivamente como honestidade, solidariedade, obediência ao Código de Trânsito Brasileiro e aceitação da diversidade; ou negativamente como descaso, falta de educação e desperdício de água. As ações relacionadas a cada comportamento/atitude estão descritas no Quadro 8.

Quadro 8

Reportagens com abordagem prescritiva - 2009

Chamadas(título da matéria ou reportagem)	Ator Social	Ação social	Comportamento
105. Empresas ainda não cumprem regras de atendimento ao consumidor	Empresas	Não cumprem regras de atendimento ao consumidor.	Infração legal- Código de Defesa do Consumidor
106. Redutores eletrônicos estão desativados em estradas do país	DNIT	Redutores de velocidade desativados nas estradas brasileiras	Descaso
107. Natureza é tratada como lixeira no Nordeste	Turistas	Jogam lixo nas praias	Falta de educação
108. O golpe milionário da madeira ilegal no Pará	Agentes públicos e madeireiros	Concessão de autorizações para a retirada de madeira de assentamentos do Incra	Infração legal- Fraude
109. Desempregados são enganados por falsas empresas	Falsas empresas	Mentem ao oferecer serviço de recolocação profissional	Infração legal – Golpe
110. Pessoas que não foram sequer julgadas são presas em condições subumanas no ES	Delegacia da cidade de Serra/ES	Presos são colocados dentro de contêineres trancados com correntes e cadeados, sem grades ou janelas.	Infração legal- Violação dos Direitos Humanos
111. Catadora acha dinheiro no lixo e devolve ao dono	Catadora de papel	Achou sacolas cheias de dinheiro no lixo e as devolveu ao dono	Honestidade
112. Imprudência e descuido levam perigo às estradas	Motoristas	Falta de respeito às leis de trânsito e falta de manutenção do veículo	Infração legal Código de Trânsito Brasileiro
113. Trotes do bem realizados no Paraná e no Ceará	Estudantes	Calouros realizaram o trote solidário	Solidariedade
114. Desperdício de água em	Prestador de	A água	Desperdício

região de seca do Sergipe	serviço	transportada vaza pelos buracos dos carros-pipa que estão em péssimo estado de conservação.	
115. Programa Farmácia Popular está sendo usado de forma irregular pelas drogarias	Drogarias	Drogarias usam o programa do governo com o intuito de atraírem mais clientes e obterem lucro	Infração legal- Uso irregular do programa do Governo Federal
116. O Brasil precisa saber que ser diferente é normal	Brasileiros	Portadores de Síndrome de Down devem frequentar rede regular de ensino pública e privada	Aceitação da diversidade
117. Comércio descumprem lei de apresentação de preços	Comerciantes	Os preços dos produtos não estão visíveis nos locais de vendas	Infração legal- Código de Defesa do Consumidor
118. Rio e São Paulo gastam fortunas com lixo nas ruas	População	Alto custo de limpeza das ruas	Falta de educação
119. Ciclistas desconhecem regras de trânsito	Ciclistas	Informação aos ciclistas sobre regras de trânsito	Obediência ao Código de Trânsito Brasileiro
120. Clínicas de tratamento estético ignoram perigos do bronzeamento artificial	Clínicas de tratamento estético	Ignoram a recomendação de médicos e especialistas sobre os riscos do bronzeamento artificial.	Descaso
121. Celulares pré-pagos são vendidos sem registro	Operadoras de celular	A habilitação do chip de celular é feita sem o registro dos dados do usuário.	Infração legal- cadastramento de usuários de celular pré-pago
122. Balões ameaçam voos no Galeão, no Rio de Janeiro	Baloeiros	Soltar balões	Infração legal- Crime ambiental

Primeiro Bloco

Esse primeiro bloco mostra as reportagens que fizeram referência a comportamentos/attitudes classificadas pelo *Jornal Nacional* como infrações. Os trechos em negrito destacam a referência às infrações legais.

A reportagem que foi ao ar no dia 06/01/2009 mostrou que algumas empresas ainda não estavam cumprindo as regras de atendimento ao consumidor. O caráter prescritivo é identificado pela afirmação do apresentador da existência do Decreto que regulamentava a lei e de que este já havia entrado em vigor há mais de um mês.

Um “golpe milionário da madeira ilegal no Pará” foi o tema da reportagem apresentada na edição do *JN*, do dia 26/01/2009. A reportagem mostrava que funcionários da Secretaria de Meio Ambiente do estado teriam recebido propina para conceder as autorizações para a retirada de madeira de assentamentos do Incra. As autorizações indevidas foram classificadas pelo telejornal como “fraude” e “golpe” e a floresta amazônica, como “um patrimônio do Brasil”.

O apresentador enfatizou que “a fraude teve a conivência comprovada de quem deveria combater esse tipo de crime”, isto é, os funcionários da Secretaria de Meio Ambiente do Estado.

Apresentador: Um golpe milionário contra um patrimônio do Brasil foi descoberto no estado do Pará. **Uma fraude que teve a conivência comprovada de quem deveria combater esse tipo de crime.**

Repórter: **O golpe começou no fim do ano passado**, quando a Secretaria de Meio Ambiente do Pará concedeu autorizações para a retirada de madeira de assentamentos do Incra.

Na reportagem exibida no dia 29/01/2009, cuja chamada era “Desempregados são enganados por falsas empresas”, a abordagem prescritiva do telejornal é identificada na recomendação: “É preciso ter cuidado ao recorrer a agências de emprego para conseguir uma colocação no mercado. Essas agências não vendem vaga de trabalho e se alguma oferecer isso, desconfie”.

Na edição do dia 05/02/2009, foi ao ar uma reportagem que mostrava presos dentro de um contêiner, na cidade de Serra, no Espírito Santo. A abordagem prescritiva dessa reportagem se caracterizou pela forma como a apresentadora se dirigia ao público e por afirmar que as imagens que seriam mostradas provocariam

uma reflexão: “Nós vamos começar esta edição do *Jornal Nacional* com uma reportagem sobre cadeia. Não é um caso de erro judicial, de gente inocente que foi presa. Também não é uma notícia de rebelião, de detentos que fizeram reféns. Mas o que os repórteres André Junqueira e Paulo Cordeiro vão mostrar provoca uma reflexão”. Em seguida, completou: “O que é que nós podemos esperar de pessoas que ainda nem foram julgadas e que estão presas nas condições que você vai ver agora?”

No dia 19/02/2009, o apresentador iniciou dessa forma a reportagem cuja chamada era “imprudência e descuido levam perigo às estradas”: “Nessa véspera de feriadão, em que milhões de brasileiros vão enfrentar as rodovias, nós vamos começar com a recomendação da Polícia Rodoviária. Mesmo que o motorista vá rodar por estradas em condições boas, é preciso que o veículo esteja com a manutenção básica em dia e que as leis de trânsito sejam respeitadas”. E o repórter completou: “[...] Na hora de pegar a estrada, não é só a imprudência que traz perigo. A falta de cuidado com o veículo também”.

No dia 05/03/2009, o *JN* veiculou a reportagem “Programa Farmácia Popular está sendo usado de forma irregular pelas drogarias”. O apresentador afirmou: “O programa Farmácia Popular, criado pelo governo federal para deixar alguns remédios mais baratos, está sendo usado de forma irregular por drogarias conveniadas”. A reportagem chama a atenção das autoridades para o desvio de finalidade do programa e a necessidade de fiscalização para evitar que as farmácias continuem utilizando o programa em benefício próprio e, conseqüentemente, continuem dando prejuízo aos cofres públicos.

A abordagem prescritiva também fica evidente na reportagem exibida no dia 11/04/2009, cuja chamada era “Comércios descumprem lei de apresentação de preços”. O apresentador afirmou que “o consumidor brasileiro tem enfrentado um problema que há muito tempo poderia ter deixado de existir”. A reportagem destacou: “o preço não precisa ser etiquetado na embalagem, mas deve estar próximo e deve haver um terminal de consulta de código de barras a, no máximo, quinze metros de distância”.

No dia 13/08/2009, uma reportagem sobre a utilização de celulares pré-pagos sem o registro do usuário pelas operadoras, mostrou que as empresas de telefonia

celular descumprem a lei ao não fazer o registro dos usuários no momento da habilitação da linha.

No início da reportagem o apresentador afirmou que “A explosão de vendas de telefones celulares no Brasil nos últimos dez anos teve um efeito colateral de que o país não consegue se livrar”. Em seguida, a apresentadora afirmou que “Criminosos também têm acesso à mesma tecnologia, porque a lei, do ano de 2003, que poderia inibir o uso deles, não é cumprida”. A reportagem enfatizou que “Pela lei, é obrigação das empresas manter um cadastro atualizado com nome do usuário, endereço, documento de identidade ou CPF para cada linha pré-paga”.

A reportagem sobre a ameaça dos balões no Rio de Janeiro foi exibida no dia 12/10/2009. Nela, foi destacado o caráter “criminal” da atividade e a pena prescrita pela lei. “Soltar balões é um crime que pode ser punido com até três anos de cadeia”. O repórter destaca ainda que os baloeiros transformaram uma “atividade perigosa” em uma “espécie de tradição fora da lei”.

Segundo Bloco

No segundo bloco serão apresentadas as reportagens que mostraram comportamentos/attitudes valorados positivamente ou negativamente pelo telejornal.

Na edição do dia 12/02/2009, o *JN* exibiu uma reportagem na qual mostrava que uma catadora de papel encontrou sacolas cheias de dinheiro e as devolveu ao dono. Nessa reportagem fica evidenciado o caráter prescritivo diante da seguinte afirmação: “Aprendi que a gente não deve ficar com as coisas dos outros, o que é seu é seu e o que não é seu tem que devolver para o dono”. O apresentador deixa implícita uma lição: “Ela mostrou que dinheiro achado não é dinheiro roubado. Mas tem dono”.

Apresentador: Uma mulher que tira o sustento catando lixo se tornou centro das atenções na cidade em que vive, no interior de São Paulo. Ela mostrou que dinheiro achado não é dinheiro roubado. Mas tem dono.

Repórter: [...] A história encheu de orgulho a família, uma lição que o neto já aprendeu. “Aprendi que a gente não deve ficar com as coisas dos outros, o que é seu é seu e o que não é seu tem que devolver para o dono”, ensina Caio da Cunha.

A abordagem prescritiva também está presente na matéria exibida no dia 12/02/2009, na qual os apresentadores destacaram que: “Nessa semana, em que os

trotes violentos deixaram tanta gente indignada no Brasil inteiro, é bom saber que isso não é a regra, é a exceção. E nós temos dois exemplos”.

Em seguida, o repórter mostra os exemplos e os classifica como “trote solidário”, em flagrante oposição aos “trotes violentos” que, segundo o telejornal, “deixaram tanta gente indignada no Brasil inteiro”.

Repórter: Em Caucaia, no Ceará, os calouros de oceanografia da Universidade Federal do Ceará recolheram o lixo da areia na Praia de Iparana. Mais de duzentos quilos.

[...] Em Ponta Grossa, no Paraná, trezentos estudantes de vários cursos do centro de ensino dos campos gerais limpam terrenos e pintaram paredes em áreas mais pobres da cidade. O trote solidário vai durar nove dias.

A edição do *JN*, do dia 18/03/2009, “ensinou” aos brasileiros que “ser diferente é absolutamente normal”. Essa edição exibiu a seguinte abertura: “O *Jornal Nacional* de hoje começa com uma notícia muito boa. A brasileira Clara Piantá começou a frequentar uma escola. [...] Clara não é uma cidadã de 60 anos que só agora tenha conseguido estudar, não. É uma criança, tem só um ano de idade. E a família dela não é pobre, não. Os pais podem pagar as mensalidades de uma escola particular”.

Em seguida, a apresentadora complementa: “O que faz dessa história uma notícia digna de abrir uma edição do *Jornal Nacional* é o fato de Clara ser uma menina diferente. E já era tempo de o Brasil todo saber que ser diferente é absolutamente normal”.

“Ciclistas desconhecem regras de trânsito”, essa foi a chamada da reportagem que foi ao ar no dia 18/07/2009. Nela, foi mostrado que os ciclistas que andam pelas ruas das grandes cidades brasileiras “quase nunca se preocupam com as recomendações básicas de segurança e não obedecem às regras de trânsito”. A reportagem foi incluída entre as que foram consideradas como positivas, pelo fato de mostrar um trabalho de prevenção que o DETRAN de Brasília vinha desenvolvendo com os ciclistas.

A reportagem “prescreve” uma mudança de conduta quando mostra que os ciclistas, para seu próprio bem, devem observar normas de segurança e obedecer às regras de trânsito.

A desativação dos redutores eletrônicos nas estradas brasileiras, mostrada na reportagem do dia 13/01/2009, teve a seguinte chamada: “Um tipo de equipamento

fundamental para a segurança nas principais estradas brasileiras está desativado há mais de um ano”.

A reportagem mostrou que a desativação dos equipamentos, considerados pelo telejornal como “fundamentais para a segurança nas principais estradas brasileiras” estava trazendo riscos para a segurança de motoristas e pedestres e estava contribuindo para o aumento do número de acidentes. Essa abordagem foi reforçada pela seguinte afirmação: “Quando o redutor funcionava, o índice de acidentes deste local chegou a zero”.

A abordagem prescritiva também é identificada na reportagem que mostrou que a natureza “é tratada como lixeira no Nordeste”, exibida no dia 21/01/2009.

O telejornal mostrou que “algumas das praias mais bonitas do Brasil ganham toneladas de sujeira nessa época do ano”. Ressaltou também que “A invasão dos turistas tem deixado paraísos naturais do litoral nordestino parecidos com lixões”.

Diante das imagens que mostravam praias abarrotadas de lixo, o apresentador afirmou: “O desafio é vencer a falta de educação de alguns e conscientizá-los a deixar a praia como todos gostariam de encontrá-la”.

No dia 14/02/2009, foi ao ar a reportagem cuja chamada era: “Desperdício de água em região de seca do Sergipe”. Na abertura da reportagem, o apresentador foi enfático: “Em uma das regiões mais secas do país, a água que deveria matar a sede de milhares de famílias fica pelo caminho”.

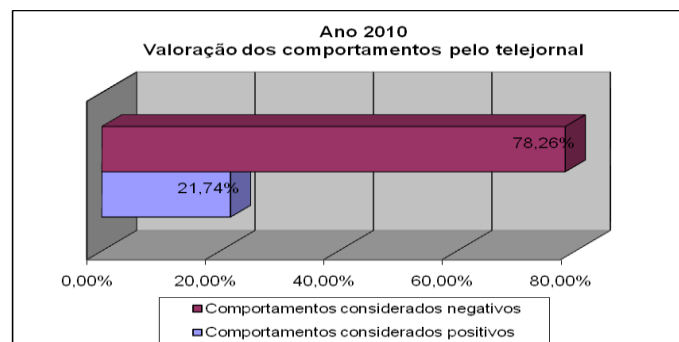
“Rio e São Paulo gastam fortunas com lixo nas ruas”. Essa foi a chamada da reportagem que foi ao ar no dia 30/05/2009. A abordagem prescritiva fica evidente quando o apresentador afirma: “Limpar as ruas custa cinco vezes mais caro do que recolher o lixo das casas. A sujeira jogada nas ruas brasileiras tem um preço alto calculado em milhões todos os meses. O repórter André Luiz Azevedo mostra quanto custa varrer as ruas e como essa despesa poderia ser reduzida”.

No dia 31/07/2009, o *JN* exibiu uma reportagem na qual afirmava que “Clínicas de tratamento estético ignoram perigos do bronzamento artificial”. Nessa reportagem o apresentador foi enfático ao afirmar: “Esta semana, a agência de prevenção de câncer, ligada à Organização Mundial de Saúde, alertou para os perigos do bronzamento artificial, mas as clínicas de tratamento estético de várias cidades brasileiras ignoraram”.

A abordagem prescritiva fica evidenciada no destaque dado pelo telejornal à resolução publicada pela Anvisa que dispõe sobre o bronzamento artificial. “Em 2002, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária publicou uma resolução com uma série de procedimentos que deveriam ser adotados pelas empresas que possuem cabines de bronzamento artificial. Além de estabelecer o controle dos aparelhos utilizados, a resolução também alerta para os riscos do uso e faz algumas restrições. A legislação da Anvisa proíbe o bronzamento artificial em menores de 16 anos, em quem não apresentar atestado médico e não permite um intervalo menor do que 48 horas entre cada sessão”.

5.4 - Ano de 2010

Gráfico 8
Valoração dos comportamentos pelo telejornal – 2010



5.4.1 - Abordagem Valorativa

Das 23 reportagens referentes ao ano de 2010, 12 foram classificadas como valorativas, isto é, faziam referências explícitas a comportamentos ou atitudes valorados pelo telejornal como positivos ou negativos. Nesse tipo de abordagem, apresentadores e repórteres utilizam juízo de valor para julgar, sob uma perspectiva moral, os comportamentos/atitudes dos personagens da narrativa jornalística.

Das 12 reportagens classificadas como valorativas nove faziam referência a infrações legais, representando 75% da amostra. Essas infrações foram classificadas pelo telejornal como infração à Lei Seca, infração ao Código de Trânsito Brasileiro, crime contra a saúde pública, comercialização de produtos piratas e improbidade.

A amostra referente à abordagem valorativa do ano de 2010 será apresentada em dois blocos. O primeiro bloco descreve as reportagens classificadas pelo telejornal como infrações legais. Em seguida, no segundo bloco, serão apresentadas as reportagens nas quais o telejornal enfatizou atitudes valoradas positivamente como solidariedade e consciência ambiental; ou negativamente como falta de segurança para pedestres. As ações relacionadas a cada comportamento/atitude estão descritas no Quadro 9.

Quadro 9

Reportagens com abordagem valorativa - 2010

Chamadas(título da matéria ou reportagem)	Ator Social	Ação social	Comportamento
123. Na véspera de Carnaval, motoristas dirigem embriagados e provocam acidentes	Motoristas	Dirigir bêbado	Infração legal - Lei Seca e Código de Trânsito Brasileiro
124. Caminhões com cargas irregulares são um perigo nas estradas	Caminhoneiros	Transporte irregular	Infração legal Código de Trânsito Brasileiro
125. Camelôs vendem remédio controlado pela Anvisa	Camelôs	Venda de medicamento por vendedores ambulantes	Infração legal – crime contra a saúde pública
126. Motociclistas não usam equipamentos de segurança obrigatórios	Motociclistas	Não utilização de equipamentos de segurança	Infração legal Código de Trânsito Brasileiro
127. Caminhões desrespeitam lei nas principais rodovias de SP	Caminhoneiros	Caminhões não obedecem aos limites de velocidade e ocupam todas as faixas da rodovia	Infração legal Código de Trânsito Brasileiro
128. Tempo para travessia de pedestres em semáforos oferece risco	Pedestres	Tempo insuficiente para pedestres atravessarem os semáforos	Falta de segurança
129. Voluntários ajudam vítimas das enchentes em PE e AL	Voluntários	Ajuda às vítimas das enchentes	Solidariedade
130. Vereadores no RS usam dinheiro público para fazer turismo	Vereadores	Passeio em vez de cursos	Improbidade
131. Uso de sacolinhas plásticas caiu 20% nos últimos três anos	Brasileiros	Deixam de usar sacolas plásticas que poluem o meio ambiente	Consciência ambiental

132. Prédio comercial em SP abriga atacadão da pirataria	Comerciantes	Venda de produtos piratas	Infração legal - Comercialização de produtos piratas
133. Mototaxistas vendem remédios proibidos na fronteira Brasil-Argentina	Mototaxistas	Transportam drogas e remédios proibidos	Infração legal- Crime contra a saúde pública
134. Motociclistas ignoram leis de trânsito no Piauí	Motociclistas	Não obedecem às leis de trânsito	Infração legal Código de Trânsito Brasileiro

Primeiro Bloco

Esse primeiro bloco mostra as reportagens que fizeram referência a comportamentos/attitudes classificadas pelo *Jornal Nacional* como infrações. Os trechos em negrito destacam a referência às infrações legais.

A imprudência dos motoristas e as cargas irregulares dos caminhões nas estradas brasileiras foram objeto de duas reportagens que foram ao ar no dia 08/01/2010. O apresentador afirmou que no período de férias muitos brasileiros viajam de carro pelo país e, acrescentou: “E você sabe, muitas das estradas são mal conservadas e, além disso, há muita imprudência”.

Sobre as “cargas irregulares”, o apresentador as classifica como “risco”. O repórter mostra que a lona é uma proteção normalmente usada para o transporte de grãos. Porém, afirma que sob esta, “em vez de soja ou feijão, os policiais descobrem pedras de granito e muitas irregularidades”.

Na reportagem que mostrava a venda por camelôs, de remédio controlado pela Anvisa, exibida no dia 17/04/2010, a apresentadora enfatizou: “Comércio perigoso e ilegal”. A venda do medicamento foi classificada como “comércio irregular” e os camelôs responsáveis pela venda como “criminosos”.

Apresentador: **Comércio perigoso e ilegal.** Camelôs foram flagrados vendendo sibutramina. Isso é um remédio para emagrecer, mas que teve a venda controlada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) há duas semanas.

Repórter: [...] **O comércio irregular** da Sibutramina e de outros medicamentos controlados acontece à luz do dia, em meio a milhares de

peças. A prefeitura de Porto Alegre fechou algumas bancas de camelôs, mas a venda continua. Até a polícia reconhece a dificuldade **em combater a ação dos criminosos**.

Na reportagem que mostrava que os motociclistas não usam equipamentos de segurança obrigatórios, que foi ao ar no dia 22/04/10, o apresentador anunciou: “Na lista imensa de leis de trânsito que são desrespeitadas sem a menor cerimônia no Brasil, o repórter Renato Biazi destaca uma criada com o objetivo de aumentar a segurança e proteger vidas”.

O “desrespeito às leis de trânsito” foi mostrado pelo *JN*, na edição do dia 29/05/2010. A reportagem mostrava que os motoristas de caminhões não respeitam o limite de velocidade e a utilização da via. A apresentadora questionou: “Mas e naquelas rodovias que têm pavimento perfeito, a sinalização correta e várias pistas de rolagem, de onde vem o perigo?”

A reportagem exibida no dia 09/08/2010, mostrou vereadores “flagrados em momentos de lazer pagos com dinheiro público”, quando, segundo a reportagem, deveriam estar frequentando cursos. As imagens mostraram protestos da população e o repórter afirmou: “A indignação dos moradores tem um motivo: a denúncia de que vereadores usavam dinheiro público para fazer turismo, enquanto supostamente frequentavam cursos de aperfeiçoamento”. A reportagem afirmava ainda que no ano anterior, a Câmara municipal havia gastado mais de um milhão de reais em diárias de viagens.

Na reportagem que foi ao ar no dia 04/12/2010, sobre a não observância das leis de trânsito pelos motociclistas no Piauí, os apresentadores do *JN* foram enfáticos: “Uma combinação perigosa está provocando aumento nas mortes no trânsito, no Piauí. [...] A falta de fiscalização e um festival de imprudência de motociclistas”.

Imagens mostravam muitos motociclistas sem capacetes trafegando pelas ruas, sem serem parados por agentes de trânsito. O repórter mostrou: “Estas mulheres levam um bebê sem nenhuma proteção. Nesta outra motocicleta, uma família; todos sem capacete”. E completou: “A cada dez motociclistas que trafegam por esta rodovia, pelo menos oito não usam capacete. Os flagrantes de desrespeito às leis de trânsito e à vida surgem num piscar de olhos [...]”.

“Prédio comercial em São Paulo abriga atacadão da pirataria”, essa foi a chamada da reportagem exibida pelo *JN* no dia 27/10/2010. O apresentador afirmou: “Um prédio comercial em São Paulo abriga um atacadão da pirataria. Entre os produtos à venda estão milhões de CDs e DVDs piratas que abastecem ambulantes de todo o país”.

E o repórter complementou: “O centro comercial mais popular de São Paulo, famoso pela oferta de contrabando, inaugurou uma ala especial. Cem boxes, em dois andares, totalmente dedicados a CDs e DVDs piratas”. E, em seguida, constata: “É como se a mercadoria não tivesse nada a ver com crime. Policiais, camelôs e produtos piratas convivem em harmonia. Para cada CD apreendido, cinco são vendidos. É a conta de gente do ramo que trabalha no combate à fraude”.

No dia 13/11/2010, foi ao ar uma reportagem cuja chamada era: “Mototaxistas vendem remédios proibidos na fronteira Brasil-Argentina”. Na abertura da reportagem o apresentador afirmou: “Na fronteira do Brasil com a Argentina, o contrabando de drogas e remédios proibidos é facilitado agora pela ação de mototaxistas”. E o repórter explicou: “É tão fácil cruzar a aduana com medicamentos irregulares, que muitos mototaxistas criaram uma espécie de tele-entrega ilegal. Em Uruguaiana, eles atendem pelo telefone”.

Segundo Bloco

No segundo bloco serão apresentadas as reportagens que mostraram comportamentos/atitudes valorados positivamente ou negativamente pelo telejornal.

Na reportagem cuja chamada era “Voluntários ajudam vítimas das enchentes em Pernambuco e Alagoas”, o telejornal enfatizou a solidariedade e o apresentador frisou: “E o esforço desses voluntários, que a gente vê na reportagem de Beatriz Castro, ajuda a lembrar, também, a beleza de povo que o nosso país tem”. A reportagem mostrou que os dias depois das enchentes “São dias de muitas dificuldades, mas também de solidariedade”.

Apresentador: As vítimas das enchentes, que atingiram o nordeste no mês passado, estão recebendo ajuda para reconstruir as cidades e as vidas. E o esforço desses voluntários, que a gente vê na reportagem de Beatriz Castro, ajuda a lembrar, também, a beleza de povo que o nosso país tem.

Repórter: O trabalho de reconstrução é lento, quase interminável. Em Palmares, uma das cidades mais devastadas, algumas ruas ainda estão cheias de lama e lixo. São dias de muitas dificuldades, mas também de solidariedade.

Na reportagem sobre a redução do uso de sacolas plásticas, o telejornal mostrou que “Os brasileiros estão mudando um hábito em nome da proteção ao meio ambiente”. O telejornal reforçou que a substituição de sacolas plásticas por caixas e sacolas de pano ajuda a reduzir os prejuízos ambientais, ao mesmo tempo em que destacou a “mudança de hábito do brasileiro em nome da proteção ao meio ambiente”.

O tempo para travessia de pedestres em semáforos foi tema da reportagem que foi ao ar no dia 06/07/2010. O apresentador afirmou que “as maiores cidades brasileiras oferecem um perigo adicional aos cidadãos mais velhos, além da insegurança que não distingue a idade das vítimas”. O repórter observou que “muita gente se arrisca, mesmo com o sinal aberto para os carros. Para quem tem alguma dificuldade de locomoção, a travessia vira um drama”.

5.4.2 - Abordagem Prescritiva

Das 23 matérias selecionadas para a amostra do ano de 2010, 11 foram classificadas como prescritivas, isto é, além de apontarem comportamentos ou atitudes sob um aspecto moral, adicionalmente, prescreviam atitudes, ou seja, havia na matéria ou reportagem uma recomendação, um “dever-ser”, sobre modos de agir.

Das 11 reportagens classificadas como prescritivas cinco faziam referência a infrações legais, representando 45% da amostra. Essas infrações foram classificadas pelo telejornal como sonegação fiscal, fraude, omissão, negligência e infração à determinação da CEF.

A amostra referente à abordagem prescritiva do ano de 2010 será apresentada em dois blocos. O primeiro bloco descreve as reportagens classificadas pelo telejornal como infrações legais. Em seguida, no segundo bloco, serão apresentadas as reportagens nas quais o telejornal enfatizou atitudes valoradas positivamente como solidariedade e prevenção de acidentes ou negativamente como imprudência e dependência. As ações relacionadas a cada comportamento/atitude estão descritas no Quadro 10.

Quadro 10

Reportagens com abordagem prescritiva - 2010

Chamadas(título da matéria ou reportagem)	Ator Social	Ação social	Comportamento
135. É arriscado avançar o sinal amarelo	Motoristas	Avançar o sinal amarelo	Imprudência
136. Notas fiscais falsas estão à venda no Paraguai	Consumidores	Compram notas fiscais falsas no Paraguai para escapar da fiscalização no Brasil	Infração legal – sonegação fiscal
137. A importância de fazer manutenção do carro	Motoristas	Necessidade de fazer manutenção dos carros antes de viajar	Prevenção de acidentes nas estradas

138. Estudantes de Medicina fazem um trote diferente	Estudantes	Trotes diferentes	Solidariedade
139. Despachantes lucram com multas dos motoristas	Motoristas	Transferência de pontos da carteira de motorista	Infração legal - Fraude
140. Brasil depende de equipamento americano para prever tempestades	Governo brasileiro	Brasil não possui equipamento próprio para prevenção de acidentes naturais	Dependência de uso de equipamento de outro país
141. Autoridades deixam ocupação irregular crescer	Prefeituras	Não impede as ocupações irregulares	Infração legal - Negligência e omissão
142. Tragédia em Niterói poderia ter sido evitada	Defesa Civil Municipal	Não houve um serviço de alerta eficiente aos moradores	Infração legal - Negligência e omissão
143. Projetos exploram Amazônia de forma sustentável	Madeireiros	Exploração sustentável da Amazônia	Exploração sustentável da floresta
144. No Brasil faltam lugares adequados para depositar o lixo	Governos Federal, estaduais e municipais	Faltam lugares adequados para depositar o lixo	Faltam lugares adequados para depositar o lixo.
145. Apesar da proibição, lotéricas ainda oferecem bolões	Lotéricas	Oferecem bolões de jogo	Infração à determinação da CEF

Primeiro Bloco

Esse primeiro bloco mostra as reportagens que fizeram referência a comportamentos/attitudes classificadas pelo *Jornal Nacional* como infrações. Os trechos em **negrito** destacam a referência às infrações legais.

A abordagem prescritiva da reportagem que foi ao ar no dia 05/02/2010, cuja chamada era “Notas fiscais falsas estão à venda no Paraguai”, é identificada pela indicação de um tipo de infração legal: “O *Jornal Nacional* vai começar esta edição com uma reportagem exclusiva que serve como alerta para as autoridades brasileiras. É a

denúncia de um jeito novo de escapar da fiscalização de produtos contrabandeados do Paraguai. Em seguida, o repórter explica: “[...] Estão à venda notas fiscais em branco de empresas de vários estados do Brasil. A fraude, gravada com uma câmera escondida, é feita para tentar enganar a fiscalização na hora de trazer para o Brasil produtos contrabandeados”.

Na edição do dia 19/03/2010, a reportagem cuja chamada foi “Despachantes lucram com multas dos motoristas”, o telejornal novamente utiliza a abordagem prescritiva ao afirmar que “Motoristas que cometem muitas infrações, acumulam vinte pontos ou mais, e deveriam ter a carteira suspensa, estão transferindo a pontuação para pessoas que eles nem conhecem”.

Na reportagem veiculada no dia 07/04/2010, na qual o telejornal afirma que “Autoridades deixam ocupação irregular crescer”, observa-se que o telejornal utilizou uma abordagem eminentemente prescritiva. Em vários trechos da reportagem, apresentadores e repórteres indicam às autoridades condutas que classificam como adequadas ou oportunas.

Na abertura da reportagem o apresentador afirmou: “A chuva dessa semana em Niterói, no Rio e em São Gonçalo surpreendeu a população e as autoridades. Isso comprova a importância do investimento em previsão meteorológica”.

Em outro trecho o repórter afirma “a tragédia das últimas chuvas mostrou que a remoção de casas em áreas de risco não pode mais ser adiada”.

Observou-se que o telejornal citou a Constituição Federal para “legitimar” as prescrições às autoridades: “Pela Constituição, é obrigação dos municípios a ordenação e o planejamento do uso do solo urbano. Cabe também às prefeituras o controle e a remoção de casas que estejam em áreas de risco”.

No dia 08/04/2010, o *JN* novamente utilizou a abordagem prescritiva para noticiar o desabamento de várias casas localizadas em um morro em Niterói, Rio de Janeiro. Na abertura da reportagem a apresentadora anuncia: “voltamos a falar ao vivo aqui do Morro do Bumba, Niterói, o local de uma tragédia que poderia ter sido evitada. Só nesta semana, duas equipes da Defesa Civil já tinham estado aqui”.

Com a mesma abordagem prescritiva, o repórter afirmou: “Cada morro, cada comunidade deveria ter pessoas locais treinadas, voluntários da Defesa Civil, que

conhecessem muito bem o lugar onde vivem. Eles poderiam dar o alarme para evitar uma tragédia, mas essa ideia nunca saiu do papel”.

“Apesar da proibição, lotéricas ainda oferecem bolões”. Essa foi a chamada da reportagem que foi ao ar no dia 04/09/2010. Na abertura o apresentador chamou a atenção para o caráter ilegal da venda de bolões: “A Caixa Econômica Federal proíbe a venda de bolões, mas existem lotéricas que ainda oferecem esse tipo de aposta ilegal”.

A abordagem prescritiva fica evidenciada na recomendação do repórter: “Pela regulamentação, os donos de lotéricas não podem vender, intermediar, distribuir e divulgar qualquer outra modalidade de sorteio ou loteria, que não sejam autorizados pela instituição”.

Segundo Bloco

No segundo bloco serão apresentadas as reportagens que mostraram comportamentos/atitudes valorados positivamente ou negativamente pelo telejornal.

Na reportagem que foi ar no dia 18/01/2010, cuja chamada era “É arriscado avançar o sinal amarelo”, o telejornal prescrevia aos telespectadores: “Se está verde, tudo livre. Já o amarelo... É sinal de alerta”.

Nessa reportagem, o apresentador destacou o “risco”, a “imprudência” e o “perigo” que estariam relacionados à prática de avançar o sinal amarelo, classificado como “mania nacional”.

Apresentador: Nas esquinas do Brasil, tem muita gente correndo risco por imprudência e ainda pondo em perigo as outras pessoas. Em Belo Horizonte, a repórter Narrimann Sible mostra o motivo dessa mania nacional.

Repórter: Se está verde, tudo livre. Já o amarelo... “É sinal de alerta”. Mas, em vez de esperar, muitos enxergam, nestes segundos de alerta, tempo para pensar: “Ou vai ou fica”. “Esse tipo de cálculo é muito difícil”. E, na dúvida... “Não sabe, arrisca”. Aí, a cada sinal amarelo, motoristas se arriscam e acabam avançando no vermelho. É um, é outro, são vários.

A “recomendação” sobre a importância de fazer a manutenção do carro antes de pegar a estrada no período de férias esteve na reportagem que foi ao ar no dia 12/02/2010. Na abertura da reportagem o apresentador destacou: “Entre os milhares e milhares de brasileiros que vão viajar de carro, infelizmente serão muitos os que

perderão tempo na estrada, por causa de defeitos que poderiam ser evitados. O problema é que nem todo mundo toma os cuidados necessários antes da partida”.

A reportagem que foi ao ar no dia 13/03/2010, cuja chamada foi “Estudantes de Medicina fazem um trote diferente”, prescreveu um “trote com respeito”. O repórter enfatizou: “[...] Nessa faculdade, os veteranos só pintam quem concorda em sujar o rosto. [...] A bordo do ônibus, veteranos levam os calouros para ações de cidadania. O objetivo é mostrar que é possível fazer um trote com respeito. [...] Nos supermercados, os jovens pedem alimentos. As doações são entregues para famílias de crianças com doenças crônicas. Um trote que ajuda a educar para a realidade”.

A abordagem prescritiva também é observada na reportagem na qual mostra que o “Brasil depende de equipamento americano para prever tempestades”, exibida no dia 07/04/2010.

Os apresentadores destacaram a importância do trabalho de prevenção de acidentes naturais: “Quando um temporal ameaçador atinge uma cidade grande, o tamanho do estrago pode ser reduzido pela antecedência com que os moradores se preparam. [...] Aqui no Brasil, se a gente tivesse previsões do tempo com a mesma antecedência, provavelmente a polícia e a Defesa Civil estariam a postos e não teriam sido impedidas de chegar aos pontos críticos na Região Metropolitana do Rio”.

Na reportagem sobre projetos que exploram a Amazônia de forma sustentável, exibida no dia 13/04/10, observa-se a abordagem prescritiva na seguinte recomendação: “Se o madeireiro cortar um pouco a cada ano, em um sistema de rodízio, ele poderá explorar a madeira indefinidamente com a floresta em pé”.

A abordagem prescritiva também é identificada na reportagem na qual foi mostrado que “No Brasil faltam lugares adequados para depositar o lixo”, exibida no dia 07/05/2010. O apresentador afirmou que a reportagem mostraria a “diferença enorme que existe entre um aterro sanitário decente e um lixão comum das nossas cidades”.

O repórter afirmou que: “A maioria das cidades brasileiras não trata de maneira adequada os resíduos gerados pela população”. O telejornal prescreveu: “O lixo bem cuidado, armazenado em condições que não agridem o meio ambiente, é questão fundamental de saúde pública”.

5.5 – Análise da narrativa jornalística

A narrativa traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo em relatos. A partir de enunciados narrativos, somos capazes de colocar as coisas em relação umas com as outras em uma ordem e perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico. “É assim que compreendemos a maioria das coisas do mundo” (MOTTA, 2007: 143)

Partindo do objetivo da pesquisa, ou seja, identificar no discurso jornalístico elementos que caracterizem uma abordagem moralizante sob a ótica dos bons costumes, da boa conduta e do moralmente correto, buscamos, por meio da análise pragmática da narrativa jornalística, identificar tais elementos, de maneira a compreender as estratégias e intenções textuais do narrador, no caso, o *Jornal Nacional*.

Nesse sentido, a perspectiva moralizante se constitui no *frame* (enquadramento) da narrativa. Situamos nossa análise a partir de elementos identificados na amostra empírica da produção noticiosa do *Jornal Nacional*, que apontam para o uso recorrente de juízos de valor e de julgamento moral.

A situação inicial de uma narrativa jornalística é, quase sempre, um fato de conotações dramáticas imediatas e negativas, que irrompe, desorganiza e transtorna. É uma situação dramática desde o início, um conflito ou situação-problema que desestabiliza, rompe o equilíbrio, traz ambiguidades (MOTTA, 2007).

Devido à própria natureza da notícia jornalística, essa situação dramática pode ser a falta ou o excesso de alguma coisa, pode ser uma inversão ou transgressão, pode ser um conflito manifesto ou implícito: um crime, um golpe, uma infração, um choque, um rompimento, uma anormalidade climática, a eclosão de um fenômeno físico ou social de impacto (MOTTA, 2007).

O pano de fundo sobre o qual o *JN* apresentou os principais fatos objetos da narrativa jornalística foi representado, quase sempre, por situações dramáticas: enchentes que causaram destruição, acidentes nas estradas, famílias que moram precariamente por não disporem de uma habitação digna, pessoas que aguardam por um transplante de medula, pessoas que não dispõem do mínimo necessário para sobreviverem dignamente, degradação ambiental, entre outros.

Sob esse pano de fundo conflitivo, desestruturante, o telejornal apresenta os personagens da narrativa: “grupo de voluntários”, “anjos da estrada”, “grupo solidário”, “brasileiros solidários”, “legião de cidadãos”, “novos aliados”, “cidadão brasileiro”, “amigos desconhecidos”.

A ação desses personagens, mostrada pelo *Jornal Nacional* como proatividade, o desejo de ajudar, de minorar o sofrimento e a dor do próximo, de levar um pouco de alívio e alegria àqueles que sofrem são mostrados pelo telejornal como atitudes exemplares e, por isso, dignas de ser mostradas, ampliadas e, por que não, servir como exemplo?

Há uma ênfase no contraponto, na busca pelo equilíbrio entre a destruição e a solidariedade; entre o acidente e os anjos da estrada; entre os que não têm onde morar e o grupo solidário que organiza o “mutirão do sonho”; entre os que esperam por um transplante e a solidariedade de “milhares de doadores”; entre o desmatamento “criminoso” e o “desmatamento do bem”: aquele que é feito visando ao equilíbrio do ecossistema; entre os que jogam livros no lixo e a biblioteca montada em casa por um pedreiro.

As abordagens valorativas e prescritivas funcionam na narrativa jornalística como um enquadramento que enfatiza os valores morais dos fatos noticiosos. A valoração positiva ou negativa que o telejornal faz dos comportamentos, reafirma o seu papel de regulador social, que busca reforçar os bons comportamentos e desestimular os que não se conformam às normas ou práticas prescritas.

A chancela do *Jornal Nacional* a determinados comportamentos, tem o condão de alçá-lo a comportamento exemplar e, por isso, digno de ser mostrado, alardeado, difundido. Por sua vez, o comportamento valorado negativamente, isto é, tido como deletério, obedece à mesma lógica de exposição, porém, em sentido inverso, ou seja, com o objetivo de desestimulá-lo, enfraquecê-lo.

As reportagens valoradas positivamente pelo telejornal mostraram, entre outras, atitudes como “solidariedade”, “honestidade” e a prática de “trabalho voluntário”. Nas reportagens valoradas negativamente, o telejornal enfatizou o “desperdício de dinheiro público”, “crimes”, “infrações à lei”, “falta de educação”, “imprudência”, “fraude”, “corrupção”, “desrespeito”, “nepotismo”, “golpe”, “comércio ilegal”, “imoralidade”, “impunidade” e “violação dos direitos humanos”.

Nas reportagens valoradas negativamente também há um conflito, uma anormalidade como pano de fundo: toneladas de alimentos jogados no lixo em vez de serem doadas; vereadores que viajam a passeio com as despesas pagas com verba pública; motoristas que não respeitam as leis de trânsito; presos que são confinados em contêineres; empresas aéreas que descumprem determinação judicial a favor dos passageiros; camelôs que vendem remédios controlados; motociclistas que não usam equipamentos de segurança obrigatórios.

A narrativa moralizante do *JN*, é generalizada, não se limita a fatos pontuais ou episódicos. Caracteriza-se, algumas vezes, pelo jogo entre os efeitos do real e os efeitos de sentido. Nesse aspecto, se assemelha à narrativa ficcional, pelo estímulo à produção dos mais variados sentimentos. Podemos observar essa estratégia discursiva na reportagem sobre a “falta de educação” dos usuários de uma biblioteca da Universidade Federal do Espírito Santo, que foi ao ar no dia 24/10/2009.

Já na chamada da reportagem, o apresentador alerta: “A falta de educação pode acabar com um dos maiores patrimônios da Universidade Federal do Espírito Santo”. E o repórter relata: “Na estante, em uma das bibliotecas da Universidade Federal do Espírito Santo, tem histórias de horror para quem trabalha com educação. Os livros são vítimas. O vilão, os próprios usuários”.

Como se estivesse narrando uma história de horror, o repórter continua: “[...] Acontece de tudo. O livro levado para casa voltou com uma mordida de cachorro. O tratado de medicina foi usado como guarda-chuva. Quem fez isso se protegeu da água, mas deixou o livro empenado e páginas coladas umas nas outras. [...] Os livros também sofrem com ataques inexplicáveis. O romance perdeu a graça com páginas rasgadas. Do livro de Direito, páginas foram arrancadas. E na publicação de Filosofia, o que é mais importante? Praticamente tudo foi riscado com caneta marca texto. Em outras bibliotecas ligadas à universidade, mais livros que não resistem ao descaso”.

Motta (2007) afirma que a narrativa jornalística é um permanente jogo entre os efeitos do real e outros efeitos de sentido (a comoção, a dor, a compaixão, a ironia, o riso etc.), mais ou menos exacerbados pela linguagem dramática das notícias. Segundo o autor, a narrativa jornalística é polissêmica, intersubjetiva, híbrida, transita contraditoriamente nas fronteiras entre o objetivo e o subjetivo, a denotação e

conotação, descrição fática e narração metafórica. Transita entre premissas verossímeis ou menos verossímeis.

Observou-se a utilização da produção de sentido em vários trechos das narrativas apresentadas no material empírico: “[...] A correnteza levou muitos bens, mas a solidariedade parece mais firme que nunca”; “Não é exagero dizer que em uma casa cedida pelo hospital Beneficência Portuguesa na Zona Oeste de São Paulo há anjos trabalhando”; “[...] Como se cada livro fosse um tijolo, o pedreiro construiu aos poucos os alicerces para o conhecimento”; “[...] O carro fecha o ônibus, o ônibus fecha o carro e o motoqueiro vai costurando todo mundo”; “Queimadas criminosas transformam a Floresta Amazônica em cinzas no Pará”; “A hora de estacionar é a hora da extorsão”; “As árvores da Amazônia são transformadas em carvão”.

Motta (2007) afirma que as narrativas se estruturam como histórias, com direito a enredo e personagens. A estes são atribuídos diferentes papéis, de acordo com a trama apresentada. O autor ressalta que na narrativa jornalística há sempre uma relação íntima entre personagens e pessoas físicas porque personagens representam pessoas reais.

Nas narrativas valoradas positivamente pelo telejornal, os personagens foram apresentados de forma a enaltecer suas atitudes. Estes foram apresentados sempre como exemplares. Na narrativa moralizante do *Jornal Nacional* pudemos identificá-los como: “legião de cidadãos”, “voluntários”, “novos aliados”, “anjos da estrada”, “cidadão brasileiro que sabe valorizar a educação”, “pessoas com vontade de fazer o bem”, “mulher que tira o sustento catando lixo”, entre outros.

Quanto às narrativas valoradas negativamente, os personagens foram predominantemente apresentados pelo telejornal de uma forma a identificá-los como os vilões, isto é, como indivíduos ou instituições que infringem as leis, as normas e o moralmente correto.

No material empírico analisado, de maneira geral, eles foram apresentados como “forasteiros”, “grileiros”, “madeireiros ilegais”, “falsos pescadores”, “mal-educados”, “criminosos”, “golpistas”, “aproveitadores”, “ladrões de madeira”, “falsas empresas”.

As atitudes valoradas pelo telejornal como solidárias foram, de maneira geral, relacionadas ao trabalho voluntário ou a algum tipo de doação, realizados por

indivíduos, grupos ou instituições. As atitudes valoradas como honestas foram associadas com a devolução de dinheiro encontrado por pessoas em situação de carência material.

Por sua vez, a consciência ambiental foi relacionada pelo telejornal com atitudes de cuidado com o meio ambiente, como evitar o uso de sacolas plásticas, separar o isopor para ser reciclado, não jogar lixo nas ruas para não entupir os bueiros, evitar o desmatamento predatório, prevenir queimadas, contribuir para a recuperação de rios.

Observou-se que o telejornal foi enfático no enquadramento de condutas valoradas negativamente por ele. Identificamos essa ênfase nos seguintes trechos: “[...] Os motoristas sabem que estão cometendo um crime ambiental”; “[...] O *Jornal Nacional* começa com um alerta para uma prática ilegal, frequente nesta época do ano: soltar balões”; “O *Jornal Nacional* começa hoje com imagens que comprovam uma fraude”; “[...] Hoje nossos repórteres revelam que a falta de fiscalização abre caminho para outras fraudes”; “[...] As nuvens de fumaça revelam um crime ambiental; “Diretores do Detran de Brasília dão mau exemplo aos motoristas”; “Uma instituição criada para zelar pelos direitos do cidadão deu um péssimo exemplo hoje, no interior de São Paulo”; “A hora de estacionar é a hora da extorsão”.

Motta (2007: 164) afirma que toda narrativa, seja ela fática ou fictícia, se constrói contra um fundo ético e moral. A narrativa jornalística, por mais que se pretenda isenta e imparcial, diz ele, é também fortemente determinada por um fundo ético ou moral. Os jornalistas, afirma ele, só destacam certos fatos da realidade como notícia porque esses fatos transgridem algum preceito ético ou moral, alguma lei, algum consenso cultural.

Esse fundo ético e moral, o que comumente classificamos como “lição moral” fica evidente na narrativa identificada no *corpus* da pesquisa. Os trechos seguintes ilustram isso: “O que será que está errado quando o errado já não é mais exceção? Quando quem devia ensinar o certo, dá mau exemplo? Quando quem dá mau exemplo, ainda por cima, tripudia? E quando não há mais vergonha alguma em admitir uma ilegalidade?”; “Para a raiva que pesa, o rancor que envenena, a mágoa que fere existe um antídoto, um remédio chamado perdão”; “[...] Quem caiu no golpe aprendeu que a única forma de limpar o nome é pagando o que deve. Não há outra maneira de

sair da lista de inadimplentes”; “[...] Ela mostrou que dinheiro achado não é dinheiro roubado. Mas tem dono”; “[...] E já era tempo de o Brasil todo saber que ser diferente é absolutamente normal”.

A análise do *corpus* da pesquisa, a partir de uma perspectiva pragmática da narrativa jornalística, nos revela importantes elementos para a compreensão de como o discurso jornalístico, a partir de estratégias comunicativas, constrói efeitos de sentidos e, dessa forma, interfere na construção social da realidade.

A perspectiva moralizante funciona como o fio condutor da narrativa, estruturando os principais elementos desta, como personagens, enquadramentos, recortes, efeitos de sentido, enfim, um conjunto significativo solidário que conforma e dá sentido à narrativa jornalística.

A utilização de uma linguagem que remete a uma perspectiva moralizante é identificada por meio da utilização recorrente, de maneira explícita, de juízos de valor, bem como de referências a comportamentos e atitudes como “solidariedade”, “generosidade”, “honestidade”, “imprudência”, “desperdício”, “crime”, “desrespeito”, entre outros. A dicotomia na apresentação dos personagens, classificando-os como heróis ou vilões, bem como a conotação dramática e conflitiva nos remete a um campo semântico singular, claramente construído e delimitado, mas que por vezes se torna híbrido, amalgamado.

O narrador, por sua vez, por ser um agente social legitimado por meio de um contrato pragmático fiduciário, está apto a desempenhar seu papel de regulação, isto é, de controle social. Esse controle social é exercido basicamente sob uma perspectiva moralizante, ou seja, busca reforçar comportamentos que se conformam às normas institucionalizadas na sociedade e desestimular comportamentos contrários a estas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu da hipótese de que os telejornais procuram se afirmar como uma instância de controle social, para além da sua função primária de noticiar fatos. A fim de verificarmos a pertinência de nossa hipótese, nos propusemos a identificar na narrativa jornalística do *Jornal Nacional*, elementos que caracterizassem a utilização de juízo de valor, ou seja, elementos que mostrassem que o telejornal não se limitava simplesmente a noticiar os fatos, mas que ia além, extrapolando sua função de informar.

A análise do material empírico, constituído por reportagens exibidas no *Jornal Nacional* ao longo dos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010 corroborou nossa hipótese. Pudemos constatar que de maneira recorrente o telejornal emite opinião, faz julgamento moral, valora positiva ou negativamente comportamentos ou atitudes e prescreve ações que considera corretas e adequadas a determinadas situações.

Essas formas de intervenção - a inclusão da opinião, do juízo de valor -, classificamos como abordagens valorativas e prescritivas. A abordagem seria a maneira peculiar de o telejornal apresentar a notícia.

Associamos a abordagem valorativa às reportagens nas quais o telejornal, de maneira explícita, valora positiva ou negativamente comportamentos e atitudes. Por sua vez, a abordagem prescritiva foi associada às reportagens nas quais o *JN* além de julgar os comportamentos, prescreve a ação “correta”, o “dever-ser”.

Em tese, a utilização de juízo de valor e de opinião em um produto noticioso deveria restringir-se aos editoriais e às colunas de opinião. O objetivo declarado do *JN*, apresentado por seu editor-chefe é: “Mostrar aquilo que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo naquele dia, com **isenção**⁴⁶, pluralidade, clareza e correção”. Bonner defende ainda que o papel do *JN* é oferecer **informação objetiva**⁴⁷ para que, de posse dela, o cidadão construa sua opinião sobre a realidade que o cerca.

O vocábulo “isenção” significa “imparcialidade, neutralidade”, em outras palavras, significa que o *JN* se propõe a mostrar, cotidianamente, o que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo de uma forma imparcial e neutra. Esse

⁴⁶ Grifo nosso.

⁴⁷ Grifo nosso.

propósito, obviamente, se seguido à risca, excluiria a possibilidade de incluir no noticiário juízos de valor e opinião dos editores.

Evidentemente, a objetividade representa um tipo ideal, uma abstração, pelo fato de que a própria linguagem e as imagens já trazem em si a subjetividade, os filtros socialmente construídos que atuam na produção de sentidos.

Na verdade, como bem observou Tuchman (1999), a objetividade faria parte de um conjunto de procedimentos ou 'rituais estratégicos' arraigados na cultura profissional dos jornalistas e que conformam a atuação profissional destes.

O jornalismo constrói discursivamente a realidade cotidiana por meio de relatos de acontecimentos que são descontextualizados, para em seguida serem recontextualizados, produzindo sentidos e legitimando-se como um agente revestido de veracidade e credibilidade.

Essa credibilidade é condição *sine qua non* para que o jornalismo desempenhe seu papel institucionalmente legitimado de mediador e socializador, fomentando os laços sociais e intervindo na construção social da realidade.

O contrato pragmático fiduciário socialmente definido é o instrumento que credencia os operadores do jornalismo como transmissores da realidade social de importância pública (ALSINA, 2009), e esse contrato é autolegitimado pelos jornalistas por meio da internalização da cultura profissional.

Baseados na análise do material empírico da pesquisa podemos afirmar que a narrativa moralizante utilizada pelo *JN* não se limita a situações pontuais ou extraordinárias, muito menos é apresentada de maneira subliminar. Ao contrário, esse tipo de narrativa está presente no telejornal de forma recorrente e de maneira clara, explícita.

Essa narrativa perpassa temas como política, educação, saúde, meio ambiente, transporte e se refere a diversos atores sociais ou institucionais. Não está circunscrita a atores específicos ou a fatos políticos, tampouco é utilizada apenas por alguns apresentadores ou repórteres. Pela análise do material empírico, observa-se que, de forma tácita, a narrativa moralizante está presente na política editorial do *Jornal Nacional*.

Consideramos, sob a perspectiva da narrativa moralizante, que para além dos clássicos valores-notícia há uma agregação de valor adicional pelo telejornal. Denominamos esse valor adicional de valor-moral.

O valor-moral pode ser definido como o valor agregado que o telejornal adiciona à notícia de modo que o telespectador disponha de informações que possam auxiliá-lo não apenas na compreensão dos fatos, mas na percepção de comportamentos e atitudes que exercem influência nas relações interpessoais e no convívio social.

A narrativa moralizante se constitui, assim, no *frame* (enquadramento) pelo qual o telejornal organiza a narrativa, qualifica os personagens, aponta os comportamentos e atitudes valorando-os positiva ou negativamente e, adicionalmente, prescreve comportamentos que julga adequados e corretos.

Os comportamentos valorados positivamente são enfatizados e mostrados como exemplares. Por sua vez, os comportamentos valorados negativamente, são desestimulados, ao serem expostos e reprovados publicamente. A essa forma de “recompensar” ou “punir” efetivada pelo telejornal, classificamos de controle social.

Do total das 145 reportagens referentes à amostra empírica, mais da metade, ou seja, 93 reportagens ou 64% foram classificadas como apresentando abordagem valorativa, isto é, de maneira explícita o telejornal utilizou juízos de valor e julgamento moral na apresentação do material noticioso.

O restante do material, isto é, 52 reportagens ou 36% da amostra empírica apresentaram abordagem prescritiva - além do juízo de valor e do julgamento moral - explicitamente inserido nas reportagens, trazem, adicionalmente, uma recomendação, uma prescrição da ação correta, o “dever-ser”.

Os principais comportamentos valorados positivamente pelo telejornal, identificados na amostra empírica foram: solidariedade, honestidade, respeito, generosidade e consciência ambiental. Os valorados negativamente foram: infrações às leis, desrespeito, imprudência, desperdício de alimentos, desperdício de dinheiro público, fraude, crime, omissão, negligência e extorsão.

A análise do material empírico nos levou a identificar nas reportagens a referência a normas jurídicas e, pudemos constatar um alto grau de referências, no material analisado, a infrações legais. As referências a esse tipo de infração foram

observadas predominantemente na abordagem valorativa e em menor escala na abordagem prescritiva.

No ano de 2007, das 38 reportagens da amostra, 27 foram classificadas como valorativas. Dentre estas, 14 reportagens ou 52% da amostra faziam referência a infrações legais. Entre as 11 reportagens prescritivas, cinco ou 45% da amostra se referiam a algum tipo de infração legal.

A amostra referente ao ano de 2008 totalizou 35 reportagens. Dessas, 23 foram classificadas como valorativas. Dentre estas, 14 reportagens ou 61% da amostra fizeram referência a infrações legais. Das 12 reportagens classificadas como prescritivas sete ou 58% da amostra, citavam infrações legais.

A amostra referente ao ano de 2009 contou com 49 reportagens, das quais 31 foram classificadas como valorativas. Dentre estas, 23 ou 74% apresentavam como o ponto central da reportagem uma infração legal. Entre as 18 reportagens classificadas como prescritivas 9 ou 50% da amostra citavam infrações legais.

No ano de 2010, a amostra foi composta por 23 reportagens, das quais 12 foram classificadas como valorativas. Dentre estas, 9 ou 75% da amostra se referiam a algum tipo de infração legal. Entre as 11 reportagens classificadas como prescritivas 5 ou 45% citavam infrações legais.

Essa análise nos levou a concluir que, na amostra selecionada, o uso da abordagem valorativa - o julgamento moral e o juízo de valor -, esteve associado, predominantemente a infrações legais. Evidentemente, sob a perspectiva dos critérios de noticiabilidade, a infração já se constitui um desvio e, portanto, já possui um valor-notícia intrínseco. Entretanto, tentamos mostrar que o telejornal não se limita a noticiar esse desvio. Ele vai além, qualificando, adjetivando a conduta ou comportamento dos atores sociais.

Quando o telejornal, por exemplo, exibe uma reportagem mostrando que fazendeiros estão realizando queimadas de grandes proporções na Região Amazônica, está mostrando um fato noticiável, com um valor-notícia intrínseco, pois, além do fato representar uma infração à legislação ambiental brasileira, contraria uma norma moral, ou seja, a preservação do meio ambiente.

Entretanto, no material empírico analisado, o telejornal não se limitou a noticiar os fatos. As reportagens utilizaram uma abordagem na qual, explicitamente,

apresentadores e repórteres lançavam mão do juízo de valor e do julgamento moral, valorando positiva ou negativamente os fatos apresentados.

Voltando ao exemplo das queimadas na Região Amazônica, na reportagem exibida no dia 28/08/2007, cuja chamada era “Queimadas criminosas transformam a Floresta Amazônica em cinzas no Pará”, observa-se que o telejornal, em vários trechos da reportagem utiliza juízo de valor ao classificar, por exemplo, o fato como “criminoso” ou ao afirmar que a floresta estava sendo transformada em “cinzas”. A reportagem afirmava ainda que “as queimadas arrasam a Floresta Amazônica” e que “fazendeiros põem fogo na mata e transformam a floresta em pasto para a criação de gado”.

Igualmente, pudemos verificar na amostra selecionada que a abordagem prescritiva, por sua vez, esteve mais relacionada às reportagens que não faziam referência, diretamente, a infrações legais. Apesar de em algumas reportagens termos identificado essa referência, isso ocorreu em uma escala menor, quando comparada à abordagem valorativa.

Essa constatação nos leva a inferir que na amostra selecionada, a abordagem prescritiva foi utilizada, predominantemente, em reportagens nas quais, de maneira geral, não havia uma prescrição legal e, conseqüentemente, havia uma lacuna a ser preenchida por um agente que se considera legitimado para tal, no caso, o *Jornal Nacional*.

O controle social exercido pelo *Jornal Nacional* por meio de sua produção noticiosa se daria, então, predominantemente a partir da valoração negativa referente a infrações legais cometidas tanto por atores da sociedade, quanto pelo Estado e adicionalmente, por meio da valoração de comportamentos e atitudes que contrariem ou reforcem valores morais solidificados na sociedade.

Como pudemos observar na amostra empírica, a abordagem valorativa esteve mais associada ao descumprimento de normas jurídicas, isto é, de normas impostas pelo Estado. O descumprimento dessas normas enseja sanções por parte deste. O descumprimento do Código de Trânsito Brasileiro, do Código de Defesa do Consumidor, do Estatuto do Idoso, os crimes ambientais, o nepotismo e a corrupção praticados por agentes públicos, a omissão e a negligência do Estado, são exemplos de infrações legais citadas no material empírico.

O principal papel desempenhado pelo telejornal, no caso das infrações legais é mostrar, expor publicamente o desvio, a não observância da norma jurídica e, evidentemente, cobrar punição aos infratores.

A abordagem prescritiva, por sua vez, ocorreria, de maneira geral, nas situações em que também há desvio de normas, porém, essas normas não seriam predominantemente jurídicas e sim morais. A infringência de normas morais não está sujeita a sanções do Estado, mas da própria sociedade. Os principais comportamentos referidos pelo telejornal relacionados às normas morais foram solidariedade, generosidade, consciência ambiental, respeito, falta de educação e imprudência.

Nesse caso, o telejornal agiria apontando os comportamentos julgados por ele como adequados ou não e, adicionalmente, prescrevendo as ações julgadas como corretas ou adequadas àquela determinada situação.

Essas constatações nos levam a uma reflexão sobre o papel desempenhado atualmente pela televisão e em particular pelos veículos de comunicação que se dedicam à produção noticiosa. Observa-se que esses veículos vêm extrapolando sua função precípua de mediadores sociais, transformando-se em reguladores sociais, imiscuindo-se, de certa forma, em arenas que antes cabiam às agências de socialização primária como a família, a igreja e a escola.

Essa incursão ao campo do discurso moralizante pode representar uma temerária forma de autolegitimação das empresas de comunicação, no sentido de se afirmarem politicamente como guardiães e defensoras de “acervos sociais da moralidade”, ou nas palavras de Berger e Luckmann (2004) ‘reservatórios históricos de sentido’, que muitas vezes são utilizados para legitimar discursos hegemônicos de práticas sociais.

Acreditamos que um estudo posterior que se debruçasse sobre a análise da recepção, isto é, um estudo que avaliasse como os telespectadores percebem e reagem a essas abordagens valorativas e prescritivas, ajudaria a compreender melhor o fenômeno do controle social empreendido por meio da produção noticiosa dos telejornais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALSINA, Miquel Rodrigo. *A construção da notícia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- ALVAREZ, Marcos César. *Controle Social: notas em torno de uma noção polêmica*. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação SEADE, 2004. p. 168-176.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO – ABERT. *Rádiodifusão: uma abordagem numérica*. Brasília, 2010.
- BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. *Manual de telejornalismo: os segredos da notícia na TV*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BECKER, Beatriz. *Homer Simpson: O Protagonista (In)visível dos 35 anos do Jornal Nacional*. Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol.II Nº 1 - 1º Semestre de 2005.
- _____. *500 anos do descobrimento nos noticiários da TV*. In: VIZEU, Alfredo et al. *Telejornalismo: a nova praça pública*. Florianópolis: Insular, 2006. p. 65-97.
- BECKER, Beatriz; MATEUS, Lara. *O melhor telejornal do mundo: um exercício televisual*. In: VIZEU et al. (orgs). *60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica*. Florianópolis: Insular, 2010. p. 127-156.
- BENETTI, Marcia. *Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos*. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007. p. 107-122.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- _____. *Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BIRD, Elizabeth S.; DARDENNE, Robert W. *Mito, registro e estórias: explorando as qualidades narrativas das notícias*. In: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999. p. 263-277.
- BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.
- BONNER, William. *Jornal Nacional: modo de fazer*. Memória Globo. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2009.

BOUDON, R; BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 2002.

BRAGA, José Luiz et al. (orgs.). *Pesquisa empírica em comunicação*. São Paulo: Paulus, 2010.

BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006.

BUCCI, Eugênio. Seminário Internacional Ética e Cultura. SESC-SP. São Paulo, 2001.

_____. *Hegemonia de significado e hegemonia de significante*. Rio de Janeiro: Revista Dossiê Nacional, No. 15, jan-abr/2005. p. 91-101.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Daniel et al. (orgs). *Panorama da Comunicação e das telecomunicações no Brasil*. Brasília: IPEA, 2010. Volumes 1, 2 e 3.

CASTRO, Cosette. *Comunicação digital: diálogos possíveis para a inclusão social*. In: CASTRO, Daniel et al. (orgs). *Panorama da Comunicação e das telecomunicações no Brasil*. Brasília: IPEA, 2010. Volume 1. p. 25-39.

COLLINS, Randall. *Quatro tradições sociológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CORREIA, João Carlos. *A teoria da comunicação de Alfred Schutz*. Covilhã, 2002.

Disponível em:

http://ubi.academia.edu/JoaoCarlosCorreia/Books/358423/A_Teoria_da_Comunicacao_de_Alfred_Schutz.

COUTINHO, Iluska. *Telejornal e narrativa dramática: um olhar sobre a estrutura da informação em TV*. In: *Telejornalismo: a nova praça pública*. Editora Insular. 2006. p. 99 a 124.

COUTINHO, Iluska; MATA, Jhonatan. *Dos personagens à incorporação do público: uma análise sobre o lugar do cidadão no telejornalismo*. In: VIZEU et al. (orgs). *60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica*. Florianópolis: Insular, 2010. p. 233-249.

DeFLEUR, Melvin L.; BALL-ROKEACH, Sandra. *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

DIJK, Teun A. van. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

DUARTE, Elizabeth Bastos; CASTRO, Maria Lília Dias de. *Televisão: entre o mercado e a academia*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006.

- DURKHEIM, Émile. *Lições de Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *As regras do Método Sociológico*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.
- _____. *O ensino da Moral na escola primária*. [Tradução Raquel Weiss]. São Paulo: Novos estudos Cebrap, julho de 2007.
- _____. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *A educação moral*. Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008
- FALEIROS, Vicente de Paula. *Fome, pobreza e exclusão social: desafios para o governo e a sociedade*. In: Revista Ser Social, Brasília, n. 13, p. 109-130, jul/dez, 2003.
- _____. *Infância e adolescência: trabalhar, punir, educar, assistir, proteger*. Caderno Especial n. 19. 15 anos do ECA. Brasília, julho de 2005.
- _____. *Inclusão Social e Cidadania*. International Conference on Social Welfare. Brasília, 2006.
- FREITAG, Barbara. *A teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. *A questão da Moralidade: da razão prática de Kant à ética discursiva de Habermas*. Brasília, DF: Casa das Musas, 2007.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- _____. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- HACKETT, Robert A. *Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos media noticiosos*. In: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1999. p. 101-130.
- HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. *Análise de conteúdo em jornalismo*. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007. p. 123-142.
- HOHLFELDT, Antonio et al. (orgs). *Teorias da comunicação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD*. Brasília, 2009.
- JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

KIELING, Camila Garcia. *A fenomenologia de Alfred Schutz aplicada à comunicação: uma ponte entre o conhecimento e o mundo da vida*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Novo Hamburgo – RS 17 a 19 de maio de 2010.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

LASSWELL, Harold. *A linguagem da política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LAZARFELD, Paul F. *A opinião pública e a tradição clássica*. In: STEINBERG, Charles S (org.). *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1970. p. 103-126.

LEAL, Laurindo. *De Bonner para Homer*. Revista Carta Capital - Ano XII, Nº 371, 07 de Dezembro de 2005.

LIPPMANN, Walter. *Estereótipos*. In: STEINBERG, Charles S (org.). *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1970. p. 149-159.

_____. *A natureza da notícia*. In: STEINBERG, Charles S (org.). *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1970. p. 186-198.

LOPES, Maria Immacolata vassallo de (org.). *Epistemologia da comunicação*. São Paulo, Edições Loyola, 2003.

MACHADO, Márcia Benetti. *O discurso jornalístico*. UFRGS, 2001.

MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa. *A notícia como forma de controle social*. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – COMPÓS. 2005.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2ª edição. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MARTINO, Luiz C. *De qual comunicação estamos falando?* In: HOHLFELDT, Antonio et al. (orgs). *Teorias da comunicação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARTINS, Nísia. *Informação na tevê: a estética do espetáculo*. In: DUARTE, Elizabeth Bastos; CASTRO, Maria Lília Dias de. *Televisão: entre o mercado e a academia*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006. p. 125-138.

MATTELART, Armand e Michéle. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MATTOS, Sérgio. *A evolução histórica da televisão brasileira*. In: VIZEU et al. (orgs). *60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica*. Florianópolis: Insular, 2010. p. 23-55.

MEDITSCH, Eduardo. *Gêneros de discurso, conhecimento, intersubjetividade, argumentação: ferramentas para uma aproximação à fisiologia normal do jornalismo*. Compós 2001 - GT Estudos de Jornalismo.

MELO, Rostand de Albuquerque. *A Realidade Urbana no Telejornalismo: Uma abordagem fenomenológica da produção de notícias na TV*. I Colóquio Internacional Televisão e Realidade. Salvador: UFBA, outubro de 2008.

MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

META PESQUISAS DE OPINIÃO. *Hábitos de Informação e Formação de Opinião da População Brasileira*. Brasília, março de 2010.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. *As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos*. In: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1999. p. 34-51.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Brasília: UNESCO, 2002.

MORETZSOHN, Sylvia. *Imagem e velocidade: os desvios de origem na dupla condenação da TV*. In: VIZEU, Alfredo Eurico et al. (orgs). *Telejornalismo: a nova praça pública*. Florianópolis: Insular, 2006. p. 41-63.

_____. *Jornalismo e esclarecimento: um cotidiano exercício de suspensão*. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho "Estudos de Jornalismo", do XVI Encontro da Compós, na UTP, em Curitiba, PR, em junho de 2007.

_____. *Jornalismo como esclarecimento: contra a separação entre informação e opinião*. 5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Universidade Federal de Sergipe – 15 a 17 de novembro de 2007.

MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

_____. *Para uma antropologia da notícia*. Revista Brasileira de ciências da Comunicação. Vol. XXV, n. 2, jul-dez 2002.

_____. *Ideologia e processo de seleção de notícias*. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 125-148.

_____. *Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico*. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 305-319.

_____. *Jornalismo e configuração narrativa da história do presente*. e-Compós. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. 1º de dezembro de 2004.

_____. *Análise pragmática da narrativa jornalística*. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 143-167.

MOTTA, Luiz Gonzaga, GUAZINA, Liziane. *O conflito como categoria estruturante da narrativa política: o caso do Jornal Nacional*. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo, do XVII Encontro da Compós, na UNIP, SP, em junho de 2008.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

MÜLLER, Mary Stela; CORNELSEN, Julce Mary. *Normas e padrões para teses, dissertações e monografias*. Londrina: Editora da UEL, 2001.

NETO, Roque do Carmo Amorim; ROSITO, Margarete May Berkenbrock. *Ética e moral na educação*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.

PARK, Robert E. *A notícia como forma de conhecimento*. In: STEINBERG, Charles S (org.). *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1970. p. 168-185.

PEDROZA, Ana Lúcia Bezerra. *Valores na formação de servidores públicos: percepção de coordenadores, professores e alunos*. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2010.

PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

POPPER, Karl Raimund. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

PRADO, José Luiz Aidar; BAIRON, Sérgio. *A invenção do outro na mídia semanal*. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007. p. 251-278.

RESENDE, Fernando. *O discurso jornalístico no contemporâneo: entre o velamento e a produção das diferenças*. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Estudos do Jornalismo”, do XVI Encontro da Compós, na UTP, em Curitiba, PR, em junho de 2007.

REUTER, Yves. *A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

REZENDE, Guilherme Jorge de. *Telejornalismo no Brasil*. São Paulo: Summus, 2000.

_____. *Trânsito de temas comuns entre o JN e as telenovelas*. Revista Comunicação & Informação. V. 12, n. 2: p. 33-47 – jul./dez. 2009.

_____. *60 anos de telejornalismo na TV brasileira: percalços e conquistas*. In: VIZEU et al. (orgs). *60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica*. Florianópolis: Insular, 2010. p. 57-81.

RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e espaço público: a institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808 – 1964)*. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

_____. *Comunicação e sociedade: cultura informação e espaço público*. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

ROCHA, Heitor Costa Lima da. *Verdade e rigor no jornalismo: a intersubjetividade como referência na construção da notícia*. XVI Encontro da Compós, na UTP. Curitiba - PR, junho de 2007.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *O acontecimento*. In: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999. p. 27-33.

_____. *Delimitação, natureza e funções do discurso midiático*. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 217-233.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTAELLA, Lucia. *Comunicação e pesquisa*. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SCHUDSON, Michael. *A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão*. In: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999. p. 278-293.

_____. *Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SCHUTZ, A. *El problema de la realidad social*. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

SILVA, Edna de Mello; ROCHA, Liana Vidigal. *Telejornalismo e ciberespaço: convergência de tecnologias e informação*. In: VIZEU, Alfredo et al. (orgs.). *60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica*. Florianópolis: Insular, 2010. p. 197-214.

SILVA, Luiz Martins da. *Estado, Publicidade e Sociedade*. Brasília: Universidade de Brasília. Tese de Doutorado, 1995.

_____. *Imprensa, discurso e interatividade*. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 253-271.

_____. *Imprensa e Cidadania: Possibilidades e Contradições*. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. *Ética na Comunicação: moral, ética e deontologia*. Brasília: Casa das Musas, 2003.

_____. *Jornalismo, espaço público e esfera pública, hoje*. Comunicação e Espaço Público, Ano IX, n.º 1 e 2, 2006.

_____. *Os sete matizes da ética*. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v.29, n.2, p. 89-101, jul./dez. 2006.

_____. *O jornalismo como teoria democrática*. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (org). *Vitrine e vidraça: crítica de mídia e qualidade no jornalismo*. Livros LabCom, 2010. Disponível em: www.livroslabcom.ubi.pt .p. 7-20.

SOLOSKI, John. *O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico*. In: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999. p. 91-100.

SOUSA, Jorge Pedro. *As notícias e os seus efeitos*. Coimbra: Editora Minerva Coimbra, 2000.

SOUSA, Mauro Wilton de (org). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SPEIER, Hans. *O desenvolvimento histórico da opinião pública*. IN: STEINBERG, Charles S (org.). *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1970. p. 127-148.

SQUIRRA, Sebastião. *Aprender telejornalismo: produção e técnica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

_____. *Boris Casoy: o âncora no telejornalismo brasileiro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

STEINBERG, Charles S (org.). *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1970.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. *A mistura dos gêneros e o futuro do telejornal*. In: VIZEU, Alfredo et al. (orgs.). *60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica*. Florianópolis: Insular, 2010. p. 101-126.

_____. *50 anos de imagens: uma retrospectiva das condições de funcionamento do telejornalismo brasileiro*. Intercom. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2008.

_____. *Notícias e serviços: um estudo sobre o conteúdo dos jornais da Rede Globo*. Revista Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, a. 23, n. 37, p. 125-144, 2002.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; TONDATO, Márcia Perencin. *A televisão em busca da interatividade: uma análise dos gêneros não-ficcionais*. Brasília: Casa das Musas, 2009.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna*. Petrópolis:Vozes, 1995.

TOURINHO, Carlos Alberto Moreira. *Inovação no telejornalismo: o que você vai ver a seguir*. Vitória: EspaçoLivros, 2009.

TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1999.

_____. *As notícias*. In: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1999. p. 167-176.

_____. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

TUCHMAN, Gaye. *A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas*. In: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1999. p. 74-90.

UNESCO. *Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

VIZEU, Alfredo Eurico et al. (orgs). *Telejornalismo: a nova praça pública*. Florianópolis: Insular, 2006.

_____. (org.). *A sociedade do telejornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

VIZEU, Alfredo et al. (Orgs.). *60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica*. Florianópolis: Insular, 2010.

VIZEU, Alfredo; SIQUEIRA, Fabiana Cardoso de. *O telejornalismo: o lugar de referência e a revolução das fontes*. In: VIZEU, Alfredo et al. (orgs.). *60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica*. Florianópolis: Insular, 2010. p. 83-99.

VIZEU, Alfredo; CORREIA, João Carlos. *A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência*. In: VIZEU, Alfredo et al. (orgs.). *A sociedade do telejornalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 11-28.

WEISS, Raquel. *A teoria moral de Émile Durkheim*. XIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. Recife: UFPE, 29 a 30 de junho de 2007.

WIESSLITZ, Carmit; ASHURI, Tamar. *'Moral journalists': The emergence of new intermediaries of news in an age of digital media*. In: Journalism published online 14 June 2011.

WHITE, David Manning. *O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias*. In: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1999. p. 142-151.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

WOLTON, Dominique. *Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *Pensar a comunicação*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

_____. *É preciso salvar a comunicação*. São Paulo: Paulus, 2006.

ANEXOS

REPORTAGENS REFERENTES AO ANO DE 2007

DATA	CHAMADA
10/01/2007	Exemplos de solidariedade em meio à destruição
26/01/2007	Vinte toneladas de batatas são jogadas no lixo em cidade do Paraná
26/01/2007	Suplentes de deputados deixam conta de despesas para serem pagas com dinheiro público
27/01/2007	Mais oito toneladas de batatas vão parar no lixo no Paraná
29/01/2007	Batatas ganham um destino nobre
03/02/2007	Comerciantes que não respeitam o consumidor
07/02/2007	Madeira ilegal
16/02/2007	Anjos da estrada
21/02/2007	Falta de educação ambiental
22/02/2007	Carnaval deixa mais vítimas nas estradas
24/02/2007	Mutirão do sonho
24/03/2007	Desmatamento do bem
26/03/2007	Ação de combate à dengue desperdiça dinheiro público
04/04/2007	Fraude na Via Dutra
05/04/2007	Nova modalidade de fraude na Dutra
06/04/2007	Falta de fiscalização abre caminho para fraudes nas estradas
07/04/2007	Barreiras da polícia não impedem em SC a farra do boi proibida por lei
18/05/2007	Dois grupos indígenas mantêm pedágio ilegal na transamazônica
21/05/2007	Brasileiros se surpreendem com nível a que chegou a corrupção no país
02/06/2007	Moradores ribeirinhos ajudam no combate à degradação do maior afluente do Rio São Francisco
08/06/2007	O perigo de soltar balões
30/06/2007	Donos de restaurantes estão se apropriando de vagas, que são públicas
26/07/2007	Falta de espírito olímpico no Pan-Americano
08/08/2007	Aumenta o número de doadores de medula
28/08/2007	Queimadas criminosas transformam a Floresta Amazônica em cinzas no Pará
14/09/2007	Pedreiro sabe valorizar os livros

17/09/2007	Equipamentos para segurança das estradas estão sendo desativados
21/09/2007	Milhões de brasileiros estão sendo desrespeitados por médicos conveniados dos planos de saúde
24/09/2007	Sacos plásticos colocam em risco o meio ambiente
15/10/2007	Madeiras nobres estão virando carvão no pantanal
03/10/2007	Falta de informação da maioria das pessoas impede que isopor seja mais reciclado
02/11/2007	Empresas aéreas e aeroportos descumprem determinação judicial a favor dos passageiros
15/11/2007	Uma pedra no meio do caminho
19/11/2007	Motoristas desrespeitam leis de trânsito a cada cinco minutos
26/11/2007	Vereadores a passeio
05/12/2007	Flanelinhas agem livremente extorquindo motoristas
19/12/2007	Brasileiros solidários
22/12/2007	Gestos de generosidade

REPORTAGENS REFERENTES AO ANO DE 2008

DATA	CHAMADA
04/01/2008	Falta de educação ameaça as tartarugas
05/01/2008	A esperança vem da solidariedade
05/01/2008	Donas de casa mudam uma Praça em Olinda
11/01/2008	Diretores do Detran de Brasília dão mau exemplo aos motoristas
12/01/2008	Pedreiro dá lição de cidadania
17/01/2008	O desrespeito aos direitos dos portadores de deficiências
18/01/2008	Tudo pago com dinheiro público
24/01/2008	Combate ao desperdício
06/02/2008	Mais uma forma de burlar a lei
18/02/2008	Desrespeito à lei e à vida
19/02/2008	Honestidade de senhora no Tocantins é recompensada
23/02/2008	Rede de solidariedade para combater o desperdício de comida
25/02/2008	Reciclagem de garrafas plásticas triplica em 10 anos
11/03/2008	Madeireiros ilegais atuam livremente no Pará
29/03/2008	Fabricantes alteram peso ou volume de produtos e contrariam Código do Consumidor ao esconder a informação
01/04/2008	Comércio descumpre regra e não informa consumidores sobre taxas
17/04/2008	Polícia do Paraná dá exemplo e prende homem que deixava acumular água em pneus
21/04/2008	Solidariedade no sertão
22/05/2008	O perigo dos balões no céu do Brasil
09/07/2008	Falta de fiscalização de veículos de carga compromete situação das rodovias
27/08/2008	Governantes dão jeito de manter parentes no cargo apesar da proibição
06/09/2008	Moradores de assentamentos vendem lotes recebidos do Incra
07/10/2008	Madeira apreendida apodrece nos galpões do Ibama, no Pará
13/10/2008	Congresso ainda não tem mecanismos para acabar com o nepotismo
23/10/2008	Motoristas de caminhão burlam a fiscalização
30/10/2008	Água é tratada com descaso no Piauí

08/11/2008	Falsos pescadores compram documento para receber benefício do governo
01/12/2008	Governo deixou de investir R\$ 300 milhões para evitar desastres ambientais
02/12/2008	Agências reguladoras também não cumprem determinações sobre atendimento ao consumidor por telefone
05/12/2008	Golpistas enganam quem quer limpar o nome
13/12/2008	Lei do cinto ainda é desrespeitada nos ônibus
17/12/2008	Desabrigado devolve R\$ 20 mil encontrados dentro de casaco
22/12/2008	Na rodoviária de SP, dia de espera cheio de saudades e solidariedade
23/12/2008	Veja porque é tão importante deixar as mágoas de lado e perdoar
29/12/2008	Procon dá mau exemplo no interior de São Paulo

REPORTAGENS REFERENTES AO ANO DE 2009

DATA	CHAMADA
06/01/2009	Empresas ainda não cumprem regras de atendimento ao consumidor
13/01/2009	Redutores eletrônicos estão desativados em estradas do país
13/01/2009	Descaso deixa rodovia em situação gravíssima
14/01/2009	CE: fraude ameaça saúde de sertanejos
19/01/2009	Motoristas se arriscam para não pagar pedágio
21/01/2009	Natureza é tratada como lixeira no Nordeste
21/01/2009	MT: terras são vendidas ilegalmente
26/01/2009	O golpe milionário da madeira ilegal no Pará
29/01/2009	Desempregados são enganados por falsas empresas
03/02/2009	Motoristas flagrados jogando lixo nas estradas
05/02/2009	Pessoas que não foram sequer julgadas são presas em condições subumanas no ES
07/02/2009	Profissionais arranjam tempo para o voluntariado
14/02/2009	Catadora acha dinheiro no lixo e devolve ao dono
19/02/2009	Imprudência e descuido levam perigo às estradas
12/02/2009	Trotes do bem realizados no Paraná e no Ceará
14/02/2009	Desperdício de água em região de seca do Sergipe
24/09/2009	Voluntários ajudam vítimas de Santa Catarina
03/03/2009	Imprudência causa muitos acidentes no trânsito
05/03/2009	Programa Farmácia Popular está sendo usado de forma irregular pelas drogarias
18/03/2009	O Brasil precisa saber que ser diferente é normal
27/03/2009	O comércio ilegal e imoral de monografias
11/04/2009	Comércios descumprem lei de apresentação de preços
02/05/2009	Câmeras flagram desrespeito com pedestres
30/05/2009	Rio e São Paulo gastam fortunas com lixo nas ruas
12/06/2009	Ladrões de madeira atuam livremente no nordeste do Pará
15/06/2009	Pedestres sofrem com calçadas inadequadas
20/06/2009	Trabalho voluntário atende populações ribeirinhas do Pantanal

23/06/2009	Reprovados no teste do bafômetro continuam dirigindo
14/07/2009	Motoristas de ônibus cometem muitas infrações
18/07/2009	Ciclistas desconhecem regras de trânsito
25/07/2009	Truque esconde pneu careca em caminhões
31/07/2009	Clínicas de tratamento estético ignoram perigos do bronzeamento artificial
04/08/2009	Remédios são vendidos nas feiras livres de Fortaleza
05/08/2009	Brasileiros compram carros ilegais na fronteira com o Paraguai
10/08/2009	Cheques roubados são vendidos em Belo Horizonte
13/08/2009	Celulares pré-pagos são vendidos sem registro
15/08/2009	Golpistas alteram quilometragem de carros
22/08/2009	Brasileiros compram gás ilegal na Argentina
24/08/2009	Estudante exerce ilegalmente a Medicina, em Belém
17/09/2009	Lei seca não inibe todos os motoristas
12/10/2009	Feriado registra cenas de desobediência à Lei Seca
12/10/2009	Motoristas que tiveram o direito de dirigir suspenso ainda estão nas ruas
12/10/2009	Balões ameaçam voos no Galeão, no Rio de Janeiro
12/10/2009	Crianças esperam brinquedos em estradas
24/10/2009	Patrimônio de bibliotecas sofre na mão de usuários
02/11/2009	PA: lojas se instalam na Câmara de Vereadores
06/11/2009	Presos são confinados em contêineres no Espírito Santo
26/11/2009	Motos para salvamento estão paradas na garagem
11/12/2009	Diarista devolve envelope com dinheiro no DF

REPORTAGENS REFERENTES AO ANO DE 2010

DATA	CHAMADA
08/01/2010	Caminhões com cargas irregulares são um perigo nas estradas
18/01/2010	É arriscado avançar o sinal amarelo
05/02/2010	Notas fiscais falsas estão à venda no Paraguai
08/05/2010	Na véspera de Carnaval, motoristas dirigem embriagados e provocam acidentes
12/02/2010	A importância de fazer manutenção do carro
13/03/2010	Estudantes de Medicina fazem um trote diferente
19/03/2010	Despachantes lucram com multas dos motoristas
07/04/2010	Brasil depende de equipamento americano para prever tempestades
07/04/2010	Autoridades deixam ocupação irregular crescer
08/04/2010	Tragédia em Niterói poderia ter sido evitada
13/04/2010	Projetos exploram Amazônia de forma sustentável
17/04/2010	Camelôs vendem remédio que é controlado pela Anvisa
22/04/2010	Motociclistas não usam equipamentos de segurança obrigatórios
07/05/2010	No Brasil faltam lugares adequados para depositar o lixo
29/05/2010	Caminhões desrespeitam lei nas principais rodovias de SP
06/07/2010	Tempo para travessia de pedestres em semáforos oferece risco
29/07/2010	Voluntários ajudam vítimas das enchentes em PE e AL
09/08/2010	Vereadores no RS usam dinheiro público para fazer turismo
04/09/2010	Apesar da proibição, lotéricas ainda oferecem bolões
05/10/2010	Uso de sacolinhas plásticas caiu 20% nos últimos três anos
27/10/2010	Prédio comercial em SP abriga atacadão da pirataria
13/11/2010	Mototaxistas vendem remédios proibidos na fronteira Brasil-Argentina
04/12/2010	Motociclistas ignoram leis de trânsito no Piauí.